

**Universidade Federal Fluminense**  
**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

Gabriel da Silva Melo

**Mercadores e Comerciantes na Democracia Ateniense:  
431-322 a.C.**

Niterói

2015

**Universidade Federal Fluminense**  
**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

Gabriel da Silva Melo

**Mercadores e Comerciantes na Democracia Ateniense:  
431-322 a.C.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Adriene Baron Tacla

Niterói

2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

M528 Melo, Gabriel da Silva.

Mercadores e comerciantes na democracia Ateniense : 431-322 a.C.

/ Gabriel da Silva Melo. – 2015.

259 f. ; il.

Orientadora: Adriene Baron Tacla.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História,  
2015.

Bibliografia: f. 243-259.

1. História antiga. 2. Atenas (Grécia). 3. Economia; aspecto histórico. 4. Democracia; aspecto histórico. 5. Comércio; aspecto histórico. I. Tacla, Adriene Baron, 1975-. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

Gabriel da Silva Melo

Mercadores e Comerciantes na Democracia Ateniense:  
431-322 a.C.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: História Social

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Adriene Baron Tacla  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2015

*Para Rita, Miguel e Juliana. Pois um tripé  
é necessário para captar a pouca luz que  
insiste teimosamente em penetrar as  
trevas.*

## **Agradecimentos:**

O término de uma etapa geralmente é entendido como sendo como o seu ponto máximo ou mínimo dependendo do sucesso atingido na empreitada. É o momento em que não há mais o que se fazer, pois o que seria já está. Creio de forma cada vez mais convicta que o processo é muito mais interessante do que o resultado. É nele que se aprende a errar, a acertar, a lidar com todas as agruras e delícias da vida. Afinal a própria vida é processo, posto que ao final nada mais há. Como a pesquisa não é a vida, cá está o seu fim. E, se esse fim, ao menos para o autor, não poderia representar a grandeza do que foi todo o processo, ao menos ainda é crucial para que possa agradecer a algumas pessoas por ter conseguido entrar, viver e sair dele não tão ileso – ainda bem!

“Crucial” era uma palavra que eu já conhecia, afinal não é nada incomum ouvi-la vez ou outra no percurso de nossas vidas – geralmente em momentos em que ela própria não é tão crucial assim. No entanto, desde 2009 ela passou, pela repetição, mas principalmente pela ênfase, a remeter a alguém muito específico: Adriene Baron Tacla. A ela, orientadora não apenas desta etapa da minha vida acadêmica, mas também de outras já passadas – embora sempre presentes – pode ser creditado boa parte do mérito deste trabalho. A ela deve ser creditada, sem dúvida alguma, a mera existência deste trabalho, para além de qualquer juízo de valor que sobre ele venha a se estabelecer. Adriene não é bem o que se poderia chamar de uma “orientadora” no sentido tradicionalmente atribuído à palavra devido aos vícios do meio intelectual. Pensamos de forma bem diferente e nem mesmo os nossos temas de pesquisa são os mesmos. Por outro lado, Adriene merece o título de “orientadora” pelo que a palavra deveria significar. Ao longo de todos esses anos me guiou pelos nem sempre aprazíveis campos da formação científica, confiou na minha capacidade de trabalho, me apoiou nos maiores absurdos elocubrativos que fui capaz de criar apenas para me dizer, quando sozinho eu voltasse ao caminho reto, que era assim mesmo que deveria ter sido. Aos giros de 180°, que não foram tantos, mas especialmente aos de 360°, dos quais eu voltava mais tonto, porém melhor orientado, é que se boa parte do amadurecimento intelectual que adquiri. Com a franqueza, a seriedade, a dureza, a cobrança e a liberdade de que qualquer mente criativa e investigadora deveria gozar, Adriene me orientou. Entrava aterrorizado em quase todas as nossas reuniões, pelos mais diversos motivos, mas saía dali com uma certeza de uma vontade de continuar que nem eu mesmo sei de onde tirava. É com sentimento de profunda gratidão e admiração serena, sem a idolatria que ela odiaria receber, que dou

por terminado este ciclo fundamental. Às vezes a vida tem dessas coincidências boas. Obrigado!

Gostaria de agradecer profundamente a minha mãe, Rita, e a meu pai, Miguel, por tudo e desde sempre. Todo o suporte financeiro sem o qual essa pesquisa não poderia ter sido realizada, mas, principalmente, toda a liberdade e compreensão, ainda que difícil, embora nunca tardia. Nada jamais me foi imposto e todas as minhas escolhas, por mais contrárias que pudessem ser àquelas que eles próprios fariam em meu lugar, foram sempre apoiadas, ainda que de maneira crítica, como deve ser tudo o que é verdadeiro. Pelo amor dispensado ao longo de todos esses vinte e seis anos e também certamente por todos os tempos ainda vindouros, agradeço, e a eles dedico este trabalho. Pode não ser muito, pode até mesmo não fazer sentido para eles, mas se há vinte anos me encantava o conhecimento, hoje esta dissertação é fruto da capacidade que tiveram de permitir que eu fosse como sou. Não me desculparei por nada posto que não há necessidade, porém seria imensurável injustiça se eu não assinalasse também a penelopeica dose de paciência adquirida a que todos esses anos como historiador, formado e em formação, sempre, submeteram essas duas pessoas.

À Juliana, que conheci há bem menos tempo, também dedico este trabalho. Em uma amizade que se transformou em amor, para contrariar os caminhos trilhados até então, baseia-se uma relação cujas palavras que sei em qualquer das línguas que (des-) conheço ainda são poucas para alcançar uma definição imprecisa. Sei que meu senso de crítica, justiça e verdade é impalatável para quase qualquer ser humano apto ao convívio social, portanto valorizo inestimavelmente aqueles que ainda o suportam, entendem e chegam às raias do absurdo psicanalítico de amar. O maior de todos os absurdos e certamente o único pelo qual vale à pena essa nossa passagem singular e efêmera sobre a superfície deste planeta. À Juliana agradeço pelo apoio, mesmo nos momentos em que não havia motivos para apoiar e pela convicção, certamente maior do que a minha própria, de que este trabalho seria um dia finalizado. Agradeço além de tudo pelo amor desinteressado dispensado a mim ao longo de todos esses anos e apenas desejo poder continuar compartilhando e dedicando-a tudo o que eu vier a produzir.

Não poderia deixar de agradecer à macacada do NIEP-Marx Pré-K, que me acolheu como o “mais novo” em uma cesta deixada por um agora chef-churrasqueiro, outrora historiador, na porta do saudoso Centro de Convenções do Pré-Capitalismo em um subsolo da Rua do Ouvidor. Se a minha orientadora eu devo agradecer por tudo o que

há de bom neste trabalho, a estes eu me reservo o direito de agradecer por tudo, inclusive tudo o que houver de errado. Eles são os maiores responsáveis por esta dissertação ter sido escrita por mim, por ter sido escrita sobre um tema de História Antiga e por boa parte de todo o pouco que eu sei sobre qualquer coisa relacionada às Ciências Sociais e à Resiliência Revolucionária de continuar existindo dia após dia neste mundo louco no qual vivemos para trabalhar. Ao Mário Jorge da Motta Bastos, que nunca se colocou como um mentor, mas como um amigo, agradeço pelas sempre sábias palavras sobre História, o Botafogo, a vida e tudo o mais. Aprendi com ele que nunca temos problemas suficientes para que não sejamos capazes de agregar também os problemas dos nossos aos nossos. Nos dividir para conquistar. Ao Fábio Frizzo, com sua quasi-ataraxia adquirida pela vida, aprendi que nada é tão ruim quanto imaginamos ser. E que nada é tão bom quanto imaginamos ser. E que a verdade é relativa. Embora seja objetiva. E que sempre podemos querer continuar acreditando. Aprendi também o significado de “frequência afetiva”, embora ele não saiba e eu mesmo só viesse a descobrir que aprendera com ele anos depois ao ler um texto na internet. Aprendi também a andar de avião e a sair do Brasil. E aprendo sempre mais alguma coisa, inclusive aprendo a estar sempre aprendendo. E também aprendi a implodir discussões que por ventura eu viesse a perder. Com Paulo Pachá aprendi que tudo que eu aprendia com o Fábio estava errado. E ainda bem que eu pude ter os dois comigo. Agradeço por me ensinar que ser velho é bom, que saber muito sobre muitas coisas não só é possível, como é fundamental. Especialmente se você não sabe tanto, mas sabe mais que os outros. Gosto de todas as fases do Paulo, do Mad Dog ao pai coruja. Do verborrágico ao erudito, estou aprendendo mesmo quando ele fala de coisas que acha que eu já sei. Agradeço ao Renato, meu monitor de História Medieval há longínquos 8 anos e que agora é um amigo a longínquos milhares de quilômetros. Dono do título de “melhor pessoa do mundo”, eu discordo, pois não acho que ninguém consiga suportar o peso dessa coroa sem ganhar uns quilos de petulância. E Renato é um cara simples, enquanto complexo. Um cara que em Bento Ribeiro, Niterói, Campos ou Leicester jamais vai esquecer daqueles que ele considera. E que vai mandar uma mensagem no Whatsapp, depois de alguns meses ou anos sem uma conversa direta com você, no meio daquela madrugada em que nada no mundo faz sentido e em que não há ninguém para compartilhar o vazio do nada. Agradeço ao Zé Knust, brilhante historiador, estudante, professor, amigo, enfim, brilhante. Esta dissertação certamente não foi capaz de manter o nível de qualidade, e especialmente de tamanho, estabelecido no grupo por José Ernesto. A voz da razão quando todos os outros estão perdidos chafurdando em



assuntos paralelos durante reuniões que ainda chegarão a durar um final de semana inteiro! Agradeço a todos os outros membros do Pré-K: Dudu, por ter me livrado do título de mais novo, Deyverson, discípulo de Alvetete e candidato a polemista, Tetê, bendita é o fruto, que até hoje não sei se é de São Paulo, de Niterói, de Curitiba ou de Paris (mas sei que não dispensa um biscoito da vaquinha). A todos os agregados que aos poucos vão se somando ao maior núcleo de pesquisas marxistas sobre o pré-capitalismo em todo o Ocidente: Guilherme Moerbeck, pela leitura e comentário atentos de parte do material, Uiran, pela resistência uspiana, Fábio Morales pela inspiração derivada de sua dissertação, pelo envio de bibliografia, pelas conversas em eventos e na mureta da Urca. Será que já atingimos o nível de grandeza em que é possível que eu tenha me esquecido de citar alguém nominalmente? Não me esqueci de Daniel Tomazine, o que ainda irá retornar de maneira triunfal para as paragens da História. E pensar que as reuniões eram feitas ao redor de uma pequena mesa quadrada e o quórum era de três pessoas.

A dois macacos em especial eu gostaria de agradecer em separado. Thiago Magella, meu *roomie* em Buenos Aires durante três longínquos meses que passaram em um piscar de olhos no fim das contas. Foi muito fácil dividir o quarto – camas de solteiro facilitaram a tarefa – as contas, as angústias, as aventuras de viver em uma cidade nova em um país estrangeiro. Passaria outras temporadas por lá na mesma companhia, pois da convivência restaram apenas boas memórias. Agradeço também ao Álvaro, oráculo maior da inteligência e erudição neste grupo que passou duas semanas conosco em Buenos Aires na qual escrevemos o livro *Diálogos de la Calle Florida*, no prelo, no qual estruturamos a nova ordem mundial. Álvaro, cujo maior defeito é ser um liberal inveterado, esticou ao limite o meu conhecimento do marxismo e toda a minha capacidade retórica. Ganhar dele em algumas discussões foi um prazer inenarrável. Fundaremos a Escola Fluminense de Estudos Clássicos sobre Tudo.

Agradeço aos professores que tive: Bastos e Beto, História; Greice, Língua Grega; Thaíse, Língua Latina; Leonardo, Língua Latina; Tatiana, Língua Inglesa; Mário, Língua Inglesa; Marco Antonio Portela, Fotografia. Agradeço especialmente aos professores Ciro Cardoso, Sônia Rebel e Marcos Alvito, especialmente pelo que me ensinaram sem querer, como exemplos, como pessoas admiráveis em todas as suas complexidades e idiossincrasias, como pessoas que lutaram e lutam por um mundo mais justo, mais humano, onde todos sejam iguais para que possam finalmente ser diferentes.

Gostaria ainda de agradecer a alguns personagens que tiveram passagem curta, porém fundamental ao longo desta jornada: Sthephani, cujo nome até hoje sei escrever; nos conhecemos em 1995, aos seis anos de idade, e em 2014 tive a honra de ser acolhido por ela em Buenos Aires, inclusive com um jantar oferecido em conjunto com seu marido em seu aconchegante lar portenho; professor Kostas Vlassopoulos, que era uma figura recorrente da minha bibliografia e se materializou na minha frente em um curso oferecido pela UFRJ em 2013, um dos melhores momentos de todo o percurso acadêmico nesses últimos dois anos; professora Marta Mega, que convidou o anterior para lecionar, me acolheu na UFRJ com o mesmo carinho que dispensa a seus alunos e ainda me deu a honra de uma agradável noite de bebidas e acepipes com todos os participantes do curso ao final do período – agradeço também por ter publicado um livro cuja leitura foi fundamental para esta dissertação; a todos os companheiros argentinos que nos receberam em 2011 e em 2014, especialmente ao meu supervisor no período sanduíche realizado em La Plata e Buenos Aires, Carlos García Mac Gaw, ao professor Carlos Astarita, aos professores Mariano Requena e Octávio Colombo e também ao professor Diego Paiaro pela presteza em disponibilizar bibliografia. Sem qualquer dessas pessoas este trabalho teria sido infinitamente mais difícil de ser realizado.

Gostaria de agradecer ainda aos meus parentes, especialmente a minha tia Renata e a meu tio Valdecy pelos momentos de leveza e alegria proporcionados nos nossos encontros. Agradeço ainda a minha avó Maria, não por nada de especial que tenha feito nos últimos dois anos, mas simplesmente por existir e ter participado tão intensamente da minha formação como ser humano.

A despeito do afastamento dos últimos anos imposto pelas Moiras agradeço ao Taiguara, à Mariana e à Camila por terem me conduzido por tortuosos caminhos que de alguma forma também culminaram neste trabalho. E por me ensinarem, de variadas formas, como eu sou.

Agradeço aos meus amigos de Berlim, Leléo, único membro da plateia durante a minha banca de qualificação, um amigo na definição da palavra, alguém com quem sei que poderei contar em todos os momentos da minha vida; Sassone, amigo legado pela UFF desde 2007, altas viagens da Ilha do Governador para Niterói, altas caronas, altas missões 007, altas festas, altos concursos nos quais nunca fomos chamados e que espero continuar tendo na minha vida por todos os anos que ainda me restarem; Lucas, intrépido taxista das noites cariocas que já me salvou; Alexandre Avelar, professor da Universidade

Federal de Uberlândia, carinhosamente apelidado de “vovô”, cuja juventude de espírito permite que tenhamos uma relação de conversas e zoações desde 2007 embora nunca tenhamos trocado sequer uma palavra ao vivo; Bellot, também parceiro de Buenos Aires, do futebol e da História; Rayol, o Bruce Buffer brasileiro que ataca de professor de História, Muay Thai, DJ, apresentador de MMA, perna de pau no meio de campo, mas que será nosso eterno monitor; e a todos os outros membros da nossa querida “comu”.

Aos companheiros dos delírios da vida de um mestrando eu agradeço através dos nomes seguintes, que mais de perto estiveram comigo na jornada, mesmo que em pequenas e esparsas conversas para alívio mútuo das tensões acumuladas: Bernardo Soares, Brunno Kain, Matheus Rodrigues e Alexandre Pelegrino – que de amigo da UFF e do Engenhão passou a um cara com quem sempre quero conversar mais sobre tudo. Agradeço também ao Átila, amazonense que faz seu doutorado em História Medieval na UFF, falante fluente de muitas línguas, praticante assíduo de Kung-Fu com o qual tive o prazer de ganhar algumas tardes inteiras conversando pelo campus – certamente menos tardes do que teria sido desejável.

Agradeço a todos aqueles que infelizmente não fui capaz de citar nominalmente, mas que sabem que tiveram algum papel, mesmo que mínimo, na minha vida ao longo dos últimos anos, especialmente dos últimos dois anos, quando estava em curso esta pesquisa.

Agradeço a todos os seres humanos que fazem coisas incríveis todos os dias e que alimentam a minha vontade de contribuir para a emancipação da humanidade. Obrigado por existirem, mesmo que não nos conheçamos, pois sem vocês, mesmo que minha vida fosse possível, não valeria à pena.

Por fim agradeço à Capes por ter financiado esta pesquisa, bem como o período sanduíche realizado na Argentina. Sem o fomento desta agência teria sido simplesmente inviável realizar o que foi realizado.

*Quem construiu a Tebas de  
sete portas?*

*Nos livros estão nomes de  
reis:*

*Arrastaram eles os Blocos?*

*E a Babilônia várias vezes  
destruída?*

*Quem a reconstruiu tantas  
vezes?*

*Em que casas da Lima  
dourada moravam os  
construtores?*

*Para onde foram os  
pedreiros na noite em que a  
Muralha da China ficou  
pronta?*

*A grande Roma está cheia de  
Arcos do Triunfo:*

*Quem os ergueu?*

*Sobre quem triunfaram os  
Césares?*

*A decantada Bizâncio*

*Tinha Somente palácios para  
seus habitantes?*

*Mesmo na lendária Atlântida*

*Os que se afogavam  
gritaram por seus escravos*

*Na noite em que o mar a  
tragou?*

*O jovem Alexandre  
conquistou a Índia.*

*Sozinho?*

*César bateu os gauleses.*

*Não levava sequer um  
cozinheiro?*

*Filipe da Espanha chorou,  
quando sua Armada  
nafragou.*

*Ninguém mais chorou?*

*Frederico II venceu a  
Guerra dos Sete Anos.*

*Quem venceu além dele?*

*Cada página uma vitória.*

*Quem cozinhou o  
banquete?*

*A cada dez anos um Grande  
Homem.*

*Quem pagava a conta?*

*Tantas histórias.*

*Tantas questões.*

**Eugen Berthold Friedrich  
Brecht.**

## Resumo

Esta pesquisa tem o objetivo de contribuir para as discussões sobre o comércio no campo da História Antiga, especialmente no que se refere aos estudos de Economia e Sociedade na Antiguidade. O tema central do trabalho é a atuação de mercadores e comerciantes durante o período da democracia ateniense, mais especificamente entre o início da Guerra do Peloponeso em 431 a.C. até a morte de Alexandre III em 322 a.C., quando a democracia perde boa parte do caráter de participação política popular que a definiu. A hipótese aqui defendida é a de que independentemente do *status* social de comerciantes e mercadores eles influenciavam indiretamente, porém de maneira decisiva, no funcionamento do regime político democrático em Atenas. Com isso pretendo confrontar os estudos de viés institucionalista, hegemônicos no campo, e propor uma análise materialista que, a partir de uma história do cotidiano, estabeleça relações entre a prática social dos comerciantes e mercadores e as instituições sociais reproduzidas por elas.

*Palavras-chave:* Economia Antiga; Atenas Clássica; Democracia; Comércio; Cotidiano

## Abstract

This research aims at contributing on the debates related to trade and commerce in the field of Ancient History, dealing specifically with Economic and Social studies in Antiquity. The main theme of this work is the role played by merchants and petty traders during the Athenian Democracy, particularly between the beginning of the Peloponnesian War, 431 B.C., and the death of Alexander III, 322 B.C, when the democracy loses most of the popular participation characteristics that had defined it. The Hypothesis defended here is the one that claims that, whatever the social *status* of petty traders and merchants may have been they had an indirect, though significant, role in the Athenian political regime. By doing that I intend to confront the institutionalist studies, which I consider to be hegemonic in this field, and to propose a materialistic analysis that, using concepts taken from *L'Histoire du Quotidien*, establish the real links between the social practices of merchants and petty traders, and the social institutions they reproduced.

*Key-words:* Ancient Economy; Classical Athens; Democracy; Trade and Commerce; Quotidien

## Sumário

Índice de Abreviações dos Documentos Analisados:.....	18
Introdução.....	24
Capítulo 1.....	36
Além e Aquém da <i>Pólis</i> : Entre os Estudos Mediterrânicos e a História do Cotidiano .....	36
Introdução: .....	36
1.1) Desconstruindo a <i>Pólis</i> para Superar uma História Institucional .....	38
1.2) Além da <i>Pólis</i> : Formas de Integração no Mediterrâneo Antigo .....	48
1.2.1) Comércio e Integração Econômica.....	49
1.2.2) Mediterranism.....	61
1.2.3) “Mediterranização” .....	67
1.2.4) Teoria das Redes .....	69
1.2.5) Sistemas-Mundo <i>versus</i> Sistema Mundial.....	76
1.2.6) Modos-de-Produção e Relações Diádicas.....	79
1.3) Aquém da <i>Pólis</i> : Cotidiano e História Social .....	87
Capítulo 2.....	95
Definições dos Comerciantes e Mercadores na Democracia Ateniense.....	95
Introdução: .....	95
2.1) Tipologias: as diferenças técnicas entre mercadores e comerciantes .....	97
2.1.1) Indagações econômicas formalistas: pobres/ <i>small fry</i> x burguesia antiga .....	102
2.1.2) Indagações a respeito do <i>status</i> dos mercadores e comerciantes .....	116
2.2) Comerciantes e Mercadores no Imaginário da Cidade:.....	127
2.3) Comerciantes e Mercadores em Período Parcial: nas Fronteiras da Definição .....	144
2.3.1) Empreitadas comerciais esporádicas: .....	145
2.3.2) Artesãos, camponeses e comerciantes: .....	151
2.3.4) Quando comerciantes e mercadores não estão vendendo ou comprando: .....	158
2.4) Racionalidade Comercial: a venda como finalidade.....	163
2.4.1) Associações e parcerias:.....	174
2.4.2) Propostas do materialismo histórico: .....	180
Capítulo 3.....	185
A Prática Cotidiana do Comércio em Atenas: das Mercadorias às Instituições Sociais ..	185
Introdução: .....	185
3.1) Os ritmos e os locais de atuação dos mercadores e comerciantes .....	187
3.1.1) O Pireu, o <i>empóron</i> e a <i>agorá</i> .....	194
3.1.2) A <i>agorá</i> de Atenas e o bairro do Cerâmico.....	201



3.1.3) As minas do Láurio.....	208
3.1.4) As chamadas “ <i>agorás interiores</i> ”.....	213
3.2) A institucionalidade do comércio .....	216
3.2.1) Tentativas de Regulação da Atividade Comercial .....	218
3.2.3) O exemplo da importação de cereais.....	224
3.2.4) <i>Dikái emporikái</i> : comerciantes e mercadores nos fóruns da democracia.....	229
Conclusão.....	235
Anexo:.....	240
<b>Tabela de Referências a Mercadores e Comerciantes na Documentação Analisada:...</b>	240
<b>Bibliografia:</b> .....	244
<b>Fontes Primárias:</b> .....	244
<b>Bibliografia Especializada:</b> .....	246

## **Índice de Abreviações dos Documentos Analisados:**

**Aristófanes.** *Acarn.* – Os Acarnenses

**Aristóf.** *Cav.* – Os Cavaleiros

**Aristóf.** *Nuv.* – As Nuvens

**Aristóf.** *Ves.* – As Vespas

**Aristóf.** *Paz.* – A Paz

**Aristóf.** *Aves.* – As Aves

**Aristóf.** *Lis.* – Lisístrata

**Aristóf.** *Tesm.* – As Tesmoforiantes

**Aristóf.** *Rãs.* – As Rãs

**Aristóf.** *Assemb.* – A Assembleia das Mulheres

**Aristóf.** *Riq.* – Riqueza

**Andócides.** 1 – Sobre os Mistérios

**And.** 2 – Sobre o Seu Retorno

**And.** 3 – Sobre a Paz com Esparta

**And.** 4 – Contra Alcibíades

**Antifonte.** 1 – Processo por Envenenamento

**Ant.** 2 – Primeira Tetralogia

**Ant.** 3 – Segunda Tetralogia

**Ant.** 4 – Terceira Tetralogia

**Ant.** 5 – Sobre o Assassinato de Herodes

**Ant.** 6 – Sobre o Coreuta

**Dêmadés.** **Dem.** 1 – Sobre os Doze Anos

**Dinarco.** 1 – Contra Demóstenes

**Din.** 2 – Contra Aristógiton

**Din.** 3 – Contra Filocles

**Demóstenes.** 1 – Primeira Olíntica

**Dem.** 2 – Segunda Olíntica

**Dem.** 3 – Terceira Olíntica

**Dem.** 4 – Primeira Filípica

**Dem.** 5 – Sobre a Paz

**Dem.** 6 – Segunda Filípica

- Dem. 7** – Sobre o Haloneso
- Dem. 8** – Sobre o Quersoneso
- Dem. 9** – Terceira Filípica
- Dem. 10** – Quarta Filípica
- Dem. 11** – Resposta à Carta de Filipe
- Dem. 12** – Carta de Filipe
- Dem. 13** – Sobre a Organização
- Dem. 14** – Sobre o Conselho
- Dem. 15** – Pela Liberdade
- Dem. 16** – Pelos Megalopolitanos
- Dem. 17** – Sobre o Tratado com Alexandre
- Dem. 18** – Sobre a Coroa ou Em Defesa de Ctésifon
- Dem. 19** – Sobre a Embaixada
- Dem. 20** – Contra Léptines
- Dem. 21** – Contra Mídias
- Dem. 22** – Contra Andrócion
- Dem. 23** – Contra Aristócrates
- Dem. 24** – Contra Timócrates
- Dem. 25** – Contra Aristógiton I
- Dem. 26** – Contra Aristógiton II
- Dem. 27** – Contra Áfobo I
- Dem. 28** – Contra Áfobo II
- Dem. 29** – Contra Áfobo III
- Dem. 30** – Contra Ónetor I
- Dem. 31** – Contra Ónetor II
- Dem. 32** – Contra Zenótemis
- Dem. 33** – Contra Apatúrio
- Dem. 34** – Contra Fórmio
- Dem. 35** – Contra Lácrito
- Dem. 36** – Para Fórmio
- Dem. 37** – Contra Panteneto
- Dem. 38** – Contra Nausímaco

**Dem. 39** – Contra Beócio I  
**Dem. 40** – Contra Beócio II  
**Dem. 41** – Contra Espúdios  
**Dem. 42** – Contra Fênipo  
**Dem. 43** – Contra Macartato  
**Dem. 44** – Contra Leocares  
**Dem. 45** – Contra Estefano I  
**Dem. 46** – Contra Estefano II  
**Dem. 47** – Contra Evergo e Mnesibulo  
**Dem. 48** – Contra Olimpiodoro  
**Dem. 49** – Contra Timoteu  
**Dem. 50** – Contra Polícles  
**Dem. 51** – Sobre a Coroa do Trierarca  
**Dem. 52** – Contra Calipo  
**Dem. 53** – Contra Nicostrato  
**Dem. 54** – Contra Conon  
**Dem. 55** – Contra Calicles  
**Dem. 56** – Contra Dionisodoro  
**Dem. 57** – Contra Eubúlides  
**Dem. 58** – Contra Teócrines  
**Dem. 59** – Contra Neera  
**Dem. 60** – Discurso Fúnebre  
**Dem. 61** – Ensaio Erótico  
**Ésquines. 1** – Contra Timarco  
**Ésq. 2** – Sobre a Embaixada  
**Ésq. 3** – Contra Ctesifonte  
**Hipérides. 1** – Em Defesa de Licofron  
**Hip. 2** – Contra Filípides  
**Hip. 3** – Contra Atenógenes  
**Hip. 4** – Em Defesa de Euxênipo  
**Hip. 5** – Contra Demóstenes  
**Hip. 6** – Discurso Fúnebre

- Iseu. 1** – Sobre a Propriedade de Cleônimo
- Iseu. 2** – Sobre a Propriedade de Mênecles
- Iseu. 3** – Sobre a Propriedade de Pirro
- Iseu. 4** – Sobre a Propriedade de Nicostrato
- Iseu. 5** – Sobre a Propriedade de Diceógenes
- Iseu. 6** – Sobre a Propriedade de Filoctemonte
- Iseu. 7** – Sobre a Propriedade de Apolodoro
- Iseu. 8** – Sobre a Propriedade de Cironte
- Iseu. 9** – Sobre a Propriedade de Astífilo
- Iseu. 10** – Sobre a Propriedade de Aristarco
- Iseu. 11** – Sobre a Propriedade de Hagnías
- Iseu. 12** – Em Prol de Eufileto
- Isócrates. 1** – Para Demônimo
- Isóc. 2** – Para Nícocles
- Isóc. 3** – Nícocles ou Os Cipriotas
- Isóc. 4** – Panegírico
- Isóc. 5** – Para Filipe
- Isóc. 6** – Arquidamo
- Isóc. 7** – Areopagítico
- Isóc. 8** – Sobre a Paz ou A Confederação
- Isóc. 9** – Evagorás
- Isóc. 10** – Helena
- Isóc. 11** – Busíris
- Isóc. 12** – Panatenaico
- Isóc. 13** – Contra os Sofistas
- Isóc. 14** – Plateico
- Isóc. 15** – Antídose
- Isóc. 16** – A Respeito do Time de Cavalos
- Isóc. 17** – Trapezítico
- Isóc. 18** – Pleito Especial contra Calímaco
- Isóc. 19** – Eginético
- Isóc. 20** – Contra Lóquites

- Isóc.** 21 – Contra Eutino
- Licurgo. Lyc.** 1 – Contra Leócrates
- Lísias.** 1 – Sobre o Assassinato de Eratóstenes
- Lís.** 2 – Discurso Fúnebre
- Lís.** 3 – Contra Simão
- Lís.** 4 – Sobre um Ferimento Premeditado
- Lís.** 5 – Por Cálias
- Lís.** 6 – Contra Andócides
- Lís.** 7 – Sobre o Toco de Oliveira
- Lís.** 8 – Acusação de Calúnia
- Lís.** 9 – Pelo Soldado
- Lís.** 10 – Contra Teomnesto I
- Lís.** 11 – Contra Teomnesto II
- Lís.** 12 – Contra Eratóstenes
- Lís.** 13 – Contra Agorato
- Lís.** 14 – Contra Alcibíades I
- Lís.** 15 – Contra Alcibíades II
- Lís.** 16 – Em Defesa de Mantiteu
- Lís.** 17 – Sobre a Propriedade de Ératon
- Lís.** 18 – Sobre o Confisco da Propriedade do Irmão de Nícias
- Lís.** 19 – Sobre a Propriedade de Aristófanes
- Lís.** 20 – Por Polístrato
- Lís.** 21 – Sobre uma Acusação de Receber Suborno
- Lís.** 22 – Contra os Comerciantes de Cereais
- Lís.** 23 – Contra Pancleonte
- Lís.** 24 – Sobre a Recusa de uma Pensão
- Lís.** 25 – Defesa a uma Acusação de Subverter a Democracia
- Lís.** 26 – Sobre o Escrutínio de Evandro
- Lís.** 27 – Contra Epícrates
- Lís.** 28 – Contra Égocles
- Lís.** 29 – Contra Filócrates
- Lís.** 30 – Contra Nicômaco

**Lís. 31** – Contra Filonte

**Lís. 32** – Contra Diogitonte

**Lís. 33** – Discurso Olímpico

**Lís. 34** – Contra a Subversão da Ancestral Constituição dos Atenienses

## Introdução

A democracia ateniense foi uma experiência histórica marcante no mundo grego antigo. Se por um lado a cidade de Atenas é vista por muitos defensores dos regimes democráticos atuais como o berço da ideia de democracia, por outro, entre os próprios antigos estava enraizada a noção de que o governo democrático era algo distinto do que normalmente se praticava no mundo grego – por isso tantos textos, de História, Filosofia e Teatro confrontaram diretamente esse fenômeno<sup>1</sup>. Diversas abordagens diferentes foram empregadas na tentativa de localizar a sua origem, no entanto esta abordagem genética, como já alertava Marc Bloch, sempre carrega consigo inúmeros problemas<sup>2</sup>. Independentemente de se atribuir as origens da democracia ateniense ao período de Sólon, Clístenes, Efíaltes ou Péricles, para citar alguns dos marcos usualmente advogados pelos historiadores, o que importa é que o processo derivado das transformações sociais e institucionais que em Atenas caracterizaram a passagem do período arcaico para o período clássico já havia ocorrido em meados do século V a.C.<sup>3</sup>. Creio, concordando com a tese de Josiah Ober<sup>4</sup>, que por volta de 508/7 é possível identificar um ponto a partir do qual a democracia ateniense viria a se desenvolver assumindo, nas décadas subsequentes, a forma pela qual a reconhecemos, embora o processo social que culminara nesta data já viesse sendo construído desde muito anos.

Após a união entre vários helenos que caracterizou o período das Guerras Greco-Pérsicas, cada uma das cidades-Estado voltou-se novamente para os seus problemas internos. Apesar de uma renovada ideia de pan-helenismo surgida em consequência do conflito, os helenos precisavam recuperar-se da batalha ao mesmo tempo em que lidavam com a possibilidade de uma terceira incursão persa no Mar Egeu<sup>5</sup>. Não apenas aqueles problemas que já as assolavam antes do avanço dos persas urgiam por soluções, mas também outros, advindos justamente deste esforço descomunal de guerra que fez com que os gregos contrariassem a lógica e vencessem um conflito no qual entraram à revelia de sua vontade e em clara desvantagem numérica.

Após o conflito, no entanto, a correlação de forças entre as *póleis* iria mudar progressivamente, deslocando-se da hegemonia espartana exercida desde o Peloponeso

---

<sup>1</sup> Raaflaub (2007: 13)

<sup>2</sup> Bloch (2001: 56-60)

<sup>3</sup> Todas as referências a datas históricas neste trabalho devem ser identificadas como anteriores à nossa era, salvo exceções devidamente assinaladas.

<sup>4</sup> Ober (2005: 2)

<sup>5</sup> Kallet (2000: 173-84)



para a ascensão de uma grande potência marítima localizada na Ática: a cidade de Atenas<sup>6</sup>. Ao longo de quase cinquenta anos após a aliança que expulsara os persas da porção ocidental do Mar Egeu, Atenas e Esparta disputaram zonas de domínio por terra e mar, cada uma liderando um determinado grupo de outras cidades e sem medir esforços para ter a seu lado aquelas que ainda se mantinham neutras no jogo político da região. É este contexto de tensão entre as duas maiores potências do mundo grego no século V que vai culminar, a partir do ano de 431, naquilo que Tucídides chamou de o maior conflito entre gregos que o mundo já presenciara<sup>7</sup>: a chamada Guerra do Peloponeso.

Este é o ponto inicial do recorte cronológico proposto para esta pesquisa. A partir da guerra do Peloponeso, o império que Atenas erguera em apenas meio século seria colocado à prova diante de seu maior rival pela hegemonia do mundo grego no Mediterrâneo centro-oriental e Mar Egeu. Para os atenienses não estava em jogo apenas a legitimidade de sua autoridade regional. Disputas internas entre democratas e oligarcas marcaram todo o período e ambos viam neste processo um meio de convencer os demais cidadãos de que sua proposta de governo era a melhor saída para a prosperidade da cidade-Estado. Como se sabe, a despeito de algumas idas e vindas, como a suspensão temporária da democracia no fim da guerra, o regime democrático sobreviveu não apenas à derrota na Guerra do Peloponeso, mas ao próprio império de Atenas, esfacelado em fins do século V após vinte e sete belicosos anos. Seria necessário que todo o século IV se passasse para que, finalmente, em 322, a democracia ateniense sucumbisse, se não em teoria, ao menos na prática, ao jugo de outra potência, desta vez a Macedônia de Felipe II e seu filho Alexandre III, aquele que viria a ser conhecido por toda a posteridade como “Alexandre, o Grande”. Este ano marca a outra ponta do recorte cronológico ora proposto.

Nestes mais de cem anos, a democracia ateniense passou por inúmeras fases, foi defendida e atacada por simpatizantes e detratores internos e externos, houve debates e teorias foram formuladas sobre as suas características constitutivas em comparação com outros regimes políticos vigentes entre os gregos. As instituições democráticas são difíceis de definir como algo reificado, pois ao longo de todos esses anos novas e velhas instituições surgiram ou foram prescindidas de acordo com cada contexto e com as forças políticas em atuação.

---

<sup>6</sup> Hornblower (1991: 9-19)

<sup>7</sup> Tuc. I.1.1.

A escolha pelo recorte de aproximadamente um século que foi feita nesta pesquisa está intimamente ligada ao objeto de investigação que proponho: a vida social dos mercadores e comerciantes que atuaram em Atenas durante a democracia. Sabe-se que os mercadores de longa distância já atuavam na Grécia com alguma desenvoltura ao menos desde o início do período arcaico<sup>8</sup>. Assim como também se sabe que a *agorá* de Atenas, local conhecido por desempenhar, dentre outras, a função de praça do mercado ao longo de todo o período clássico, data do início do século VI, quando passa a ser possível, através da Arqueologia, identificar uma mudança gradual dos achados eminentemente privados para os achados de caráter público. Foi ainda neste século que as primeiras grandes construções que marcariam este sítio como o centro da vida política e cívica da cidade de Atenas foram erigidas<sup>9</sup>. Ainda assim, creio que a democracia ateniense não pode ser resumida à mudança de forma, no caso, de forma de governo. É preciso compreendê-la como uma experiência histórica cujo conteúdo é muito distinto daquilo que foi usual no mundo grego. Portanto, por ser um contexto *sui generis*, escolhi analisar o meu objeto de pesquisa em um recorte cronológico claramente definido, destacando sobretudo o período em que a democracia ateniense estava solidamente conformada, não se confundindo nem com os processos que lhe deram origem em fins do Arcaico e inícios do Clássico, tampouco com aqueles processos que testemunharam sua desestruturação através dos desdobramentos do gerenciamento do mundo helenístico.

Os mercadores e comerciantes são, certamente, figuras presentes em muitas sociedades nas quais o comércio teve um papel relevante. O desenvolvimento das atividades comerciais e de sua influência na vida social é um sinal indicativo do aprofundamento da divisão social do trabalho. Conforme as sociedades se tornam mais complexas, alguns indivíduos passam a se afastar das atividades diretamente produtivas, o que implica que uma parte da sociedade tem de produzir não apenas o suficiente para sua própria subsistência, mas também o necessário para que esses setores que não produzem sejam mantidos. Precisa, portanto, haver uma produção crescente de excedentes. Através do contato com outras comunidades e dos diversos grupos internos que compõem a comunidade em questão algumas pessoas, sejam elas provenientes da própria comunidade ou advindas do exterior, passam a se especializar na tarefa de fazer com que a oferta e a demanda de determinados produtos sejam mutuamente satisfeitas,

---

<sup>8</sup> Möley (2000: 54-60)

<sup>9</sup> Camp (2010: 15-6)

agilizando os processos de troca que, de outra maneira, precisariam do contato direto entre produtor e consumidor para que se efetuassem.

Em cada contexto social distinto, no entanto, mercadores e comerciantes assumem papéis diferentes de acordo com as diversas configurações sociais vigentes, seja no âmbito econômico, político ou cultural. O objetivo desta pesquisa é realizar um levantamento dos diversos aspectos das vidas dos mercadores e comerciantes que atuavam na democracia durante a vigência deste modo de governo na cidade de Atenas, entendendo de que forma eles se adaptavam a este regime e, por outro lado, como o regime democrático lidava com a sua atividade.

Creio que este trabalho se faz necessário por dois motivos fundamentais. Em primeiro lugar, os trabalhos que se dedicam exaustivamente à análise deste grupo de pessoas durante a democracia ateniense são muito escassos. Tradicionalmente mercadores e comerciantes foram sempre encarados como desideratos de uma maneira ou outra de se conceber a Economia Antiga, ou seja, a discussão sobre sua atuação sempre veio na esteira da discussão sobre o caráter da relação entre economia e sociedade no mundo antigo. Dentro desta perspectiva, poucos foram os avanços: quando um pesquisador trabalhava com a hipótese de que a economia na antiguidade era pouco desenvolvida e o comércio não tinha um papel dominante nas relações sociais, por exemplo, tanto comerciantes quanto mercadores eram vistos como grupos sociais marginalizados, analfabetos e sem racionalidade. Por outro lado, quando se partia da premissa de uma economia racional, desenvolvida, próxima em termos de funcionamento às economias modernas, embora com números reduzidos, partia-se da premissa de que era possível obter bons lucros a partir da atividade comercial, a qual não poderia ser levada a cabo, portanto, por setores menos instruídos da população, já que ela era um caminho de ascensão social ao alcance daqueles que se arriscassem em seus meandros. Meu trabalho tenta considerar o conjunto destes debates para fornecer, a partir de contribuições teóricas e metodológicas distintas daquelas usualmente aplicadas ao tema, uma interpretação que possa contribuir para a escrita de uma história social dos mercadores e comerciantes na democracia ateniense de forma a compreendê-los como sujeitos ativos no contexto histórico do qual faziam parte, não apenas como reflexo de relações nas quais tomavam parte.

Em segundo lugar, os debates entre primitivistas e modernistas, brevemente aludidos acima, bem como suas variantes – como a querela entre substantivistas e

formalistas, que abordarei ao longo do trabalho – deixaram de ser produtivos há alguns anos no campo da chamada Economia Antiga<sup>10</sup>. Em minha opinião, isso ocorre porque determinadas premissas continuam sendo apenas concepções internalizadas, nem sempre problematizadas pelos pesquisadores como categorias analíticas. Porém, o principal problema, a meu ver, é que algumas correntes clássicas da história social, as quais tiveram grandes contribuições para a escrita da história desde a sua formulação, acabam não sendo contempladas devidamente nestes debates. É o caso do materialismo histórico, concepção histórica gestada durante o século XIX por Marx e Engels e que teve contribuições indeléveis em todas as áreas das ciências humanas, principalmente, pode-se dizer, na Economia, na Sociologia e na Antropologia, ciências a partir das quais se pretende construir, atualmente, construir alternativas interpretativas para a Economia Antiga. Desta maneira, penso que não se deve desconsiderar as contribuições teóricas do marxismo para o estudo das relações econômico-sociais na antiguidade, sendo este o arcabouço teórico do qual parto, primordialmente, ao longo de toda a presente pesquisa.

O marxismo, devido ao seu engajamento político com as questões do presente, é uma corrente teórica que necessita estar imersa constantemente em profunda autocrítica. Desta maneira, em seu interior se travam disputas que muitas vezes são tão grandes ou maiores do que aquelas que existem entre correntes de pensamento radicalmente distintas. De forma resumida, o marxismo que pretendo resgatar aqui é aquele que considero mais fiel aos preceitos elaborados pelos seus fundadores e que tomaram corpo ao longo do tempo nas figuras mais destacadas do que ficou conhecido como “marxismo ortodoxo”: Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Lukács. De maneira menos generalista, alguns autores serão importantes para pensar aspectos específicos deste trabalho e não são, todos eles, necessariamente considerados marxistas ortodoxos: E. P. Thompson, Ellen Wood, Terry Eagleton, David Harvey, Pierre Vilar, Josep Fontana, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Ciro Cardoso e Virgínia Fontes, para citar alguns. O que o marxismo ao qual me filio teoricamente tem em comum com todos esses autores é o fato de serem amplamente contrários ao marxismo excessivamente estruturalista elaborado e difundido por Louis Althusser e seus discípulos a partir de meados do século XX. Durante décadas a escola althusseriana da filosofia marxista foi sólida e chegou, por vezes, a se confundir com o marxismo de forma mais geral. A derrocada do regime soviético, no entanto, provocou uma nova onda de autocrítica e, conseqüentemente, a revitalização de autores e correntes

---

<sup>10</sup> Migeotte (2009: 1-3)

do marxismo que estavam afastadas da discussão política mais imediata, embora nunca tenham deixado de fornecer respostas argutas aos problemas científicos de seu tempo. É esse materialismo histórico profundamente dialético que eu advogo neste trabalho, não as versões tecnicistas, evolucionistas unilineares, estalinistas e radicalmente estruturalistas do marxismo que por ventura tenham vindo à tona ao longo do século XX.

A partir deste quadro teórico desenvolverei diálogos com outros temas afins tentando, por meio deles, angariar elementos que possibilitem o refinamento e adaptação do marxismo tanto para um contexto epistemológico atual quanto para sua aplicação ao mundo antigo, dois movimentos que precisam ser cuidadosamente executados devido ao fato de serem menos frequentemente realizados do que seria desejável para o avanço das ciências humanas. Dialogarei de perto, principalmente, com a Antropologia Econômica, a Economia e a História do Cotidiano em busca de conceitos e categorias que me permitam escrever uma história social dos mercadores e comerciantes na democracia ateniense para além de uma descrição das instituições sociais nas quais esses personagens estavam envolvidos.

A minha hipótese central neste trabalho é a de que mercadores e comerciantes influenciaram a tomada de decisões na democracia ateniense ao longo de toda a sua existência. Normalmente os pesquisadores defendem a ideia de que o comércio, durante a democracia ateniense, era uma atividade exclusivamente privada, ou seja, não cabia ao Estado interferir nas negociações entre as pessoas. Nesta concepção de democracia, a esfera pública deveria se eximir, sempre que possível, de interferir no desempenho das relações comerciais, cabendo aos indivíduos, compradores e vendedores, resolverem entre si os termos de suas transações. Alguns detalhes, obviamente, inviabilizariam uma interpretação radical que partisse deste ponto de vista, pois há referências a diversos elementos da vida pública cujo impacto nas relações comerciais era tremendo: exclusividade de pesos e medidas sob a égide do Estado, leis de funcionamento da praça do mercado, tribunais exclusivos para resolver querelas comerciais, regulação dos preços de determinadas mercadorias, cobrança de taxas aduaneiras para mercadores de longa distância que desejassem comercializar seus produtos na cidade portuária de Atenas, dentre outros. É claro que havia, portanto, uma preocupação do público com esta atividade que é concebida como sendo eminentemente privada. No entanto, ainda assim, os historiadores tendem a afirmar que a preocupação da *pólis* democrática era apenas garantir um fluxo constante de produtos do mercado externo para dentro de suas

fronteiras, assegurar uma quantia adequada de dinheiro para o erário público através das taxas comerciais e, por fim, avaliar que nenhum cidadão seria prejudicado nas transações feitas no varejo. A preocupação da cidade, portanto, seria estabelecer determinadas regras para que estivesse afiançado, do ponto de vista ateniense, o bem comum.

Ao longo do trabalho tentarei demonstrar que esta concepção da democracia ateniense é equivocada, pois é pouco crítica da documentação e não deixa suficiente espaço para análise dos conflitos sociais inerentes à democracia de Atenas. Além disso proponho que não apenas é verdade que os mercadores precisavam considerar determinadas atitudes do Estado antes de desempenharem suas funções, como o contrário também se mostra correto: o Estado precisava considerar determinadas atitudes dos comerciantes e mercadores antes de tomar diversas decisões importantes para o gerenciamento da democracia, o que indica que, através do desempenho cotidiano de suas atividades, os mercadores e comerciantes tinham a capacidade de influenciar, inclusive politicamente, os destinos da democracia ateniense.

Como fontes primárias eu decidi trabalhar exclusivamente com textos escritos, especificamente com textos literários e forenses. A inclusão de documentação epigráfica e arqueológica, embora seja interessante para qualquer trabalho de Economia Antiga, acabaria inviabilizando uma análise aprofundada do *corpus* literário proposto devido aos limites de espaço e tempo impostos a uma dissertação de mestrado. Desta forma, optei por realizar uma análise detida dos documentos textuais atendo-me àquelas questões que poderiam ser bem pesquisadas através deste tipo de fonte. Os autores utilizados aqui foram Aristófanes, o comediógrafo, e os chamados dez oradores áticos<sup>11</sup>. Autores como Tucídides, Platão, Aristóteles e Xenofonte aparecem em algumas menções, mas como documentação de apoio, não tendo sido submetidos ao mesmo tratamento refinado que aqueles supracitados. A eleição daqueles autores em detrimento dos filósofos e historiadores se deu por conta dos objetivos desta pesquisa. Não pretendo apenas investigar as representações sociais correntes de mercadores e comerciantes na democracia ateniense, mas, especialmente, a sua vivência cotidiana, a sua prática social e a sua atividade laboral. Privilegiei, desta forma, autores cujo tipo de texto favoreciam questionamentos nesta direção em detrimento daqueles mais especulativos e cujos trabalhos fossem mais restritamente fruto de sua visão idealizada da *pólis*. Certamente,

---

<sup>11</sup> Embora este tenha sido o nome dado ao cânon pelos gramáticos alexandrinos, hoje se sabe que há textos de mais do que dez oradores dentro do *corpus* aqui utilizado.

as representações sociais estão presentes em todos os textos, bem como a visão ideológica dos seus autores. Tanto os tratados de Xenofonte escritos para educar a jovem aristocracia terratenente, quanto os textos de Demóstenes escritos para defender um indivíduo diante do tribunal carregam as visões de mundo de seus autores. O estilo de cada texto, no entanto, pode favorecer ou dificultar a aparição destas visões de mundo através dos discursos produzidos. Diz-se que determinados textos podem ser mais “transparentes” e outros mais “opacos” no sentido de que em alguns é possível claramente enxergar o seu autor, enquanto em outros é mais difícil fazê-lo. A escolha pelos textos de Aristófanes e dos oradores áticos se deu, principalmente, pelo seu caráter. Cada tipo de texto foi escrito com um objetivo específico, portanto teve condições de produção e circulação distintas que precisam ser levadas em consideração na hora de sua análise<sup>12</sup>. As comédias de Aristófanes, por serem textos marcados pelo humor e apresentados ao público em geral, precisavam partir de determinados elementos do senso comum que me parecem interessantes para compreender como os habitantes de Atenas enxergavam os comerciantes e mercadores. Há muitas piadas envolvendo essas figuras ao longo de suas peças completas, inclusive há alguns protagonistas que desempenham funções comerciais para sobreviver. Apesar da dificuldade implicada em trabalhar com textos de caráter cômico, suas inversões e mudanças bruscas de direção, adotei-os tendo em vista esse elemento do conhecimento comum no qual as piadas precisam se basear para que possam ser compreendidas por seu público e entendidas como engraçadas<sup>13</sup>. O uso dessas paródias da vida real os torna uma fonte privilegiada para entender o cotidiano da cidade de Atenas durante a democracia entre os séculos V e IV. Os oradores áticos, por sua vez, foram elencados aqui por um motivo distinto. Por se tratar de textos proferidos mediante a instauração de um problema, fosse ele uma discussão na Assembleia ou a resolução de um litígio em tribunais, as pessoas que escreviam e/ou proferiam esses textos precisavam levar em consideração, constantemente, a opinião do público. Embora isso seja prejudicial do ponto de vista da acuidade das informações contidas neles, já que para alcançar certos objetivos retóricos era comum recorrer ao exagero ou mesmo à mentira, por outro lado havia um claro limite estabelecido por este tipo de discurso: o da

---

<sup>12</sup> Essas observações foram feitas a partir de uma pesquisa anteriormente realizada, ainda no âmbito da iniciação científica e de meu trabalho de conclusão de curso de graduação em História na UFF, em que trabalhei exaustivamente com a produção e circulação dos textos de Demóstenes buscando identificar ali as representações sobre os mercadores de longa distância no século IV.

<sup>13</sup> Dover (1972: 72-7)

verossimilhança<sup>14</sup>. Ninguém podia ser impreciso o suficiente a ponto de soar absurdo e desabonar todo o discurso que fora proferido até então. Além disso, em vários desses discursos é possível identificar o envolvimento de comerciantes e mercadores com as questões discutidas, o que faz deles outra fonte importante para compreender o cotidiano e a vida econômica de Atenas durante a democracia.

A abordagem das fontes, portanto, não pretende-se fazer a partir da referência a elas exclusivamente como manancial de informações que respaldem tal ou qual interpretação com a apresentação de dados objetivos. O que pretendo é, através da análise crítica desses textos, retirar deles aquilo que eles apresentam de maneira indireta, subjetiva, como pano de fundo ou nas entrelinhas, a respeito da vida de mercadores e comerciantes. Esses elementos arraigados, que aparecem através dos textos e de maneira involuntária, são fundamentais para compreender a realidade, pois devido à ausência de mediação com que se apresentam, de forma involuntária, permitem o entendimento e a problematização de elementos do real normalmente subjacentes nas análises.

Metodologicamente eu realizei esta pesquisa em três passos distintos, cada um deles em um nível de abstração diferente.

Primeiramente pretendi realizar uma discussão sobre as diferentes concepções de *pólis* usualmente correntes na historiografia, pois acredito que qualquer história escrita sobre o período escolhido para este trabalho precisa considerar as premissas das quais se parte quando se fala da cidade-Estado grega. Estas reflexões, de cunho mais teórico, foram realizadas primordialmente no capítulo 1, podendo alguns aspectos seus aparecer também em outras partes da dissertação. Escolhi começar por esta discussão teórica de modo que ficassem explícitos alguns pontos de partida que norteiam o restante da pesquisa. Este primeiro capítulo é fundamentalmente dedicado à análise de bibliografia sobre o tema, sendo assim poucas referências às fontes primárias são feitas neste momento. A parte final deste capítulo é dedicada a uma discussão a respeito da história do cotidiano e de como conceitos retirados desta experiência historiográfica podem ajudar a compreender melhor o objeto central desta pesquisa. Nele se encontra o nível de maior abstração do trabalho, o momento inicial no qual, a partir de determinadas definições, estabeleço os limites para um mergulho mais intenso na documentação primária e nos problemas trazidos por toda a sua complexidade.

---

<sup>14</sup> Todd (1990: 159-178)



O segundo capítulo, por sua vez, combina as análises quantitativa e qualitativa da documentação disponível. Nele pretendo apresentar as diversas correntes historiográficas e suas interpretações sobre a vida social de comerciantes e mercadores na Atenas clássica. Além disso, pretendo, a partir da documentação escolhida, fornecer dados que refutem as interpretações tradicionais então apresentadas. Como se sabe, é muito difícil recorrer a uma quantificação dos dados que seja suficientemente precisa para o mundo antigo. O caráter fragmentário e descontínuo das fontes não permite nenhuma aproximação minimamente aceitável do conjunto dos dados de época disponíveis, tornando qualquer tentativa de operacionalização quantitativa uma tarefa difícil e perigosa. Para os efeitos desta dissertação, no entanto, creio que a metodologia empregada tenha sido suficientemente precisa não para demonstrar a minha hipótese, mas para refutar outras, parte importante do processo científico. A partir dessas refutações avanço algumas proposições quanto à caracterização dos mercadores e comerciantes como grupos sociais heterogêneos que compartilham entre si uma mesma racionalidade, a racionalidade comercial. Além de analisar e aplicar este conceito chave para compreender as relações travadas dentro destes grupos sociais também traço um limite preciso entre os comerciantes e mercadores especialistas e todos os outros grupos que atuavam esporadicamente na venda de produtos no território ático.

A quantificação dos dados foi feita a partir da conjunção de duas ferramentas eletrônicas sem as quais este tipo de trabalho teria sido muito mais difícil de ser realizado por apenas uma pessoa. A partir da base de dados *Thesaurus Linguae Graecae*, que contém todos os textos do *corpus* por mim selecionado, pude procurar determinados vocábulos, em grego antigo, referentes aos termos que a leitura prévia das fontes e da bibliografia especializada me haviam indicado como sendo aqueles diretamente ligados às figuras do comerciante e do mercador no período clássico. Utilizando a ferramenta *Diogenes*, um buscador especificamente desenvolvido para trabalhar em conjunto com as bases do *Thesaurus*, busquei pelas seguintes palavras: *agorá*, *agorázo*, *amoibós*, *emporía*, *émporos*, *ergastérion*, *kapeleía*, *kápelos*, *náukleros*, *poléo*, *póles*, *poletés* e *pragmatéia*, em todas as declinações possíveis, bem como todos os derivados destas palavras formados por prefixos e sufixos. Após obter o resultado das passagens que continham os vocábulos buscados, montei uma tabela em que cataloguei cada uma das entradas conforme os seguintes parâmetros: *fonte*, *nome* (do mercador ou comerciante), *ocupação*,

*origem, status em Atenas, riqueza, prestígio, parcerias, mercadorias e contexto*<sup>15</sup>. A metodologia aqui utilizada foi inspirada na leitura isotópica, embora não possa ser considerada uma reprodução fiel de seus preceitos, já que para fins explicativos eu recorri a outra metodologia – Análise de Conteúdo e preceitos do Estruturalismo Genético. Algumas dessas entradas foram sugeridas no catálogo dos mercadores de longa distância feito por Reed<sup>16</sup>. Embora eu tenha utilizado nesta pesquisa apenas os dados referentes ao *corpus* selecionado, fiz uma busca mais alargada, embora menos rigorosa, em todos os textos escritos no período e pude constatar que a amostra de fontes que ora apresento é representativa e não altera as conclusões a que se pode chegar com este tipo de esforço de quantificação. A partir da compilação desses dados pretendo testar algumas hipóteses aventadas ao longo do último século, como as proposições de que mercadores e comerciantes eram exclusivamente metecos ou estrangeiros, que eram um grupo de pessoas tendencialmente pobres, ou tendencialmente ricos, por exemplo. Nisto consiste a minha tentativa de definir quem eram os comerciantes e mercadores da democracia ateniense, pondo à prova algumas interpretações e me apropriando de alguns aspectos delas para formular uma alternativa que julgo mais adequada.

Do ponto de vista qualitativo, analisei os textos a partir de uma metodologia que combina técnicas da Análise de Conteúdo<sup>17</sup> com o Estruturalismo Genético<sup>18</sup> tentando considerar o papel das condições de produção e circulação no resultado discursivo que chegou até os dias atuais por meio do texto, bem como problematizando as noções de autoria para compreender que o texto é fruto de um contexto social em sua totalidade imiscuído na individualidade do autor, não fruto do gênio de uma pessoa acima dos conflitos e dilemas da sociedade na qual vive.

O capítulo final foi dedicado a estabelecer o nexos fundamental entre a prática dos comerciantes e mercadores e a existência de um aparato institucional que tentava lidar com essa prática cotidiana. Analisei as diversas variáveis que atuavam sobre a vida dos comerciantes e mercadores atuando em diferentes localidades do território ático para demonstrar que o comércio estava realmente bastante arraigado no modo de vida da democracia ateniense, o que explica a naturalidade com que os habitantes da cidade lidavam com questões cotidianas ligadas à atividade comercial e à atuação dos

---

<sup>15</sup> Esta tabela pode ser encontrada nos anexos deste trabalho

<sup>16</sup> Reed (2003: 93-132)

<sup>17</sup> Bardin (2011)

<sup>18</sup> Goldmann (1976)

mercadores e comerciantes. Em seguida trabalhei a hipótese de que o aparato institucional foi desenvolvido historicamente ao longo de toda a democracia para lidar com questões de ordem prática que se impunham à realidade da cidade. Apesar dos discursos tradicionais de alguns grupos sociais que enalteciam o papel do camponês-guerreiro-cidadão, a cidade dos habitantes era construída diariamente por mais pessoas do que apenas os nascidos atenienses que compartilhavam um mesmo estilo de vida. Cidadãos pobres, metecos, escravos, estrangeiros, todos eles tinham seus diferentes modos de viver e a prática social de comerciantes e mercadores é um exemplo de como a prática impôs ao discurso a necessidade de incluir esses grupos até mesmo no aparato institucional da cidade. As situações analisadas de forma mais detida foram as tentativas de regulação do comércio por parte do Estado ateniense, o exemplo da importação de cereais e a presença e atuação de mercadores nos fóruns democráticos destinados à resolução de querelas comerciais, os *dikái emporikái*.

Agora que estabeleci os parâmetros iniciais e ofereci um panorama amplo das razões e motivos que guiaram as escolhas feitas na elaboração desta dissertação passo aos capítulos propriamente ditos com a esperança de que esta pequena introdução tenha sido capaz de situar o leitor no quadro mental que me guiou ao longo de todo o trabalho.

# Capítulo 1

## Além e Aquém da *Pólis*<sup>19</sup>: Entre os Estudos Mediterrânicos e a História do Cotidiano

### Introdução:

Ao longo de toda a história os seres humanos precisaram lidar com um problema imediato: os recursos necessários à produção e reprodução de sua vida material. Tomem estas as formas específicas que forem, os recursos estão desigualmente distribuídos ao longo do espaço na relação com o qual se estabelecem. Desta forma, às vezes mais, às vezes menos, sempre foi preciso inventar soluções que possibilitassem que os frutos sociais do trabalho encontrassem seu destino final, seu uso ou seu consumo. Tanto quanto o trabalho, as trocas intercomunitárias são uma realidade historicamente onipresente. Quando se trata de sociedades em que existe um determinado nível de complexidade que permite a uma parcela das pessoas não estar diretamente engajada no processo de transformação da natureza através do qual se reproduzem as condições de existência, ou seja, quando o trabalho produtivo deixa de ser o destino de todos para ser o destino de alguns – muitos ou poucos – outro fator, além das diferentes características naturais de cada região, potencializa as trocas: é preciso que alguns produzam mais do que o necessário para si tendo em vista o sustento daqueles que não são produtores diretos. Sigo, assim, Ciro Cardoso e Friedrich Engels: “*Interessa-me a Economia Política tal como a definiu Engels: ‘ciência das condições e das formas em que as sociedades humanas produziram, trocaram e repartiram os produtos de uma maneira correspondente’*”<sup>20</sup>

O tema de minha pesquisa são as relações comerciais em que Atenas estava envolvida no século IV a.C.<sup>21</sup>. As noções de *emporía* e *kapeleía* correntes no mundo grego do período Clássico, a meu ver, não são referentes, exclusivamente, a uma divisão do trabalho no nível do comércio, como tradicionalmente se afirmou na historiografia dedicada ao tema<sup>22</sup>. Dentro desta tradição a primeira estaria ligada ao comércio de longa distância e a segunda ao comércio a varejo. Proponho que, diferentemente, elas sejam expressões históricas de uma realidade concreta, material e contraditória que

---

<sup>19</sup> O título deste capítulo é inspirado no artigo *Beyond and Below the Polis – Networks, Associations, and the Writing of Greek History*. Ver: Vlassopoulos (2007b)

<sup>20</sup> Engels (1970) *apud* Cardoso (1988: 7)

<sup>21</sup> Todas as datas históricas referentes à Antiguidade neste texto se situam no período anterior a nossa Era.

<sup>22</sup> Destaque para Hasebroek (1933), Finley (1980), Vélissaropoulos-Karakostas (2002), Reed (2003).

caracterizava o comércio no período. Nos marcos políticos da democracia ateniense, que dependia da importação de grãos para alimentar sua população<sup>23</sup> e que proibia a exportação de seus produtos agrícolas<sup>24</sup>, a *emporía* era vista pela elite como um “bom comércio”, necessário por realocar os produtos que, de outra forma, estariam dispersos, esparsos e distantes do seu local adequado de consumo: o seio da comunidade cidadã de Atenas; enquanto a *kapeleía* era vista, por esta mesma elite, como sendo prejudicial, um mal a ser extirpado, pois era a atividade comercial levada a cabo exclusivamente a partir de interesses de enriquecimento individual, não considerando acima de tudo o “bem comum”, a comunidade. Por trás da ideologia<sup>25</sup> de determinados da elite terratenente ateniense está, no entanto, uma contradição real: *emporía* e *kapeleía*, não eram duas atividades completamente distintas, mas duas facetas de um mesmo fenômeno, a saber, o comércio, aquele que, por um lado, possibilitava a integração comunitária de Atenas através do afluxo de produtos dos quais tinha necessidade, mas, por outro, permitia o protagonismo social de parcelas da população que não tinham o prestígio social advindo da mítica ligação ancestral com os deuses ou os heróis fundadores, mas que controlava quantidades consideráveis de riqueza em uma sociedade cada vez mais clivada pelas relações comerciais locais e de longa distância. Ou seja, apesar de fonte de integração social, o comércio trazia consigo o potencial “ameaçador” de novas relações que não se ajustavam harmonicamente nem nos marcos institucionais da tradição aristocrática, nem nos da democracia comandada pelos 30.000 cidadãos adultos, homens, livres passados pelo ritual da *ephebeía* (em outras palavras, 10% do total da população ática do período)<sup>26</sup>. Se não se inseria harmonicamente por um lado, por outro acabava se acomodando de alguma forma, pois foi nesses marcos que a atividade comercial se

---

<sup>23</sup> Foxhall; Forbes (1982: 41-91). Moreno (2007) *contra* Garnsey (1988)

<sup>24</sup> Descat (1983)

<sup>25</sup> O termo “ideologia” é polissêmico. Terry Eagleton (1997: 15-6), por exemplo, aponta 16 usos atualmente correntes do termo para demonstrar as dificuldades de se definir apropriadamente para fins científicos os significados deste conceito. Para um breve histórico dos usos da palavra desde a sua aparição na língua inglesa, vindo do francês, até os dias de hoje, ver Williams (2007: 212-17). Neste trabalho, salvo em casos devidamente assinalados, compreendo ideologia como “*as formas nas quais os homens tornam-se conscientes do conflito surgido das condições e das mudanças de condição na produção econômica*”, como aparece em Williams (2007: 215). Esse sentido pode ser estendido para “*(...) em cada caso, ideologia é o sistema de ideias apropriado àquela classe*”, como remete o mesmo autor baseando-se em Lênin. Utilizo, de forma geral, o sentido de ideologia que mais se aproxima a “visão de mundo de determinado grupo de pessoas”, uma definição razoavelmente neutra e que é partilhada nas ciências sociais por várias correntes de pensamento além do marxismo. Williams (1977: 60), em seu clássico sobre a relação entre *Marxismo e Literatura*, identifica três usos principais do termo nas ciências humanas: 1) sistema de crenças característico de uma classe ou grupo (como indiquei acima), 2) sistema de crenças ilusórios (ideologia como falsa consciência) e 3) processo geral da produção de significados e ideias. Ao longo desta dissertação gravitarei entre o primeiro e o terceiro significados, geralmente me aproximando mais do primeiro.

<sup>26</sup> Hansen (1999: 93-4)

desenvolveu. O que pretendo apontar, então, é que este não foi um processo que passou despercebido pelos seus contemporâneos, mas, pelo contrário, originou diversas visões conflitantes e contraditórias que sobreviveram até nossos dias na forma de diferentes tipos de textos, dentre os quais pretendo abordar especialmente os discursos dos oradores áticos e comédias de teatro.

Sendo essa uma de minhas hipóteses, não é possível, no entanto, colocá-la à prova sem antes investigar as estruturas que permitiam que o comércio se apresentasse desta maneira e que fundamentassem a elaboração de uma concepção social partida, fraturada, de um fenômeno dialético e orgânico.

Desta maneira, o objetivo deste capítulo é situar Atenas em um contexto histórico mais amplo, um contexto que considere não apenas a configuração institucional da cidade grega antiga, mas todas as relações reais que se desenvolveram em seu seio, para além de seu alcance (como os processos de integração social no Egeu, Mar Negro e Mediterrâneo Oriental) ou mesmo aquém dele (aquelas que aparecem na forma de atividades banais, cotidianas, sobre as quais o aparato de instituições da democracia não conseguia ou não precisava exercer sua autoridade). Antes de situar, contudo, é preciso definir. E às definições será dedicada a primeira parte deste capítulo. É preciso compreender o contexto teórico e historiográfico, bem como as diferentes razões pelas quais uma visão institucional e/ou formal da *pólis* acaba influenciando todos os estudos sobre o período clássico na Grécia. Em seguida irei criticar algumas das possibilidades teóricas que têm sido aventadas mais recentemente no esforço de melhor compreender a realidade histórica do Mediterrâneo no período, bem como proporei, em seguida, dialogando com estes últimos e recuperando outros tantos, alguns fundamentos teórico-metodológicos que nortearão a minha pesquisa e que, creio, serão o seu diferencial em um universo já excessivamente povoado de trabalhos.

### **1.1) Desconstruindo a *Pólis* para Superar uma História Institucional**

Nesta seção seguirei de perto as críticas e desafios elaborados por Kostas Vlassopoulos<sup>27</sup>, uma tentativa de desconstruir as bases sobre as quais tem sido escrita a história do mundo grego antigo – bases estas compartilhadas, de maneira tácita, por pesquisadores das mais diversas correntes teóricas. Como ficará claro, contudo, não concordo com todas as conclusões e caminhos apresentados pelo autor em seus escritos

---

<sup>27</sup> Vlassopoulos (2007); (2007a); (2007b)

e, paralelamente, proporei algumas discussões que não são diretamente abordadas pelo historiador grego em seus trabalhos de modo a tornar mais claros os meus próprios pontos de vista sobre as questões.

Vlassopoulos começa seu livro citando o famoso aforisma de Croce: “*Toda história é história contemporânea*”. A partir daí o autor desenvolve um raciocínio que, a despeito de parecer óbvio, tem o mérito da originalidade. Muitas foram as discussões acerca do lugar de onde escrevemos a história, ou seja, de onde olhamos para o passado e o interpretamos. As contribuições da Antropologia, principalmente durante o século XX, abalaram profundamente as noções de um progresso unilinear, de um destino manifesto daquilo que é considerado o Ocidente sobre todas as outras comunidades que são vistas como não-ocidentais. As críticas ao etnocentrismo foram fundamentais em toda a grande área das Ciências Humanas e, com o passar do tempo, os pesquisadores tiveram de lidar, em alguma medida, com o problema do Outro. Contudo, isso não dissipou a convicção de que algumas pessoas ainda se alimentam no pretense fato de que, se a humanidade ainda não atingiu o ápice da civilização com o desenvolvimento do capitalismo, certamente está caminhando a passos largos para isso.

O interesse acerca da história clássica fluiu em um *continuum* desde a própria Antiguidade, ora de forma mais acentuada, ora de maneira mais tímida. Em cada momento histórico a Antiguidade foi indagada por questões colocadas a partir de determinado contexto específico. E as respostas a essas questões configuram um amplo quadro de narrativas diferenciadas e também historicamente específicas.

O ressurgimento de um exacerbado interesse na Antiguidade, característico do período que convencionou-se chamar Renascimento, também pode ser explicado dentro dos parâmetros históricos que fomentaram esse movimento. Embora não seja este o objetivo do presente trabalho, é notável o fato de que foi a maneira de se escrever história neste período, ou seja, a Antiguidade como etapa da “história universal” que lançou as bases sobre as quais, ainda hoje, se escreve a história das civilizações grega e romana<sup>28</sup>.

No século XVIII, com o desenvolvimento do Iluminismo, outras facetas desta “história universal” emergiam, dentre as quais pode-se destacar a Filosofia da História hegeliana, enquadrada nos parâmetros do idealismo alemão, o qual percebia a história como a encarnação de um espírito (*geist*), por determinado povo (*volk*) cujo

---

<sup>28</sup> Vlassopoulos (2007b: 20-2)

desenvolvimento ao longo do tempo levava a diversas manifestações históricas específicas, possibilitando que se falasse em um “espírito da época” (*zeitgeist*) para se referir às características culturais de uma dada sociedade em um dado espaço de tempo<sup>29</sup>. Esta foi a Filosofia da História duramente criticada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, em meados do século seguinte<sup>30</sup>.

Após a Revolução Francesa, sublimação das ideias iluministas em uma realidade política concreta, e a ascensão de diversos Estados-Nação na Europa e na América<sup>31</sup>, passou a integrar a agenda política uma série de questões relacionadas ao funcionamento de uma comunidade política, bem como os mecanismos pelos quais se daria a participação das pessoas nesta comunidade. Pela primeira vez em muitos séculos, através da (re-) construção da ideia de cidadania, as pessoas tomavam em suas mãos os destinos da história, podendo reconstruir a sociedade inteira e tendo de lidar com todos os questionamentos advindos deste processo: qual é a natureza da sociedade; das suas instituições; a forma e a natureza das mudanças sociais; a relevância do passado para a construção do presente e o vislumbre de diversos futuros possíveis ou desejáveis<sup>32</sup>.

Neste processo, segundo Vlassopoulos, a história grega antiga foi afetada de três formas: 1) a construção das temporalidades com as quais ainda lidamos, grosso modo; 2) a elaboração do sujeito da história grega (era a história de uma área geográfica, de um povo, seriam os gregos apenas um conceito?); 3) as ferramentas utilizadas na construção da narrativa histórica (que fontes eram adequadas e quais poderiam ser descartadas na escrita de uma história da Grécia Antiga?). As respostas a essas indagações se cristalizaram de tal maneira que, ainda hoje, seus desdobramentos são tomados como fatos naturais da história grega por uma parte considerável dos estudiosos.

*“A Revolução Industrial teve consequências igualmente importantes. O Ocidente estava agora em uma posição capaz de pleitear uma incontestada supremacia mundial graças aos grandes avanços em sua tecnologia, produtividade e poder; essas mudanças monumentais impressionaram tanto o povo (europeu) daquele tempo que eles tentaram explicar essa empreitada bem-sucedida do Ocidente rumo à supremacia mundial. Todos os grandes pensadores do século XIX lidaram com a questão da ‘ascensão do Ocidente’”<sup>33</sup>*

---

<sup>29</sup> Vlassopoulos (2007b: 21)

<sup>30</sup> Marx e Engels (2007)

<sup>31</sup> Hobsbawm (1990)

<sup>32</sup> Vlassopoulos (2007b: 29)

<sup>33</sup> Vlassopoulos (2007b: 29)



As consequências fundamentais da articulação desses movimentos histórico, político e cultural na escrita da história da Grécia Antiga podem ser seguidas de perto ao longo de todo o *Unthinking the Greek Polis*. Por ora é suficiente listar as principais marcas, até hoje indelévels, deste processo<sup>34</sup>:

- 1) Escreve-se uma história do Mediterrâneo Antigo no período de maneira profundamente helenocêntrica, ou seja, do ponto de vista dos gregos frente às demais populações que havia na região, e não porque os gregos mantivessem uma hegemonia política consolidada sobre eles como pudemos ver na seção anterior. Em diversos períodos e regiões, o contrário é que foi verdade, como, por exemplo, com relação às *póleis* jônias sob a égide do Império Persa – onde, ao que se sabe, lutaram mais gregos do que no exército ateniense.
- 2) Ao traduzir-se o termo *pólis* por cidade-Estado (o que eu continuarei fazendo para evitar a repetição do termo), não se aborda um fato fundamental: esta era uma forma típica de existência da cidade-Estado no período, mas não era a única. Havia outras, como as cidades fenícias de Tiro e Biblos, suas colônias como Cartago e Cádiz, as cidades etruscas como Fufluna (Populônia) e Curtun (Cortona). Estamos falando, portanto, de um mundo multifacetado com predomínios apenas regionais e estabelecidos de modo muito frágil, o que só vai se alterar com a consolidação do projeto imperial romano, séculos depois!
- 3) Escreve-se uma história da Grécia Antiga profundamente atenocêntrica, ou seja, do ponto de vista de Atenas. Não apenas porque é de lá que provêm uma parte significativa de toda a documentação referente ao mundo grego a que temos acesso, mas também porque se enxerga na democracia ateniense o embrião histórico que justifica as formas de organização do Estado-Nação contemporâneo, sempre análogas à democracia (isso porque deixamos de mencionar a intrincada relação ideológica que o estabelecimento da democracia estadunidense traça entre a sua história e a da democracia antiga, o que, por si só, seria tema de um trabalho). Esquece-se que os casos melhor documentados em termos de textos escritos,

---

<sup>34</sup> Desde os anos 1980, mas principalmente a partir dos anos 1990, diversos estudos têm sido realizados com o objetivo de escrever uma história da Grécia antiga que não se limite por essas características. Apesar dos esforços de historiadores como o próprio Vlassopoulos, Violaine Cebillotte Cuchet (em palestra ministrada em 24/04/14 na UFF), Reden (1995), Bresson (2000, 2007, 2008, 2014) e aqueles que compõem o volume editado por Murray e Prince (1990), apenas para citar alguns, ainda é possível dizer que o paradigma ao qual me refiro aqui não perdeu sua posição hegemônica, embora seja cada vez mais questionado.

como Atenas e Esparta (e talvez possamos englobar Tebas, com alguma boa vontade) são também os casos excepcionais de uma realidade que, ao todo, contava com mais de mil comunidades políticas gregas “independentes” e funcionando mais ou menos nos moldes de uma cidade-Estado<sup>35</sup>.

- 4) Aceita-se como verdadeiras as imagens da institucionalidade ateniense que as nossas fontes escritas nos transmitem, esquecendo-se, por exemplo, que essas fontes são fruto de um lugar de fala específico, com interesses político-ideológicos bastante demarcados no momento de sua produção. Desta maneira, toma-se como descrição fiel da realidade o funcionamento das cidades-Estado sendo controlado inteiramente por um “clube de cidadãos homens adultos”<sup>36</sup>, seja esse clube maior (no caso das democracias) ou menor (no caso das oligarquias). Ainda nesse sentido, relega-se toda a maioria da população a um papel secundário, coadjuvante na história, cabendo a eles apenas narrativas que se dediquem a escrever uma “história vinda de baixo” ou que jogue um pouco de luz a esses cantos sombrios da história grega – mesmo que em muitos casos os autores dessas narrativas não o façam de maneira proposital, por preconceito ou ingenuidade, mas sim porque esses são valores arraigados ao longo de séculos na área<sup>37</sup>.
- 5) Entende-se a *pólis*, ou cidade-Estado, como comunidade fechada, enclausurada, com fronteiras bem definidas, uma cultura típica (exemplo da qual citam-se os diferentes deuses patronos de cada *pólis*, os diferentes festivais religiosos levados a cabo por cada uma, etc) e preocupadas com a autonomia, exatamente nos mesmos marcos, como se pode perceber, em que é entendido o Estado-Nação.

Assim, pode-se apontar como características fundamentais de boa parte da historiografia dedicada ao estudo da Grécia Antiga entre finais do século XVIII e meados do século XX: Estadocêntrica, helenocêntrica, atenocêntrica, eurocêntrica e ocidentalista. Após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento próprio da historiografia da área, bem como da Arqueologia Histórica nos anos 50 e 60, da Antropologia reforçada pelos movimentos de descolonização dos continentes africano e asiático e pela nova configuração geopolítica global, que agora, após a ameaça do III Reich, via-se dividido em duas grandes zonas de influência de duas potências nucleares com ideologias

---

<sup>35</sup> Hansen & Nielsen (2004)

<sup>36</sup> Vlassopoulos (2007a: 33).

<sup>37</sup> Os seguintes livros nos abrem caminhos para tentar pensar de outra forma: Cartledge (2002); Pomeroy (1975); Mansouri (2011)

diametralmente opostas, houve ainda um refinamento que deu origem à ortodoxia que entrou no século XXI ainda gozando de altos índices de prestígio entre os pesquisadores das mais diversas tradições, embora críticas contundentes tenham começado a surgir desde os anos 1980, como tentarei demonstrar na próxima sessão.

Quais são, então, os parâmetros estabelecidos por isso que, concordando com Vlassopoulos, eu chamo de “ortodoxia”?

*“Foi apenas no período pós-Guerra que o conceito de pólis finalmente reinou incontestemente em todos os campos da história da Grécia antiga. A ‘Escola de Paris’ fez da pólis o princípio organizador da vida religiosa e cultural grega; Moses Finley introduziu a categórica distinção entre as sociedades redistributivas micênicas, a Idade das Trevas e a Idade Políade e fez da pólis a noção chave para a história econômica e social da Antiguidade; e a nomenclatura pré-Guerra da pólis de Victor Ehrenberg se tornou a forma canônica do Estado grego, que agora reinava incontestável. Esses ainda são os contextos de discussão que prevalecem na História da Grécia antiga”<sup>38</sup>*

De maneira sintética, portanto, pode-se entender que a *pólis* tornou-se a categoria central de análise da história grega antiga. Em vários sentidos. Primeiro porque ela passou a servir de ponto de referência para todas as temáticas da história sobre as quais os pesquisadores estavam interessados em falar no contexto da Grécia antiga. Mas, além disso, este “poliscentrismo” levou a uma fase bastante ensimesmada da historiografia a respeito da Grécia Antiga. Se a *pólis* era uma característica exclusivamente grega, para compreender o seu funcionamento não era necessário que os estudiosos se debruçassem sobre o desenvolvimento histórico de outras formações políticas da antiguidade que compartilhavam o Mediterrâneo com as cidades-Estado gregas. As características fundamentais desenvolvidas durante o Renascimento, o Iluminismo e o período pré-Segunda Guerra, das quais falei anteriormente, encontraram na *pólis* o último refúgio teórico que ainda permitia que a Grécia Antiga fosse abordada como uma unidade. É por conta disso, por exemplo, que temos um grande historiador, como Moses Finley, escrevendo dois livros seminais – *A Política no Mundo Antigo*<sup>39</sup> e *Economia Antiga*<sup>40</sup> – com um recorte deliberadamente ocidentalista, já que, com pretensões generalizantes, foca seus estudos apenas nos desenvolvimentos próprios das sociedades greco-romana durante o período clássico e coloca em segundo plano todas as outras culturas

---

<sup>38</sup> Vlassopoulos (2007b: 59)

<sup>39</sup> Finley (1983)

<sup>40</sup> Finley (1980)

mediterrânicas, muitas das quais também baseadas em regimes de cidade-Estado<sup>41</sup>. Em outra obra, o próprio Finley faz a seguinte assertiva a respeito da democracia:

“Quaisquer que sejam os fatos sobre [a existência de democracias na Mesopotâmia Antiga], seu impacto na história, nas sociedades posteriores, foi nulo. Os gregos, e somente os gregos, descobriram a democracia neste sentido, precisamente como Cristóvão Colombo, e não algum navegante viking, descobriu a América.”<sup>42</sup>

Nem ao menos é possível dizer que a adoção de tal abordagem é fruto de condições inerentes ao campo historiográfico da época. Em situação de maior escassez de documentação e ainda sem os questionamentos antropológicos de alteridade surgidos no processo de descolonização afro-asiática, Eduard Meyer, diante da decifração da escrita cuneiforme, uma novidade a sua época, tomou os contatos entre gregos e outras civilizações que ocupavam o norte da Península Arábica e a Ásia Menor como tema de seus estudos<sup>43</sup>; assim como Rostovtzeff<sup>44</sup>, em suas análises holísticas, tentava colocar em diálogo a interpretação das fontes escritas e da cultura material. O que essa citação de Finley deve suscitar são os seguintes questionamentos: até que ponto é possível fazer uma “histórica genética” desse tipo? E mais: será que o DNA de nossa democracia contemporânea é o mesmo da democracia ateniense? Não há motivos apriorísticos que confirmem isso, embora haja bons argumentos, embasados por pesquisas históricas, que possam defender tal ideia em certa medida, assim como há outros para refutá-la.

Dentro dessa perspectiva de colocar a *pólis* como centro da análise e conceito chave da interpretação histórica, é necessário definir o que é, portanto, a *pólis*. E há quatro tipos de abordagem possíveis dentro deste paradigma<sup>45</sup>. O que eles têm em comum é uma grande dificuldade para sair dos marcos da análise das instituições. Elas são vistas como as regras do jogo; regras muito respeitadas, quase nunca ignoradas.

A primeira nos remete ao significado de *pólis* como um **ente unitário**. Neste sentido, a *pólis* é vista como o fator articulador por trás de toda a história da Grécia antiga. A grande variedade de organizações políticas que constituíram um verdadeiro caleidoscópio de possibilidades na história da Grécia durante a Antiguidade é reduzida a uma noção que, apesar de ter em suas características elementares fonte de muita

---

<sup>41</sup> Vlassopoulos (2007b: 101-22)

<sup>42</sup> Finley (1973: 14)

<sup>43</sup> Meyer (1955)

<sup>44</sup> Rostovtzeff (1977)

<sup>45</sup> Nos próximos parágrafos eu tento reproduzir fielmente os caminhos do raciocínio de Vlassopoulos (2007b: 55-63)

discordância entre os especialistas, está lá para servir como parâmetro da normalidade. Alguns, como Austin e Vidal-Naquet, admitem o constrangimento teórico que o amalgamento das cidades arcaicas, clássicas e pós-clássicas sob um mesmo rótulo causa, no entanto não apontam soluções diferentes e alternativas<sup>46</sup>. Consequentemente, a *pólis* é vista como o Estado grego antigo por excelência, sendo o *ethnos*, como a Tessália, ou os reinos territoriais, como a Macedônia, por exemplo, variantes, desvios do funcionamento comum, da norma. Ainda como entidade unitária a *pólis* precisa ter características que a distingam de outros tipos de cidade ao longo da história. Com esse intuito há abordagens como as da cidade consumidora<sup>47</sup>, por exemplo – contra uma cidade produtora que seria típica da Idade Média. Olhando de forma cronológica, a *pólis* do período clássico é tida como a norma, o *thelos* da experiência grega antiga que os palácios micênicos conseguiram completar e do qual os reinos orientais, como o Império Persa, se afastam claramente.

Outra possibilidade é conceber a *pólis* como uma **construção tipicamente grega**. Nessa abordagem a *pólis* é vista como o Estado grego, a economia grega, a sociedade grega. Essa é a modalidade que, atualmente, mais se presta às leituras modernizantes e deturpadoras referidas no início desta seção. Há autores que, explicitamente, defendem que a Atenas clássica, por exemplo, pode e deve ser interpretada como um Estado-Nação<sup>48</sup>. O principal efeito desta abordagem é separar o desenvolvimento políade da história do Oriente Próximo, fazendo com que o período grego arcaico, tradicionalmente relacionado com o surgimento da *pólis*, seja identificado como a manjedoura da Civilização Ocidental. Na economia o Oriente seria caracterizado pelos sistemas redistributivos, enquanto o comércio teria um papel fundamental na Grécia; em termos de política o Oriente seria marcado pelas monarquias, aristocracias que se cristalizam no aparato estatal, o qual, por sua vez, é governado de “antecâmara”, ou seja, atendendo aos anseios deste pequeno grupo de pessoas sem consultar o resto da população; por outro lado a *pólis* traria consigo a noção de cidadania, de participação “popular”, da liberdade em oposição à escravidão.

A *pólis* pode ser definida ainda como **um estágio na história grega**. Muitas vezes identificados com o início de uma civilização grega, os palácios micênicos da segunda

---

<sup>46</sup> Austin & Vidal-Naquet (1977: 78-81)

<sup>47</sup> Finley (1994: 115-135)

<sup>48</sup> Cohen (2000)

metade do segundo milênio são caracterizados pelos seus sistemas redistributivos. Nesse sentido estariam muito mais próximos das sociedades orientais dos períodos arcaico e clássico do que dos atributos que distinguem a *pólis* destes últimos. O chamado “colapso dos palácios micênicos”<sup>49</sup>, na falta de melhor expressão, estabeleceu o marco zero que a história de uma origem do Ocidente precisava. Dos escombros de uma grande civilização – grande, embora orientalizada – surge uma outra, cujo ápice está à frente, no período clássico, e não atrás. Do pensamento mítico e místico à razão, à filosofia, à geometria, à literatura, aos feitos arquitetônicos, à cidadania, à esfera do público, ao domínio das leis, à garantia da propriedade privada<sup>50</sup>... Progressivamente, com o desenvolvimento da *pólis* a civilização grega atinge sua maioridade e assume o posto de ancestral primordial da Civilização Ocidental. Na narrativa da história grega antiga, a ascensão (período arcaico), o apogeu (período clássico) e o declínio (período helenístico) a *pólis* completa seu ciclo e passa a tocha da civilização adiante após a conquista da Grécia por Roma, passando aquela a um papel meramente coadjuvante em toda a história ocidental – já que nesta História Universal o papel que cabe à Grécia, ironicamente, durante a Idade Média, é ser o símbolo da orientalização através da sociedade bizantina.

Por fim, há ainda uma última *persona* a ser encarnada pela *pólis* neste monólogo: a *pólis* como um **ente solitário**. Nesse tipo de concepção, ainda bastante presente a despeito das críticas mais recentes a ela<sup>51</sup>, a *pólis* passa a ser uma forma, um modelo ideal, um espírito que encarna nas realidades materiais e locais mantendo intactas as suas características fundamentais. Não se fala, a partir deste ponto de vista, portanto, das *póleis*

---

<sup>49</sup> O colapso dos palácios micênicos, ou desagregação da sociedade palaciana, como alguns historiadores preferem se referir a dito processo, faz referência ao fim abrupto deste tipo de organização social em diversos assentamentos da Grécia continental (Dr. Philipp Stockhammer ministrou na UFF em 2011 um curso sobre a Idade do Bronze no Mediterrâneo Oriental em que abordou de forma consistente e atual o problema). Em um período pouco maior do que uma geração, o número de assentamentos ocupados diminuiu drasticamente, os vestígios de escrita desapareceram, os assentamentos ocupados raramente ultrapassavam algumas centenas de pessoas (contra as milhares e dezenas de milhares do período micênico). As causas conjunturais do chamado colapso são um grande mistério ainda hoje. As teorias variam entre ondas invasoras – no mesmo período há papiros egípcios que se referem a incursões dos chamados “povos do mar”, embora não se saiba ao certo quem seriam essas pessoas – catástrofes naturais e um colapso sistêmico provavelmente potencializado por algum fator catalisador da mortandade. Hoje, por conta da Arqueologia, se conhece muito mais sobre o período micênico e o início da Idade do Ferro na Grécia, a comumente chamada “Idade das Trevas”, período que se seguiu ao colapso, mas as causas deste processo ainda não são ponto pacífico entre os especialistas. Para uma análise deste processo como aquele que estabeleceu as bases fundamentais do desenvolvimento posterior da Grécia Continental, ver: Tandy (1997: 84-111) e Bintliff (2012: 181-208)

<sup>50</sup> Vernant (2009: 53-72)

<sup>51</sup> Para trabalhos dedicados às diferentes formas de organização das cidades-Estado na Grécia Antiga ver Brock e Hodkinson (2000) e Cartledge (2009). Para um inventário das *πόλεις* nos períodos Arcaico e Clássico acompanhado de considerações sobre suas diferenças ver Hansen e Nielsen (2004).

(no plural) historicamente existentes, da diversidade de constituições, de regimes políticos, das diferentes articulações econômico-sociais, mas sim da *pólis* (no singular). O que se faz é uma História desta forma histórica de existir. É o mais próximo possível de uma história da ideia no sentido hegeliano do termo. As especificidades locais de cada uma das cidades-Estado realmente existentes ficam em segundo plano, relegadas a uma coletânea, no sentido pejorativo do termo: são trivialidades, curiosidades, *antiquitates*. Consequentemente, portanto, não passam de temperos diferentes para uma mesma receita. É verdade que dos anos 1980 em diante passou-se a estabelecer fortes críticas a este paradigma, porém, devido a sua importância desde o Renascimento como forma de apreensão da Antiguidade, ainda hoje deixa marcas com as quais os pesquisadores contemporâneos sempre têm de lidar, já que a tradição dos Estudos Clássicos se erigiu sobre este paradigma, especialmente na Europa.

Retomando o axioma croceano, não há dúvidas de que, em certa medida, “toda história é história contemporânea”. Como eu espero ter demonstrado, desde o Renascimento uma sucessão de questionamentos específicos sobre a Grécia antiga foi, sistematicamente, sendo elaborado de acordo com as questões candentes de cada período histórico, das estruturas mentais, das conjunturas econômicas e do desenvolvimento próprio da área de conhecimento frente àquilo que já havia sido produzido. O resultado, cujas determinações não pretendo elaborar nos limites deste trabalho, foi o seguinte: a História que se escreve sobre a Grécia antiga saiu do século XX com uma característica muito marcante, herdeira da ortodoxia que, apenas nos últimos trinta anos começou a ser timidamente criticada e, só neste início de século XXI começa de fato a perder força. Tendo como desdobramentos os problemas apontados nesta seção, o atributo geral que os caracteriza é a “homogeneização”. Dentro dos marcos expostos acima, não faz tanta diferença escrever a história de Atenas ou de Corinto no período clássico, pois ambas seriam exemplares da cidade-Estado grega no período clássico, contando apenas com atributos fenomenológicos distintos. Por isso a história que se poderia escrever, a partir desta perspectiva, seria apenas uma história meramente descritiva das instituições de cada uma das cidades. Dois resultados indesejáveis para um historiador crítico seriam possíveis: escrever um inventário (mesmo que das ausências) das características políades em cada uma dessas duas experiências, aproximando-as mais ou menos de uma *pólis* clássica ideal; ou, por outro lado, escrever uma *histoire événementielle* que acabaria se

constituindo numa coletânea de contos políticos e dos feitos alcançados por cada uma das cidades em um dado espaço de tempo.

Atualmente há duas estradas que levam por caminhos diferentes dos criticados nesta seção. A primeira delas é a multiplicação dos estudos de caso. O foco nos estudos locais podem fornecer um grande mosaico das diferentes experiências que aquilo que se chama de civilização grega realmente protagonizou nas diferentes regiões que ocupou ao longo de um tempo razoavelmente longo. Esta via, muito inspirada pela Nova História Cultural, tem ganhado força desde os anos 1980 e os trabalhos nesta direção se multiplicam com uma velocidade que torna impossível acompanhar todos os seus desenvolvimentos em tempo real. Essa tem sido a opção majoritária dos estudiosos brasileiros, por exemplo, como uma breve pesquisa temática sobre as teses e dissertações produzidas em território nacional podem comprovar sem mais delongas. A outra via de análise, a que pretende seguir Kostas Vlassopoulos – embora não sozinho<sup>52</sup> – envereda por uma retomada das proposições braudelianas de uma história do Mediterrâneo, buscando avaliar sistematicamente como as experiências locais de diferentes culturas se influenciaram mutuamente e conformaram sistemas mais amplos.

Por fim, entre uma *histoire en miettes*<sup>53</sup> e uma nova metanarrativa que dê conta das características sistêmicas estruturantes das diversas experiências históricas na Grécia antiga, eu opto por tentar perseguir a segunda alternativa. Contudo, por ora eu paro de seguir os passos de Vlassopoulos para apresentar brevemente algumas possibilidades de se produzir esta metanarrativa a respeito do Mediterrâneo.

## **1.2) Além da *Pólis*: Formas de Integração no Mediterrâneo Antigo**

Na seção anterior me dediquei a ressaltar os principais pontos que considero paradigmáticos nos estudos sobre a *pólis* de forma que a partir deles eu pudesse apresentar algumas alternativas com as quais dialogo e nas quais me inspiro para evitar cometer os mesmos erros daqueles que critiquei. Acredito que uma das formas de se superar uma história meramente formal e institucional seja indo além dessas instituições. Nessa seção abordarei alternativas explicativas voltadas para perceber as relações sistêmicas nas quais a cidade-Estado estava incluída em um contexto regional mais amplo.

---

<sup>52</sup> É possível listar alguns trabalhos recentes que estão dispostos a seguir este caminho a título de exemplo: Manning e Morris (2005: 131-159), Purcell (1990: 29-58), Bresson (2007-8), Descat (1995), Moreno (2007), Saller (2002: 251-269)

<sup>53</sup> Dosse (2003)



### 1.2.1) Comércio e Integração Econômica

O estudo do comércio nas sociedades pré-capitalistas é um tema de grande interesse nas mais variadas áreas do conhecimento. Pensadores das mais diversas sociedades já se debruçaram sobre o tema – mesmo que, em alguns casos, de forma secundária dentro de trabalhos com outros objetivos centrais. Ao focar-se apenas na tradição do pensamento grego durante o que se convencionou chamar de Período Clássico, pode-se citar, de forma impressionista, Heródoto, Tucídides, Platão, Aristóteles, Ps-Aristóteles, Xenofonte, Ps-Xenofonte, Demóstenes, Ps-Demóstenes, Lísias, dentre outros. Após o Iluminismo e a consolidação de diversas disciplinas ligadas ao que se conhece como Ciências Humanas, é necessário considerar os trabalhos de arqueólogos, sociólogos, antropólogos, economistas, filósofos, e historiadores; pensadores, portanto, que, desde meados do século XVIII têm-se dedicado a variadas indagações a respeito do caráter e/ou do funcionamento do comércio em sociedades que não conheceram – ou não conhecem – o processo de subsunção real ao capital.

Três questões preliminares surgem, desta forma, no horizonte daqueles que, como eu, em pleno século XXI, acham relevante retornar a temática já tão visitada e revisitada ao longo do tempo nas mais diversas sociedades: 1) o que é, afinal, aquilo que chamamos de “comércio”?; 2) por que foi e é importante estudá-lo?; 3) o que se pode acrescentar ao montante descomunal de pesquisas já realizadas sobre o tema?

Para responder à primeira pergunta, um caminho interessante é perseguir o significado da palavra em seu uso mais corrente, refinando-o, posteriormente, através de algumas indagações de cunho lógico, etimológico e epistemológico. O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*<sup>54</sup>, gratuito, facilmente acessível na internet e com versões em português do Brasil e de Portugal, oferece os seguintes resultados para a busca da palavra “comércio”: “1) *Compra, troca ou venda de mercadorias, produtos, valores, etc.*; 2) *Classe dos comerciantes*; 3) *Conjunto dos estabelecimentos comerciais*”. Portanto, comércio, pode-se inferir, é uma atividade relacionada à compra, troca ou venda de mercadorias, produtos, valores, etc, mesmo que não saibamos, ainda, os limites deste “etc.”. O que define, portanto, “compra” e “venda”? Ainda segundo o mesmo dicionário, “comprar” seria: “1) *Adquirir por dinheiro*; 2) *[Fig.] Obter, alcançar*; 3) *Subornar, peitar*; 4) *Tomar cartas do baralho (em certos jogos)*”. “Vender”, por sua vez, é apontado como: “1) *Ceder diante preço convencionado*; 2) *Alienar*; 3) *Trair, denunciar por*

---

<sup>54</sup> [www.priberam.pt/dlpo/](http://www.priberam.pt/dlpo/)

*interesse*”. O processo social analisado pela tradição a que me referi, obviamente, está melhor descrito pelas primeiras definições de cada uma das palavras. Uma análise meramente semântica nos levaria à conclusão de que “comércio” é a atividade de troca, compra ou venda de algo, enquanto “comprar” e “vender” estão necessariamente perpassadas pela noção de transferir algo mediante troca tomando algo como medida do valor daquilo que se troca. Na sociedade capitalista, pode-se, sem hesitação, afirmar que a medida do valor é o dinheiro. Portanto, para qualquer pessoa que tenha feito a mesma pesquisa que eu em um dicionário comum, ou seja, de uso cotidiano, corrente, inferir que o “o comércio é a atividade de troca mediada pelo dinheiro” não causaria estranhamento algum. Para comprovar que o senso comum a respeito do comércio não conhece fronteiras linguísticas ou nacionais, contanto que estejamos falando de locais culturalmente familiarizados com o funcionamento do capitalismo, o dicionário Oxford<sup>55</sup> é taxativo quanto ao verbete “*commerce*”: “*a atividade de comprar ou vender coisas*”. Sendo o comércio esta *atividade de comprar ou vender coisas* e “comprar” e “vender” ações que configuram esta atividade por meio de um padrão (o preço), configura-se uma tautologia, um raciocínio circular sem nenhum poder explicativo.

Quando se tenta ultrapassar o nível do conhecimento prático corrente na vida cotidiana de uma sociedade capitalista, as definições de dicionários especializados não configuram um quadro mais otimista quanto à superação desta tautologia. De acordo com o *Dictionary of Economics*, comércio é: “*A compra e venda de mercadorias ou serviços, particularmente em uma larga escala, nacional ou internacionalmente, incluindo atividades necessariamente relacionadas, como estocagem, transações financeiras, etc*”<sup>56</sup>. E se houver necessidade de se pinçar um exemplo mais recente, O *Dicionário de Economia do Século XXI*, em seu verbete sobre o comércio, além de tentar traçar um breve histórico da evolução desta atividade desde a pré-História até o desenvolvimento do capitalismo, bem como de fazer um elogio da mesma como mecanismo do “*desenvolvimento das comunicações, transportes e suprimento das necessidades sociais*”, a define como: “*troca de valores ou de produtos visando ao lucro*”<sup>57</sup>. Se se busca uma definição instrumental para o historiador em outras obras técnicas, como no *Dicionário das Ciências Históricas*, de André Burguière<sup>58</sup>, não se encontra verbete

---

<sup>55</sup> *Oxford Student's Dictionary*. (2010: 144)

<sup>56</sup> Sloan; Zurcher (1970: 82)

<sup>57</sup> Sandroni (2005: 161-2)

<sup>58</sup> Burguière (1993)

relacionado a “comércio”, “mercado” ou “mercadores”, embora se encontre os verbetes “criança” e “comércio ambulante”. Por fim, na Enciclopedia Einaudi<sup>59</sup>, não há uma definição objetiva, mas sim uma referência ao trabalho de Karl Polanyi que, como veremos adiante, não resolve os problemas de circularidade argumentativa, apesar de ser o ponto de partida fundamental para qualquer análise histórica do comércio. Se expandirmos essa enfadonha empreitada lexical para expressões como “mercado” ou “mercadorias”, encontraremos a mesma tautologia: mercado é o mecanismo regulador do preço, portanto aquele que faz circular as mercadorias com dado ritmo e em dada direção, enquanto estas últimas são os produtos que circulam por meio daquele. Mesmo se procurarmos nos clássicos da historiografia econômica ou do pensamento econômico<sup>60</sup>, nenhuma definição de comércio será capaz de fugir, em maior ou menor grau, do diagnóstico apresentado.

É de causar certo estranhamento, portanto, que a despeito da pouca clareza teórico-conceitual a respeito do tema, haja um enorme volume de obras acadêmicas dedicadas ao estudo do comércio nas mais diversas sociedades sendo publicadas todos os anos. Em minha opinião isso ocorre não apesar de uma lacuna epistemológica, mas, precisamente, porque o comércio é um fato social, não um conceito explicativo. Ele é, para usar o vocabulário polanyiano, uma “forma de integração” da economia em seu sentido amplo, ou seja, como o processo de produção, distribuição e consumo dos produtos do trabalho produzidos socialmente.

Karl Polanyi, antropólogo húngaro, a despeito de não ter sido o único e nem mesmo o primeiro a propor esta ideia – tendo sido precedido, principalmente, pelos marxistas e pela antropologia durkheimiana – sistematizou, em meados do século XX, a noção das formas de integração da economia:

*“As formas de integração designam os movimentos institucionalizados pelos quais se conectam os componentes do processo econômico, desde os recursos materiais e o trabalho até o transporte, o armazenamento e a distribuição dos*

---

<sup>59</sup> Bairoch (1986: 277-303)

<sup>60</sup> Smith, Ricardo e Marx não problematizam o comércio do ponto de vista epistemológico, pois seu interesse é analisar seu funcionamento dentro dos marcos do capitalismo, nos quais esta atividade é tão banal que qualquer um pode reconhecer seus fundamentos primordiais, não debruçar-se sobre as idiosincrasias do comércio nas sociedades pré-capitalistas – embora seja esse o ponto de partida lógico (e apenas lógico, não histórico) dos três pensadores. Após a chamada Revolução Marginalista, ocorrida entre 1890 e 1900 d.C. o quadro se torna nefasto para o pesquisador crítico: a Ciência Econômica se converte, por fim, em instrumento de gerenciamento técnico do capital, perdendo as qualidades crítico-analíticas que fundamentavam, em última instância, a Economia Política Clássica.

*produtos. As principais formas de integração da economia humana são a reciprocidade, a redistribuição e a troca*<sup>61</sup>.

O autor segue, definindo cada uma delas:

*“Poderíamos pensar nas formas de integração como diagramas que representam a movimentação de bens e pessoas na economia, quer essa movimentação consista em mudanças de localização, de apropriação ou de ambas. Vista como forma de integração, a reciprocidade descreve o movimento de bens e serviços (ou a maneira de dispor deles) entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico; a redistribuição representa um movimento para um centro e, depois, para fora dele, quer os objetos sejam fisicamente deslocados, quer se altere apenas a maneira de dispor deles; e a troca representa um movimento semelhante, mas, nesse caso, entre dois pontos dispersos ou aleatórios do sistema”*<sup>62</sup>

É importante lembrar que Polanyi, em seguida, faz uma ressalva fundamental: a de que *“tais diagramas só podem servir a um propósito formal”*. Polanyi defendia uma abordagem orgânica da economia, aquilo que ficou conhecido como “economia substantiva”. Para ele, a história da humanidade foi sempre a história da separação paulatina e progressiva das instituições econômicas do seio de outras instituições sociais. O que caracterizaria todas as economias diferentes da economia capitalista industrial seria justamente o fato de que nelas só se pode encontrar os aspectos geralmente entendidos como “econômicos” analisando-se as outras instituições sociais como a religião, o parentesco, a política, já que a economia estaria incrustada (*embedded*) nessas outras esferas. Para ele, portanto, cada economia precisava ser analisada individualmente, pois uma abordagem formalista, que utilizasse as mesmas abstrações teóricas da economia capitalista e as projetasse sobre o passado estaria deturpando a compreensão do real funcionamento daquelas sociedades.

Outra ressalva que deve ser feita é que, mais do que uma definição, esta tipologia polanyiana deve ser mediada em cada contexto histórico específico pelas relações estruturais que fundamentam o funcionamento de dada sociedade. Eu considero que três exemplos retirados da sociabilidade mediterrânica envolvendo comunidades gregas durante os séculos V e IV podem ser ilustrativos das possibilidades de aplicação do aparato conceitual polanyiano para a Grécia antiga:

- 1) a *xenía*, amizade/hospitalidade entre membros de elites de diferentes comunidades – gregas ou não – ou a *proxenía*, política da cidade que buscava se apropriar dessas relações em prol de angariar vantagens diplomáticas, eram fundamentadas pela

---

<sup>61</sup> Polanyi (2012: 83)

<sup>62</sup> Polanyi (2012: 84)

troca de presentes, de dons e contra-dons, porém isso não significava, necessariamente, que a relação transcorria alheia a qualquer diferenciação de prestígio ou relação de dominação entre os envolvidos. Muitas vezes ocorria até mesmo o contrário: um *προξενος* recebia honrarias como coroas de ouro ou lugares privilegiados no teatro ou em banquetes aristocráticos em troca dos seus serviços de hospitalidade para com aristocratas de outras comunidades economicamente dependentes ou politicamente submetidas. A *proxenia*, nesse caso, funcionava, através da **reciprocidade**, como válvula de escape para potenciais conflitos de interesses entre os envolvidos na relação.

- 2) o evergetismo dos ricos em muitas cidades-Estado, destacadamente no caso de Atenas, servia como uma forma de **redistribuição** da riqueza socialmente produzida. Uma figura pública importante, abastada, por conta da instituição da liturgia<sup>63</sup>, era constrangido a oferecer determinados serviços que beneficiassem a comunidade como um todo, por exemplo construindo um templo, financiando festivais religiosos ou mesmo construindo e guarnecendo um navio de guerra. Apesar de ser uma obrigação política, o repasse da riqueza das mãos privadas para a esfera pública não era visto, necessariamente, como algo prejudicial àquele que a desempenhava, pois também podia ser um canal de instrumentalização do poder econômico que visasse o aumento do prestígio social da figura em questão.
- 3) os comerciantes de longa distância que negociavam na cidade portuária do Pireu ou os pequenos vendedores de legumes, verduras, sapatos e outros produtos de uso banal na *agorá* de Atenas, se relacionavam com pessoas dos mais variados estatutos sociais e níveis de prestígio. Através da **troca** – que no pensamento polanyiano é sempre a troca mercantil – punham-se em contato escravos, estrangeiros, metecos, mulheres, destacadas figuras políticas, camponeses, pequenos comerciantes, artesãos, cidadãos do território (*khóra*) da Ática que iam ao centro urbanizado (*ásty*) por ocasião de uma Assembleia do povo ou tribunal. Esses contatos, cotidianos, muitas vezes fugiam à regra geral de sociabilidade daquela comunidade, muito pautada pelas relações de vizinhança, pela construção das redes de parentesco com famílias geograficamente próximas ou com as quais já havia um histórico de relações passadas. Os contatos fortuitos, entre desconhecidos, se por um lado mantinham a ordem e o funcionamento do sistema

---

<sup>63</sup> Finley (1997: 49-50)

realocando bens de acordo com as flutuações das necessidades geograficamente não coincidentes com os locais de produção, por outro lado eram fonte de relações conflituosas que confrontavam grupos sociais heterogêneos e com interesses conflitantes.

Quando se fala de comércio, portanto, é necessário considerar que ele é uma das formas de integração econômica que ocorre em um dado universo de interações, sejam elas interações entre sociedades diversas dentro de um sistema mais amplo, como a compra de grãos efetuada por Atenas a diversas comunidades gregas e “bárbaras”<sup>64</sup> do Mar Negro durante os séculos V e IV<sup>65</sup>, sejam elas interações em dada região, como as que ocorriam entre os diversos demos da Ática<sup>66</sup> para o deslocamento de determinados produtos concentrados em uma região e demandados por outra, como o mel do Monte Himeto<sup>67</sup> ou o comércio local que abastecia e mantinha a pleno vapor a exploração das minas de prata do Láurio<sup>68</sup>. Sua característica distintiva é ser uma relação cujo histórico pessoal entre as partes envolvidas é menor do que em outros tipos de troca comuns na Grécia. Diferentemente da reciprocidade e da redistribuição, o comércio não pressupõe um histórico prévio de relações sociais diversas cristalizado através do tempo que determina as características daquela relação comercial em curso. Isso não significa dizer que o comércio deve, em todas as situações e sociedades, prescindir de maneira absoluta deste caráter pessoal da relação entre os envolvidos. As redes de contato entre os mercadores de diversas regiões do Mediterrâneo e do Egeu durante os séculos V e IV desmentiriam tal assertiva. Pelo contrário, os limites entre reciprocidade, redistribuição e comércio muitas vezes não são claramente demarcados. É possível afirmar, no entanto,

---

<sup>64</sup> Por “bárbaros” eu me refiro aqui às sociedades com as quais os gregos entraram em contato e que tinham outra cultura, expressa, por exemplo, através de outra língua e/ou organizações sociais diferentes daquelas que, mesmo com suas diferenças internas, podiam ser – e desde o período Arcaico, eram – identificadas como gregas. Trata-se meramente de um termo de referência. Não há de minha parte qualquer juízo de valor negativo, como havia no discurso de muitos gregos. Os próprios gregos eram vistos como bárbaros por outras sociedades entre os séculos VIII-IV, como é atestado pelos relatos egípcios referentes ao assentamento de Náucratis, no delta do Nilo. Portanto, neste trabalho “bárbaro” é um termo meramente descritivo e generalizante na medida em que o objeto central de estudo são comunidades gregas e elas entraram em contato com uma miríade de outras culturas e comunidades que tornariam cansativa a leitura do texto caso eu não as sujeitasse a esse tipo de generalização. Para a construção de uma noção de “civilização grega” durante o período Arcaico em um panorama mediterrânico: Malkin (2011). Para uma análise das relações multiculturais ocorridas no assentamento de Náucratis, além de Malkin (2011: 65-96), Möller (2000). Apesar de poder ter utilizado o termo *βάρβαροι* no original, creio que sua derivação moderna está tão impregnada com juízos de valor pejorativos que esta nota se faz justificada.

<sup>65</sup> Moreno (2007: 144-210)

<sup>66</sup> Osborne (1985)

<sup>67</sup> Moreno (2007: 64-76)

<sup>68</sup> Jones (1982)

que, mesmo quando existem, essas relações prévias que influenciam as relações comerciais nas sociedades pré-capitalistas gravitam em torno da atividade comercial. É difícil escapar à tautologia exposta. A única maneira de evitar este procedimento tautológico é tentar entender a totalidade das relações de troca em articulação em cada sociedade específica, percebendo como se relacionam entre si, ora umas sobressaindo-se em relação às outras, ora todas elas subordinadas por outras relações sociais, como o parentesco, as relações de produção, as relações de vizinhança, de amizade/hospitalidade entre famílias distantes, as flutuações da produtividade agrícola, a inserção social dos participantes em cada troca, etc. Analisar cada uma delas é, portanto, uma questão de escolha do pesquisador em que fenômeno pretende focar sua atenção em cada momento e que motivos levam a uma escolha em detrimento de outra.

O comércio, desta forma, não sendo um conceito operacional, não pode ser veículo da explicação histórica, mas, pelo contrário, precisa, ele sim, ser explicado através de outras ferramentas teórico-metodológicas que deem conta de interpretar e expor como, em uma região específica, em um período específico, esta forma de integração econômica se desenvolveu, se articulou com outras formas de integração econômica e também com outras formas de integração social, como, por exemplo, os comportamentos religiosos ou as associações políticas.

Os estudos sobre as sociedades ditas primitivas sempre apresentaram evidências perturbadoras para aqueles que acreditam no mito do comércio como relação social universal. O antropólogo americano Marshall Sahlins, em seu *Stone Age Economics* se debruça sobre alguns estudos de caso para concluir que ao longo da maior parte da história da humanidade os seres humanos conseguiram produzir e dividir os frutos de seu trabalho recorrendo apenas esporadicamente àquilo que chamamos de comércio ou sem correr a ele *at all*<sup>69</sup>.

O que conhecemos pela alcunha de *comércio* foi fruto de investigações em muitas sociedades, cada uma sendo capaz de realçar determinados aspectos do fenômeno, porém historicamente impossibilitadas de resolver o seu enigma, já que apenas com o desenvolvimento da relação social *capital* ele atingiu a sua plenitude. Sob o capitalismo, pesquisadores de diversas áreas tentaram definir o conceito de comércio, alguns com mais sucesso do que outros, porém, creio que há um equívoco epistemológico na abordagem

---

<sup>69</sup> Sahlins (2004: 4-39)

do problema. O comércio não pode ser um conceito explicativo. Qualquer tentativa de definição do comércio se perde em uma busca de antemão infrutífera e acaba produzindo variadas tautologias. O número de exceções é quase sempre maior do que a quantidade de vezes em que a pretensa regra pode ser aplicada com sucesso. Se tentarmos definir o comércio como uma relação social mediada pelo dinheiro excluiremos desta definição as diversas modalidades de escambo recorrente, bem como teremos de enfrentar o problema da definição do que seja o dinheiro em suas diversas manifestações históricas. Se, por outro lado, ele for definido como uma relação de compra e venda, será necessário definir o que sejam *compra* e *venda* sem recorrer à célebre forma cristalizada no senso comum de que são “aquilo que se adquire mediante troca por dinheiro” e “o dinheiro que se adquire mediante troca de um produto”, respectivamente. Os limites do presente trabalho não permitem uma discussão aprofundada sobre a teoria monetária ou mesmo sobre o papel do dinheiro na Grécia Antiga.

No entanto, não é possível avançar sem uma base mínima a partir da qual seja viável confrontar a documentação de que dispomos. Portanto, parto da definição polanyiana, com algumas ressalvas a fazer. Polanyi, como exposto e exemplificado anteriormente, diz que as trocas assumem três formas básicas pelas quais os produtos de uma sociedade podem circular: a *reciprocidade*, a *redistribuição* e a *troca* (mercantil)<sup>70</sup>. Na maior parte das sociedades pré-capitalistas estratificadas, caso da Atenas Clássica, por exemplo, existe uma coexistência dessas formas, com uma predominância variável de cada uma delas. As trocas mercantis teriam como diferença poderem prescindir de relações sociais outras<sup>71</sup>: “A *troca* é um movimento bidirecional de bens entre pessoas orientadas para o ganho que cada uma delas obtém do termo resultante”<sup>72</sup>.

Polanyi define a troca mercantil, portanto, pelo lucro. Ele afirma que o regateio é parte constituinte deste processo e que o escambo e a permuta também são relações em que as pessoas entram com o objetivo de obter o máximo proveito. O problema desta definição é que ela ainda não consegue se livrar definitivamente de uma visão formalista da economia, tão combatida por Polanyi ao longo de toda a sua obra. O *máximo proveito*

---

<sup>70</sup> Polanyi (2012: 83-95)

<sup>71</sup> Cabe lembrar que este é um esquema básico de Karl Polanyi utilizado para estruturar de maneira didática as três formas de integração social. Outros pesquisadores já haviam atentado antes (e continuaram fazendo depois) para outros aspectos negligenciados por ele, como a reciprocidade negativa, a redistribuição desigual, a desigualdade de posição social entre partes envolvidas em uma relação de reciprocidade, etc. Cada contexto específico oferece novos elementos para a adaptação desses conceitos.

<sup>72</sup> Polanyi (2012: 91)



a que ele se refere nesta passagem é o máximo proveito da ideologia burguesa moderna, do princípio neo-clássico de alcançar fins alternativos com meios escassos; e não contextualizado social e historicamente. Além disso, dificilmente a redistribuição e a reciprocidade são realizadas com o consenso de ambas as partes de que não fora a melhor maneira de gerenciar os recursos disponíveis.

Eu prefiro, a partir dessas colocações básicas de Polanyi, propor alguns avanços que possam superá-las. Para mim é necessário entender a troca mercantil como uma relação social efêmera, bilateral, autorreferenciada, em que duas partes entram voluntariamente – mesmo que possam ser impelidas a essa escolha pela configuração social na qual se dá. É efêmera porque começa e termina em um espaço de tempo determinado, usualmente curto. É bilateral porque um(s) produto(s) vai da parte A para a parte B e outro(s) faz(em) o caminho inverso, necessariamente e apenas durante o tempo em que dura a relação. É autorreferenciada porque se constitui exclusivamente com o objetivo de que se realize, ou seja, sua única motivação é aquela troca daqueles produtos entre as partes envolvidas. E é voluntária porque não há, institucionalmente, autoridade capaz de obrigar que se realize (embora possa haver outros imperativos como a iminência da fome e outras ameaças de desaparecimento biológico ou social). A recorrência e a simultaneidade dessas trocas mercantis em um mesmo universo, ou seja, em um espaço/tempo determinado, com forças produtivas determinadas e sob um regime de relações de produção igualmente determinado, forma “*um sistema de informação relativo ao que pode ser comprado e a que preço, em que lugar, sob que condições*”, ou seja, aquilo que Morris Silver chama de *mercado*<sup>73</sup>. Dito isto, é preciso sublinhar novamente que, na minha concepção, o comércio é um fenômeno que precisa ser explicado, não tomado como pressuposto e alternativa explicativa para o funcionamento de tal ou qual economia.

A segunda questão preliminar – “Por que foi e é importante estudar o comércio?” – pode ser respondida de maneira mais objetiva, pois tem a seu favor um longo histórico de pesquisas e elucubrações ao longo de milênios nas mais diversas sociedades espalhadas por todas as partes do globo terrestre. Retomando a premissa: se a natureza é desigualmente composta por diversas características localmente específicas, cada região podendo produzir determinadas coisas e não outras, e se o contato entre as comunidades

---

<sup>73</sup> Silver apud Cardoso (2007: 91)

humanas é parte tão trivial de nossa experiência na Terra, logicamente pode-se deduzir que o desejo de acesso a determinados produtos que algumas pessoas ou comunidades são capazes de produzir e outras não, gera novas necessidades sociais, somente atendidas através da troca. Como a reciprocidade pressupõe um histórico de relações prévias que engendre as trocas e a redistribuição é muito mais voltada para dentro da comunidade do que para o contato entre comunidades, o comércio, adquira ele a forma que for (por exemplo, o escambo) se constitui como via privilegiada de troca nos primeiros momentos dos contatos específicos entre populações desconhecidas entre si.

Isso é verdade não só para o caso grego, como demonstra David Tandy<sup>74</sup>, mas também é comprovado por outros estudos arqueológicos, geográficos e etnográficos<sup>75</sup>, a exemplo de comunidades tribais em Afikpo, na atual Nigéria, em que locais de mercados especializados em transações de produtos de longa distância consolidaram-se entre os anos de 1900-1960 d.C., tendo, com o tempo, se convertido em centros comunitários ao redor dos quais se desenvolveram casas, vilas, redes de circulação de notícias e viajantes, toda uma infraestrutura posteriormente assentada em volta dos mercados<sup>76</sup>. O comércio de longa distância, via de regra – e onde a densidade populacional ainda é pequena o suficiente para que se permita indagações acerca das origens de um fenômeno – é anterior e constitui-se em força motriz do desenvolvimento do comércio local.

Sendo uma questão com a qual as comunidades humanas quase sempre tiveram de lidar, o estudo histórico do comércio se faz necessário ainda hoje também por outro motivo: vivemos em uma sociedade cujas relações comerciais comandam boa parte, senão quase a totalidade das relações que estabelecemos em nossas vidas. Mesmo ao comprar um presente para um ente querido, muitas vezes é instintivo pensar se o valor do regalo representará adequadamente o tamanho do afeto que a relação pessoal acomoda – ainda que aquilo com que se vá presentear seja alvo do maior desejo possível por parte do presenteado! Nem sempre foi assim, no entanto. Essa característica distintiva da nossa sociedade se dá por alguns fatores estruturais, sendo o principal deles a potencialmente infinita reprodução em escala ampliada do capital<sup>77</sup>, que, como um “éter”, “é uma

---

<sup>74</sup> Tandy (1997: 114-6)

<sup>75</sup> Hodder (1965)

<sup>76</sup> Ottenberg; Ottenberg (1962)

<sup>77</sup> Marx (2008a: 677-88)

*iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade*”<sup>78</sup>.

Em outros enquadramentos históricos, cujas relações estruturantes eram diferentes das da sociedade capitalista, naturalmente o comércio existia de forma específica e se articulava de maneiras diferentes com outras relações sociais. Dada a persistência do fenômeno comercial diante da imensa diversidade da experiência histórica, há sempre novas perguntas a fazer e novas explicações a oferecer sobre o comércio.

No caso específico da Grécia Clássica, na breve e frágil conjuntura entre os anos 431 e 322, as disputas por hegemonia, frente ao dismantelamento do projeto imperial ateniense do século V se rearticulam de forma menos hierárquica, com diversas comunidades tomando partido no protagonismo das relações de poder estabelecidas nos mares Egeu e Mediterrâneo Oriental. O reino da Macedônia, vizinho à península ática e, conseqüentemente, à Grécia continental, as disputas pelo poder na Magna Grécia, especialmente na Ilha da Sicília, que tantas vezes demandaram esforços e intervenções dos atenienses, a rearticulação do Império Persa após os golpes sofridos no século V, as conturbadas relações entre as comunidades gregas do Mar Negro, a Cítia, o reino do Bósforo e mesmo as disputas dentro do mundo grego, com a queda da invulnerabilidade bélica de Atenas, a perda do controle espartano sobre o território da Messênia e a posterior monetarização corrosiva dos valores aristocráticos e hierarquicamente rígidos que regiam o *habitus*<sup>79</sup> político esparciata, as alianças e ligas conformadas diante da pressão macedônica, etc. Poderíamos estender *ad infinitum* a lista de perturbações da hegemonia que caracterizaram a região no período. Alguns autores afirmam que nos cem anos do século IV, em setenta e cinco deles a cidade de Atenas esteve envolvida em alguma peleja armada de maior ou menor amplitude, ou seja, o exército cidadão – já não tão cidadão, pois contava com participação maciça de metecos e crescente de mercenários – esteve permanentemente mobilizado, em alguma medida<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> Marx (2011: 59)

<sup>79</sup> Por *habitus* entendo a maneira pensar e agir-pensar o mundo a partir de um determinado ponto de vista socialmente condicionado. Segundo Bourdieu (2008: 21-2), “o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”. O antropólogo e historiador Marcos Alvito sempre remete a uma sentença ilustrativa para traduzir este fluido conceito: “o *habitus* não é só aquilo que um operário come, mas como ele come aquilo”. Para uma aplicação do conceito de *habitus* no contexto da Grécia Antiga: ver Moerbeck (2013)

<sup>80</sup> Garlan (1991: 9-22)

Nesse contexto de incapacidade de uma força política sobrepujar outra de maneira contundente e definitiva, o comércio se potencializa. Não apenas por conta da necessidade constante de produtos distantes como madeira e cereais, insuficientemente produzidos no território ático, ou como forma de redistribuir os produtos agrícolas para os habitantes dos centros urbanos, por exemplo, mas também na comercialização dos butins de todas essas guerras, no aumento considerável do afluxo de escravos oriundos de tantas batalhas, na progressiva monetarização das comunidades do Egeu e Mediterrâneo Oriental, onde era possível encontrar as “corujas” – como eram conhecidas as dracmas, moedas de Atenas – em paragens cada vez mais distantes.

Finalmente, a pergunta que se apresenta a partir dessas colocações é: “Diante de tão grande volume de estudos, pesquisas, questões e temas relacionados ao comércio na Grécia Antiga, ainda é possível trazer novos elementos à discussão?”. A minha resposta, obviamente, é afirmativa, mas não pelos motivos tradicionalmente advogados, quais sejam: o avanço da Arqueologia<sup>81</sup> e o desenvolvimento da Epigrafia<sup>82</sup> e Numismática<sup>83</sup>, enfim, o aumento do volume documental disponível e o aprimoramento das ferramentas técnicas e metodológicas que têm trazido frequentemente novos elementos da cultura material e que, quando analisados, poderão progressivamente levar a revisões do corpo de conhecimento atualmente estabelecido. Isto é, sem dúvida algo fundamental, pois permite tentativas de quantificação mais precisas, agrega novos dados aos conhecimentos ora obtidos e permitem, assim, testar velhas hipóteses e formular novas, já que o cruzamento entre dados arqueológicos e literários pode esclarecer algumas inconsistências que, quando analisados separadamente, acabam causando ruídos nos resultados das pesquisas. Porém, nos limites deste trabalho, não inovarei do ponto de vista das fontes utilizadas, mas sim da abordagem teórico-metodológica, tendo em vista que trabalharei apenas com documentos escritos, todos eles já amplamente discutidos e analisados ao longo dos séculos. Creio, particularmente, que novas respostas a antigos problemas podem ser dadas não exclusivamente através da análise de novos documentos, mas através da reinterpretação das fontes sob a ótica de teorias e metodologias reformuladas.

---

<sup>81</sup> Para as abordagens mais correntes na Arqueologia neste início de século XXI: Bintliff (2004); Para uma abordagem criativa e abrangente da arqueologia da Grécia: Bintliff (2012)

<sup>82</sup> Há descobertas mais recentes e importantes, mas para uma avaliação básica de como o uso da Epigrafia pode auxiliar nos estudos históricos Cf. Cook (1987)

<sup>83</sup> Mesmo caso da nota anterior, porém relativo à Numismática. Cf. Howgego (1995)

Sendo assim, pretendo expor neste capítulo as diversas maneiras pelas quais a integração social no Mediterrâneo antigo foi abordada para que através desse balanço eu possa elucidar avanços e limites de cada uma delas, além de agregar novas possibilidades que considero não terem sido suficientemente discutidas recentemente pela historiografia.

Passo agora a uma apresentação e crítica das diversas correntes que tentaram propor abordagens além da *pólis* nos últimos anos, ou seja, aqueles que tentaram compreender os diversos fenômenos de integração que caracterizaram o Mediterrâneo no período. Apresentarei alguns modelos interpretativos alternativos, explorando suas vantagens e problematizando as desvantagens de modo que eu possa, ao final do capítulo, tomar-lhes elementos que enriquecerão a exposição dos conceitos que eu mesmo pretendo adotar como ferramentas de pesquisa.

### **1.2.2) Mediterranismo**

Desde o livro basilar de Fernand Braudel, publicado em 1949 sob o título *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, os chamados estudos mediterrânicos se desenvolveram bastante. Inspirado por Lucien Febvre e Paul Vidal de la Blache, este acabou se convertendo no livro original da Geo-História. Algumas das ideias fundamentais, retomadas posteriormente nos três volumes de *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*<sup>84</sup> são apresentadas de forma orgânica já em 1949. Após mais de duas décadas de viagens e preparação da obra, Braudel traz a público um livro organizado materialmente de acordo com uma ideia. Cada um dos seus três volumes corresponderiam aos três níveis da temporalidade histórica: o primeiro, *La Part du Milieu*, corresponderia à longa duração, ao tempo Geo-Histórico das lentas transformações da natureza causadas seja pelo homem ou de maneira autônoma – a esse tempo também pertenceriam as mentalidades, sempre muito profundamente sedimentadas em cada época para que mudem com um golpe repentino da história; abaixo deste, *Destins Collectifs et Mouvements d'Ensemble*, o tempo das conjunturas, das flutuações econômicas, daquilo que Braudel chamou de uma “história estrutural” querendo se referir às condições e limitações históricas que determinam a vida das pessoas em sua esfera cotidiana – esse era o tempo que tradicionalmente interessava aos historiadores sociais, como os que trabalhavam dentro da perspectiva da Escola dos Annales; por fim, *Les événements, la Politique et les Hommes*, o tempo imediato das ações, o tempo da política, da vida cotidiana, dos fatos específicos, dos acontecimentos

---

<sup>84</sup> Braudel (2005, 2009a, 2009b)

ou das batalhas, por exemplo<sup>85</sup>. A temporalidade tripartida de Braudel, e também sua ambição totalizante de fazer uma história das sociedades humanas ao redor do Mediterrâneo, apesar do impacto metodológico revolucionário, não deixou um legado imediato de estudos de fôlego dedicados ao Mediterrâneo. Horden & Purcell acreditam que, por um lado, isso se deveu à magnitude da obra de Braudel sobre o tema, que precisava de tempo para ser digerida por uma geração de historiadores, além de ter deixado poucas lacunas ou caminhos por onde seguir a partir de então<sup>86</sup>.

Durante os anos 1980, de maneira revigorada, ressurgiram os estudos na perspectiva de uma história mediterrânica, com o aumento significativo da publicação de periódicos e livros dedicados ao assunto. No entanto, apenas em 2000 a publicação de um trabalho na área pôde emular o impacto causado por Braudel. Recentemente essas discussões passaram a ter influência inclusive sobre a historiografia produzida no Brasil<sup>87</sup>.

Tomando as contribuições braudelianas como ponto de partida, Peregrine Horden, um historiador da antiguidade, e o medievalista Nicholas Purcell, lançaram *The Corrupting Sea*, uma tentativa de mudar o paradigma através do qual se vinha fazendo a história das comunidades que habitaram as margens do Mar Mediterrâneo durante a antiguidade e o medievo. Três atributos desta obra foram e seguem sendo particularmente influentes na historiografia: 1) a distinção entre uma história *do* Mediterrâneo e uma história *no* Mediterrâneo; 2) o conceito de *conectividade*; 3) o conceito de *microrregião*.

Seu objetivo não era dizer que qualquer história da antiguidade ou do medievo deveria ser feito através do paradigma de uma história *do* Mediterrâneo, embora esse fosse o caminho escolhido pelos dois<sup>88</sup>. O apelo lançado por esta distinção se relaciona com a maneira com que a ortodoxia de que falei anteriormente se estabeleceu. Seus escritos são todos, basicamente, sobre história *no* Mediterrâneo, ou seja, não levam em consideração como um aspecto fundamental a configuração ambiental, geográfica, geológica, marítima e os condicionamentos culturais daí decorrentes que conformam as comunidades mediterrânicas. Segundo eles, uma história *do* Mediterrâneo não se confunde meramente com uma história ecológica, mas precisa considerar os fatores decisivos advindos da totalidade orgânica configurada pelo Mar Mediterrâneo, sua costa e os seres humanos que

---

<sup>85</sup> Horden & Purcell (2000: 36-9)

<sup>86</sup> Horden & Purcell (2000: 2)

<sup>87</sup> Guarinello (2013)

<sup>88</sup> Horden & Purcell (2000: 3)

nele habitaram, que o moldaram e por ele foram moldados. Esta parte específica do globo conformou desenvolvimentos urbanos específicos, padrões de assentamento que a diferenciam de outras partes do planeta, padrões de consumo, etc. E essa maneira específica de habitar, de viver, foi o lastro para o desenvolvimento de algumas noções mediterrânicas, como a de autarquia, as noções de honra e vergonha, dentre outras. A organicidade do Mediterrâneo adviria, por sua vez, dos padrões de navegabilidade, dos caminhos percorridos, do mar como distanciamento que aproxima, enfim, das formas através das quais se concretizava a conectividade<sup>89</sup>. Se em Braudel o Mediterrâneo era visto muito mais através deste prisma dos contatos que possibilitava, em *The Corrupting Sea* é dado um passo adiante: o Mediterrâneo é visto como um sistema integrado, como uma totalidade supralocal que põe os limites para as especificidades locais, ou seja, como uma unidade. Dentro desta perspectiva, as características do Mediterrâneo como unidade eram mais do que meramente a soma de cada uma de suas partes componentes interconectadas; esta unidade é que condicionava os limites e possibilidades de cada uma das regiões localmente consideradas.

O conceito de conectividade, um dos pilares do argumento exposto na obra, só pode ser compreendido em função do de microrregião. Horden & Purcell não querem destacar apenas o fato de o Mediterrâneo servir como uma grande estrada para viajantes, comerciantes e outras pessoas envolvidas de maneira mais imediata no deslocamento entre diferentes – e muitas vezes distantes – regiões. O que pretendem destacar é o grau de ligação que cada uma das pequenas localidades mantinha entre si. Essas ligações das microrregiões precisam ser consideradas de duas formas: internamente – ou seja, entre as suas partes constitutivas, suas pequenas vilas, aldeias e assentamentos urbanos com maior concentração de pessoas e atividades – e externamente – ou seja, os laços que prendiam o destino de uma microrregião ao de outras<sup>90</sup>. Estas ligações, ademais, precisam ser consideradas em seus atributos historicamente determinados pelo nível tecnológico e pelo tipo de organização social vigente, bem como pelas características ambientais com as quais se convivia em cada uma delas.

A flexibilidade do conceito de microrregião, com seu microambiente específico, permite que se encaixe nessa definição uma gama bastante ampla de tipos de assentamento humano de acordo com o que se pretende analisar em cada caso. Uma das

---

<sup>89</sup> Horden & Purcell (2000: 89-122)

<sup>90</sup> Horden & Purcell (2000: 123)

grandes vantagens desta abordagem é ser capaz de fornecer um arcabouço teórico flexível o suficiente para ser aplicado a diversas regiões em diferentes períodos, mas ainda assim consistente o bastante, com um núcleo duro definido, a saber: a percepção do Mediterrâneo não apenas como um ambiente natural que serve de palco para o desenvolvimento de histórias particulares, nem como uma abstração a ser esquecida a partir da segunda página de qualquer análise histórica, mas, sim, a reunião dos aspectos ecológicos e sociais sob uma mesma unidade. Unidade essa que só pode tomar forma concreta na diversidade dos seus atributos constituintes.

Finalmente, as ferramentas da conectividade e das microrregiões permitem encarar as diferentes situações históricas que ocorrem *no* Mediterrâneo dentro do paradigma de uma história *do* Mediterrâneo, evitando, desta forma, as abordagens etnocêntricas a que fizemos referência para o caso da história da Grécia antiga.

Horden & Purcell, no entanto, não resolveram todos os problemas da historiografia. Pelo contrário, trouxeram ainda mais questionamentos e indagações a partir de seu próprio enfoque. Após alguns anos necessários para a repercussão de uma obra de tal magnitude quantitativa – são quase mil páginas – e qualitativa – por conta de sua abordagem inovadora – diversas críticas foram realizadas. Um balanço da repercussão de *The Corrupting Sea* foi sistematizado em 2005 na forma de um livro editado por W. V. Harris<sup>91</sup>, contando com as respostas de Horden & Purcell a uma série de críticas levantadas ao seu trabalho.

Dentre as principais críticas realizadas eu gostaria de tecer alguns comentários sobre cinco, embora ciente de que elas não esgotam e nem mesmo sintetizam a miríade de apontamentos feitos ao trabalho por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. A primeira delas é a de que os historiadores, até mesmo por conta de sua formação, ignoram as descobertas mais recentes da Arqueologia, tentando comprovar suas hipóteses principalmente através de fontes escritas em um período que abarca mais de dois milênios de história<sup>92</sup>. A segunda crítica é justamente quanto ao recorte cronológico: como é possível traçar em detalhes minimamente desejáveis os desenvolvimentos locais específicos ao longo de tão grande recorte temporal – isso para não falar do geográfico? Em terceiro lugar, alguns pesquisadores colocaram em xeque as

---

<sup>91</sup> Harris (2005)

<sup>92</sup> Horden & Purcell (2005: 352-3)



proposições de Horden & Purcell sobre a especificidade do Mediterrâneo, advogando que o que os autores explicavam não era uma característica exclusiva deste mar<sup>93</sup>. Boa parte dos capítulos do livro editado por Harris se dedica a demonstrar como existiram realidades que se conformaram de maneira semelhante ao redor do globo, falando-se portanto de vários “Mediterrâneos”, como a bacia hidrográfica do Amazonas, a península da Indonésia, o arquipélago do Japão, etc. Em quarto lugar, os autores foram acusados por alguns especialistas de terem sido “deterministas geográficos”. E por fim apontou-se que havia pouco espaço para as discussões sobre o papel do Estado ao longo do período considerado, o que, segundo os críticos, teria colocado em xeque várias proposições da dupla de historiadores por demonstrar a diversidade institucional que houve no período em detrimento da pretensa unidade apontada por eles na história do Mediterrâneo<sup>94</sup>.

Quanto às três primeiras críticas, apesar de corretas, creio que seja possível hierarquiza-las da seguinte forma: as duas primeiras não estão formuladas da maneira mais adequada e impedem que se compreenda melhor o a importância da obra; e a terceira acaba por se conformar como elogio. Explico-me a seguir. Em um trabalho cujo objetivo era fazer uma história *do* Mediterrâneo, é claro que alguns – muitos – detalhes específicos acabam ficando em segundo ou terceiro planos. É parte do ofício do historiador recortar e focar. Quando se escolhe algo, dialeticamente se negam as outras possibilidades. Deste ponto de vista, é muito parcial criticar os autores por não terem feito algo que eles nem mesmo se propuseram a fazer, tendo em vista os avanços que promoveram no campo em que haviam prometido analisar. A pouca atenção dedicada aos dados arqueológicos mais recentes acabou por ser o ponto fraco do livro, pois inclusive haveria documentação que comprovaria muitas das hipóteses apresentadas, porém incorporar este volume gigantesco de dados poderia ter feito com que o livro nunca viesse à tona – especialmente considerando que ambos os autores são historiadores por formação – impedindo que houvesse o impacto que houve no campo. É, desta forma, em minha opinião, um ônus compreensível a se pagar. A terceira crítica reflete o impacto de um trabalho tão original e sua resposta no livro organizado por Harris aborda especificamente este problema<sup>95</sup> ao lado das contribuições de outros autores ao tema. Apesar de terem se detido no Mediterrâneo, creio que as contribuições de *The Corrupting Sea* são muito mais teóricas e epistemológicas do que propriamente historiográficas. Nesse sentido, se suas ideias

---

<sup>93</sup> Abulafia (2005: 64-93) e Bresson (2005: 95-116)

<sup>94</sup> Horden & Purcell (2005: 358)

<sup>95</sup> Horden & Purcell (2005: 354)

serviram de inspiração e ferramenta para que outras sociedades, normalmente ignoradas pelos historiadores do pré-capitalismo, ao menos os europeus e norte-americanos, fossem analisadas e colocadas no centro dos debates, Horden & Purcell deveriam se orgulhar, muito mais do que se redimir de pretensos erros. Quanto às acusações de “determinismo geográfico”, elas são válidas a partir um determinado ponto de vista, embora, particularmente, eu não concorde que *Corrupting Seas* seja uma defesa do determinismo. De fato, para o objetivo traçado pelos autores – apontar as características unitárias do Mediterrâneo no período considerado – era necessário um forte diálogo com a Ecologia Histórica, a História Ambiental e a Arqueologia da Paisagem, no entanto estas disciplinas não estão limitadas às colocações deterministas que outrora povoaram os livros de História. Pelo contrário, hoje compreende-se de maneira muito mais complexa a relação simbiótica entre os aspectos social e ambiental da ocupação humana do espaço, além dos limites e possibilidades de interferência do homem no ambiente<sup>96</sup>. Creio que colocar no centro das atenções a relação entre ser humano e meio ambiente, e conseqüentemente as relações de determinação, condicionamento e transformação que tal interação supõe é um dos pontos fortes da obra. Quanto à última crítica elencada aqui, os próprios autores admitem que podem ter deixado essa impressão, embora haja um texto de Purcell que tente aparar algumas arestas desta questão<sup>97</sup>. A despeito disso, defendem que o Estado não está totalmente ausente do índice de sua obra e aparece muito mais vezes do que aqueles referidas em dito índice por estar subsumido na categoria mais abrangente de “gerentes das microecologias”, que aparece recorrentemente<sup>98</sup>.

Não eximo os autores de críticas. Sinceramente concordo com algumas delas, principalmente se considerarmos os aspectos historiográficos e factuais de sua obra, os quais deixam lacunas consideráveis. Mas penso que este é um ônus justo a ser pago diante das contribuições realmente profundas e revolucionárias dos pontos de vista teórico, temático e epistemológico; uma energia que a História, como campo, precisava para superar de vez as notícias já há anos defasadas e que davam conta de sua pretensa morte.

---

<sup>96</sup> Rackham (1996: 16-43) e Shipley (1996: 1-15)

<sup>97</sup> Purcell (2005: 200-234)

<sup>98</sup> Horden & Purcell (2005: 358)

### 1.2.3) “Mediterranização”

Onde estão fincadas as raízes desta obra tão influente, capaz de catalisar de forma tão decisiva o ressurgimento de uma área que por décadas esteve adormecida às margens dos debates centrais sobre a História Antiga?

Uma das palavras mais ouvidas atualmente, tanto entre doutos quanto permeando o senso comum é, sem dúvida alguma, “globalização”. Uma das consequências de uso tão vasto e corrente, para não mencionar a plêiade de metáforas<sup>99</sup> a que deu origem, dificulta em muito uma definição objetiva da expressão. Uma das acepções possíveis do termo diz respeito a um processo histórico real: a expansão do capitalismo para além das fronteiras europeias e norte-americanas. Em sua fase imperialista, os grandes atores do modo-de-produção capitalista, em busca de mercados e fontes de riqueza natural, lançaram suas bases em continentes que até então não estavam subsumidos formal ou realmente a sua lógica<sup>100</sup>. Após o processo de descolonização da África e da Ásia, em pleno contexto de Guerra-Fria, com o aprimoramento dos meios de transporte e comunicação (que facilitam não apenas a circulação das pessoas comuns, mas principalmente dos bens e informações cruciais para o gerenciamento de grandes empresas transnacionalizadas), esta faceta político-econômica do processo de globalização passou a ter impacto cada vez contundente sobre a vida dos indivíduos, seja conectando-os entre distâncias nunca antes imaginadas, seja como fonte de questionamentos filosóficos e existenciais.

Como vimos na seção anterior, cada momento histórico propicia novas perguntas, novas indagações ao passado, permitindo que se enxergue determinados aspectos da realidade cujo vislumbre é negado a pessoas de outras épocas, imbuídas de seus próprios dilemas e questões. Influenciados fortemente pelos debates teóricos e pela realidade concreta de um mundo globalizado, conectado, pelo processo de mundialização de todas as histórias particulares que ocorrem em cada pedaço do planeta, os cientistas sociais, dentre eles historiadores e arqueólogos, passaram a se indagar: “É possível pensar em fenômenos semelhantes ao da globalização em realidades diferentes da atual?”. A resposta, mais uma vez, foi afirmativa.

Em um livro editado por Irad Malkin a partir de um número especial do periódico *Mediterranean Historical Review* – um dos símbolos da retomada de interesse nos estudos mediterrânicos após um quarto de século – no bojo de uma nova leva de estudos

---

<sup>99</sup> Ianni (2001: 11-26)

<sup>100</sup> Hobsbawm (2011: 463-518)

históricos sobre o Mediterrâneo, impulsionados, após Braudel e Wallerstein, por Horden & Purcell, Ian Morris tentou explicar os motivos desta renovação de interesse:

*“A descoberta, desde o final dos anos 1980, da fluidez, interconexão e abertura onde outros viam enraizamento, barreiras e tradição é uma resposta ao maior fenômeno social dos últimos 20 anos: a globalização. Historiadores estão vendo no Mediterrâneo antigo o mesmo tipo de conectibilidade que está convulsionando nosso próprio mundo. Não estou certo de que algum historiador tenha usado argumento tão explicitamente presentista, mas eu sugiro que tanto o modelo do Mediterrâneo estático e celular, quanto o interconectado, tenham sido forjados por questões sociais mais amplas.”<sup>101</sup>*

A partir do caminho aberto pelo *The Corrupting Sea*, Ian Morris, de maneira sólida, tenta avançar algumas críticas, dessa vez realmente de fundo.

Uma das características da integração mediterrânica proposta por Horden & Purcell era a dificuldade de se estabelecer centros de poder ou hegemonias. Essas estariam sempre em um equilíbrio dinâmico que qualquer perturbação poderia colocar abaixo e dar origem a um novo rearranjo:

*“Como nós viemos argumentando, a região é apenas frouxamente unificada, distinguível de sua vizinhança por níveis que variam no tempo, na direção geográfica e no lugar. Suas fronteiras não são do tipo que pode ser facilmente desenhado em um mapa. Suas continuidades são vistas melhor como continuidades de forma e padrão dentro dos quais tudo que há é mutabilidade”<sup>102</sup>*

Ian Morris identifica fortemente essas proposições de Horden & Purcell àquelas dos teóricos da globalização. A aparente fluidez, a insistência nos fluxos, o “ninguém está no comando” de Friedman. Essas características da condição humana pós-moderna não são meros construtos intelectuais, como advogam alguns. Concordo com Ian Morris e David Harvey<sup>103</sup> quando as enxergam como marcas do nosso tempo, um tempo de crise estrutural – embora não se possa afirmar que seja final – do capitalismo. A compressão espaço-temporal que assola nosso momento histórico, que dilui as relações cristalizadas, que tem sua manifestação mais emblemática no mundo da internet, tudo isso condiciona o questionamento de algumas problemáticas. E certamente condicionou as indagações de Horden & Purcell. “*Historiadores do Mediterrâneo pré-moderno estão vendo nas suas fontes o mesmo tipo de fenômeno que eles experimentam em sua vida cotidiana*”<sup>104</sup>. Apesar de partir dos conceitos expostos e propostos por Horden & Purcell, concordo plenamente com as críticas oferecidas por Morris à maneira ingênua com que

---

<sup>101</sup> Morris (2005: 32)

<sup>102</sup> Horden & Purcell (2000: 523)

<sup>103</sup> Harvey (1994)

<sup>104</sup> Morris (2005: 40)

determinados cânones se estabelecem na historiografia sem ligar com as consequências teórico-políticas de sua afirmação. O maior problema em *The Corrupting Sea* é pouco espaço que sobra para as contradições, as desigualdades sociais, a exploração entre os seres humanos, a luta de classes, as revoltas, as transformações sociais e econômicas. Quando a história passa a ser vista como um *continuum* de trocas, mútuas assimilações, relações mais ou menos simétricas de poder entre as partes, enfim, quando “ninguém está no comando” perde-se de vista como uma minoria dos seres humanos acaba estabelecendo como modo de vida coletivo o seu modo particular de ser, pensar e agir. Precisamos partir de *The Corrupting Sea* em qualquer estudo do Mediterrâneo antigo. Ele se tornou incontornável. “*The connectedness model is here to stay (...)*”<sup>105</sup>. Agora é preciso ir além dos seus próprios limites.

#### **1.2.4) Teoria das Redes**

Um dos caminhos seguidos para ir além das propostas de Braudel e Horden & Purcell é o aprofundamento dos aspectos fluidos de uma realidade conectada. Pautada em um diálogo com as chamadas ciências duras, a física, a geometria e a computação, assim como nas ciências biológicas, atualmente têm sido realizadas algumas tentativas de transportar os últimos avanços teóricos de alguns desses campos para áreas das ciências sociais, como a História e a Arqueologia, particularmente, nos limites deste trabalho, a História Antiga.

A elaboração da Teoria do Caos, trazida ao público não especializado por um finalista do prêmio Pulitzer de 1988, James Gleick<sup>106</sup>, teve grande impacto na maneira como se enxerga a realidade. Apresentada como a terceira grande revolução científica do século XX, seguindo a Relativística e a Quântica, o Caos passou a ser visto como fonte explicativa de problemas que até então pareciam não se enquadrar dentro dos modelos teóricos apropriados para a explicação científica. De maneira bastante simplificada, o ponto é o seguinte: ao longo do século XX sempre houve determinados fenômenos que pareciam avessos a qualquer tipo de padronização. A padronização, até então, era vista como um elemento fundamental do método científico. Como explicar fenômenos que nem ao menos são passíveis de descrição? A observação empírica e o desenvolvimento particular de várias áreas do conhecimento, especialmente a matemática, a física e a meteorologia, possibilitou a emergência de um corpo teórico cuja pretensão era explicar

---

<sup>105</sup> Morris (2005: 51)

<sup>106</sup> Gleick (1987)

esses fenômenos, chamados de sistemas não-lineares. Com o tempo passou-se a perceber que, a despeito da aparente irregularidade de fenômenos como a turbulência, as variações econométricas diárias das bolsas de valores ao redor do mundo e imprevisibilidade das condições meteorológicas a longo prazo, por exemplo, havia um determinado padrão de “despadronização”. Havia ordem em meio ao aparente caos.

Nesse sentido, a consequência objetiva dos avanços nas pesquisas foi a seguinte: há determinados sistemas – e não são poucos, ao contrário, os teóricos do caos e das redes advogam que eles estão em praticamente todos os lugares – que funcionam de maneira tão integrada que a menor alteração em qualquer uma de suas partes pode ter resultados devastadores em outra parte, mesmo que não se altere o funcionamento global do sistema, o qual é mais do que apenas a soma das partes. É dessa ideia que surge a famosa noção do efeito borboleta, segundo o qual o bater de asas de uma borboleta de um lado do planeta pode causar um furacão do outro.

Não cabe aqui uma análise minuciosa das implicações da Teoria do Caos na filosofia da ciência, mas sim reter dos seus princípios aqueles que são utilizados na análise das ciências sociais aplicadas ao estudo da História Antiga de maneira mais recorrente, a saber: 1) sistemas complexos; 2) conexão de cada parte entre si; 3) os sistemas são mais do que a soma das partes.

A teoria dos sistemas complexos ou não-lineares foi aplicada à História por Joseph Tainter<sup>107</sup> e temos um exemplo de um uso original dos mesmos pressupostos na historiografia brasileira relativa à antiguidade<sup>108</sup>, o que demonstra não apenas o vigor de tal proposta, mas a circulação que teve no meio acadêmico.

Outro desenvolvimento importante, relacionado com a ciência do caos, foi a geometria de fractais. Seu princípio fundamental pode ser exemplificado por uma folha ou um floco de neve. Se olharmos para um floco de neve, ver-se-á um determinado formato. Se se amplia a visão com o auxílio de uma lupa, pode se perceber que a reprodução daquele mesmo formato se mantém, ou seja, a parte é uma reprodução em escala reduzida do todo. Ao se usar um microscópio, é perceptível que os mesmos padrões anteriores se mantem, como se em cada parte do sistema houvesse uma reprodução da totalidade do sistema em todas as suas determinações.

---

<sup>107</sup> Tainter (1988)

<sup>108</sup> Mendes (2002)

Baseando-se nessas contribuições e nos estudos da questão digital, tratou-se de erigir todo um arcabouço teórico-metodológico capaz de adaptar esses questionamentos e contribuições científicas de forma a torna-los aplicáveis às Ciências Sociais, inclusive à História.

O mais recente exemplo de uma abordagem deste tipo aos estudos do Mediterrâneo antigo, especialmente no que diz respeito à história da Grécia, é o livro *A Small World*, de Irad Malkin<sup>109</sup>. Apesar do que um primeiro olhar inocente poderia sugerir, Malkin não está se referindo à metáfora de encolhimento do Mediterrâneo proposta por Braudel já em 1949 e retomada por Horden & Purcell nesta segunda fase do Mediterraneísmo. Como a leitura do livro esclarece, o vocabulário de Malkin vem de outro campo, a chamada *Network Theory*<sup>110</sup>, ou, na matriz latouriana do termo, uma formulação específica das ciências sociais, uma *Actor-Network Theory*<sup>111</sup>. O objetivo de Malkin neste livro é demonstrar como, durante os séculos que tradicionalmente costumamos chamar de período Arcaico na história da Grécia antiga desenvolveram-se redes interconectadas, ou seja, um sistema de sistemas complexos que articulou as suas partes de forma que aquilo que enxergamos como civilização grega pudesse, de fato, ter tomado forma.

A hipótese central do autor é de que os gregos, no “movimento” de colonização que levou a que se “espalhassem” por toda a extensão do Mediterrâneo, do sul da atual França até a boca do rio Don, que deságua no norte do Mar Negro, fizeram parte de redes que envolviam também todas as outras culturas e comunidades que habitavam as margens deste recorte geográfico, mas que, como *sapos ao redor de um lago*, como dizia Platão<sup>112</sup>, os gregos, de costas para a terra e de frente para o mar, tiveram nele não um espaço de separação a despeito do qual se constituiria uma cultura comum que podemos chamar de “grega”, mas sim o espaço virtual que possibilitou este surgimento<sup>113</sup>.

As redes, segundo a apresentação que Barabási faz de Baran e que é apropriada na análise de Malkin, podem se configurar de 3 maneiras diferentes, como pode ser visto no diagrama abaixo:

---

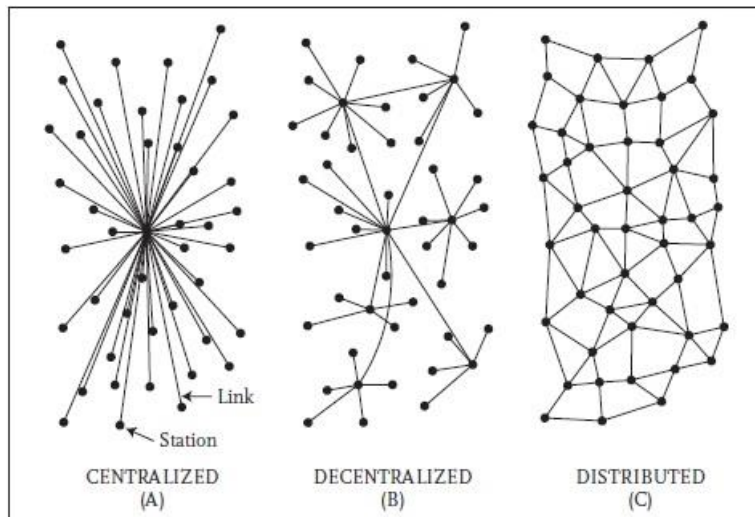
<sup>109</sup> Malkin (2011)

<sup>110</sup> Watts (2004: 11-25) e Newman, Barabási e Watts (2006: 1-8)

<sup>111</sup> Latour (2005)

<sup>112</sup> Platão. *Fédon*. 109a-b.

<sup>113</sup> Malkin (2011: 5)



114

Malkin explica o que pode ser visto esquematicamente no diagrama tentando fazer uma demonstração de como funcionaria para a realidade grega:

*“O primeiro passo pode ser uma simples ilustração: imagine encher as linhas de costa de pontos (ou ‘nós’ na linguagem de redes), representando todas as cidades marítimas. Imagine conectar linhas (‘laços’) entre eles, assim como algum conteúdo se movendo por essas linhas (‘fluxos’). O que se destaca é uma rede descentralizada”<sup>115</sup>*

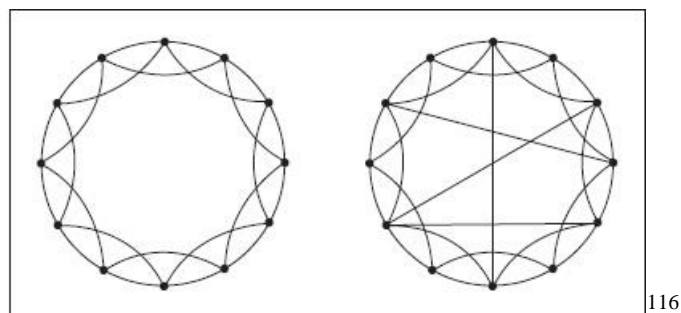
O que se tem nesta perspectiva, portanto, é algo muito distante das *réseaux* braudelianas, que se prendiam ao aspecto agregador das rotas de interligação marítima (e também fluviais e terrestres) das comunidades costeiras do Mediterrâneo. Na Teoria das Redes, as redes não são apenas metáforas ou emaranhados de comunicação. Elas são não apenas o princípio explicativo, teórico, como também as realidades concretas. Sua principal característica é a dificuldade de estabelecimento de hegemonias duradouras. Algumas partes da rede, alguns nós ou agrupamentos são capazes de, em tempos e por tempo(s) determinado(s), concentrarem em sua direção um maior volume de fluxos, bem como articular maior número de laços. Essa capacidade, ademais, varia de contexto para contexto, porém, ao contrário da metáfora braudeliana das *réseaux*, as relações que estruturam essas redes são dinâmicas e tendem a mudar constantemente. Assim, isso não se cristaliza como realidade duradoura, podendo essa concentração, pelos mais diversos motivos, mudar de lugar na rede de maneira súbita sem que se comprometa o funcionamento global. A explicação estruturante dessas não-estruturas fica bem mais clara quando se utiliza o conceito de *Small World*, que na Teoria das Redes se refere aos

<sup>114</sup> Barabási (2003: 145)

<sup>115</sup> Malkin (2011: 17)



graus de conectividade existentes entre cada uma das partes da rede, não necessariamente coincidentes com a distância geográfica que possa existir. O diagrama abaixo esclarece:



Nesse diagrama lógico, a circunferência representa os limites de uma determinada rede. Cada um dos nós tem relação, ou seja, laços, com outros nós. Eventualmente, uma relação é estabelecida de maneira aleatória entre dois nós que antes não estavam imediatamente relacionados – para dar um exemplo mais prático, um comerciante massaliota acaba aportando, por condições imprevistas, em uma cidade que não era seu destino, mas que, por razões conjunturais, se vê bastante interessada nos produtos que ele tem a oferecer. Esse novo laço rompe o equilíbrio que havia antes, fazendo com que os nós mais próximos a esse novo laço tendam a multiplicar suas relações através dele.

Os desenvolvimentos locais, inspirados pela geometria fractal, são vistos como reprodução das redes em uma escala menor, obedecendo às mesmas regras de funcionamento do conjunto visto em sua forma mais ampla: “*Eu acredito que as microrregiões são equivalentes a ‘fractais’, um conceito tomado de empréstimo à teoria do caos e à física de fractais*”. E ele segue: “*Em certo sentido, cada microrregião, no sentido do Mediterrâneo de Horden & Purcell, é também um ‘fractal’ das redes mediterrânicas*”<sup>117</sup>.

O *Small World* grego ao qual se refere Malkin, portanto, seria a civilização grega, ou seja, as redes que engendram os fluxos de pessoas, bens, os fluxos culturais, etc. e que acabam, em seu conjunto, se diferenciando de outras redes análoga e simultaneamente estabelecidas no período. O autor chega a falar de uma *Greek Wide Web*<sup>118</sup>, em clara analogia à rede mundial de computadores atualmente vigente.

---

<sup>116</sup> Barabási (2003: 51)

<sup>117</sup> Malkin (2011: 45)

<sup>118</sup> Malkin (2011: 41)

É inegável a originalidade da interpretação oferecida por Malkin. Assim como seu esforço por estreitar os diálogos entre diversos campos das ciências humanas e destas com as ciências naturais. Por outro lado, sua análise padece de alguns problemas, principalmente ao ser transposta para outros fenômenos ou períodos da história grega. Existe uma passagem dos *Grundrisse* que viabiliza uma crítica contundente do caminho metodológico seguido por Malkin:

*“(...) é possível Aquiles com pólvora e chumbo? Ou mesmo a Ilíada com a imprensa ou, mais ainda, com a máquina de imprimir? Com a alavanca da prensa, não desaparecem necessariamente a canção, as lendas e a musa, não desaparecem, portanto, as condições necessárias da poesia épica?”<sup>119</sup>*

Os seres humanos não são formigas, células cerebrais, nuvens, folhas de uma árvore ou o desenho das costas mediterrânicas<sup>120</sup>. Não faço essa crítica do ponto de vista rasteiro que às vezes rechaça o uso de determinados termos ou métodos oriundos das ciências naturais para tentar explicar fenômenos sociais. O problema não são as inspirações ou o uso dos termos, mas a concepção de que essas redes possam ter existido *ipsis literis* – se não em forma, ao menos em conteúdo – àquelas que podem se desenvolver em um mundo globalizado. A própria globalização é fruto do processo de “universalização da história” ao qual Marx e Engels fazem referência na Ideologia Alemã e tão bem estudado nos últimos anos. Esse processo só pode se desenvolver dentro da lógica expansiva de reprodução do capital, o qual, em sua ganância por mais-valor, dissolve os modos-de-produção não capitalistas com os quais se confronta, em um processo violento de fagocitose e reiterada expropriação material e espiritual. Mesmo sob o capitalismo, cuja presença das redes é inegável, sou bastante cético quanto à certeza das explicações que relegam a ação humana a um segundo plano – inclusive quando essas explicações são provenientes do interior do marxismo<sup>121</sup>, corrente teórica à qual me filio.

O problema é que uma rede como a internet, por exemplo, é consequência de um mundo conectado por redes, não a sua causa. Isso significa dizer que o estabelecimento prévio dessas redes tem uma história. E que essa história não está, definitivamente, desatrelada do desenvolvimento técnico associado a uma configuração específica de relações de produção em um local bastante particular do planeta a partir do qual passou a

---

<sup>119</sup> Marx (2011: 63)

<sup>120</sup> Alguns temas nos quais a ciência do caos, a física de fractais e a ciência das redes tiveram avanços consideráveis. Cf. Gleick (1987).

<sup>121</sup> Para uma crítica do marxismo estruturalista e seus efeitos nefastos para a História: Thompson (1981)

se irradiar de tal forma que hoje é tarefa muito difícil apontar comunidades totalmente alheias ao funcionamento sistêmico do modo-de-produção capitalista.

A conectividade do Mediterrâneo antigo é uma potência, uma força sempre presente que se insinua mais em determinadas esferas da vida social do que em outras, mais em determinadas articulações sócio-políticas do que em outras e assim por diante. As redes podem e devem ser utilizadas como ferramentas teóricas, contanto que não se perca de vista as claras limitações históricas impostas a um tal funcionamento na realidade das sociedades pré-capitalistas<sup>122</sup>. Por conta de tudo isso, acredito que talvez as *réseaux* braudelianas sejam mais adequadas para descrever os processos de conexão mediterrânicos do que as redes da Teoria das Redes, ao contrário do que afirma Malkin. Penso que a analogia às teias de aranha, com seus caminhos e descaminhos, ajude mais ao historiador da antiguidade do que a invisível e imprevisível realidade hiperconectada da *World Wide Web*. As teias são caminhos que podem ser construídos e destruídos, estruturados e modificados por quem as fez. São produto da agência ao mesmo tempo em que moldam as possibilidades futuras de ação. No entanto, ao contrário da *World Wide Web*, sua formação e transformação são mais lentas, exigem mais esforços, nem sempre uma geração pode testemunhar as mudanças em curso. Há limitações que não podem ser transpostas em um mundo que, apesar de conectado, ainda vive sob diferentes lógicas regionais encravadas, não sob a égide de um mesmo modo-de-produção e de vida.

É certo que a história sempre abre uma gama de novas possibilidades de questionamento do passado de acordo com seus próprios desenvolvimentos contemporâneos, mas não é certo que as melhores respostas provenham, necessariamente, dos novos desenvolvimentos adequados a esta realidade. Por vezes, sim. Por vezes, não. Apresentei, de relance, uma situação similar na historiografia sobre a Grécia antiga ao longo da primeira parte deste capítulo: Meyer e Rostovtzeff eram exemplos de historiadores que, de forma pioneira, buscavam interpretações holísticas, considerando as mais recentes descobertas de sua época nas suas áreas de atuação e evitando uma leitura ensimesmada das sociedades nas quais eram especialistas, buscando ressaltar, sobretudo, os laços que as tornavam partes de uma mesma realidade. No entanto, o que se estabeleceu foi a ortodoxia capitaneada por Moses Finley. Como eu espero ter demonstrado, a história

---

<sup>122</sup> Para outro exemplo explicativo bastante pretensioso da Teoria das Redes: Barabási (2012)

mostrou que Meyer e Rostovtzeff talvez não merecessem o ostracismo que sofreram, já que muito da História Econômico-Social que se faz nos dias de hoje é herdeira de ambos.

### 1.2.5) Sistemas-Mundo *versus* Sistema Mundial

Surgida nos anos 1970, em diálogo com a Teoria da Dependência, poucas obras tiveram tanto impacto nos estudos sobre a integração do Mediterrâneo antigo quanto os três volumes de *The Modern World-System*, de Immanuel Wallerstein<sup>123</sup>. Os livros se dedicam a explicar historicamente o processo ao qual eu remeti, de maneira lógica, nas duas subseções anteriores: como o modo-de-produção capitalista, com toda a sua especificidade histórica, se consolidou e expandiu a sua lógica pelo planeta – os trabalhos de Wallerstein estão mais preocupados com as primeiras fases desta expansão, ocorridas durante o período que se convencionou chamar “Idade Moderna”. A expressão “sistema-mundo” ou suas variantes “império-mundo” e “economia-mundo” não eram novidade, tendo em vista que Braudel já fazia uso de algumas delas. No entanto, apenas a partir de Wallerstein essas palavras ganharam a força de conceitos.

O sociólogo americano assim definiu o que chama de “sistema-mundo” e “economia-mundo”:

*“(…) em sistemas-mundo nós estamos lidando com uma zona espaço-temporal que engloba diversas unidades políticas e culturais, representando uma zona integrada de atividades e instituições que obedecem a regras sistêmicas”*<sup>124</sup>

*“Isto é um sistema-mundo não porque engloba o mundo inteiro, mas porque é maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. E é uma economia-mundo porque o elo básico entre as partes do sistema é econômico, embora ele tenha sido reforçado em alguma medida por laços culturais e, eventualmente, (...) por arranjos políticos e estruturas confederais”*<sup>125</sup>

Desta maneira, dialogando, a partir da tradição filosófica do materialismo histórico, com Braudel, os historiadores da transição (Dobb, Sweezy Brenner, Hilton) e as teorias de Centro-Periferia, Wallerstein elaborou um estudo histórico e sociológico a partir do qual desenvolveu-se toda uma tradição de pesquisa. Em sua versão wallersteiniana, é possível falar vários sistemas-mundo ao longo de toda a história, inclusive coexistindo. Essa, aliás, foi a regra, para Wallerstein, não a exceção. Diferentemente, ao falar da economia-mundo, o autor é taxativo: *“Eu disse que a economia-mundo tinha sido uma invenção do mundo moderno. Não tanto. Houve economias-mundo antes. Mas elas sempre se transformaram em impérios: China, Pérsia,*

---

<sup>123</sup> Wallerstein (1974; 1980; 1989)

<sup>124</sup> Wallerstein (2004: 17)

<sup>125</sup> Wallerstein (1974: 15)

*Roma*<sup>126</sup>. Em outras palavras, apenas o modo-de-produção capitalista foi capaz de *se manter* duradouramente como uma economia-mundo, submetendo a sua lógica todos os outros sistemas-mundo de forma que hoje ela tenha se tornado dominante.

Essa é, certamente, uma grande narrativa, nos moldes propostos pela velha tradição da historiografia marxista, preocupada sobretudo com funcionamentos sistêmicos. Em suma, o capitalismo se desenvolveu de maneira plena na Inglaterra e, posteriormente na França e nos EUA, configurando o centro em expansão de um sistema-mundo em vias de se tornar uma economia-mundo. O que diferenciava este centro da periferia do sistema em expansão e favorecia a manutenção de sua posição central em detrimento das áreas periféricas era a maior concentração de capital, o maior desenvolvimento tecnológico e a sua necessidade, por conta da lógica expansiva do capital, de produzir mais para vender mais até reiniciar o ciclo. A periferia deste sistema, portanto, tinha como papel fundamental fornecer matérias-primas em abundância, além de força de trabalho barata e mercado consumidor suficiente, para o centro acumulador. Segundo esse raciocínio, o que integraria o sistema seria a mútua dependência econômica entre as partes através dos processos de troca, embora essa dependência fosse introduzida contra a vontade da periferia, que aos poucos se via englobada pelo modo-de-produção capitalista. Vale notar que, para Wallerstein, não é o comércio que dá a lógica da economia-mundo em formação, mas sim a mútua dependência de suas áreas produtivas, integradas em uma unidade supralocal e suprarregional, tornando-se cada vez mais global, de produção, distribuição e consumo.

Alguns pesquisadores não estavam satisfeitos com as limitações cronológicas e geográficas que o modelo de Wallerstein pressupunham. Trabalhando no rastro de Wallerstein, muitos pesquisadores começaram a procurar pelos sistemas-mundo aludidos pelo sociólogo alemão, produzindo trabalhos influentes acerca das características sistêmicas dos de sociedades tão variadas quanto as da Mesoamérica, tribos da América do Norte, Império Romano, diversas fases da história Chinesa<sup>127</sup>, por exemplo. Outros, indo de encontro às ideias de Wallerstein, retiraram o hífen de “sistemas-mundo” para transformar a expressão em um sistema mundial. Dois dos principais defensores de um sistema-mundial com mais de cinco mil anos de existência, com uma configuração

---

<sup>126</sup> Wallerstein (1974: 16)

<sup>127</sup> Champion (1995)

geográfica cujo centro oscilou pelo Mediterrâneo ao longo do tempo, foram André Gunder Frank e Barry K. Gills<sup>128</sup>.

O mais importante nos limites do presente texto é demonstrar que há duas concepções formadas pelas palavras “*world*” e “*system*”, ambas gozando de certo prestígio e protagonizando ainda hoje grandes querelas a respeito do estudo das sociedades antigas. Wallerstein, em uma obra organizada por Gunder Frank e Gills, teceu alguns comentários esclarecedores sobre o polêmico hífen:

*“O ‘sistema-mundo moderno’ (ou ‘economia-mundo capitalista’) é meramente um sistema entre tantos outros. Seu atributo peculiar é ter se mostrado suficientemente forte para destruir todos aqueles outros contemporâneos a ele. E isso nos traz ao hífen. O meu ‘sistema-mundo’ não é um sistema ‘no mundo’ ou ‘do mundo’. Ele é um sistema ‘que é um mundo’. Daí o hífen, já que ‘mundo’ não é um adjetivo do sistema. Pelo contrário, as duas palavras juntas constituem um só conceito. O sistema de Frank e Gills é um sistema mundial no sentido adjetivo, já que ele pretensamente cobriu ao longo do tempo todo o mundo. Eles não podem conceber múltiplos ‘sistemas-mundo’ coexistindo no planeta. Embora até o século XIX, eu defendo, tenha sido sempre este o caso”<sup>129</sup>*

Com ou sem hífen, algumas características desta forma de integração social precisam ser valorizadas diante das que apresentamos até aqui. Em primeiro lugar todos os autores que trabalham dentro do paradigma dos sistemas-mundo ou sistema mundial dão grande atenção às mudanças. No caso de Frank e Gills às mudanças internas, apesar das quais o sistema se manteve o mesmo, no caso de Wallerstein e outros a mudanças estruturais que levam à derrocada de um sistema e/ou à formação de outros. Outro ponto importante é que, apesar de muitos estudos deste campo terem uma ênfase circulacionista, ou seja, priorizarem a esfera da circulação em detrimento da produção, isso não é pressuposto das contribuições originais de Wallerstein. Ele chegou a ser criticado pelas vertentes da transição que tentam explicar a ascensão do capitalismo através do desenvolvimento de novas relações de trabalho no campo, apenas posteriormente sendo catalisadas pela manufatura urbana e pela maquinaria pesada, como é o caso de Robert Brenner<sup>130</sup> e Ellen Meiksins Wood<sup>131</sup>, mas diante de sua réplica a teoria dos sistemas-mundo ainda demonstra grande vigor analítico, mesmo frente a outras possibilidades atualmente abertas por outras abordagens teóricas. Por fim, o que destaco de mais importante como contribuição desta corrente para o estudo da Grécia Antiga, em especial os que seguem mais de perto o pensamento wallersteiniano de que houve diversos

---

<sup>128</sup> Frank; Gills (1993: 3-58)

<sup>129</sup> Wallerstein (1993: 294-5)

<sup>130</sup> Brenner (1976: 30-74)

<sup>131</sup> Wood (2001)

sistemas-mundo e também economias-mundo que não foram é que sempre é muito difícil identificar os limites sistêmicos de que se está falando. Retirar o foco de cima da cidade-Estado de Atenas para tentar inseri-la, de alguma forma, em uma teia maior de relações cujas implicações sistêmicas não façam desvanecer as relações de poder realmente perceptíveis através das fontes é uma vantagem que percebo neste modelo. Isso não significa desconsiderar o real poder de influência e domínio exercido por Atenas durante o período clássico, mas, sim, historiciza-lo. Mesmo que alguns dos modelos anteriormente expostos, como o da teoria das redes, partilhem com este último alguns de seus objetivos, é preciso considerar detidamente as contribuições metodológicas da teoria dos sistemas-mundo, sobretudo se o objeto das pesquisas estiver mais relacionado com os fluxos econômicos, a forma de exploração do trabalho, de extração de excedentes e de sua circulação e consumo do que com contatos culturais. Mais uma vez, alguns quadros teórico-metodológicos se adequam melhor a determinados objetos de pesquisa. A História é a ciência do contexto, mesmo que do contexto estruturado.

Ainda assim, o modelo de Wallerstein não é isento de problemas para o estudo da Grécia Clássica. Como identificar o centro e a periferia dos sistemas em um ambiente político no qual nenhuma das grandes “ex-potências” regionais (Império Persa, Império Ateniense, Esparta) ou “proto-potências”, como a Macedônia, consegue se impor e colocar toda a região sob seu domínio? É possível falar de uma frágil economia-mundo multicentrada que logo deixará de sustentar esse equilíbrio dinâmico para tomar a forma de sucessivos impérios (helenístico e romano)? Será que o modelo de Wallerstein realmente só é adequado para análises de mais longa duração, não se prestando ao enfoque mais cerrado que pretendo realizar nesta pesquisa? O próprio sociólogo responderia afirmativamente a este questionamento. Por conta disso, espero reter as noções de historicidade e funcionamento sistêmico tão importantes para os sistemas-mundo, mas essas ainda não são ferramentas suficientes para responder à seguinte questão: afinal de contas, como enquadrar, onde situar Atenas além da *pólis* nos limites desta pesquisa?

### **1.2.6) Modos-de-Produção e Relações Diádicas**

Agora que expus de maneira lógica os problemas e as possibilidades atualmente vigentes no estudo sobre as formas de integração social na antiguidade, especialmente no tocante à realidade grega do período clássico, pretendo esboçar alguns dos meus pressupostos, principalmente teóricos, advogando que eles são a maneira mais adequada de se interpretar a realidade histórica que recortei como sendo meu objeto de pesquisa.

À primeira vista pode parecer contraditória a proposição de se trabalhar com a noção de “modo-de-produção” em uma pesquisa cujo objetivo é compreender a concepção e a materialidade dual do comércio que circulava na Atenas do século IV a.C. Espero conseguir demonstrar que essa escolha, além de não ser contraditória, se estabelece como sendo a principal fonte de originalidade da presente pesquisa.

O primeiro mal-entendido que precisa ser desfeito diz respeito ao duplo sentido que a expressão modo-de-produção adquire no pensamento marxista. É preciso lembrar que esse duplo sentido da tradição que se coloca como herdeira do pensamento de Marx tem um fundamental na obra do próprio filósofo renano. Apenas em um momento de sua trajetória intelectual Karl Marx se debruçou sobre as formações econômicas pré-capitalistas. O texto, conhecido popularmente sob a alcunha de *Formen*, ou *Formas que Precederam a Produção Capitalista*<sup>132</sup> já deixa bastante claro o seu objetivo. Ele está reunido nos *Grundrisse*, que, como o nome já diz, são os cadernos de preparação para o *Capital*, o *magnum opus* da filosofia marxiana. Sendo assim, não é uma investigação científica sistemática, mas um apanhado de notas cuja finalidade era servir de ponto de referência para Marx em sua análise da sociedade capitalista. O texto, portanto, preza por um desenvolvimento lógico, não histórico. Nele, o autor elenca diferentes formações econômico-sociais, cada uma das quais com suas relações sociais específicas, bem como levando a desenvolvimentos políticos e culturais distintos. O autor se refere a elas como “formas de propriedade”, não como “modos-de-produção”. Isso significa que, nas *Formen*, Marx está centralmente preocupado com as *relações de produção* – tendo em vista que as relações de propriedade são suas formas jurídico políticas – muito mais do que com as *forças produtivas*<sup>133</sup>. Outra limitação óbvia são os escassos conhecimentos que se tinha dos aspectos econômico-sociais das sociedades pré-capitalistas à época em que o texto foi escrito. Como pudemos ver na segunda seção, a História como disciplina mal havia chegado diante da bifurcação epistemológica configurada pelo positivismo contra o romantismo rankeano.

A tradicional sucessão dos modos-de-produção primitivo, asiático, antigo (ou escravista), feudal, capitalista e comunista, fonte de grandes controvérsias no interior do marxismo, é fruto de uma infeliz trajetória intelectual somado a um contexto histórico específico, prova de que os conceitos estão sempre sendo reformulados de acordo com as

---

<sup>132</sup> Marx (2011: 388-423)

<sup>133</sup> Para uma interpretação acurada das *Formen*, ver Carandini (1979)



realidades nas quais circulam. Após a morte de Marx, Engels, já em contato com as novidades da Antropologia de Morgan, escreveu uma grandiosa, porém controversa obra: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, na qual, contrariando o legado da filosofia de Marx, a qual ele próprio ajudara a estabelecer, inclusive com contribuições criativas, tenta elaborar uma análise totalmente a-histórica que traça uma linha contínua entre as comunidades ditas primitivas e o homem da moderna sociedade industrial capitalista<sup>134</sup>. Em seguida, quando os textos de Marx e Engels passaram a constituir um cânone filosófico, deliberadamente organizado por este último e adentraram a Rússia através dos jovens socialistas, estava desenhada a situação. Nos anos seguintes, passando efervescentes processos revolucionários, em um dos poucos momentos em que esteve fora da prisão entre 1905 e 1917, Stálin certamente teve contato, direto ou indireto, com o texto de Engels, a base para a formulação, nos anos 1930, da evolução histórica unilinear, a face assombrosa do etapismo como teoria revolucionária.

Ressalto, desta maneira, que quando eu me referir a modo-de-produção, não estarei, de forma alguma, remetendo à trilha deixada por “Morgan - Engels (1964) – Stálin”. Em outros textos de Marx e Engels, diferentemente, encontramos as duas proposições mais sólidas sobre o modo-de-produção. Algumas vezes, essa expressão se refere às maneiras específicas de produzir determinados produtos em determinadas condições sociais. Um dos melhores exemplos deste uso da expressão é quando Marx fala da manufatura e, posteriormente, da fábrica com maquinário pesado<sup>135</sup>, referindo-se às duas formas de produzir como diferentes modos-de-produção. Outro sentido em que essa expressão aparece nos escritos marxianos tem uma profundidade epistemológica maior, não apenas o intuito descritivo, como no caso anterior. Ela se refere ao modo de produção e reprodução da vida material<sup>136</sup>, ou seja, quais são os processos sociais que fazem com que determinada sociedade exista da maneira como existe<sup>137</sup>. Neste sentido, modo-de-produção está muito mais próximo de “modo de vida” do que de “modo de produzir”.

---

<sup>134</sup> Engels (1964)

<sup>135</sup> Marx (2008)

<sup>136</sup> Por “vida material” entendo a estrutura resultante da totalidade dos produtos produzidos em meio a determinado conjunto de relações sociais de produção através de determinadas forças produtivas. Toda essa estrutura é um ciclo que se reinicia garantindo a reprodução de determinado modo de vida da maneira como ele existe. Mesmo diante de transformações sociais radicais, sempre há um conjunto da vida material que precisa ser reproduzido, seja sob velhas ou novas condições. Não é um termo correlato, portanto, a “cultura material” no vocabulário da Arqueologia.

<sup>137</sup> Marx e Engels (2007). Esta noção também é desenvolvida em Marx (2011), quando Marx aborda o “processo de produção”.

Por que então insistir em um termo tão manchado por gerações de desentendimento e diálogos de surdos? Porque apesar de estar mais próximo de “modo de vida”, não é exatamente isso que significa “modo-de-produção” da maneira como entendo. Ele tem dois atributos que justificam seu uso: 1) o caráter sistêmico e dialético; 2) a primazia da produção sobre os outros momentos da vida social<sup>138</sup>.

Sobre a primeira, abordamos outros modelos teóricos que lidaram com o aspecto sistêmico abordando-os por diferentes ângulos e com diferentes consequências. Se na Teoria das Redes o sistema é entendido como totalidade que é maior do que a soma das partes e no Sistema-Mundo (com hífen) ele ganha a historicidade que aquele não tinha, ainda assim eles são irreconciliáveis, pois enquanto a primeira pressupõe que a relação entre as partes do sistema não ocorre prioritariamente por relações hierárquicas e desiguais de poder, o segundo tem aí a sua pedra de toque. Diante das novas questões colocadas pelo século XXI, portanto, escolho uma velha resposta com uma nova roupagem, ou melhor, despida da roupagem encardida e suja de sangue com que a expressão “modo-de-produção” desfilou durante boa parte do século passado. A razão crucial: o seu aspecto dialético.

O comércio, objeto da presente pesquisa, é dialético por excelência. Quando falamos dele, como vimos, estamos falando da mesma coisa que vemos todos os dias em nossas vidas cotidianas, só que também estamos falando de algo diferente. Somente uma teoria dialética permite apreender os aspectos gerais e particulares ao mesmo tempo sem incorrer em um evolucionismo etapista unilinear, como o fazem Frank e Gills com seu sistema mundial de cinco mil anos e sem pulverizar a explicação histórica em infinitas migalhas que não podem ser reajustadas em uma narrativa complexa, mas cujas partes mantenham um vínculo ontológico umas com as outras.

---

<sup>138</sup> Uma citação dos *Grundrisse* de Marx (2011: 53) é esclarecedora a este respeito: “O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos. P. ex., quando o mercado se expande, i.e., a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da população entre cidade e campo, etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico”

Quase todos os estudos dedicados ao comércio nas sociedades antigas partem de teorias circulacionistas para chegar a conclusões circulacionistas sobre a circulação<sup>139</sup>. O que isso quer dizer? A economia, como afirmamos no início deste trabalho, tem de ser entendida como unidade entre as etapas de produção, distribuição, troca e consumo do produto socialmente produzido:

*“Logo, a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar simultaneamente um movimento mediador entre ambos. A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento. Uma estrada de ferro não trafegada, que, portanto, não é usada, consumida, é uma estrada de ferro apenas potencialmente, não efetivamente”<sup>140</sup>*

Quando falamos de primazia da produção, portanto, não é do momento produtivo, mas da produção em seu sentido amplo: produção da vida. Produção neste sentido é mais do que economia: são as maneiras pelas quais a economia é social e culturalmente organizada.

O modo-de-produção, finalmente, pode ser definido como as diferentes articulações históricas entre as forças produtivas<sup>141</sup> e as relações de produção no processo de produção, do qual a economia é uma parte, da qual a circulação (distribuição + troca) é uma parte – não autônoma, não desconectada do todo – da qual o comércio é uma modalidade, como defendi na seção 1.

---

<sup>139</sup> Reden (2003)

<sup>140</sup> Marx (2011: 46)

<sup>141</sup> As forças produtivas não devem ser confundidas meramente com as técnicas e a tecnologia, as quais são apenas dois aspectos destas, como assinala Ciro Cardoso (1982: 17-31) ao elencar os elementos constitutivos das forças produtivas em sua concepção, com a qual concordo:

1. O ser humano como força produtiva

1.1. Aspecto “objetivo”: população (densidade, composição por sexo e idade, estratificação sócio-profissional, tendências dinâmicas); cooperação; divisão do trabalho (social e técnica).

1.2. Aspecto “subjetivo”: processos de formação e socialização dos trabalhadores, envolvendo ensino/aprendizagem e representações sobre o mundo e o trabalho.

2. Os objetos de trabalho como força produtiva:

2.1. Aspecto “objetivo”: energias naturais (eólica, hidráulica, animal...), terras, recursos naturais modificados (matérias-primas) ou não por um trabalho prévio.

2.2. Aspecto “subjetivo”: conhecimentos (seja empíricos, seja científicos) e representações acerca da natureza, pertinentes para a apropriação e a utilização social dos objetos de trabalho.

3. As técnicas como força produtiva:

3.1. Aspecto “objetivo”: instrumentos de produção (ferramentas, máquinas, certos edifícios...), de transporte, instalações auxiliares...

3.2. Aspecto “subjetivo”: os “modos de fazer”, isto é, de interpor os instrumentos de trabalho entre o trabalhador e o objeto de trabalho, bem como de fabricar os próprios instrumentos (o que implica um plano e uma representação mentais completos das diversas operações a cumprir em tal fabricação)

O modo-de-produção não é, na minha opinião, um conceito imediatamente operacionalizável *per se* para compreender um contexto histórico pontual, com um recorte cronológico reduzido, no qual se pretende investigar qualquer problemática relacionada a questões que poderiam, hoje, ser entendidas como econômicas. Por conta de seus atributos sistêmicos, materialistas e dialéticos, o modo-de-produção, diferentemente das redes, é mais do que um mero conceito ou ferramenta eurística. Ele mesmo é uma realidade concreta de cada sociedade historicamente existente. Ele é, portanto, um *background* que condiciona a minha avaliação histórica. Sendo assim, não trabalharei com nenhuma das adjetivações tradicionalmente encontradas no marxismo, e não discutirei as suas polêmicas no âmbito de minha pesquisa. Não receberão detida atenção, nos limites estabelecidos por mim para a atual pesquisa, problemas referentes à nomenclatura dos modos-de-produção. O que importa é que Atenas estava inserida em uma sociedade regida por um e em contato com outras sociedades regidas pelo mesmo ou por outros modos-de-produção.

*At last, but not least*, creio ser fundamental apontar para uma característica que eu creio ser o maior atributo de separação entre a sociedade capitalista e todas aquelas que, em conjunto, não se encaixam nesta definição. Refiro-me ao caráter pessoal das relações sociais nestas em comparação com o caráter impessoal daquela.

O modo-de-produção capitalista tem como lógica fundamental a reprodução do valor em escala ampliada, relação social conhecida como “capital”. Em nossa sociedade, todos os produtos do trabalho humano são “trocáveis”, adquirindo, portanto, o caráter de mercadoria. A mercadoria tem uma dupla existência: por um lado elas são valor-de-uso, ou seja, atendem a alguma necessidade humana, são feitas com alguma finalidade de consumo; por outro, pelo caráter universal da troca sob o capitalismo, elas valem alguma coisa na comparação com as outras mercadorias, ou seja, são valores (-de-troca). Para reproduzir as suas condições de existência, os seres humanos precisam ter acesso aos meios necessários para tal fim. Considerando o pressuposto de que “*os homens precisam estar em condições de viver para poder fazer história*”<sup>142</sup>, é preciso que os produtos do trabalho social sejam acessíveis, de uma maneira ou de outra, ao conjunto das pessoas em sociedade. Como a história do capitalismo pode ser descrita como a história do processo de expropriação das classes dos produtores diretos por uma classe que estava separada

---

<sup>142</sup> Marx e Engels (2007: 32-3).

dos meios desta produção, têm-se a seguinte situação: no capitalismo os produtores diretos estão desprovidos dos meios de alcançar a sua própria reprodução social, tendo de entrar em relação conflituosa com aqueles que detêm tais meios, a saber, os donos dos meios-de-produção. A contradição deste modo-de-produção se coloca por conta do seguinte motivo: apenas a capacidade humana de trabalhar é capaz de produzir valores. Se uma classe detém todos os meios-de-produção da vida material de uma sociedade, como é o caso sob o capitalismo, só existem duas alternativas: ou elas trabalham para se reproduzir, deixando com que os despossuídos desapareçam diante da impossibilidade de satisfazer as suas necessidades, ou elas entram em relações de troca com aqueles que detém como única mercadoria passível de ser trocada no mercado pelas mercadorias necessárias à sua existência, qual seja, a força de trabalho, que nada mais é do que a capacidade de realizar trabalho. Todos se relacionam, portanto, através da seguinte lógica: quem detém os meios de produção e não quer (ou não dispõem em grau suficiente) da força de trabalho necessária para operá-los, troca o uso desses meios pela capacidade alheia de realizar trabalho. O contrato de trabalho, no entanto, não estipula que os trabalhadores devam trabalhar apenas o suficiente para se reproduzir. Caso fosse assim, o sistema entraria rapidamente em colapso, ou melhor, nem poderia ter se constituído. Ao contrário, é acordado um “x” número de horas *versus* um “y” pagamento. A mágica ocorre porque esse “y” devolvido ao trabalhador em forma de salário é sempre menor do que os valores produzidos em “x” horas de trabalho. A diferença, a famigerada mais-valia (ou mais-valor, na nomenclatura atualmente corrente em português) é responsável não apenas por garantir que os donos dos meios-de-produção possam reproduzir as suas condições de existência reiniciando o ciclo da produção, como também é suficiente para que o consumo de parte desse mais-valor seja feito de forma produtiva, ou seja, reinvestido no circuito da produção e garantido que, ao final do próximo ciclo, o processo de apropriação de mais-valor seja ainda maior. E assim sucessivamente.

Tudo isso só é possível por um motivo: a dupla liberdade dos produtores diretos. Livres de qualquer jugo de dominação pessoal que os obrigue a trabalhar para outrem, como ocorria na escravidão, servidão e outras formas de trabalho compulsório observáveis pela história; livres, ou seja, desprovidos, por outro lado, dos meios-de-produção que antes detinham. A *única* sociedade em que os produtores diretos da riqueza social se encontram nessa condição duplamente livre, é a sociedade capitalista. A exploração, portanto, não se dá mais, exclusivamente, pela capacidade de as classes

dominantes exercerem algum tipo de coerção extra-econômica. A expropriação do excedente não ocorre sobre o produto final do trabalho na forma de tributos, por exemplo, mas, intrinsecamente ao processo de produção. É uma coerção, portanto, econômica. Cada trabalhador não lida pessoalmente como dono dos meios-de-produção, mas relacionam-se, apenas, na condição de trabalhador e burguês. Pouco importa o nome, as relações familiares entre ambos, as relações sociais pregressas eventualmente travadas. As pessoas se confrontam como possuidores de mercadores: uns a fim de vender a sua força de trabalho, outros a fim de pagar por ela em troca de um salário. E esta relação, a relação de produção fundamental do capitalismo, transborda para todo o seio da vida social influenciando, em maior ou menor grau, as mais diversas instâncias das vidas individuais de cada um.

Já nas sociedades pré-capitalistas, as relações pessoais ditam as “regras do jogo”. Importa quem se é, não apenas o que se tem. Esse caráter pessoal das relações de produção pré-capitalistas, assumam elas a forma que for, têm consequências imediatas no processo de produção, no sentido marxiano já aludido nesta subseção. Todas as relações, portanto, são *relações diádicas*: relações de duas partes nas quais ambas têm, potencialmente, a capacidade de influenciar a outra parte a agir de uma forma determinada. O que estrutura os modos-de-produção pré-capitalistas<sup>143</sup>, portanto, é a multiplicação infinita dessas

---

<sup>143</sup> Não é ponto pacífico dentro do marxismo a caracterização dos modos-de-produção pré-capitalistas. Além da sucessão dos modos-de-produção comunitário, asiático, antigo, germânico, feudal, capitalista e comunista à qual aludi e que não conta hoje com muitos defensores existem duas maneiras distintas de se encarar o problema dos modos-de-produção pré-capitalistas: 1) diluir toda a diversidade histórica das sociedades pré-capitalistas para coloca-las sob o conceito englobante de um grande “modo-de-produção tributário”, como pode ser visto no balanço feito por Banaji (2010: 17-22); ou 2) compreender o “modo-de-produção” sob a égide geral de “modo de vida” ou, em termos do próprio Marx, como “forma do processo social de produção”, “organização histórica da produção”, “forma social da produção”, etc, como apontado por Banaji (2010: 52) e, assim, admitir que há uma miríade de modos-de-produção pré-capitalistas. Certamente não um número infinito, assim como não há um número infinito de sociedades historicamente conhecidas, mas também não um número restrito o suficiente quanto a anterior proposição estalinista. Recuperando Léon Trotsky, Banaji (2010: 45) faz um apelo anti-formalista ao dizer que o método dialético não pode ser reduzido a uma ferramenta que precisa afiada repetidas vezes sem nunca ser utilizada sobre a matéria-prima. Esses seriam maneirismos dos epígonos da lógica kantiana. Sendo assim, não é tarefa desta pesquisa enumerar todos os modos-de-produção já ocorridos ao longo da história da humanidade, assim como não pode ser exigido de nenhum cientista social ou historiador que enumere todas as formas religiosas já postas em prática pelo homem sempre que se tentar avançar uma definição cientificamente utilizável de “religião”. O modo-de-produção ao qual me refiro neste trabalho e que marca a história de Atenas na antiguidade desde o período arcaico até o fim da dominação romana é, portanto, um modo-de-produção em que as relações de produção se baseiam primordialmente nos diversos tipos de trabalho compulsório, especialmente a chamada “escravidão-mercadoria” e, em segundo lugar, na submissão de parte dos produtores diretos por grandes e médios proprietários de terra através da relação de patronato. São essas duas relações sociais que condicionam o modo-de-produção então vigente, embora não fossem, obviamente, as únicas. A este grande modo-de-produção, característico daquilo que Finley identificou como a “Antiguidade Clássica”, eu dou o nome de Modo-de-Produção Escravista Antigo. Esse é, no entanto, apenas o pano de fundo histórico e social no qual se desenvolvem diversos tipos de formações

relações: entre um vizinho e outro, entre marido e esposa, entre dois comerciantes, entre dois parceiros a bordo de um navio, entre dois trabalhadores em uma mesma oficina, entre duas cidades-Estado, etc, *ad infinitum*. Mas note-se: cada uma das partes entra na relação imbuída de uma capacidade maior ou menor de impor a sua vontade à outra parte de acordo com as condições sociais em que se trava a relação – quem é cada uma das partes, em que lugar ocorre a relação, qual a finalidade da relação, etc. De maneira dialética, portanto, essas relações são integradas de atributos sistêmicos, totalizantes e, por sua vez, são a base sobre a qual tal sistema se sustenta, se desenvolve, se transforma, abre novas possibilidades de articulação das relações já existentes, leva a novas relações, etc.

### 1.3) Aquém da *Pólis*: Cotidiano e História Social

Após ter abordado algumas alternativas para incorporar a *pólis* dos atenienses em um quadro mais geral no contexto do Mediterrâneo, gostaria agora de fazer alguns apontamentos sobre o outro lado da moeda que configura a superação de uma escrita da história meramente institucional da Grécia no período clássico: os mecanismos que se encontram aquém da ingerência das instituições formais da cidade-Estado, que fazem parte do cotidiano dos habitantes da cidade. Abordarei nesta seção algumas formas pelas quais a vida cotidiana da cidade podia influenciar os destinos da *pólis* justamente por estar fora de um controle institucional direto por parte do Estado.

Em primeiro lugar, gostaria de me diferenciar de determinadas visões sobre o cotidiano na antiguidade. Não é novidade que se tente abordar os espaços cotidianos na Grécia Antiga. Entendendo o cotidiano como uma esfera da existência imediata, ou seja, sem mediações, diversos historiadores escreveram livros que narravam os meandros do dia-a-dia daqueles que viveram no período clássico<sup>144</sup>. Para esses autores o cotidiano era aquilo que acontecia de forma natural e automática, sem passar pelo crivo das relações sociais que estruturavam o conjunto social. Essas obras, algumas delas reeditadas ao longo de décadas e traduzidas em diferentes línguas ao redor do mundo, limitam-se a coletar na documentação disponível, seja ela histórica ou arqueológica, informações que caracterizem a vida diária e permitam aos leitores compreender melhor o comportamento dos habitantes antigos nas situações da vida que se apresentassem a eles – geralmente situações análogas àquelas poderíamos viver em nosso próprio dia-a-dia: como eles

---

econômico-sociais com relações sociais distintas e com variados pesos em sua lógica ao longo deste grande período. É um ponto de partida, não de chegada, desta pesquisa.

<sup>144</sup> Maffre (1989), Picard (1946), Flacelière (s.d.), Hunt (2009), Garland (2009)

compravam, o que comiam, o que vestiam, o que faziam para se divertir, em que trabalhavam, etc. Elas têm um caráter anedótico e uma preocupação quase que exclusiva com a apresentação de curiosidades a respeito da vida diária na antiguidade. São, portanto, textos com grande apelo narrativo e densidade descritiva, mas que não estão interessados em problematizar historicamente as questões que levantam a partir da documentação e da análise da historiografia especializada.

De acordo com Agnes Heller, existem duas formas errôneas de se compreender a vida cotidiana. A primeira delas diz respeito a uma concepção análoga à do consumo – não apenas em âmbito econômico, mas em todos os âmbitos da vida. Aqueles que compreendem a vida cotidiana desta forma tenderiam a se focar na maneira como os indivíduos “consomem” o mundo ao seu redor – em contraposição à maneira como eles produzem esse mundo. Essa esfera da realidade seria comandada por uma atitude passiva com a qual os seres humanos acabariam encarando os diversos momentos de sua trajetória. Ela diz respeito, por exemplo, à forma como o público lida com a recepção de uma peça teatral em oposição à forma como lidam aqueles que produzem a peça (atores, escritores, etc). Uma segunda forma de enquadrar o cotidiano considerada por Heller equivocada é aquela que entende o cotidiano como “vida privada” em oposição a “vida pública”<sup>145</sup>. Essa é geralmente a maneira como os historiadores supracitados que trabalharam este tema relativo à Antiguidade Clássica lidam com a história da vida cotidiana.

Neste trabalho, atentando para os alertas feitos por Heller, não pretendo encarar a vida cotidiana nem como uma esfera onde ocorrem eventos meramente passivos do ponto de vista dos seus agentes e nem como um contraponto à vida pública. Para mim ela é a síntese de todas as esferas e mediações da vida: “*A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade*”<sup>146</sup>. Este conceito de “homem inteiro” no sentido de um ser humano pleno é fundamental para a filosofia de Lukács e, conseqüentemente, de Heller. As pessoas atuam em diversas esferas ao longo de sua vida, atuando inclusive de maneira distinta em cada uma delas, pois cada uma delas tem uma série de regras e instituições que demandam determinado comportamento dos participantes. Por outro lado, há momentos em que a pessoa lida com o mundo de forma integral, ou seja, com

---

<sup>145</sup> Heller (1977: 99-101)

<sup>146</sup> Heller (2008: 31)



todas as suas mediações incidindo de maneira tácita na sua compreensão e nas atitudes que toma diante de cada evento. São esses momentos em que não há um determinado conjunto de regras claramente estabelecidos que aqui estou chamando de cotidiano:

*“A vida cotidiana se desenvolve e se refere sempre ao ambiente imediato. O âmbito cotidiano de um rei não é o reino, mas sim a corte. Todas as objetivações que não se referem ao particular ou ao seu ambiente imediato transcendem o cotidiano (...). A vida cotidiana serve de mediadora para o não cotidiano e é a sua escola preparatória (...). Para a maioria dos homens a vida cotidiana é a vida.”<sup>147</sup>*

Uma outra contribuição fundamental de Agnes Heller para o presente trabalho diz respeito às suas noções de “pequeno mundo” e “grande mundo”. O pequeno mundo seria o imediato entorno do particular, ou seja, tudo aquilo que é *diretamente* reproduzido pela ação das pessoas que compõem este particular. O grande mundo equivaleria, por outro lado, ao conjunto da sociedade, ou seja, tudo aquilo que é apenas *indiretamente* reproduzido pelas ações dos indivíduos no seu pequeno mundo.

Em sociedades nas quais se apresenta a divisão do trabalho, caso da Atenas Clássica, os mundos “pequeno” e “grande” não coincidem. Dito de outra forma, o imediato entorno de um indivíduo em particular não diz respeito à totalidade da integração social, mas apenas a uma parte desta integração. Sendo assim, nem todos os indivíduos têm acesso às atividades que influem de maneira direta sobre o conjunto da sociedade, estando estes, portanto, confinados aos grupos sociais a que pertencem imediatamente. Para tomar um exemplo esclarecedor pode-se recorrer ao discurso de Demóstenes intitulado *Contra Zenótemis*<sup>148</sup> ao qual voltarei oportunamente em outro momento. Por ora cabe ressaltar que para aqueles mercadores, comerciantes, tripulantes do navio naufragado e outros diretamente envolvidos no caso da fraude do seguro alegadamente perpetrada por Zenótemis e Hegéstrato, as consequências de suas atitudes tinham um impacto crucial. Pessoas morreram por conta da atitude de viajantes, comerciantes, mercadores envolvidos naquele caso; outros perderam dinheiro que seria fundamental para reproduzir seu modo de vida, tendo sido obrigados a recorrer a uma ação judicial a fim de solucionar o caso; outros ainda tiveram relações pessoais impactadas tendo em vista que o caso envolveu uma sucessão de engodos e traições. Este pequeno mundo de cada um dos envolvidos foi, portanto, diretamente afetado pelas suas atitudes. O conjunto

---

<sup>147</sup> Heller (1977: 25-6)

<sup>148</sup> Dem. 32

da democracia ateniense, no entanto, não parece ter sofrido nenhum abalado diante das atitudes daquelas pessoas. Este grande mundo, desta forma, não foi diretamente atingido e a estrutura social manteve o funcionamento esperado de acordo com as instituições vigentes. Ainda assim, seria equivocados pensar que o pequeno e o grande mundo são esferas separadas da vida, como a própria filósofa apontou. O funcionamento esperado da democracia ateniense pode não ser definitivamente abalado pelas atitudes do pequeno mundo dos mercadores e comerciantes, mas elas são *pressupostas*. De uma maneira ou de outra só temos acesso às desencontradas informações do caso citado porque havia todo um aparato institucional vigente no século IV preparado para lidar com esses casos. E se esse aparato existia é porque foi necessário criá-lo a partir da experiência prática de casos anteriores. O pequeno mundo, portanto, influenciou indiretamente no grande mundo ao ter contribuído para a demanda da criação de tribunais específicos que lidassem com questões envolvendo o comércio para que a democracia ateniense pudesse, desta maneira, dialeticamente, mudar para continuar existindo da mesma forma.

*Tendencialmente*, seguindo a assertiva de Marx e Engels de que aqueles que “(...) *dispõem dos meios da produção material dispõem também dos meios da produção espiritual(...)*”<sup>149</sup>, são os indivíduos das classes dominantes que monopolizam as oportunidades de intervenção menos mediada no grande mundo<sup>150</sup>. Mesmo no caso extremo aqui sob análise, a democracia ateniense, na qual membros das classes subalternas alcançaram um nível significativo de participação formal no aparato institucional vigente, os membros das classes dominantes detinham uma capacidade significativamente maior de atuação no grande mundo. Embora todos os cidadãos pudessem falar na Assembleia, por exemplo, havia sempre um grupo restrito de cidadãos destacados na vida pública por terem tido a oportunidade de se dedicar à preparação exigida para a atuação política em um sistema que demanda o convencimento da maioria e o conhecimento de um intrincado sistema de leis, normas e costumes. Eram as suas ideias que prevaleciam, mesmo que elas, por diversas vezes, estivessem em conformidade com os anseios dos camponeses mais recônditos e menos instruídos no funcionamento legal da cidade. Em resumo: plantar vegetais influenciava diretamente a vida daqueles que os plantavam e seu imediato entorno, podendo até mesmo, de forma indireta, afetar algum âmbito da sociedade em determinados casos específicos, como quando de uma

---

<sup>149</sup> Marx; Engels (2007: 47)

<sup>150</sup> Heller (1977: 30)

fome ou da resistência a um cerco prolongado, mas não era um comportamento que, a cada vez que era realizado, colocava em xeque a existência de todo o sistema. Por outro lado, a decisão de entrar na Guerra do Peloponeso, de enviar uma expedição à Sicília por volta de 415, de aceitar a anistia da Guerra sob os termos propostos pelos espartanos, etc, colocaram em dúvida e mesmo suspenderam temporariamente o funcionamento do sistema social ateniense. E, mesmo em uma democracia direta, eram raras as vezes em que a mesma pessoa que plantou o legume decidia entrar em guerra ou não. A decisão dependia deles, mas o enfrentamento que levava à consulta era tendencialmente controlado pelas diferentes facções que compunham as classes dominantes.

Os conceitos de pequeno e grande mundo são muito úteis na atual pesquisa por permitir ligar de maneira dialética os acontecimentos que dizem respeito imediatamente à vida dos grupos sociais ora investigados, mercadores e comerciantes, com as regras de funcionamento que vigiam na sociedade ateniense como um todo. Mesmo de forma indireta, o pequeno mundo do comércio não era apenas limitado pelo arcabouço institucional da *pólis*, mas, também, afetava indiretamente todo o seu modo de organização social.

Cabe ainda dizer que na Grécia Antiga, uma sociedade pré-capitalista, um indivíduo só pode se objetivar como membro de uma comunidade. Cada pessoa é membro de uma comunidade em diversos níveis: uma casa, uma vizinhança, uma determinada etnia de escravos, um exército mobilizado em campanha, uma cidade-Estado, etc. Neste sentido, uma pessoa está sempre inserida em uma ou mais comunidades a partir das quais se dão as suas relações sociais. Tanto os mundos pequenos quanto os grandes são pré-requisitos para que as pessoas possam se individualizar, ser diferentes a partir de determinadas semelhanças compartilhadas em vários escalões.

O objetivo de trabalhar com essa noção de cotidiano é recuperar a capacidade epistemológica de trabalhar com a totalidade social sublimada na conjuntura específica que estiver sendo analisada. Entendo, portanto, o cotidiano, seguindo os passos da filosofia de Lukács, especialmente aqueles avançados por Heller: é a estrutura da vida social; qualquer análise explicativa precisa partir dele e voltar a ele enriquecida pelo distanciamento e abstração.

Além daquelas acepções apontadas aqui como pouco profícuas para se trabalhar com o conceito de cotidiano, existe ainda uma outra vertente, surgida em um diálogo com

o campo do marxismo, mas que acaba se distanciando para uma psicologia histórica que foge às finalidades aqui propostas. É imprescindível nomeá-la, no entanto, pois algumas de suas noções acabam sendo incorporadas por mim na forma de tentativas de responder a questionamentos que não haviam antes sido colocados. De acordo com ela, o cotidiano seria especialmente definido como a arena onde ocorrem a ação, o enfrentamento, o surgimento e a resolução dos problemas dos indivíduos que vivem em sociedade.

Esta acepção do conceito é derivada fundamentalmente de Michel de Certeau a partir das suas noções de “estratégia” e “tática”. A estratégia, segundo o autor, seria “*o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder se torna isolável de um ‘ambiente’*”<sup>151</sup>, enquanto a tática “*é um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível*”<sup>152</sup>. Em outras palavras, a estratégia seria um objetivo a ser alcançado socialmente por alguém e como tal só pode ser vislumbrado a partir do momento em que esse indivíduo (ou grupo social) se coloca em uma posição de estranhamento, de afastamento do problema, se desloca para um ambiente em que seja possível, a partir da análise, formular um objetivo mais ou menos claro de intervenção em sua própria vida e, conseqüentemente, na vida social. As táticas seriam aquelas ações realizadas no decorrer próprio da vida, sem distanciamento, totalmente imersas no emaranhado de mediações indistinguíveis como tal, caótica como se apresenta. São as atitudes, muitas vezes inconscientes, que se toma em cada situação por conta da estrutura do cotidiano.

As preocupações deste trabalho se distanciam razoavelmente daquelas de Certeau. Enquanto este autor está mais interessado na problemática da agência dos indivíduos em determinado contexto social e como essas ações são limitadas ao mesmo tempo em que moldam o entorno, eu estou mais interessado na estrutura social mesma. Diferentemente de um trabalho focado no individualismo metodológico, esta pesquisa não tem como objetivo primordial compreender o pensamento dos atores sociais e as variáveis que os levam a agir de determinada maneira e não de outra. O norte aqui é tentar entender como mesmo grupos sociais que aparentemente são alheios à lógica social dominante da Atenas Clássica na realidade desempenhavam um papel fundamental para que aquela sociedade fosse organizada da maneira como conhecemos, mesmo que essa influência fosse

---

<sup>151</sup> Certeau (2008: 46)

<sup>152</sup> Certeau (2008: 46)

exercida indiretamente (às vezes não tão indiretamente, como ficará claro nos capítulos posteriores). Não me interessam tanto as motivações pessoais que levavam os mercadores e comerciantes a agirem como agiam, o que seria crucial para uma análise certauniana, mas, sim, as consequências dessas ações para o conjunto da sociedade, o seu resultado estruturante.

A despeito desta discordância, o cotidiano, para Heller e para Certeau, sob pontos de vista teóricos distintos, não pode ser resumido, portanto, a um “estilo de vida” dentre outros, como parece ser o caso dos manuais de costumes aos quais me referi. Ele é problematizado para servir como objeto de pesquisa e indagação passível de ser instrumentalizado para a compreensão da complexidade social.

Marta Mega de Andrade, em seu *A Vida Comum*, discute pormenorizadamente a construção de um arcabouço teórico capaz de dar conta do cotidiano como objeto de pesquisa para o historiador da Grécia Antiga<sup>153</sup>. Segundo a autora, um importante conceito para compreender a sociedade ateniense é aquilo que em grego se denominou *kat'oikían*, ou seja, habitar, morar junto. O argumento de Marta Mega acaba se referindo à contraposição entre “vida comum” (ou privada) e “vida política” (ou pública), uma derivação da qual discordo. No entanto, a noção de que a *pólis* é construída pela prática cotidiana de seus habitantes, não apenas pela prática política de parte deles (os cidadãos), é a base para uma interpretação mais alinhada com a proposta deste trabalho. A partir dessa ideia é possível extrapolar as noções institucionais de *pólis* abordadas ao longo deste capítulo e abrir caminho para uma cidade dos habitantes, como nomeou Fábio Soares<sup>154</sup>, que incorpora no construto social ateniense todos aqueles que ficariam de fora dos modelos tradicionais – incluindo-se aí os mercadores e comerciantes, raramente tidos pelos pesquisadores como protagonistas de sua própria história ao mesmo tempo em que da história da sociedade da qual faziam parte.

Para Norberto Guarinello é necessário abordar o cotidiano em quatro eixos fundamentais articulados para que se tenha uma compreensão acurada da realidade cotidiana: 1) **a memória** – “*memória é o vínculo, material ou ideal, entre passado e presente que permite manter as identidades a despeito do fluxo do tempo, que permite somar os dias de modo significativo*”; 2) **os juízos compartilhados** – “*designam as*

---

<sup>153</sup> Andrade (2002: 53-92)

<sup>154</sup> Soares (2009: 179)

*convenções sociais que tornam a vida pensável para determinados grupos, independentemente de sua dimensão: grandes, médios ou pequenos*"; 3) **as inter-relações sociais** – *“as obrigações que vinculam indivíduos ou grupos específicos uns aos outros dentro de uma totalidade social”*; 4) **o mundo material** – *“uma realidade instituída e construída, que conforma nossa vida, define nossa percepção do entorno e fornece a estrutura física da vida cotidiana”*<sup>155</sup>.

Tanto nas comédias de Aristófanes quanto nos discursos dos oradores áticos é possível perceber a articulação de todas essas camadas de abstração com relação à vida dos comerciantes e mercadores que atuavam em Atenas.

Apesar das diferenças sutis de abordagem entre Soares, Andrade e Guarinello, todos dialogam com a marxista Heller no sentido de entender o cotidiano não como esfera privada, mas como síntese entre a ação e a estrutura social. Como este trabalho se dedica à análise da vida social de um grupo heterogêneo de pessoas que, como poderá ser visto no capítulo seguinte, é composto por elementos oriundos de diferentes estratos sociais, creio que a noção de cidade dos habitantes juntamente com a de cotidiano, produzirá uma imagem mais realista dos comerciantes e mercadores na Atenas clássica. Um dos aspectos favorecidos por esta abordagem será o estudo das associações e parcerias estabelecidas entre comerciantes e/ou mercadores, a ser empreendido no capítulo 2.

O cotidiano, na forma como apresentei, será tido nesta pesquisa como uma premissa e um pretexto para a escrita de uma História Social. Como ele incorpora em si a análise das ações e estruturas de toda a sociedade, a análise do cotidiano de um grupo social me permitirá compreender, de forma transversal, aspectos políticos, culturais e econômicos de uma sociedade inteira, no caso a democracia ateniense. Obviamente não tenho a pretensão de resolver ou mesmo abordar todas as problemáticas relativas a esta sociedade, mas, sim, a partir do estudo dos comerciantes e mercadores elucidar aspectos da vida social ateniense que em análises tradicionais continuariam obscuros. Sendo assim, no capítulo seguinte pretendo avaliar mais detidamente as diferentes formas de enquadramento histórico e social dos comerciantes e mercadores na democracia ateniense já empreendidos pela historiografia e, a partir daí, estabelecer os meus próprios parâmetros de definição.

---

<sup>155</sup> Guarinello (2004: 28-31)

## Capítulo 2

### Definições dos Comerciantes e Mercadores na Democracia Ateniense

#### Introdução:

O desenrolar da história de Atenas está intimamente articulado com as transformações regionais e mediterrânicas pelas quais passaram outras sociedades, gregas ou não, durante os séculos IX-IV<sup>156</sup>. Desta forma, o contato recorrente entre essas sociedades gerou, dentre outras consequências, um aumento significativo do fluxo comercial na região, o qual passou a ser cada vez mais monetarizado a partir dos séculos VII-VI<sup>157</sup>. Esse processo não se reduz unicamente às relações interestatais, mas também se faz presente internamente em diversas localidades – com particular centralidade no caso específico da Ática.

Como explicitado no capítulo anterior, o comércio era uma parte fundamental da vida da *pólis* dos atenienses durante o regime democrático. Com a paulatina complexificação da divisão do trabalho pela qual passou Atenas ao longo de sua história desde a Idade do Ferro algumas atividades econômicas passaram a ser cada vez mais imprescindíveis para o seu desenvolvimento. O ideal guerreiro-camponês-cidadão<sup>158</sup>, portanto, passou a se distanciar cada vez mais da realidade objetiva da sociedade ateniense – se é que em algum momento chegou a ser mais do que um ideal almejado por uma parcela da sociedade. A *pólis*, portanto, como conjunto de instituições, não correspondia diretamente à *pólis* como totalidade social. A despeito da centralidade da cidadania, dos fóruns políticos, da guerra e das atividades agrícolas em Atenas, alguns ramos de atividade econômica foram adquirindo papéis de relevância na Ática: a exploração de minas de prata, pedreiras de mármore, a produção cerâmica, a construção urbana e o comércio – tanto o comércio a retalho quanto aquele de mais grosso trato.

Em cada um deles desenvolvia-se uma lógica intrincada de relações de trabalho, organização produtiva e distribuição econômica que mobilizava pessoas das mais diversas origens e condições sociais: ricos, pobres, cidadãos, escravos, metecos, estrangeiros, lideranças políticas, arrendatários, escultores, arquitetos, armadores, artesãos dos mais variados produtos; a lista poderia estender-se de forma quase infinita,

---

<sup>156</sup> Vlassopoulos (2013: 226-277)

<sup>157</sup> Reden (2010: 69-79)

<sup>158</sup> Gallego (2009: 63-73)

dado o nível de divisão e especialização do trabalho que a sociedade ateniense alcançou durante os séculos V-IV<sup>159</sup>. Comerciantes e mercadores são repetidamente referidos nos mais variados textos do período, das tragédias e comédias encenadas nos teatros da cidade aos discursos dos oradores áticos e passando pelos escritos tradicionalmente apontados como históricos, morais ou filosóficos – além dos próprios tratados naturais, como os de Teofrasto sobre as plantas ou sobre os minerais.

Neste capítulo pretendo abordar algumas questões clássicas da historiografia sobre a Grécia Antiga que se dedicou a investigar a inserção social e atuação dos comerciantes e mercadores durante a democracia ateniense. Algumas perguntas que pretendo abordar a partir de agora são: “o que estou chamando de ‘comerciante’ e ‘mercador’?”; “que palavras gregas eram utilizadas para se referir a essas atividades?”; “é possível definir um grupo social por sua atividade produtiva ou econômica na antiguidade?”; “faz sentido falar em uma ‘profissão’ na Atenas Clássica?”; “havia uma exclusividade, ou ao menos uma preponderância, de determinados espectros sociais na atuação comercial?”

Neste trabalho pretendo investigar as formas de vida dos comerciantes e mercadores que atuavam na *pólis* dos atenienses durante o regime democrático. Admito, portanto, que o recorte temático foi feito a partir da atividade econômico-laboral de um grupo de pessoas que, artificialmente, elegi. Isso significa que essas pessoas deviam a totalidade – ou ao menos uma parte fundamental e decisiva – de sua subsistência às atividades comerciais. O historiador Reed, ao discutir esta questão especificamente no caso dos mercadores marítimos da Grécia faz apontamentos interessantes que norteiam a minha compreensão:

*“As condições de navegação forçavam a maior parte dos έμποροι a limitar seu comércio pelo mar a metade do ano, mais ou menos. Como a maior parte dos έμποροι não era ricos muitos deles precisavam continuar trabalhando fora da estação comerciam também. Nossa ignorância do tipo de trabalho que os έμποροι realizavam fora da estação apropriada à navegação de forma alguma altera o irônico resultado de que por metade do ano ou mais boa parte dos έμποροι não retiravam sua subsistência da atividade que nos induz a chama-los de έμποροι. Ainda assim, eles claramente baseavam boa parte de sua subsistência no comércio marítimo (...)”<sup>160</sup>*

Os atores sociais com que aqui me preocupo nesta pesquisa são os mercadores e comerciantes profissionais na Atenas dos séculos V-IV, aqueles cuja reprodução social estava permanentemente vinculada aos fluxos comerciais internos e externos que

---

<sup>159</sup> Harris (2002: 88-99)

<sup>160</sup> Reed (2003: 8)



envolviam a democracia. Essa definição é obviamente científica, pois havia pessoas que praticavam comércio e não podiam ser consideradas mercadores ou comerciantes especializados. Para esses grupos que se encontram nas fronteiras de minha definição eu reservei uma seção especial deste trabalho onde pretendo analisar as dificuldades e complexidades que me fizeram excluí-los da definição mais estreita que ora apresentarei.

### **2.1) Tipologias: as diferenças técnicas entre mercadores e comerciantes**

O historiador alemão Johannes Hasebroek, em seu livro seminal sobre as relações entre o Estado e a economia na Grécia Antiga, elabora uma tipologia dos indivíduos envolvidos diretamente com as trocas comerciais no mundo grego<sup>161</sup>. De acordo com esta tipologia seria possível dividir os comerciantes e mercadores nos três grupos a seguir de acordo com a sua atividade laboral: 1) o *émporos* seria o mercador que viajava com seus produtos, especialmente de navio (tendo em vista as limitações do transporte de mercadorias por via terrestre na Grécia Antiga<sup>162</sup>), dedicando-se, portanto ao comércio de longa distância e ao abastecimento das cidades. Ele seria, para Hasebroek, o mercador atacadista por excelência, aquele que compra seus produtos em uma localidade, seja com outros mercadores ou com os produtores diretos e o transporta para onde há uma demanda maior por aquela mercadoria, vendendo-a mais caro do que o valor pago para a sua aquisição e extraindo seu lucro desta diferença; 2) o *náukleros* seria o dono de navios que realizava o transporte dos mercadores anteriormente citados. Podia ele próprio carregar mercadorias suas para vender ao longo das viagens, mas o que o caracterizava e o distinguia era o fato de ser o dono de um navio e contar com uma tripulação, normalmente de escravos, além de cobrar pelo transporte de pessoas, usualmente mercadores (embora não apenas), entre localidades distantes. As figuras do *émporos* e do *náukleros* constantemente se sobrepunham e por vezes é difícil distinguir com clareza se um indivíduo era exclusivamente um ou outro – ou se acumulava essas duas funções; 3) por fim, o *kápelos* seria o comerciante varejista por excelência, aquele que dispunha suas mercadorias na *agorá*, vendia seus produtos em estabelecimentos espalhados pela cidade, eram taberneiros ou se dedicavam à venda de variedades de pequenos produtos de uso cotidiano e consumo mais imediato, como refeições, ervas, farinhas, vinho, sapatos, roupas e toda sorte de utensílios. Esta tipologia de Hasebroek, baseada nos estudos de antiquários e historiadores institucionalistas de fins do século XIX e início do XX, acabou

---

<sup>161</sup> Hasebroek (1933: 1-5)

<sup>162</sup> Bresson (2007: 88-91)

por se cristalizar na historiografia, sendo um ponto de referência inicial inescapável, pois ainda é recuperada sempre que se refere aos comerciantes e mercadores da Grécia Antiga.

Esta tipologia constitui, assim, um bom ponto de partida para se pensar o papel e a atuação desses atores sociais. Um problema se coloca logo de partida: essa tipologia não esgota as possibilidades léxicas da língua grega antiga para se referir a todos os vendedores e/ou compradores profissionais de Atenas no período clássico<sup>163</sup>. Alguns dos vocábulos mais recorrentes na comédia aristofânica (embora não seja uma exclusividade do poeta), por exemplo, e que não são abordados por essa tipologia tradicional são *-póles* (vendedor), sua forma verbal *poléo* (vender) e todos os derivados de ambas. De acordo com o levantamento que realizei, nas peças completas de Aristófanes há referências a uma plêiade de vendedores, muitos deles personagens verossímeis que certamente podiam ser vistos ao se percorrer as ruas da cidade de Atenas – outros claramente frutos da imaginação ficcional visando a um efeito cômico. Alguns exemplos são: *khoiopóles*<sup>164</sup> (de porcos), *probatopóles*<sup>165</sup> (de ovelhas), *bursopóles*<sup>166</sup> (de couro), *melitopóles*<sup>167</sup> (de mel), *allantopóles*<sup>168</sup> (de salsichas), *pinakopóles*<sup>169</sup> (de aves), *luknopóles*<sup>170</sup> (de lanternas), dentre outros. Invariavelmente esses “vendedores”, para seguir a definição do dicionário Liddel & Scott para a palavra *-póles* são pequenos comerciantes varejistas, às vezes até mesmo alguns camponeses que vão à cidade vender os seus excedentes ou um artesão tentando vender sua produção pela cidade ou no próprio balcão de uma oficina.

Tradicionalmente, a partir de Hasebroek, portanto, têm-se optado por uma tipologia dos mercadores que privilegia um aspecto técnico da divisão de trabalho: os *kápeloi* estariam encarregados do comércio a retalho, normalmente servindo de atravessadores entre os grandes mercadores ou os produtores diretos e os consumidores finais daquelas mercadorias. Poderiam, eventualmente, dar um tratamento final a algum outro produto para que ele fosse adequadamente vendido e consumido, como por exemplo preparar refeições e servir bebidas em tavernas<sup>171</sup>, preparar e vender essências odoríferas,

---

<sup>163</sup> Harris (2002: 69)

<sup>164</sup> Aristóf. *Acarn.* 818

<sup>165</sup> Aristóf. *Cav.* 139

<sup>166</sup> Aristóo. *Cav.* 139

<sup>167</sup> Aristóf. *Cav.* 852

<sup>168</sup> Aristóf. *Cav.* 241

<sup>169</sup> Aristóf. *Aves.* 14

<sup>170</sup> Aristóf., *Cav.* 741

<sup>171</sup> Algumas referências a tavernas: Aristóf. *Aves.* 1292; *Lís.* 466; *Tesm.* 367.

óleos e perfumes em geral a partir de determinadas matérias primas<sup>172</sup> ou mesmo consertar e vender calçados<sup>173</sup>. É muito difícil traçar uma diferença entre os vendedores aristofânicos e esta figura sociológica cristalizada por Hasebroek na historiografia e recuperada ao longo do tempo por outros historiadores<sup>174</sup>. Acredito que, dentro desta perspectiva, é possível associar os termos *kápelos* e *-póles* a este pequeno comércio cotidiano que atendia às necessidades mais imediatas de consumo banal e no qual boa parte da população ateniense, especialmente aquela mais ligada à vida na ásty estava profundamente engajada (dos dois lados do balcão). Os *émporoi* e *náukleroi*, por outro lado, estariam mais relacionados com o comércio exterior, as trocas que envolviam grandes viagens, especialmente o comércio marítimo. Estas duas funções, muitas vezes personificadas em um mesmo indivíduo, tinham papel fundamental no abastecimento de Atenas com produtos vindos de outras partes do mundo conhecido, especialmente os cereais, escravos e madeira, embora a variedade de mercadorias excedesse em muito esta tríade. Além disso também eram responsáveis pelo transporte de produtos atenienses que eram vendidos alhures, como a cerâmica e o azeite, embora este lado da balança comercial não tenha cumprido, para a maioria dos historiadores, um papel tão decisivo quanto as importações em Atenas.

O comércio, apesar de ter algumas áreas de concentração maior, como as *agorái* do Pireu e de Atenas, o bairro do Cerâmico e as instalações portuárias, não estava restrito a estes espaços. É difícil concluir com exatidão onde e como se davam as transações comerciais em Atenas de forma mais precisa, seja pela superficialidade das referências textuais, seja pela dificuldade da prática arqueológica extensiva em uma cidade cuja ocupação populacional só aumentou até os dias de hoje. Nesse ponto é preciso um exercício de imaginação histórica que, apesar de baseado nas fontes textuais, não tem a precisão científica que seria desejável.

Apesar disso, algumas lacunas sobre os tipos de comerciantes e mercadores ficam abertas nos termos ora propostos. Não é claro como se davam os contatos entre produtores diretos e intermediários, por exemplo.

*“O comerciante varejista era tanto o próprio produtor, como no caso das pessoas do campo que iam ao mercado na cidade, frequentemente percorrendo distâncias consideráveis para vender suas próprias frutas, vegetais e coisas do tipo,*

---

<sup>172</sup> Dem. 34.13; Hip. 3.5-7

<sup>173</sup> Lís. 24.20

<sup>174</sup> Myres (1953: 1-10), Ehrenberg (1962: 113-46), Hopper (1979: 47-70), Mossé (1983: 53), Reden (1995: 33), Vélissaropoulos-Karakostas (2002: 132-3)

*quanto o verdadeiro intermediário, cuja função parece ter sido lidar não apenas com mercadorias naturais que ele comprava do produtor direto (como, por exemplo, no caso de Péricles, que achava conveniente vender toda a produção de sua propriedade, o que implica a existência de comerciantes), mas também com o que se pode chamar de mercadorias preparadas, tais como o pão; e podemos acrescentar os artigos vendidos pelo salsicheiro de Aristófanes, pois a essa categoria de comerciante retalhista pertencem não apenas o estabelecimento de refeições, mas também o vendedor itinerante.*<sup>175</sup>

À parte a produção artesanal feita na cidade ou a agricultura de subsistência praticada no imediato entorno urbano, os produtores diretos não tinham grande disponibilidade de tempo para comparecer à *agorá* e vender os seus produtos a qualquer hora. Vinho e azeite, alguns dos produtos atenienses com maior circulação dentre as comunidades mediterrânicas e alhures, precisavam ser adquiridos por intermediários que iam até os demos rurais mais afastados, adquiriam esses produtos nas propriedades lá existentes e os traziam para a cidade com vistas à revenda para os mercadores. Apesar dos efeitos meramente cômicos, as passagens da peça *Os Acarnenses* em que um tebano e um megarense comparecem ao mercado criado por Diceópolis para com ele comercializar – uma clara referência ao embargo de Péricles a Mégara no início da Guerra do Peloponeso<sup>176</sup> – indica que a circulação das pessoas na região da Ática e vizinhança podia ser maior do que usualmente se considera, especialmente em ocasiões festivas e religiosas que favorecessem o trânsito entre as cidades.

Além dos produtos atenienses vendidos em outros lugares, havia os produtos que precisavam circular dentro do próprio território da Ática. Esse é o caso, provavelmente, de parte da produção de mel do Monte Hímeto<sup>177</sup>, dos diferentes queijos consumidos pelos atenienses residentes na cidade e para toda sorte de produtos cujo uso mais cotidiano implicava uma permanente oferta para eventuais compradores, embora nem todas as matérias primas pudessem ser facilmente conseguidas em um contexto urbano. Como dito, as comédias de Aristófanes e os textos dos oradores nos remetem à figura do comerciante itinerante e do comerciante que vendia seus produtos fora das praças de comércio, contrariando a hipótese de que eles estariam confinados à *agorá*. Esse indivíduo, cuja atividade comercial não se restringia a um único tipo de produto, podia ser encontrado pelas ruas da cidade ou mesmo fazendo as suas viagens de idas e voltas até as propriedades circundantes de modo a facilitar a conjunção entre a demanda e a oferta de produtos prosaicos (tochas, tecidos, roupas prontas, utensílios domésticos, etc).

---

<sup>175</sup> Hopper (1979, 61)

<sup>176</sup> Sobre este embargo ver: Mossé (2008: 108-10)

<sup>177</sup> Moreno (2007: 66-7)

Aqui a figura do intermediário é intermitente, havendo uma miríade de situações diversas: produtores que comercializavam seus produtos com consumidores diretos, produtores que vendiam para determinados comerciantes já conhecidos de outras transações anteriores, comerciantes que simplesmente precisavam comprar e vender algo a mais em um momento de dificuldade financeira...

Nenhum tratamento exaustivo é dado a essa figura nas fontes textuais. Ela é sempre pressuposta, como no caso do já referido salsicheiro de Aristófanes ou ao longo dos discursos dos oradores nas diversas tabernas e casas de prostituição espalhadas pela cidade. A própria arqueologia da casa tipicamente grega reflete o entroncamento entre atividades particulares e coletivas<sup>178</sup>: havia cômodos destinados ao trabalho artesanal em diversas casas, as casas eram divididas por famílias ou vizinhos que se agrupavam ao redor de um pátio central que muitas vezes tinha em sua entrada uma tenda ou balcão ofertando determinados produtos. Ao assumir o controle da cidade como fruto de suas relações sociais, os habitantes transformavam todos esses espaços da rua ou semi-rua em palco de suas interações. O fora-de-casa se dava em locais de encontro, locais em que pessoas de diferentes estatutos sociais se colocavam frente a frente como habitantes de uma mesma cidade, dividida por suas desigualdades políticas e sociais.

Essa estrutura do comércio local urbano certamente era reproduzida nas vilas rurais em menor escala, embora aí a menor densidade demográfica fizesse com que o convívio diário entre vizinhos criasse relações de circulação de produtos que nem sempre poderiam ser encaixadas na definição de comércio oferecida neste trabalho<sup>179</sup>. Alguma infraestrutura material e ferramentas mentais apropriadas ao comércio, no entanto, também se faziam presentes nesses rincões da Ática, já que a economia ateniense se baseava fortemente no diálogo entre cidade e campo e muito além da dicotomia entre um “campo produtor” e uma “cidade consumidora”<sup>180</sup>.

Até o momento tenho utilizado, aparentemente de maneira indiscriminada, as palavras “mercadores” e “comerciantes”. Dada a escassez de bibliografia em língua portuguesa sobre este tema específico e a quantidade de palavras em inglês e francês cujas

---

<sup>178</sup> Ault (2007: 259-65)

<sup>179</sup> Osborne (1985: 127-53)

<sup>180</sup> Uma anedota de Xenofonte é relevante para ilustrar o caráter produtor da cidade e consumidor das propriedades rurais. Em um texto que deveria servir como manual de conduta do jovem aristocrata rural ateniense, Xenofonte alude ao que parece ter sido uma atividade corriqueira em qualquer grande ou média propriedade da democracia ateniense: enviar escravos à cidade para comprar algo que estivesse em falta:

traduções não são exatamente precisas do ponto de vista semântico<sup>181</sup>, creio ser necessário um esclarecimento acerca das motivações que me impelem a utilizar tal ou qual tradução em português para me referir a tal ou qual expressão em grego antigo. Por “comerciante” e “mercador” eu me refiro estritamente a este aspecto técnico acima exposto. *Comerciante* geralmente, mas não totalmente, é a minha tradução para *kápelos* ou *-póles*, ou seja, para esses indivíduos que lidavam mais diretamente com o consumidor final de produtos vendidos no varejo. *Mercador* geralmente, mas não totalmente, por sua vez, é a minha tradução para *émporos* ou *náukleros* quando é impossível distinguir uma atividade da outra, ou seja, me refiro às atividades do comércio de larga escala, aquele de mais grosso trato, o grande comércio das importações que tanto preocupou Atenas e também a exportação através da qual muitas pessoas em Atenas conseguiam manter um certo nível de riqueza. Nos casos em que tal distinção seja frutífera para melhor compreender e reproduzir o sentido original do termo eu traduzo *náukleros* por “dono de navio”.

Esta abordagem meramente técnica do problema, que considera apenas o aspecto da divisão do trabalho no circuito das trocas mercantis no mundo grego, apesar de ser fundamental, não esgota os problemas de definição. Em algumas passagens, especialmente nos discursos dos oradores áticos ou nos textos filosóficos, *kapelía* e *emporía* não aparecem somente como ramos distintos de uma mesma atividade econômica. Elas são ideias que carregam consigo uma série de concepções de mundo e do que seja o comércio, incluindo, portanto, juízos de valor. Esta discussão será aprofundada em um capítulo posterior. Por ora me aterei a outras problemáticas referentes à definição de comerciantes e mercadores.

### **2.1.1) Indagações econômicas formalistas: pobres/*small fry* x burguesia antiga**

Outro assunto que precisa ser pensado ainda em termos de definição é a possibilidade teórica de se aglutinar, em um mesmo grupo, pessoas cujas atividades tinham natureza e impacto econômico distintos sobre o conjunto da sociedade ateniense – o que se refletia, inclusive, nessas diferentes percepções sociais sobre comerciantes e mercadores. Ainda há, atualmente, resquícios de uma outrora aquecida controvérsia na historiografia a respeito do peso das atividades comerciais no funcionamento geral da economia antiga<sup>182</sup>. Apesar do relativo consenso atingido nas últimas décadas de que

---

<sup>181</sup> *Merchants, merchantmen, traders, retail traders, -sellers, wholesale traders, businessmen, entrepreneurs, middlemen, etc* são alguns termos em língua inglesa e que recorrentemente aparecem para se referir aos protagonistas das atividades comerciais na Grécia Antiga, a título ilustrativo.

<sup>182</sup> Para detalhes sobre este aspecto do debate entre modernistas e primitivistas: Burke (1992: 199-226)

posições excessivamente primitivistas nos legaram uma visão deturpada da realidade econômica grega, muitos historiadores ainda divergem quanto às definições dos níveis de riqueza das pessoas envolvidas diretamente com as atividades comerciais na Antiguidade, em geral, e na Grécia Antiga, em particular.

Aqueles que consideram que a descoberta do nível médio de riqueza de um determinado grupo social é suficiente para compreender seu papel como agente econômico em uma dada realidade histórica partilham da concepção formalista da economia<sup>183</sup>. Como a economia, para eles, é o resultado da natureza humana posta em ação, ao se desvendar o funcionamento lógico das motivações por trás das tomadas de decisão é possível compreender como o ser humano atua em situações similares ao longo de toda a história e, portanto, inferir os resultados em quaisquer condições desde que se conheça um exemplo parecido por contrapartida. Definir os mercadores e comerciantes como sendo “ricos”, “pobres” ou “na média do resto da sociedade” acaba sendo uma questão fundamental para os pesquisadores que compartilham esta visão da história, já que o seu nível de riqueza seria fator crucial no direcionamento da tomada de decisões economicamente racionais.

Apesar de essa ser uma questão de suma importância para os economicamente formalistas, ela também foi considerada por estudiosos de outras correntes e até mesmo pelos partidários de arcabouços teóricos diametralmente opostos ao formalismo. Desde os institucionalistas<sup>184</sup> até os marxistas<sup>185</sup>, passando pelos polanyianos<sup>186</sup>, o historiador da economia grega acaba, em alguma medida, tendo que lidar com a questão do acesso à riqueza. A ênfase nesta problemática é, ainda assim, característica definidora dos formalistas primitivistas e modernistas.

Johannes Hasebroek acreditava que o comércio, tanto do varejo quanto do atacado era uma atividade secundária, usualmente empreendida por pessoas que não tinham outra forma de se inserir socialmente em Atenas, especialmente estrangeiros residentes (metecos) e de passagem. Além disso, um predicado deste grupo seria o fato de ser composto por pessoas pobres, analfabetas e que por isso tinham que se dedicar a um ofício marginalizado em uma sociedade cuja esfera política era o centro gravitacional ao redor

---

<sup>183</sup> Meikle (2002: 233-50)

<sup>184</sup> Finley (1935)

<sup>185</sup> Ste Croix (2004: 349-370)

<sup>186</sup> Reden (2003: 95-123)

do qual orbitavam todos os outros elementos: “Além disso, os gregos mesmo sempre olharam para a ocupação do comércio marítimo como sendo essencialmente plebeia e de classes baixas”<sup>187</sup>. Mais adiante no texto o historiador alemão se indaga após negar qualquer analogia possível entre as cidades comerciais da modernidade como Veneza ou aquelas da liga Hanseática: “Como se pode esperar encontrar qualquer correspondência disso na Grécia, onde mesmo tão tardiamente quanto no século IV o comércio era capitaneado sem contabilidade ou registros escritos, onde os mercadores eram em sua maior parte analfabetos e não educados (...)?”<sup>188</sup>.

Moses Finley, embora mais moderado do que Hasebroek, deu continuidade a este tipo de entendimento da economia antiga em sua *Economia Antiga*<sup>189</sup>. Apesar de admitir que as fontes faziam referência a mercadores que tinham enriquecido e alcançado inclusive algum prestígio social através de sua atividade comercial, Finley mantinha o núcleo duro da concepção primitivista de Hasebroek. Para ele, a ascensão e o reconhecimento social pela aquisição de riquezas móveis eram exceções em um mundo ainda amplamente agrário e cujas relações de poder e dominação emanavam da capacidade que certas pessoas tinham de comandar outras por sua posição de prestígio, motivo pelo qual conferia uma importância muito elevada à noção de *status* nas sociedades antigas. O aparato mental, a psicologia dos homens e mulheres antigos era conservador e tendia a rechaçar quaisquer tipos de mudanças que não fossem embasadas nos valores tradicionais já reconhecidos e comprovados pela experiência como sendo os melhores. Isso se refletia, para Finley, em diversos aspectos da economia, como a dificuldade de haver inovações técnicas de larga escala<sup>190</sup>, a irracionalidade econômica nas relações de produção que ainda se pautavam em grande medida em modalidades de trabalho compulsório<sup>191</sup> e na dificuldade de ascensão social oferecida àqueles que não nasciam em famílias de prestígio. Finley, portanto, repete, de maneira menos extrema, os argumentos de Hasebroek sobre os mercadores e comerciantes gregos: o comércio era uma atividade desprovida do prestígio do trabalho agrícola, só era importante para a *pólis* na medida em que garantia o afluxo de alguns produtos escassos na Ática e, portanto, não era uma alternativa de vida viável para pessoas que quisessem ser socialmente

---

<sup>187</sup> Hasebroek (1933: 8)

<sup>188</sup> Hasebroek (1933: 21)

<sup>189</sup> Finley (1980)

<sup>190</sup> Finley (1965)

<sup>191</sup> Finley (1964)



reconhecidas política ou economicamente, embora alguns, por conta de sua trajetória pessoal, terminassem por conseguir acumular grandes riquezas.

Dentro do *corpus* escolhido é possível recuperar algumas passagens que corroborariam, à primeira vista, esta vertente explicativa.

No discurso *Contra Eubúlides*, proferido em meados dos anos 340 e atribuído a Demóstenes, o leitor é confrontado com um caso em que a assembleia do demos de Hálimos revogara a um de seus membros o direito à cidadania, reduzindo-o à condição de meteco. Quando o acusado não concordava com este tipo de decisão ele podia recorrer a um tribunal na *ásty* com vistas a recuperar o seu *status* anterior. Foi este o procedimento adotado por Euquiteu e é a sua fala, escrita por Demóstenes, que está contida neste discurso. Um dos argumentos de Euquiteu é de que seus companheiros do demos baseavam-se na ocupação de sua mãe e na sua própria, comerciantes, para deslegitimar sua qualidade de cidadão. Euquiteu aponta uma linha de ataque preconceituosa por parte dos promotores e expõe as razões pelas quais se envolve com o comércio retalhista:

*“Nós, de nossa parte, reconhecemos que vendemos fitas não vivemos da maneira que gostaríamos; e, se a ser ver, Eubúlides, isto é um sinal de que nós não somos atenienses, eu devo provar a você exatamente o contrário – que não é permitido a nenhuma estrangeiro fazer negócios no mercado [sem ser registrado e pagar uma taxa especial à cidade]. (...) Ele afirma que minha mãe é uma vendedora de fitas e que todos a conhecem. (...) Se nós fôssemos ricos não precisaríamos vender fitas, nem teríamos necessidade alguma. Mas o que isso tem a ver com a nossa decência? Nada, de qualquer forma, em minha opinião. Espero, atenienses, que não desprezem os necessitados (sua pobreza já é infortúnio suficiente), e que desprezem menos ainda aqueles que escolhem se engajar no comércio e garantem sua subsistência por meios honestos”*<sup>192</sup>

O argumento do orador é de que seu engajamento no comércio é uma consequência de sua condição financeira pouco favorável. Seria uma necessidade econômica para garantir a reprodução de sua família, não uma escolha individual sem constrangimentos, o que levaria ao envolvimento de cidadãos atenienses com o comércio a varejo.

Outra passagem que serve para ilustrar a relação entre pobreza e envolvimento com o comércio pode ser lida no discurso *Sobre a Recusa de uma Pensão*, atribuído ao orador Lísias. Após a restauração da democracia ateniense em 403, o Conselho, anualmente, fazia uma avaliação da situação financeira de todos os cidadãos que reivindicavam uma pensão diária de um óbulo como ajuda de custo para sobreviver. O orador em questão estava sendo acusado de requerer esta pensão sem estar devidamente

---

<sup>192</sup> Dem. 57.31, 34-6

enquadrado nos parâmetros de necessidade econômica para receber o benefício. Lê-se em um trecho de sua defesa:

*“Meu pai não me deixou nada e eu só parei de dar suporte a minha mãe doente há dois anos; ademais eu não tenho nenhum filho para cuidar de mim. Eu possuo um negócio que me garante apenas uma pequena assistência: eu já encontro dificuldades de realiza-lo sozinho e ainda não sou capaz de conseguir outra pessoa [um escravo] para me aliviar deste trabalho. Eu não tenho outra fonte de rendimentos além desta doação e se vocês me privarem disto eu posso correr o risco de me encontrar em grave apuro. Sendo assim, conselheiros, não me arruinem injustamente quando podem me salvar justamente; o que vocês me garantiram quando eu era mais jovem e mais forte não tirem de mim agora que me torno mais velho e mais fraco”<sup>193</sup>*

O cidadão que faz este pedido ao Conselho oferece argumentos de natureza meramente material, baseados em sua necessidade econômica, para pleitear uma ajuda de custo de um óbulo diário, uma quantia pequena e suficiente apenas para um indivíduo passar o dia na *ásty* se compararmos com o que se pagava pelo trabalho do júri nos tribunais ou aos primeiros cidadãos que chegassem à Assembleia. É plausível que se trate de um cidadão com poucas posses, pois mesmo um pequeno ou médio camponês ou artesão podiam comprar um escravo que o auxiliasse com as tarefas domésticas, liberando-os algum tempo que podiam empregar em melhor desenvolver suas atividades produtivas<sup>194</sup>. Que se trata de um comerciante fica claro quando ele apela para um argumento de cunho moral: *“Vocês devem notar que as afirmações dele não são acusações maiores a mim do que a qualquer outro que possua um negócio e nem são maiores contra aqueles que visitam meu estabelecimento do que contra aqueles que frequentam os negócios de outros homens”<sup>195</sup>*.

Outros trechos aludem à relação entre necessidade econômica, pobreza e atividade comercial, especialmente quando se referem aos comerciantes varejistas. Em Aristófanes, algumas personagens e falas podem ser encaradas como uma manifestação literária de um senso comum arraigado entre os atenienses de sua época. O megarense<sup>196</sup> que comparece ao mercado de Diceópolis em *Os Acarnenses* vendendo seus próprios filhos como se fossem porquinhos denota o desespero que as dificuldades financeiras causavam em determinados contextos políticos<sup>197</sup>. Em *Os Cavaleiros*, a linhagem dos predecessores do escravo paflagônio, bajulador de seu senhor (personagem com o sugestivo nome de

---

<sup>193</sup> Lís. 24.6-7

<sup>194</sup> Golden (2011: 134)

<sup>195</sup> Lís. 24.20

<sup>196</sup> Aristóf. *Acarn.* 730

<sup>197</sup> Durante a Guerra do Peloponeso Péricles havia indicado um decreto de embargo comercial com Mégara, o que impactou as relações de troca que, pelo que se infere de Tucídides e Aristófanes, eram relativamente comuns entre pessoas das duas cidades.

Demos), é composta por uma lista de vendedores pobres, necessitados, à qual se somaria o salsicheiro, personagem emblemático da peça e que vendia seus produtos pelas ruas e nos portões da cidade, perto de onde se vendiam peixes baratos. Impelidos pela necessidade econômica tentam sempre adular (e enganar) o Demos para angariar melhores condições de vida<sup>198</sup>. Outros vendedores aparecem em Aristófanes associados à pobreza e à falta de outras oportunidades de vida como justificativa para ocuparem aquelas posições consideradas subalternas: taverneiros(as)<sup>199</sup>, vendedores de peixes<sup>200</sup>, de outros artigos gastronômicos<sup>201</sup> (queijo, mel, mingau), produtos de uso cotidiano<sup>202</sup> (couro, sapato, tochas), dentre tantos outros.

Há, portanto, alguns elementos concretos isolados na documentação que permitem a interpretação de que a atividade dos comerciantes era primordialmente desempenhada por pessoas pobres, iletradas e para as quais inexisiam oportunidades de destaque e prestígio no cenário político da cidade (fosse por meio da aquisição de prestígio ou de riquezas).

Por outro lado, os dados levantados na comédia aristofânica e nos textos jurídicos atenienses não são, de maneira alguma, conclusivos quanto ao aspecto financeiro dos comerciantes: em 23 casos de referências a comerciantes (reais ou fictícios) não há nenhuma alusão direta ao seu nível de riqueza, enquanto em outros 10 há indícios fortes de que se tratavam de pessoas mais pobres do que a média do habitante da *pólis* dos atenienses. No entanto, nenhuma referência explícita a comerciantes ricos pode ser encontrada nesta documentação, a não ser no caso das personagens aristofânicas que faziam piada com seu adversário político Cleonte, obviamente um chiste literário com forte carga de licença poética para desprestigiar um líder ateniense diante da audiência.

Os formalistas primitivistas vão além desta constatação. Eles estendem essas conclusões, em alguma medida, também aos mercadores. Os mercadores, a despeito de lidarem com um volume de dinheiro e mercadorias muito maior do que os comerciantes, auferindo lucros consideráveis em suas empreitadas comerciais de longa distância, precisariam, segundo Hasebroek, Finley, por exemplo, recorrer a empréstimos marítimos para financiar a sua atividade. Sua quantidade limitadíssima de capital de giro indicaria,

---

<sup>198</sup> Aristóf. *Cav.* 129-44, 316.

<sup>199</sup> Aristóf. *Aves.* 1292.; *Eccl.* 49.; *Lís.* 466.; *Tesm.* 347, 737.

<sup>200</sup> Aristóf. *Cav.* 1246.

<sup>201</sup> Aristóf. *Cav.* 316. *Rãs.* 1369. *Riq.* 167.

<sup>202</sup> Aristóf. *Cav.* 740.; *Paz.* 270, 648; *Riq.* 175

portanto, que não eram ricos o suficiente para prescindir dos empréstimos aos prestamistas da cidade. Mesmo os donos de navio, muitas vezes, apesar de terem uma tripulação de escravos e um navio, precisavam penhorar sua própria embarcação como garantia aos prestamistas de que pagariam o empréstimo mesmo em caso de má sucedida expedição comercial. Ainda assim, em 62 referências a mercadores não é possível a não ser inferir logicamente o nível de sua riqueza; enquanto em outros 12 casos eles certamente são relacionados com grandes patrimônios e em nenhuma ocasião explícita eles são apontados como sendo pobres pelas fontes.

Algumas passagens isoladas podem servir de base para este tipo de postura interpretativa. Em *Contra Apatúrio* temos a acusação de que o mercador de mesmo nome não teria conseguido saldar uma dívida contraída em Atenas<sup>203</sup>, assim como há leituras do controverso *Contra Zenótemis*<sup>204</sup> que baseiam a atitude arriscada dos cúmplices de tentar fraudar o seguro como um indício da necessidade econômica que os impelia a este tipo de comportamento.

Entre os pesquisadores formalistas, não há consenso sobre o nível de riqueza dos comerciantes e mercadores. Se, como expus, os primitivistas acreditavam que esta era uma atividade secundária, um último recurso a que muitos só se atinham quando não conseguiam outra forma de inserção econômica e que, além disso, era desorganizada, excessivamente individualista e protagonizada por analfabetos e marginais, há, por outro lado, os modernistas. Estes creem ser possível a existência de uma elite mercantil, assim como relacionam o fim do império ateniense com um aprofundamento das relações comerciais<sup>205</sup> para garantir à cidade o abastecimento dos produtos essenciais e os rendimentos advindos das taxas aduaneiras. Segundo eles é possível perceber um aumento progressivo em Atenas, desde o fim do período arcaico, da importância das atividades ligadas ao comércio. Durante a democracia as oportunidades legadas por uma cidade cujos navegantes singravam mares como o Mediterrâneo, Egeu e Negro teriam atraído mercadores de todas as partes do mundo conhecido e, desta forma, a Atenas democrática foi um laboratório de atividades comerciais que se aprofundariam vertical e horizontalmente, em complexidade e extensão, durante o período helenístico e, posteriormente, o romano.

---

<sup>203</sup> Dem. 33.

<sup>204</sup> Dem. 32

<sup>205</sup> Glotz (1980: 255-70) e Austin e Vidal-Naquet (1977: 149)

Victor Ehrenberg<sup>206</sup>, um historiador weberiano institucionalista não é o que se poderia chamar de um modernista *stricto sensu*. Porém, sua releitura do comércio e do cotidiano atenienses embasaram uma proposta interpretativa um tanto diferente daquelas supracitadas. Para Ehrenberg era possível dividir a sociedade grega em três classes<sup>207</sup>, três níveis distintos organizados hierarquicamente de acordo com sua prosperidade econômica. 1) No topo da pirâmide estaria a aristocracia terratenente formada pela elite dos cidadãos atenienses e que pleiteava os cargos públicos de maior destaque e prestígio na democracia; 2) em seguida haveria uma classe média formada pelos pequenos camponeses, artesãos, donos de oficina, demiurgos em geral, jornaleiros, mercadores e comerciantes que, em vez de fundamentarem seus ganhos na renda extraída através de suas propriedades, precisavam trabalhar arduamente para garantir sua subsistência. Para esta “classe média”, para manter as palavras do autor, haveria uma esperança remota de ascensão social, materializada pela concessão da cidadania a mercadores ricos que prestavam serviços considerados importantes para a cidade ou escravos que conseguiam acumular um pecúlio em determinadas atividades econômicas até comprarem a sua liberdade, dentre outros casos. 3) Por fim estariam aqueles que se dedicavam a atividades regulares como remadores das naus de guerra atenienses, por exemplo ou indivíduos inválidos (física ou socialmente) que precisavam da caridade do Estado, da comunidade (mendigos), bem como protagonistas de outras artes consideradas marginais, como prostituição, roubos, toda sorte de trabalho temporário ou atividade que, no longo prazo, não fosse suficiente para garantir a sua subsistência. Estavam permanentemente ameaçados pelo perigo do esquecimento ou da morte (física ou social)<sup>208</sup>.

Se para Ehrenberg os comerciantes e mercadores deveriam ser alocados em uma “classe média” de trabalhadores e empreendedores que estavam entre os ricos rentistas e os pobres que tentavam garantir sua subsistência a curto prazo, houve quem visse na

---

<sup>206</sup> Ehrenberg (1992)

<sup>207</sup> A classe social weberiana tem um caráter de divisão hierárquica das pessoas em grupos delimitados de acordo com os seus ganhos. É um conceito mais próximo ao senso comum atualmente corrente e também às divisões de classe A, B, C, D e E que temos no Brasil ou que os órgãos institucionalmente estabelecidos utilizam para medir a pobreza em tal ou qual região. Encara as pessoas como potenciais consumidores ou investidores e é, portanto, incorporada por todas as análises formalistas da economia. Em Marx, por outro lado, o conceito de classe social implica conflito de interesses mutuamente excludentes entre determinados grupos de pessoas. A despeito das diversas interpretações deste conceito dentro do marxismo, todos eles concordam, por contraposição aos weberianos, que o conceito de classe precisa ser historicamente situado em cada contexto e que implica considerar as relações entre as classes e seu lugar no processo produtivo com relação aos meios-de-produção, embora outros elementos adicionais possam ser incorporados à análise dependendo de sua importância em cada situação histórica específica.

<sup>208</sup> Ehrenberg (1992: 50)

atividade comercial a marca distintiva de uma categoria. Historiadores modernistas como o russo Mikhail Rostovtzeff acreditavam na formação progressiva de uma elite comercial que, concentrando sob suas mãos uma quantidade grande de capitais, iria, ao longo do período clássico, helenístico e romano, garantir para si considerável força de negociação e influência política na condução do Estado. Sobre o crescimento econômico de Atenas no período clássico, Rostovtzeff faz a seguinte afirmação:

*“O quinto século a.C foi excepcionalmente favorável ao crescimento do individualismo. A ampliação do comércio, os grandes melhoramentos técnicos na agricultura e na indústria, a supremacia da Grécia nos mercados mundiais, sua produção de óleo, vinho, manufaturas e artigos de luxo para todos os países nos quais seus colonos haviam penetrado foram condições que permitiram aos gregos mostrar sua iniciativa no setor das finanças e abandonar os métodos mais primitivos em favor de um sistema capitalista e de uma produção destinada a um mercado ilimitado que uma procura aumentava cada vez mais.”*<sup>209</sup>

Rostovtzeff não foi o único historiador a basear excessivamente sua interpretação histórica na pretensa análise de dispositivos econômicos. Antes dele Eduard Meyer e Karl Bücher haviam travado grandes discussões a respeito do caráter da economia grega na antiguidade e cada um defendia que seu modelo explicativo trazia consequências amplas para a interpretação da história da Grécia em geral<sup>210</sup>. A partir dos anos 1930, mas especialmente dos anos 1950 em diante, o estabelecimento da hegemonia do pensamento finleyniano no campo da economia antiga, bem como o enraizamento das proposições polanyianas como corrente incontornável para a compreensão das sociedades não industriais acabaram levando a um relativo esvaziamento deste tipo de abordagem dos problemas econômicas da antiguidade grega. Durante algumas décadas a natureza das questões foi outra, sempre preocupada com estudos de caso mais particularizados onde seria possível colocar em prática aquilo que os modelos de Finley e Polanyi propunham em um nível mais abstrato. Apesar deste fenômeno historiográfico que realizou um giro em direção à história social, política e cultural dos elementos econômicos da antiguidade grega, nenhum desses trabalhos deu origem a uma análise exaustiva dos comerciantes e mercadores que atuavam no mundo helênico antigo – ao contrário do que ocorrera na historiografia dedicada a outras sociedades pré-capitalistas como o Império Romano<sup>211</sup>, o Ocidente Medieval<sup>212</sup> e a Inglaterra da Baixa Idade-Média e início da Modernidade<sup>213</sup>.

---

<sup>209</sup> Rostovtzeff (1977: 217)

<sup>210</sup> Carvalho (2007: 30-47)

<sup>211</sup> De Ligt (1995)

<sup>212</sup> Le Goff (1982)

<sup>213</sup> Brenner (1993)

Quando, nos anos 1980, com a vaga neo-institucionalista, passou-se a questionar a soberania do modelo substantivista como chave de leitura da economia antiga, as interpretações formalistas (fossem elas conscientes ou não de seu caráter formalista) voltaram à tona e reinauguraram o debate com algumas consequências importantes para o estudo dos mercadores. As consequências da reanimação das querelas entre primitivistas e modernistas, substantivistas e formalistas, demoraram alguns anos para serem sentidas com certo impacto na historiografia.

As críticas de Jean Andreau, ao modelo finleyniano<sup>214</sup>, publicadas em um artigo de 1995, haviam apontado o caminho e pesquisas posteriores haviam confirmado repetidas vezes: a economia antiga era mais pujante, dinâmica e complexa do que normalmente se pensou durante décadas. E mais: com o desenvolvimento das técnicas em arqueologia, os resultados de numerosas escavações e a evolução quantitativa e qualitativa da epigrafia<sup>215</sup> e numismática gregas<sup>216</sup>, havia elementos novos que permitiriam reformular hipóteses e questionar respostas que vinham sendo reiteradas pelos antigos modelos, exclusivamente qualitativos. Agora seria possível inserir na análise um elemento quantitativo, mesmo que limitado e imperfeito, que permitiria aos pesquisadores definir com alguma clareza as ordens de grandeza da economia antiga. A nova ordem de perguntas girava em torno de uma dúvida fundamental: se a economia da Grécia – e da antiguidade clássica em geral – era assim tão mais desenvolvida do que se pensava, o que a impediu de realizar a superação progressiva de sua própria lógica? Embora seja uma pergunta que é mais um planejamento de trabalho, ela denota a nova ordem de questionamentos que passou a ser formulada nos últimos anos.

Vive-se agora um contexto de ebulição dos estudos da economia antiga – e ao mesmo tempo de descrédito nas antigas querelas epistemológicas, que apesar de ainda presentes, foram paulatinamente deixando de ser problematizadas em prol de uma história mais comprometida com as fontes e com as proposições objetivas. Esta é a marca do neo-historicismo neste início do século XXI em todas as áreas da História como característica principal da superação da chamada “crise da História” pós-1991. Este é o pano de fundo em que se recuperam parcialmente as interpretações modernistas, ressalvados alguns exageros não mais tolerados diante do volume de documentação revisada nas últimas

---

<sup>214</sup> Andreau (2002: 33-52)

<sup>215</sup> Bresson (1991), Rhodes e Osborne (2007), Scheidel (2007)

<sup>216</sup> Kroll (1993), Howgego (1995), Schaps (2004)

décadas. Agora com o apoio da tecnologia informática avançada aliada a esses novos achados alguns historiadores reciclam a ideia de que os comerciantes e mercadores – especialmente estes últimos – formavam, ao lado de prestamistas profissionais, uma camada social ligada às atividades financeiras e que derivavam delas grandes riquezas que poderiam, ou não, dependendo da configuração institucional em cada conjuntura, garantir-lhes também prestígio social e poder político suficiente para que gozassem de uma privilegiada posição que antes acreditava-se ser exclusiva de uma aristocracia proprietária de terras.

W. E. Thompson, em um artigo sobre o empreendedorismo do cidadão ateniense<sup>217</sup>, afirma: “*Não creio que alguém vá negar que um mercador que comprava vinho, azeite ou produtos manufaturados em Atenas e os vendia na Crimeia, depois comprava cargas de retorno de cereais, peixes ou couro, era um empreendedor*”<sup>218</sup>.

O historiador francês Christophe Pébarthe, ao discutir os níveis de riqueza de *émporoi* e *náukleroi* referenciados pelos oradores áticos afirma, concordando com Reed, que os últimos normalmente possuíam alguma fortuna, afinal precisavam ao menos ser donos de um navio e das ferramentas e escravos necessários para operá-lo<sup>219</sup>. Além disso, ao menos um terço dos *náukleroi* do catálogo de Reed possuíam mais do que um navio<sup>220</sup>. Em seguida o historiador francês concede que alguns *émporoi*, por outro lado, até poderiam ser mais pobres, mas logo completa dizendo que “*essa constatação não tem nada de uma generalização*”<sup>221</sup>. Por fim cita diversos exemplos de discursos envolvendo litígios de mercadores ricos.

De fato, diversas passagens no corpus selecionado para esta pesquisa parecem, à primeira vista, embasar os argumentos daqueles que defendem o dinamismo e a pujança da atividade comercial na Atenas do período clássico – e, conseqüentemente, o destaque econômico e social das pessoas que praticavam diretamente esta atividade, especialmente do comércio atacadista e de longa distância.

---

<sup>217</sup> Neste artigo o autor não está particularmente preocupado com mercadores e comerciantes, mas sim com todas as atividades econômicas que pudessem denotar uma veia empreendedora no cidadão ateniense, como a exploração de minas, o empréstimo a juros e a posse de oficinas.

<sup>218</sup> Thompson (1982: 64)

<sup>219</sup> Pébarthe (2007: 166-7)

<sup>220</sup> Reed (2003: 93-132)

<sup>221</sup> Pébarthe (2007: 167)



Algumas figuras centrais da política ateniense, cidadãos de prestigiosa reputação entre os seus poderosos pares e de reconhecida fama entre todos os habitantes da cidade aparecem como peças fundamentais em alguns ramos do comércio ateniense. O caso de Andócides em seu discurso *Sobre os Mistérios*, por exemplo, é exemplar. O aristocrata alega ter tido a proteção dos deuses em todas as suas empreitadas comerciais, o que demonstraria seu favorecimento divino em contrapartida às acusações de impiedade que lhe eram feitas por seus desafetos políticos<sup>222</sup>. Outro cidadão ateniense que tomava parte neste tipo de atividades era Filócrates. Em um discurso que data de meados dos anos 340, conhecido pela tradição como *De Falsa Legatione*, Demóstenes faz referência aos negócios mantidos por Filócrates em terras distantes de Atenas sempre que era enviado em missões em nome da cidade:

*“Filócrates não apenas confessou isso diante de seus olhos, negociando trigo, construindo casas, se gabando de viajar ao exterior mesmo que vocês não o tenham escolhido para isso, importando madeira, trocando seu ouro abertamente com os banqueiros (...)”*<sup>223</sup>

Os exemplos se multiplicam: Lampis é apontado como maior dono de navios de toda a Grécia<sup>224</sup>, os metecos Crísipo e seu irmão são conhecidos como grandes importadores de cereais em Atenas<sup>225</sup>, um certo Fórmio, além de emprestar dinheiro, tomava parte ele mesmo em empreitadas comerciais lucrativas<sup>226</sup>, o ateniense Timóstenes é citado como importante mercador<sup>227</sup> e até mesmo estabelecimentos ligados ao suprimento de necessidades mais banais aparecem como fonte de significativos rendimentos, como no caso de Atenógenes, dono de diversas perfumarias na cidade de Atenas<sup>228</sup>. Também na literatura cômica é possível perceber que a figura do mercador ou comerciante rico habitava o imaginário comum dos habitantes da pólis dos atenienses: Cleonte é apontado, em tom de chiste, como sendo um profícuo vendedor de couro<sup>229</sup>, Filócrates é retratado como famoso vendedor de aves<sup>230</sup> e assim por diante.

Esses casos serão analisados de forma mais detida nos capítulos seguintes desta dissertação quando me debruçarei sobre o tema da racionalidade comercial, porém fazer

---

<sup>222</sup> And. 1.137

<sup>223</sup> Dem. 19.114

<sup>224</sup> Dem. 23.211

<sup>225</sup> Dem. 34.38-9

<sup>226</sup> Dem. 45.64

<sup>227</sup> Dem. 49.31

<sup>228</sup> Hip. 3.5-7

<sup>229</sup> Aristóf. *Paz*. 270, 648

<sup>230</sup> Aristóf. *Aves*. 14

referência a eles neste ponto é fundamental para que se compreenda que há um embasamento empírico para as interpretações modernistas que tentam enxergar no sucesso de algumas figuras específicas o desenvolvimento de um grupo proeminente de pessoas que derivavam sua riqueza e prestígio de atividades diretamente ligadas ao comércio. Não à toa este tipo de proposição é avançado justamente pelos partidários da teoria da cidade comercial<sup>231</sup> e têm grande apelo justamente entre os historiadores franceses que compõem o núcleo neo-historicista de estudos da economia grega antiga: Alain Bresson, Raymond Descat e Christophe Pébarthe<sup>232</sup>.

Após esta breve apresentação de duas visões antagônicas a respeito de um mesmo aspecto da vida de comerciantes e mercadores, acredito ser possível concluir que ambas são insuficientes como termos definidores desses atores sociais. Como será possível analisar no decorrer deste trabalho há comerciantes e mercadores ricos e pobres, como era de se esperar, e a documentação é demasiadamente fragmentária para que se possa delimitar com clareza alguma relação causal entre especialização de ofício e quantidade de riqueza.

Estamos, no entanto, falando de dois ramos distintos da atividade comercial: o varejo e o atacado. Em termos quantitativos o comércio a varejo, composto pelas pequenas negociações entre intermediários ou produtores e seus consumidores finais, acaba sendo mais descontínuo, envolve um número maior de compradores, o que, ao ampliar a demanda, diminui o poder de oferta. Pelo número de vendedores envolvidos neste tipo de atividade, além disso, a massa de lucro se divide, ou seja, não fica concentrada nas mãos de poucos agentes, como ocorre em maior escala no comércio atacadista. Todos esses são fatores próprios a qualquer cenário de compra e venda e, por conseguinte, tratando-se do varejo é mais comum que, em comparação com o atacado, os comerciantes sejam mais pobres do que os mercadores, nunca, ou apenas raramente, conseguindo romper esse limite e transitando de uma categoria a outra (de comerciante a mercador) dada a proeminência do valor de uso e da reprodução das condições sociais de

---

<sup>231</sup> Esta é uma proposta de interpretação de algumas *πόλεις* que, por sua localização geográfica ou arranjo institucional, tinham uma vocação maior que as outras para as atividades ligadas ao comércio, funcionando como verdadeiros núcleos ou *hubs* comerciais do mundo mediterrânico. Os meandros da hipótese são discutidos em Bresson (2000) e alguns estudos de caso que partilhavam essa premissa teórica antes de ela ter sido sistematizada se encontram em Bresson e Rouillard (1993).

<sup>232</sup> Todos eles mantem profundo diálogo com Jean Andreau, historiador francês cujo trabalho como estudioso da economia romana e crítico do modelo finleyniano teve grande influência no campo da História Econômica da Antiguidade desde o início dos anos 1990.

existência vigentes neste tipo de sociedade. Ao encararmos os comerciantes separadamente dos mercadores, no entanto, é virtualmente impossível afirmar que uma ou outra fossem atividades desempenhadas por um grupo de rebaixada condição monetária ou, por outro lado, por algum tipo de burguesia que fizesse valer os seus interesses mediante seu poderio econômico. A comparação apenas se sustenta se se comparam comerciantes com mercadores, situação na qual tendencialmente – mas nem sempre – os mercadores se saíram melhor em termos de poderio econômico. Dentro de cada uma das categorias, no entanto, havia uma miríade de condições sociais similares em termos de renda e qualquer vinculação tinha como máximo horizonte a resolução de alguma querela mais imediata ou de uma situação conjuntural determinada, não criando as condições subjetivas para que se formassem interesses políticos coletivos que sobrepujassem as atitudes individuais, que continuaram sempre sendo a regra.

Segundo o levantamento realizado, das 111 referências a comerciantes e mercadores encontradas no *corpus* investigado, apenas 13 referem-se explicitamente a indivíduos ricos; 10 referem-se a indivíduos explicitamente pobres e nas outras 88 não há elementos suficientes para inferir com certeza as suas situações econômicas. Refinando os números: entre os 13 explicitamente ricos, apenas dois são comerciantes – todos os outros são mercadores e/ou donos de navios. E entre os 10 explicitamente referidos como pobres, todos são comerciantes, confirmando a visão geral acima exposta de que era mais comum que os comerciantes fossem mais pobres do que os mercadores quando comparadas essas duas categorias. Por outro lado, o que chama a atenção são os outros 88 indivíduos sobre os quais qualquer tentativa de enquadramento não passaria de mera inferência pouco acurada. O estado das fontes indica que o questionamento a respeito do nível de riqueza dos comerciantes e mercadores precisa ser feito apenas para que se tenha uma noção geral da situação dessas pessoas, não podendo servir como parâmetro analítico preciso para defini-los como grupo social. Uma tentativa nessa direção passaria necessariamente pela inclusão da documentação arqueológica na análise, o que, infelizmente, os limites propostos para a atual pesquisa não permitem realizar.

Essa falta de zelo poderia indicar que, para os gregos que produziram os textos que hoje são utilizados pelos pesquisadores como fontes de estudo daquela sociedade, este não era um aspecto importante a ser diretamente abordado. Eu não seria tão taxativo. Creio que essa imprecisão é fruto do tipo de texto com que se lida, ou seja, não são documentos propriamente preocupados com a análise econômica dos indivíduos, mas de

outra natureza, com outros objetivos e questionamentos. Por outro lado, esta é a documentação textual que se tem<sup>233</sup> e, se ela não se presta especificamente a um estudo quantitativo, é preciso abordá-la desde outro ponto de partida para extrair sentido econômico dela.

Caso se confronte a documentação como uma representação direta da realidade grega do período clássico, é possível, portanto, encontrar exemplos que corroborem tanto a hipótese de que os comerciantes e mercadores eram geralmente pessoas pobres, iletradas e sem nenhum tipo de racionalidade acumuladora, como exemplos outros que os descreveriam como empreendedores médios ou ricos frutos de um momento histórico no qual a riqueza móvel e imobiliária passaram a se confundir sob o aspecto de riqueza em geral<sup>234</sup>. É necessário combinar esta pré-análise quantitativa que nos fornece uma visão geral da documentação com uma leitura mais crítica de cada tipo de fonte textual disponível aos historiadores, como tentarei realizar mais adiante.

Os discursos dos oradores têm uma intenção, a comédia aristofânica tem outra e as narrativas dos historiadores uma terceira e assim por diante. E cada uma dessas situações possibilita e limita os seus autores a construir narrativas que partam de premissas distintas e apresentem pontos de vista diferentes e divergentes, oferecendo aos pesquisadores de hoje apenas frações de uma realidade complexa que se apresenta, através das fontes, em forma de palimpsestos intrincados a serem não apenas decifrados, mas explicitados e posteriormente interpretados. Em outras palavras, uma metodologia que aborde a documentação apenas utilizando-a como repositório de exemplos, como muitos historiadores formalistas costumam fazer, pode apenas oferecer determinados padrões, ordens de grandeza que excluem determinadas interpretações extremistas, mas não facilitam em nada o trabalho de escolher entre as múltiplas possibilidades de análise que sobram.

### **2.1.2) Indagações a respeito do *status* dos mercadores e comerciantes**

Como apontei na sessão anterior, uma das discussões cruciais a respeito da condição de comerciantes e mercadores na Atenas clássica foi marcada em diversos períodos pela intersecção dos debates a respeito do *status*. O *status* é um conceito de marcada tradição nos estudos clássicos, especialmente a partir das contribuições da

---

<sup>233</sup> A epigrafia clássica, a despeito de permitir avanços significativos no campo da história econômica da Grécia antiga em geral, pouco tem a acrescentar acerca da definição dos níveis de riqueza dos comerciantes e mercadores.

<sup>234</sup> Descat (1995: 966-71)

sociologia histórica weberiana. Moses Finley, em um célebre artigo a respeito da escravidão antiga propõe que o uso do conceito de *status* seria fundamental para a compreensão da sociedade grega antiga<sup>235</sup>. O impacto de seu trabalho deriva não tanto do uso do conceito de *status* em si, o que já era um lugar comum na historiografia sobre a Grécia antiga, mas, sim, do refinamento metodológico empreendido pelo historiador ao aplicar esta ferramenta teórica. Finley afirmava que apenas considerando-se um espectro baseado no *status*, cujos extremos seriam o cidadão completamente livre e pleno de seus direitos políticos e o escravo totalmente desprovido de si e sob a tutela de outrem, se poderia analisar qualitativamente as diferentes condições sociais típicas da Antiguidade.<sup>236</sup>

A principal crítica a esta perspectiva é a do historiador marxista britânico G. E. M. de Ste Croix, que afirma que a categoria de *status* teria pouca utilidade para a interpretação e explicação dos fenômenos históricos no mundo grego, pois devido a sua carga excessivamente funcionalista acabaria por excluir da análise qualquer traço de conflito entre os diferentes grupos sociais<sup>237</sup> – conflitos esses que, na tradição marxista seguida por Ste Croix, seriam chaves indispensáveis para compreender o movimento da história. Ste Croix afirma em seu célebre trabalho *The Class Struggle in the Ancient Greek World* que a categoria de *status* era uma ferramenta razoável para descrever a sociedade grega antiga, porém apenas com o conceito de “classe social” seria possível explicar os fenômenos, inclusive aqueles que levariam ao aparecimento de determinados *status* em uma sociedade e não em outras<sup>238</sup>.

Creio que para compreender bem o funcionamento da Atenas clássica é preciso considerar aspectos de ambas as vertentes. Por um lado, concordo com Ste Croix no que diz respeito à necessidade de um conceito como o de classe social como aparece em Marx e no marxismo de forma geral, pois epistemologicamente é uma ferramenta que auxilia os estudiosos a entender os complexos movimentos da exploração social empreendida por determinados grupos sobre outros e que está no cerne das disputas políticas, econômicas e ideológicas de todas as sociedades acima do nível comunal ou igualitário.

---

<sup>235</sup> Finley (1964: 233)

<sup>236</sup> Um problema dessa proposição, no entanto, e que não irei discutir aqui, é o fato de que neste artigo Finley faz a ressalva de que Atenas e Roma no período clássico não poderiam ser analisadas a partir desta ideia. Em seus trabalhos posteriores, como *A Economia Antiga*, no entanto, ele utiliza esta ideia na análise dessas sociedades.

<sup>237</sup> Ste Croix (1981: 93)

<sup>238</sup> Ste Croix (1981: 45)

Por outro lado, devido ao peso que o prestígio e a honra tinham no mundo grego, é imprescindível considerar em qualquer análise que se faça dessas sociedades a influência que a condição jurídico-política exercia não apenas no comportamento individual de cada pessoa, mas na criação de possibilidades de atuação social. O *status* só começa a perder sentido como ferramenta analítica a partir do momento em que todas as pessoas são encaradas juridicamente como iguais perante o conjunto da sociedade, o que, claramente, não chega a acontecer em nenhuma sociedade pré-capitalista.

Em Atenas havia uma miríade de *status* aos quais os indivíduos poderiam pertencer. O livro de Deborah Kamen, *Status in Classical Athens*, por exemplo, é dividido em dez capítulos, cada um deles dedicado a um ponto do espectro de *status* proposto por Finley: escravos, escravos privilegiados, libertos com liberdade condicional (ou seja, que ainda mantinham obrigações para com seus antigos senhores), metecos, metecos privilegiados, bastardos, cidadãos que sofreram *ατιμία*<sup>239</sup>, cidadãos naturalizados, cidadãos plenos e cidadãs plenas<sup>240</sup>. Esta é uma tentativa de Kamen de esquadriñar todas as possibilidades de estatuto jurídico-político endossados pela prática social na Atenas clássica, mas certamente seria possível organizar o espectro de outras maneiras – o estrangeiro de passagem, por exemplo, não é objeto de investigação da pesquisadora embora sua atuação em Atenas fosse institucionalmente levada em consideração, como por exemplo pela permissão para assistir determinados festivais religiosos ou através da possibilidade – ou necessidade, em alguns casos – de participar dos *dikái emporikái*.

Com relação aos objetivos propostos nesta pesquisa é importante considerar especialmente quatro estatutos jurídicos para verificar sua relação com a atividade comercial, pois ao longo do tempo os historiadores tentaram atrelar certos *status* com o comércio enquanto outros estariam alheios a este tipo de atividade; são eles: cidadãos, metecos, estrangeiros de passagem e escravos.

Mais uma vez quem deixou sua marca nos estudos a respeito dos comerciantes e mercadores foi o alemão Hasebroek. Baseado principalmente nos expoentes positivistas da tradição de helenistas franceses como Clerc e Francotte, Hasebroek afirma: “*Foi reconhecido há muito tempo que em Atenas, em qualquer nível, o comércio externo era*

---

<sup>239</sup> Perda dos direitos políticos. Era uma sanção que atingia determinados cidadãos cuja conduta fosse considerada pelo conjunto dos cidadãos como inapropriada, ou seja, em desacordo com alguma lei ou decreto. Era considerada uma das piores penas que podia sofrer um cidadão na democracia ateniense.

<sup>240</sup> Kamen (2013)

*deixado inteiramente aos metecos – ou seja, a estrangeiros residentes*”<sup>241</sup>. Em seguida ele aprofunda as consequências de sua assertiva:

*“Os negócios na cidade grega, e isso é um consenso, estavam nas mãos de um corpo de pessoas que, embora permanentemente residentes na cidade eram estrangeiros e não possuíam o estatuto cívico completo ou direitos políticos: e esses estrangeiros residentes, além disso, eram os mais destacados negociantes e artesãos. Como, então, é possível que se acredite que os cidadãos propriamente ditos eram parte ativa no comércio e indústria de suas cidades? Como, de fato, pode se supor que o comércio externo desempenhava qualquer grande papel na vida do Estado grego? Ou o comércio era dado aos estrangeiros ou ele era mantido nas mãos de cidadãos; não podia ser as duas coisas ao mesmo tempo”*<sup>242</sup>

Hasebroek formulou de maneira clara o que era pressuposto pela maior parte dos estudiosos de seu tempo e anteriores: estrangeiros, especialmente os residentes, controlavam o comércio e as atividades econômicas do perímetro urbano. Os cidadãos se dedicariam a outros tipos de atividade, como a agricultura ou a exploração das minas de prata. Se tomavam parte no comércio, segundo o historiador alemão, era apenas como financiadores de comerciantes e mercadores estrangeiros que, por sua pobreza, necessitavam empréstimos e financiamentos, trabalhando então sob a égide de algum cidadão com o qual dividiria os lucros ao final de cada empreitada comercial.

É necessário realizar alguns apontamentos a respeito do estatuto jurídico de estrangeiro residente durante a democracia ateniense. Os metecos tinham direitos políticos restritos se comparados com o corpo cívico. Não podiam adquirir bens imobiliários, fossem eles terras no território ático para que se dedicassem às atividades agrícolas ou mesmo casas e edifícios na cidade de Atenas para que pudessem explorá-los economicamente<sup>243</sup>. Havia casos em que essa restrição era retirada por decisão tomada em fóruns constituintes do processo democrático cidadão – destacadamente a Assembleia – e alguns metecos escolhidos por sua contribuição à comunidade (alguns casos de mercadores que favoreceram a importação de cereais para Atenas em tempos de escassez, por exemplo) para serem contemplados com a *ἐγκτησις*<sup>244</sup>, o direito de possuir propriedade em Atenas; essa situação foi bastante excepcional, no entanto, durante a maior parte da vigência da democracia ateniense a despeito do que a volumosa produção historiográfica ou o aumento das concessões ao longo do século IV possam fazer parecer a olhares menos atentos. Outra atribuição específica aos metecos era o pagamento de um

---

<sup>241</sup> Hasebroek (1933: 22)

<sup>242</sup> Hasebroek (1933: 22)

<sup>243</sup> Austin e Vidal-Naquet (1977: 99-101)

<sup>244</sup> Hansen (1999: 97)

imposto chamado *μετοικιον*: anualmente os estrangeiros residentes do sexo masculino deveriam contribuir com 12 dracmas, enquanto as mulheres deveriam pagar 6<sup>245</sup>. Além disso, sobre os metecos mais abastados recaía também um imposto sobre a sua renda geral chamado de *εισφοραι*<sup>246</sup> (imposto que não era exclusivo para metecos, mas aplicado a todos os ricos da cidade). Por fim, esperava-se ainda, como obrigação dos metecos, que em caso de necessidade bélica e convocação da cidade eles deveriam servir no exército ateniense ao lado dos cidadãos como hoplitas<sup>247</sup> – primeiramente provendo seu próprio equipamento, como qualquer cidadão, posteriormente recebendo seus armamentos do Estado, como passou a ser prática corrente na virada do século V para o IV.

Por não poderem possuir nenhum tipo de propriedade imobiliária que os permitisse garantir sua subsistência a partir da produção direta de espécimes agrícolas, pareceu lógico aos historiadores durante muito tempo enxergar os metecos como uma espécie de *homo oeconomicus par excellence* na sociedade ateniense. Eles deveriam trabalhar por um salário, fosse diretamente nas obras do Estado, como no caso do Erecteu<sup>248</sup> ou mesmo nas oficinas de cidadãos particulares, como artesãos<sup>249</sup>. Uma outra possibilidade, a que me interessa mais neste trabalho, eles poderiam se dedicar às atividades financeiras dos prestamistas ou ainda às atividades comerciais propriamente ditas, fosse como revendedores atacadistas ou mercadores de longa distância baseados em Atenas quando não estivessem realizando as suas viagens.

Um levantamento demográfico permite concluir que o número de metecos e seus familiares no século IV, momento em que sua quantidade foi a menor entre os habitantes de Atenas desde a segunda metade do século V, aponta para a existência de dez mil residentes estrangeiros na cidade, número que poderia triplicar ou quadruplicar se considerados os seus familiares. Isso equivale aproximadamente 10 a 20% de toda a população Ática, dados nada irrelevantes de um ponto de vista demográfico e social<sup>250</sup>.

Infelizmente, como já se pôde constatar, as fontes de que dispõem os pesquisadores não permite nenhuma abordagem numérica muito precisa sobre os

---

<sup>245</sup> O peso econômico deste imposto nas finanças de Atenas tem sido motivo de debates ao longo de séculos. Segundo Morales (2009, 51 nota 17), Whitehead (1977, pp.75-6), cujo livro de 1977 foi o último grande marco nos estudos dedicados aos estrangeiros residentes em Atenas, conclui que em termos financeiros esse imposto não poderia ser considerado desprezível, como se chegou a pensar anteriormente.

<sup>246</sup> Hansen (1999: 112-5)

<sup>247</sup> Soares (2009: 59-60)

<sup>248</sup> Camp (2001: 93-100)

<sup>249</sup> O pai de Lísias era dono de uma famosa oficina de escudos.

<sup>250</sup> Hansen (1999: 93)



comerciantes e mercadores. Do *corpus* utilizado nesta pesquisa é possível tirar algumas conclusões quantitativas a respeito da relação direta de exclusividade que a historiografia mais tradicional tentou estabelecer entre os metecos e a atividade comercial. Dos 111 mercadores ou comerciantes referidos diretamente nas comédias aristofânicas ou nos discursos dos oradores áticos, apenas 7 podem ser apontados conclusivamente como metecos. Em termos comparativos, pode-se atribuir o estatuto de estrangeiro de passagem a 11 outros. Em dois casos não é possível afirmar se são estrangeiros ou metecos, pois os indivíduos jogavam permanentemente com o limite de estadia oferecido pela *pólis* antes que um estrangeiro passasse a ser considerado residente. Deste mesmo conjunto de pessoas, 17 são claramente cidadãos atenienses – além de um caso isolado em que o mesmo indivíduo, um mercador, sai de sua situação de escravo, passa a viver como meteco e posteriormente é condecorado com a cidadania pelos atenienses<sup>251</sup>. O estatuto dos outros é impossível de ser deduzido, seja porque não há referências claras que o permitam, seja porque são referências genéricas sobre a categoria de comerciantes ou mercadores, não a determinados indivíduos em particular.

Neste trabalho discordo frontalmente, portanto, da perspectiva que advoga que as atividades comerciais eram exercidas quase que exclusivamente por pessoas de um determinado *status* social. A pluralidade, pelo contrário, é a característica distintiva do comércio na democracia ateniense<sup>252</sup> em comparação com outras sociedades, como as de algumas cidades da Baixa Idade Média, com suas corporações de ofício, a burguesia da época Moderna com seu controle progressivo do aparato institucional do Estado ou mesmo do próprio período imperial romano, em que a especialização das atividades comerciais e financeiras acabou por empoderar, pouco a pouco, as pessoas que as comandavam em determinada região. Isso não significa, como tentei expor, que não seja possível buscar determinadas recorrências e regularidades no que diz respeito às pessoas que viviam prioritariamente da compra e venda de mercadorias durante a democracia ateniense.

Em sua dissertação de mestrado sobre o papel dos metecos na democracia ateniense, Fábio Morales Soares faz apontamentos relevantes sobre a relação entre

---

<sup>251</sup> Dem. 45.64 e Dem. 46.13

<sup>252</sup> E não apenas do comércio. O estudo das colunas do Erecteu permitiu traçar o perfil dos trabalhadores da construção do templo. Um dado interessante que veio à tona foi o fato de que havia trabalhadores dos mais diversos estatutos sociais desempenhando funções semelhantes ou equivalentes e recebendo salários sem grandes distinções entre si.

instituições jurídicas e práticas sociais. Ao defender uma abordagem que incorpore às análises da cidade grega a prática cotidiana de seus habitantes, ou seja, uma cidade dos habitantes mais do que uma cidade dos cidadãos, o historiador paulista explicita uma linha de pensamento bastante próxima da que essa dissertação pretende seguir<sup>253</sup>. Partindo de uma “político-pólis” em direção a uma “geo-pólis”<sup>254</sup>, a transposição do olhar da cidade cidadã para a cidade habitada apresenta a *pólis* como um complexo de relações sociais conflituosas entre diversas instâncias. Não se trata de excluir as relações cívicas e institucionais da análise, mas de compreendê-las como fruto e parte de um processo histórico, não como causa primordial de todo e qualquer desdobramento conjuntural da cidade antiga.

Dentro dessa perspectiva, os metecos, outrora encarados pela historiografia como “concidadãos”, como “apolíticos”, como “alienados” do processo histórico ou como agentes sociais que travavam com os cidadãos uma relação meramente utilitária e contratualista que os permitisse conviver na cidade<sup>255</sup>, são encarados como agentes políticos, sociais e econômicos ativos. Segundo Saber Mansouri enquanto discutia as formas de associação de grupos que marcavam a sociedade ateniense: “*Os metecos fazem parte destes diferentes agrupamentos e participavam efetivamente da circulação horizontal de ideias e dessa democracia política e social no cotidiano*”<sup>256</sup>. Suas atitudes e visões de mundo influenciam os rumos da democracia ateniense, mas não porque a eles se reservavam as atividades econômicas que os cidadãos não queriam executar, como na proposta de Hasebroek; pelo contrário, por dividirem os espaços vividos eles criavam determinados laços de solidariedade – positiva ou negativa – com o restante dos habitantes, fossem eles cidadãos, estrangeiros de passagem, escravos ou quaisquer outros que vivessem no território ático, especialmente se tratando da *ἄστυ* de Atenas.

Não havia, portanto, nenhum impedimento institucional sobre a participação de cidadãos nas atividades comerciais. Alguns deles tomavam parte pessoalmente nas viagens e empreitadas em terras distantes, enquanto outros utilizavam a atividade de determinados mercadores visando aumentar sua própria popularidade frente à comunidade. O comércio na democracia ateniense, especialmente aquele de produtos cuja

---

<sup>253</sup> Soares (2009: 44, 189-195)

<sup>254</sup> Soares (2009: 43)

<sup>255</sup> Soares (2009: 56-64)

<sup>256</sup> Mansouri (2011: 87)

carência era mais sentida em épocas de escassez na Ática, era, para muitos cidadãos, além de uma forma de enriquecer, um meio de alcançar determinados fins políticos.

É importante ressaltar que, por não dispor de uma marinha mercante a serviço do Estado, a democracia ateniense sempre esteve à mercê da atividade pessoal dos mercadores, comerciantes e agentes comerciais que realizavam as transações cotidianamente. Apesar das tentativas empreendidas pela democracia para regulamentar minimamente as atividades comerciais, especialmente aquelas ligadas a produtos considerados de primeira importância, como será discutido em um próximo capítulo, os interesses individuais das pessoas envolvidas no comércio acabavam sendo o motor principal da lógica comercial durante a democracia. Acredito para ilustrar a proeminência desses interesses pessoais e o envolvimento de cidadãos com a atividade comercial, direta e indiretamente, seja interessante analisar dois casos relacionados ao comércio de madeira com a Macedônia<sup>257</sup>.

O primeiro caso é o do oligarca Andócides. O texto se trata de um discurso proferido por ele mesmo na Assembleia. Após a derrota na Guerra do Peloponeso, a democracia foi derrubada por um golpe oligárquico em Atenas no ano 411. Neste contexto, 400 oligarcas foram encarregados de governar a cidade e realizar políticas pró-espartanas. O número de governantes foi considerado pequeno por boa parte da elite ateniense, que se viu fora da administração e reclamou um governo dos 5000, em vez dos 400, incluindo assim a classe censitária dos *zeugitai* na condução da *pólis*<sup>258</sup>.

Neste conturbado cenário que se arrastou por cerca de oito anos, Andócides, desacreditado por seus aliados políticos<sup>259</sup> e com boa parte dos seus direitos de cidadania cerceados em Atenas, acaba se exilando por vontade própria, visando angariar fundos, materiais e humanos, que o possibilitassem recuperar o prestígio e retornar a Atenas em uma posição mais compatível com a sua condição de elite. Após a restauração da democracia, em 403, Andócides é convocado para prestar o seu relato na Assembleia, explicando a situação que o levou ao exílio, bem como suas atividades naquele período e o seu retorno, já que muitos dos oligarcas estavam sendo expulsos da cidade e tendo seus bens confiscados caso ficasse provado que tinham contribuído diretamente para o golpe

---

<sup>257</sup> Para os usos da madeira no Mediterrâneo antigo e a importância deste comércio na antiguidade ver: Meiggs (1982: 116-370)

<sup>258</sup> Pomeroy et al. (1999: 311)

<sup>259</sup> Para melhor compreensão dos eventos que culminaram com o autoexílio de Andócides ver:

oligárquico. Neste discurso, Andócides advoga ter prestado serviços muito importantes à *pólis* dos atenienses, mesmo nos momentos em que esta não o acolheu:

*“De fato eu, de uma só vez, comecei a suprir suas forças em Samos com remos – isto foi depois que os Quatrocentos haviam tomado o poder em Atenas – já que Arquelaus tinha conexões hereditárias com a minha família e me concedeu o direito de cortar e exportar o quanto eu quisesse. E não somente eu os supri com remos; me recusei a cobrar mais por eles do que haviam custado para mim, embora eu pudesse ter obtido um lucro de cinco dracmas por peça. Além disso, os supri com grãos e bronze. Desta feita equipadas, as forças em Samos puderam derrotar os peloponésios no mar; e foram eles, e apenas eles, que salvaram Atenas naquele tempo. Agora, se aqueles heróis prestaram a vocês um verdadeiro serviço através de seus feitos, eu posso justamente afirmar que o serviço não se deveu a mim em menor medida! Não tivesse o exército sido abastecido com estes suprimentos e eles estariam lutando não para salvar Atenas, mas, sim, as suas próprias vidas”<sup>260</sup>*

À época do golpe oligárquico em Atenas, outra tentativa foi feita, desta vez na ilha de Samos, onde estava guarnecida a armada ateniense. O golpe falhou, e é a esse episódio que Andócides se refere. Um primeiro fator que é importante ressaltar, é que Andócides não era um orador profissional. Ele era um político de bastidores, sua influência sendo exercida muito mais *en petit comité* do que diante das grandes e conturbadas audiências das assembleias finais da Guerra do Peloponeso. Por outro lado, sua proeminência, como ele explicita no texto, vem de outras fontes. Não tanto um líder bélico, um grande general, mas sim um homem com importantes contatos. Sua família tinha relações de *xenía* com os antepassados de Arquelaus, provavelmente a família do rei Pérdicas II. A ascensão de Arquelaus ao trono da Macedônia não foi tranquila, tendo sido colocada em dúvida inclusive a sua legitimidade como filho de Pérdicas II<sup>261</sup>. Pérdicas II não manteve boas relações com a cidade de Atenas durante o seu reinado, porém, isso não o impediu de ter familiares de Andócides como *xenói*, o que facultou o mesmo a requerer a ajuda de Arquelaus para suprir a armada ateniense em Samos. Andócides tenta instrumentalizar sua relação pessoal com o rei macedônio, o que provavelmente foi uma troca de favores muito mais ligada à relação de suas famílias do que à da Macedônia com a democracia ateniense, visando recuperar seus direitos políticos em Atenas, bem como ser publicamente reconhecido como um grande prestador de serviços que permitiram a Atenas não sucumbir totalmente durante o período das oligarquias. Coloca-se, portanto, não como oligarca, mas como cidadão, um igual de todos aqueles nas mãos dos quais seu destino se encontrava ao final daquela assembleia, mas que, como era sabido por todos, não era e nem ao menos se concebia como parte desta igualdade estrita. Os atenienses da

---

<sup>260</sup> Andocides 2.11-12.

<sup>261</sup> Roisman (2010: 155)

democracia recém restaurada não foram solidários com Andócides, não engoliram seu autoelogio e, mais uma vez, exilaram um membro da elite, outrora orgulhoso de ser um oligarca, agora pretensamente arrependido de seu posicionamento. Ainda assim, a mera tentativa de se apresentar desta forma nos indica como deve ter sido a tônica do discurso nos julgamentos dos oligarcas após a restauração democrática, deixando não apenas entrever que o corpo cívico não era um todo homogêneo, mas, principalmente, sinalizando que não poderia haver perdão para aqueles que fizeram sua vida, sua carreira política, às expensas da maioria dos cidadãos.

Outro caso em que ficam claras as relações entre atenienses e macedônios através do comércio de madeira pode ser visto no discurso *Contra Timoteu*. Chegou até nós como um discurso de Demóstenes, mas sabe-se hoje que era um caso de Apolodoro contra um eminente general ateniense, Timoteu. Timoteu, outrora um dos maiores generais na marinha ateniense em atividade, é acusado de ter sido mantido pelo pai de Apolodoro, que teria emprestado dinheiro para que ele pudesse viajar a negócios a fim de levantar recursos para manter seus navios e homens – em períodos de inatividade bélica era muito difícil para os generais manterem as suas tropas, pois o fundo militar fornecido pela cidade-Estado não era suficiente para arcar com os gastos de manutenção, os quais eram sempre complementados pelos butins das batalhas vitoriosas. Timoteu, não obtendo sucesso nos negócios, não teria conseguido pagar ao pai de Apolodoro, bolando um stratagem para se livrar da dívida. O caso, resolvido em um tribunal ateniense, ocorre em um contexto bem diferente nas relações entre Atenas e Macedônia, o ano de 362. O reinado macedônio era de Perdicas III, irmão de Alexandre II e Felipe II. Felipe II vivera sua adolescência como um refém de guerra em Tebas, inimiga de Atenas que derrotou uma primeira incursão macedônica na Grécia continental, liderada por Alexandre II. Ao retornar à Macedônia, após poucos anos foi colocado no trono para resolver uma crise política, iniciando um período de hostilidades que culminaria, em 338, na derrota ateniense da batalha de Queroneia e a perda da independência da democracia. As relações entre Atenas e Macedônia, no entanto, eram conturbadas e não somos capazes de entendê-las se as pensarmos como duas comunidades homogêneas se enfrentando, mas sim como frações de classe, tanto ateniense quanto macedônica, lutando para manter-se em suas posições em um período de extrema instabilidade política nos Bálcãs e na Grécia Continental. O comércio, mais uma vez, é uma das vias dessas relações:

*“Timoteu, então, após isso, içou velas para encontrar com os generais do rei, mas Filondas, a quem ele havia apresentado meu pai como aquele que pagaria a carga quando tivesse voltado com a madeira, partiu em sua jornada para a*

*Macedonia. (...) No ano seguinte Filondas voltou da Macedonia, trazendo a madeira, enquanto Timoteu esteve ausente a serviço do rei. Ele se aproximou do meu pai e o pediu que conferisse a carga de madeira, de modo que ele pudesse se encontrar com o dono do navio (...). Então, meu pai o levou até o banco e pediu a Fórmio que o pagasse a carga de madeira, 1750 dracmas. E Fórmio contou o dinheiro e anotou Timoteu como mutuário (pois foi ele que pediu a meu pai para conferir a carga de madeira e a madeira era dele) e, então, escreveu um memorando de que o dinheiro havia sido recebido e o nome de quem o havia recebido.*<sup>262</sup>

Além das dificuldades financeiras em que um grande general podia se encontrar após um período de poucos sucessos em termos de butins, o mais interessante nesta passagem são as saídas encontradas por um membro da elite para tentar reverter a situação. Uma vez em maus lençóis, Timoteu recorre a sua rede pessoal de amizades dentro da elite, grega e estrangeira. Pede ajuda do pai de Apolodoro, que prontamente o atende. Filondas, um outro homem de sua confiança, é envolvido no esquema. Enquanto isso, sai em sua empreitada comercial na Macedônia, mas logo ficamos sabendo que Timoteu, um importante general ateniense, tinha “serviços” a prestar para o rei da Macedônia em um momento cujo nível de tensão entre as *póleis* gregas e o reino ao norte começava a se tornar insustentável. Mais uma vez, a democracia ateniense perseguiu o aristocrata, considerando o réu, Timoteu, culpado e dando vitória do caso a Apolodoro. Mesmo que a disputa tenha se dado entre duas figuras importantes e conhecidas da população ateniense, dois políticos e oradores eminentes, a decisão dos casos estava nas mãos de um júri composto pelos mais diferentes tipos de cidadãos, inclusive alguns tão pobres que dependiam da taxa diária paga pelo Estado aos membros dos júris, escolhidos todos os dias. Para alguns historiadores, não era tanto a Assembleia, mas as cortes, os tribunais, o maior pilar do poder popular ensaiado na democracia ateniense<sup>263</sup>. Timoteu, no entanto, recorreu a um expediente que deve ter sido bastante comum antes de ser pego, priorizando as suas relações pessoais, inclusive com estados não alinhados a Atenas no período, em detrimento dos interesses coletivos da *pólis*, usando os contatos que mantinha com a elite macedônica para, através do controle do comércio de um produto bastante requisitado em Atenas, poder alçar novos voos e recuperar sua posição de prestígio, em xeque após algumas décadas.

É possível concluir, portanto, que a condição de mercadores e comerciantes, apesar de suas tendências, não eram determinadas pelo estatuto jurídico dos indivíduos. Se é verdade que metecos e estrangeiros, somados, constituíam um número maior de

---

<sup>262</sup> Demosthenes. 49.28-30.

<sup>263</sup> Hansen (1999: 188-91)

mercadores e comerciantes do que os cidadãos, é verdade também que muitos cidadãos tinham que se sujeitar a uma existência mais “pedestre” exercendo a profissão de comerciante na *agorá* do que vários mercadores estrangeiros e metecos condecorados pela comunidade como prestadores de grandes serviços ao conjunto dos atenienses. A natureza das fontes textuais utilizadas nesta pesquisa não possibilita nenhuma conclusão exata a respeito de números, mas indica fortemente algumas tendências gerais que não são contrariadas por outros documentos escritos ou arqueológicos.

Restam ainda, por outro lado, dúvidas que surgem ao analisar textos como esses em que estão presentes Timoteu e Andócides: em diversos momentos há referências de ocasiões em que eles lidam com diferentes grupos de mercadores e comerciantes que certamente realizavam partes importantes desde a retirada da madeira até que ela chegasse nas mãos de quem a utilizaria como ripas para navios, a produção de mastros e remos e a construção civil da cidade de Atenas nos séculos V e IV, quando a cidade passou por intensas transformações urbanísticas. Não é possível imaginar Andócides e Timoteu, proeminentes figuras públicas sob uma tenda ou atrás de um balcão vendendo móveis pela cidade de Atenas. Agora que já discuti os aspectos técnicos da divisão do trabalho comercial e a indeterminação do estatuto jurídico na condição e sucesso desses indivíduos é o momento de realizar alguns apontamentos propositivos a respeito desses indivíduos. Como outros grupos sociais enxergavam a existência e a atuação dos mercadores e comerciantes na Atenas Clássica e quem, de fato, eram as pessoas encarregadas de mover a engrenagem do comércio naquela cidade.

## **2.2) Comerciantes e Mercadores no Imaginário da Cidade:**

Como ficou claro na seção anterior, dois fatores cruciais contribuem para que haja diversas visões sobre os comerciantes e mercadores que atuavam na Atenas Clássica: em primeiro lugar a própria natureza da documentação permite interpretações distintas e conflitantes sobre o fenômeno do comércio; em segundo lugar a variedade real em que o comércio se manifesta naquela sociedade exige uma análise refinada dos casos para que se possa traduzir toda a sua complexidade. Por esses motivos os pesquisadores têm proposto distintas formas de explicação para casos relacionados ao comércio na Grécia Antiga ao longo do tempo. No entanto, não são apenas os olhares modernos que expressam essa ambiguidade da atividade comercial antiga. Entre os contemporâneos dos personagens aqui analisados havia uma série de tentativas de explicação do lugar ocupado

por comerciantes e mercadores na sociedade ateniense. Diversos grupos sociais produziram diferentes formas de enxergar e tentar explicar a atuação dos comerciantes e mercadores, e entre ideologias e preconceitos de classe emerge um caleidoscópio que expressa a complexidade do objeto desta pesquisa.

O imaginário da cidade no que diz respeito a esses personagens é tão extenso quanto variado. As posições, no entanto, variam entre dois extremos diametralmente opostos passando por uma posição balanceada ao centro: por um lado há aqueles que acreditam que o comércio é prejudicial ao bom funcionamento da cidade, pois a busca por lucros acabaria sempre se impondo ao cultivo dos valores tradicionais responsáveis pelo bom ordenamento da vida típica de uma *pólis*; por outro lado há autores que defendem que o comércio deveria ser encorajado, pois a partir dele seria possível atrair para a cidade produtos necessários para uma vida melhor e estimular o crescimento econômico de forma que todos os cidadãos acabariam se beneficiando de uma maior circulação de riquezas. Há ainda aqueles que acreditavam que uma determinada forma de comércio era benéfica, pois possibilitava acesso àquilo que a própria cidade era incapaz de produzir, porém o comércio que visasse exclusiva e exacerbadamente ao lucro não deveria ser exaltado, já que as pessoas envolvidas com ele pensariam apenas em enriquecimento pessoal, inclusive acima do bem coletivo, característica fundamental na ideologia políade, especialmente na democracia ateniense.

A documentação sob análise neste trabalho permite abordar uma série de situações em que fica clara a diversidade de opiniões sobre a vida e a atuação de comerciantes e mercadores em Atenas. No entanto, neste tópico específico é interessante proceder a essa análise paralelamente a referências a outros autores que não estão sendo especialmente tratados na presente pesquisa, já que eles apresentam um contraponto interessante com as opiniões que podem ser encontradas nas peças de Aristófanes e nos textos jurídicos.

Existem exemplos em Platão, Aristóteles, e Pseudo-Aristóteles<sup>264</sup>, filósofos do século IV contrários à democracia como forma de governo, em que é possível perceber uma forte propensão a rechaçar os comerciantes e mercadores apresentando-os como pessoas pouco confiáveis, individualistas e que geralmente tendiam a colocar em risco a

---

<sup>264</sup> Ps-Aristóteles é um autor desconhecido cujas obras foram atribuídas tradicionalmente ao próprio Aristóteles. Estudos posteriores demonstraram que as obras não poderiam ser de autoria do filósofo estagirita e que, mais provavelmente, pertenciam a algum outro pensador da escola peripatética, provavelmente um aluno seu. Como não houve maiores avanços rumo ao desvendamento da identidade do autor os especialistas passaram a se referir a ele como “Pseudo-Aristóteles”.



ordem social devido a sua atividade. Eles deveriam ser, se não extirpados de uma sociedade cujo funcionamento era considerado por eles ideal, no máximo tolerados por conta dos poucos benefícios que sua atividade trazia à cidade. Esses benefícios, no entanto, eram encarados mais como efeitos colaterais de uma atividade socialmente dissolvente do que como finalidade agregadora do comércio.

Aristóteles, na primeira parte de sua *Política*, defende a moderação, um conceito bastante caro aos gregos em sua forma de encarar a vida. Ele assinala que tudo tem limites e que se deve prezar por esses limites, pois eles possibilitam aos homens o bem viver. No entanto, ao discorrer sobre a diferença entre a má *crematística* e a “riqueza natural”, assinala o seguinte:

*“De fato, são coisas diferentes a crematística e a riqueza segundo a natureza: esta é a administração da casa; aquela outra, arte do comércio, por outro lado, é produtiva em bens não em geral, mas mediante troca de produtos, e ela parece ter como objeto o dinheiro, já que o dinheiro é o elemento básico e a finalidade do comércio. Esta riqueza, sim, é que não tem limites, a derivada desta crematística.”*<sup>265</sup>

Aristóteles preza por uma cidade em que todas as coisas estejam harmonicamente distribuídas, tenham a sua contrapartida, em que os indivíduos não se coloquem uns acima dos outros por meio da busca pessoal pelo lucro, pois essa busca, uma vez que ilimitada, seria responsável pela dissolução dos laços sociais que sustentam uma comunidade de cidadãos.

A comparação fica ainda mais evidente na seguinte passagem:

*“Dessas pessoas espera-se que troquem produtos que satisfaçam necessidades por outros produtos que satisfaçam necessidades, como vinho por grãos, por exemplo, apenas conforme o exigido pelas circunstâncias, não mais, entregando um e recebendo o outro em troca, e o mesmo com cada gênero essencial dessa ordem. A prática do escambo, dessa maneira e desse tipo, não é contrária à natureza, nem é ramo da arte da crematística, pois foi instituída para a recuperação da autossuficiência natural do homem.”*<sup>266</sup>

Esta preocupação com relação ao comércio é um dos pontos de encontro da filosofia aristotélica com a filosofia platônica a despeito das muitas diferenças e oposições que existem entre elas. Platão, no livro II da *República*, admite que em seu Estado ideal haveria a presença de comerciantes varejistas, porém não o faz sem deixar de expressar a visão de mundo adquirida em sua própria sociedade a respeito daqueles que desempenham este tipo de atividade:

---

<sup>265</sup> Aristóteles. *Política*. 1257b. 12.

<sup>266</sup> Aristóteles. *Política*. 1257a. 24-41

*“Haverá indivíduos que notarão a sua presença [daqueles que querem trocar seus produtos] e prestarão o devido serviço; nos Estados bem organizados essas pessoas serão geralmente aquelas de corpos mais frágeis, incapazes de desempenhar qualquer outro trabalho. Permanecerão no mercado trocando dinheiro pelos produtos daqueles que desejam vender e trocando esses produtos pelo dinheiro daqueles que desejam tais produtos.”<sup>267</sup>*

Logo a seguir Platão complementa dizendo que haveria outras pessoas cujo intelecto não seria suficiente para desempenhar nenhuma atividade digna, mas cujos corpos estariam perfeitamente ajustados para outros tipos de trabalho necessários ao seu Estado e que essas pessoas trabalhariam em troca de um salário. O juízo de valor negativo, portanto, neste autor, contra os comerciantes, é análogo ao que expressa também contra os trabalhadores assalariados, considerados por muitos aristocratas e membros das classes dominantes como trabalhadores comparáveis aos escravos porque não tinham a capacidade de prover sua própria reprodução, sua própria existência, dependendo sempre da oferta de emprego de outras pessoas que, desta maneira, entravam na relação como sendo superiores, como se tutelassem a sua existência. Tal era o nível de desprestígio que os comerciantes tinham frente a alguns desses filósofos.

As opiniões dos filósofos, no entanto, não podem ser encaradas como reflexo de uma visão social homogênea corrente na sociedade em que estão inseridos. Platão e Aristóteles não representam o pensamento médio do grego que vivia em Atenas durante a democracia, como muitas vezes os historiadores deram a entender ao longo do tempo. Atualmente é praticamente consensual entre os pesquisadores a opinião de que eles representam desvios na norma, de que são visões de mundo excepcionais com relação ao grosso da população. Os filósofos precisam ser entendidos como analistas da sociedade em que viviam, ao mesmo tempo em que suas opiniões são consideradas apenas opiniões possíveis naquele meio social, não verdades que traduzem o pensamento médio corrente. De acordo com Meikle “(...) o pensamento de Aristóteles é mais rico e mais confuso do que a dicotomia entre interpretações anacrônicas ‘economicistas’ ou ‘moralistas’ – Gemeinschaft – *permitted ver*”<sup>268</sup>. Eu tendo a ir mais além e a concordar com os historiadores que afirmam não haver nunca, em uma sociedade de classes, algo como uma “visão de mundo média”, algo que representasse de forma fiel como aquela sociedade encarava determinado fato social. Fazer isso seria reificar algo que na realidade é fluido: as relações sociais que fundamentam aquela realidade. Prefiro a proposição de que há

---

<sup>267</sup> Platão. *República*. 371d.

<sup>268</sup> Meikle (1979: 73)

diversas visões de mundo conflitantes em jogo na democracia ateniense, cada uma representada por determinado grupo social e, às vezes, proposições opostas dentro de um mesmo grupo<sup>269</sup>.

No que tange à questão do comércio é o caso, por exemplo, da opinião de Xenofonte quando comparada com as de Platão e Aristóteles. Xenofonte, diferentemente dos anteriores, não ressalta nenhum tipo de qualidade negativa ao se referir aos comerciantes, artesãos e outros trabalhadores braçais. Isso não significa que esse autor não estivesse imbuído desses preconceitos. Pelo contrário, devido a sua posição social é certamente provável que os compartilhasse com Platão e Aristóteles. Porém, ao propor soluções para os problemas econômicos de uma *pólis* Xenofonte, neste caso em específico, prioriza aspectos técnicos que são relegados a um segundo plano pelos outros autores por conta de seu preconceito aberto. O objetivo de seu texto *Poroi* é, na realidade, oferecer alternativas para que Atenas pudesse aumentar as suas receitas financeiras dentre as quais destaco uma relacionada ao escopo deste trabalho:

*“Nós também deveríamos liberar os metecos da obrigação de servir no exército como hoplitas junto com os cidadãos. Pois por um lado o perigo é grande para eles e, por outro, é uma questão muito séria para eles ter de deixar seus negócios e suas casas.”*<sup>270</sup>

Como pudemos ver na seção anterior, a equiparação de metecos a comerciantes e mercadores se mostra errônea. Porém, por não poderem adquirir propriedade imobiliária devido a sua condição de metecos, muitos deles acabavam trabalhando como artesãos, trabalhadores jornaleiros, alguns como comerciantes e mercadores ou em funções que também eram importantes dentro da cadeia de funcionamento do comércio, da produção à distribuição de produtos. É interessante que o argumento de Xenofonte para liberar os metecos do serviço militar seja especificamente econômico, tendo em vista que a ausência dos metecos diminuía a sua capacidade produtiva especialmente por conta da recorrência das mobilizações e campanhas militares. Cabe notar que não há nenhuma referência pejorativa explícita a essas suas atividades. Logo adiante no texto, é verdade, o autor pondera que seria bom inclusive para o próprio exército contar exclusivamente com seus cidadãos, pois a defesa da cidade por aqueles que compunham o seu corpo cívico inspiraria mais confiança no campo de batalha e maior empenho por defender o seu próprio território diante das ameaças estrangeiras, mas, do meu ponto de vista, esse é um

---

<sup>269</sup> Paiaro (2011: 239)

<sup>270</sup> Xenofonte. *Poroi*. 2.2

argumento paralelo e auxiliar, ou seja, não é nele que está fundamentado o discurso do autor; ele aparece apenas como mais uma ferramenta retórica que se baseia em uma concepção difundida entre determinados grupos com influência política na cidade para convencer seu público aristocrático de que a proposta anterior seria realmente benéfica para a cidade.

Em outra passagem Xenofonte defende explicitamente que a paz favoreceria a ida de mercadores para a cidade, o que seria excelente para a comunidade:

*“Pois se um Estado é tranquilo, que classe de homens não iria precisar dele? Donos de navios e mercadores liderariam a lista. Então haveria aqueles ricos em cereais e vinho, em azeite e em rebanhos; homens possuidores de cérebro e dinheiro para investir; artesãos e professores e filósofos; poetas e as pessoas que fazem uso de seus serviços (...) Além disso, onde iriam aqueles que querem vender ou comprar rapidamente qualquer coisa com melhor sucesso em seus esforços se não a Atenas?”<sup>271</sup>*

Essas opiniões dos filósofos, no entanto, são apenas algumas opiniões possíveis a respeito do tema. Acredito que o *corpus* documental com o qual estou trabalhando aqui permita ter uma noção mais representativa das diversas visões sociais que havia em Atenas a respeito dos comerciantes e mercadores. É verdade que a realidade vivida pelos comediógrafos e oradores era, no fundo, a mesma vivida pelos filósofos. Dessa forma, o material bruto que serve como fonte para seus escritos, a sociedade de sua época, era a mesma. Por outro lado, a natureza dos tipos de texto permite que essas visões sejam expressas de maneiras diferentes de acordo com o que era possível e esperado em cada um dos cânones. Enquanto o texto filosófico era suficientemente autoral para prescindir de uma conexão mais direta com a realidade, já que seu objetivo era a especulação e intervenção de seu autor naquela realidade mesma, a comédia e os textos forenses tinham finalidades muito concretas a alcançar, o que impelia seus autores a um diálogo perene e constante com o entorno da vida social que cercava o seu público diariamente.

Fosse pela necessidade de alcançar o efeito cômico desejado ou de vencer um caso diante de um júri que precisasse ser convencido, tanto em Aristófanes quanto nos oradores é possível apreender uma miríade de situações que podem contribuir na montagem do quadro de um imaginário diversificado corrente em Atenas a respeito dos comerciantes e mercadores.

---

<sup>271</sup> Xenofonte. *Poroi* 5. 3

Em diversas peças da comédia aristofânica as figuras dos comerciantes e mercadores estão presentes. No levantamento realizado pude encontrar pelo menos 33 referências exclusivas (ou seja, a pessoas diferentes) a comerciantes e mercadores (às vezes a ambos de forma generalizante) ao longo das 11 peças analisadas. Uma situação com a qual o autor costuma realizar diversas piadas é a recorrência com que esses indivíduos tentavam ludibriar os seus clientes para conseguir tirar maior proveito das transações – tema este presente em praticamente todas as sociedades em que o comércio tem um papel importante, inclusive nas sociedades capitalistas.

Em *As Nuvens* Estrepsíades, um camponês ateniense comum vai ao “Pensatório” tomar aulas com Sócrates que alegava ensinar o mais avançado conhecimento da época. Em meio a um diálogo entre os dois Sócrates indaga o que Estrepsíades gostaria de aprender primeiro, oferecendo lições sobre métrica, ritmo e palavras. Estrepsíades opta pela métrica e completa: “*Vou ficar com a métrica: outro dia um comerciante de grãos me roubou em dois quartos!*”<sup>272</sup>. Na peça *Os Cavaleiros* o personagem Paflagonte é retratado pelo Salsicheiro como tendo sido um vendedor de tiras de couro que costumava enganar os seus clientes: “*É você quem está acostumado a cortar inclinado o couro de um boi de má qualidade pra que ele pareça grosso e vende-lo aos camponeses por um preço desonesto!*” e em seguida completa: “*Antes que o usassem por um dia ele já estava dois palmos mais largo!*”<sup>273</sup>.

Em *As Tesmoforiantes* há uma passagem emblemática que denota baixa estima pelos comerciantes na cidade. Em determinado momento da peça a personagem Critila está realizando a fala que abre o encontro das mulheres tesmoforiantes. Como esse era um espaço exclusivamente feminino toda essa passagem é uma mistura complexa do conhecimento popular sobre o festival com o preconceito de gênero comumente corrente naquela sociedade. Desta maneira é interessante notar que Critila faz uma fala pedindo aos deuses que desgraçam vários tipos de pessoas e que, a todas as outras, ofereçam as suas graças. Após uma lista que varia entre aqueles que negociam secretamente com os persas ou com Eurípides (personagem que nesta peça é visto pelas mulheres como uma ameaça ao seu modo de vida na cidade), passa por aqueles que defendem e tentam instalar uma tirania na cidade, por um escravo que entrega mensagens falsas ao seu senhor e passa pela cortesã que aceita presentes de um jovem amante enquanto o trai com outro homem,

---

<sup>272</sup> Aristóf. *Nuvens*. 640.

<sup>273</sup> Aristóf. *Cav*. 315-9

surge um breve comentário que pede que sejam desgraçados também “(...) *o vendedor ou vendedora da taverna que vende bebidas pequenas: que ponham uma maldição em cada pessoa, que eles pereçam miseravelmente e suas famílias consigo!*”<sup>274</sup>.

Nem sempre essas referências são o cerne da peça, estando muitas vezes inseridas como elementos secundários, uma tirada rápida para manter o fluxo das piadas e o público entretido entre os atos mais importantes da narrativa. Essas piadas rápidas e laterais, no entanto, têm um valor significativo. Elas precisam ter um efeito imediato e efêmero, não podem ser muito elaboradas, porém precisam ser efetivas. Para alcançar este objetivo narrativo o autor precisa de referências que sejam facilmente reconhecidas pelo seu público. As piadas não precisam necessariamente refletir a realidade vivida diariamente pelos expectadores, mas têm de remeter a ela de forma direta e instantaneamente reconhecível através do véu da comicidade exigida pelo gênero em questão. Portanto, a recorrência de passagens assim não indica sem mediações que os comerciantes e mercadores eram todos corruptos ou gananciosos, mas que todo o público precisava reconhecer a possibilidade de que eles fossem devido a experiências vividas e/ou compartilhadas por sua própria vivência no espaço da cidade. Em outros termos, a situação cômica precisava sempre ser verossímil, inclusive quando propositalmente exagerada, pois a graça das piadas com exagero só pode ser percebida se os expectadores tiverem noção da normalidade que está sendo transgredida.

De acordo com Umberto Eco:

*“O humor não pretende (...) levar-nos além de nossos próprios limites. Nos dá a sensação, ou melhor, o desenho da estrutura de nossos próprios limites. Nunca está fora dos limites, mas sim mina os limites a partir de dentro. Não busca uma liberdade impossível, mas é um verdadeiro movimento de liberdade. O humor não nos promete liberação: ao contrário, nos adverte da impossibilidade de uma liberação global recordando-nos da presença de uma lei que já não há razão para obedecer. Ao fazê-lo, mina a lei. Nos faz sentir a dor de viver sob uma lei (...)”*<sup>275</sup>

Além dessas situações em que os vendedores aparecem tentando tirar vantagem na transação especificamente, outras passagens denotam um sentimento generalizado no senso comum de que eles tiravam proveito de situações de penúria da comunidade, como a guerra ou a escassez de cereais. Em *A Paz* comerciantes de lanças e escudos são acusados de lucrar com a guerra, que geralmente era entendida como um evento nefasto que trazia muitos infortúnios para o conjunto da *pólis*, a despeito de poucas vezes ser problematizado e geralmente ser encarado como algo necessário para a prosperidade da

---

<sup>274</sup> Aristóf. *Tesm.* 330-52

<sup>275</sup> Eco (1989: 19)

comunidade no longo prazo. Em determinado momento da narrativa, Hermes e Trigeu intercalam falas exaltando a paz em contraposição à guerra: “*Hermes – E se algum fabricante de lanças ou vendedor de escudos quer batalhas para melhorar seus negócios; Trigeu – Deixem-nos ser capturados por bandidos e que comam só cevada!*”<sup>276</sup>. Em outra peça, *A Assembleia das Mulheres*, as mulheres de Atenas, lideradas por Praxagorás, fantasiam-se de homens para que possam participar da Assembleia com o objetivo de propor que o poder da cidade fosse entregue às mulheres. Blépuro, um amigo do marido de Praxagorás que esteve presente a tal assembleia relata o que havia sido discutido. Dentre os diversos assuntos, um deles foi a taxação dos mercadores responsáveis pelo comércio de cereais: “*Por Dioniso, que pensamento nobre! Ele teria ganho aprovação unânime se tivesse acrescentado que os comerciantes de grãos deviam doar 3/4 de seu jantar aos necessitados ou encarar dura punição.*”<sup>277</sup>.

Essas passagens ilustram um pouco a noção tacitamente difundida de que aqueles que lidavam com o comércio, mesmo que enfrentassem o preconceito de uma determinada parcela da sociedade pela natureza de seu trabalho também acabavam sendo encarados com maus olhos por conta de uma suposta riqueza que acumulavam. O fato de trabalharem com dinheiro, um dos símbolos da riqueza, contribuía para criar uma noção de que aqueles que lidavam com dinheiro, conseqüentemente tinham muito dinheiro. A partir daí é possível perceber as contradições envolvidas nas diferentes visões sobre o comércio, pois ao mesmo tempo em que essa ideia era parte do senso comum, ela dividia espaço com a noção oposta de que apenas os mais necessitados e que não pudessem arrumar outra forma de sustento é que acabavam se dedicando ao trabalho comercial.

Por motivos diferentes relativos ao gênero narrativo em que estão inseridas, outras passagens, desta vez presentes nos discursos dos oradores áticos, também reproduzem noções pejorativas sobre comerciantes e mercadores – semelhantes àquelas nas quais se apoiavam as piadas infames de Aristófanes. Elas demonstram que para além de um recurso meramente literário, essas noções eram apreensíveis na realidade do período e este período não foi relativo a uma conjuntura localizada ou muito específica. Pelo contrário, essas visões atravessaram as gerações durante o regime democrático ateniense, pois enquanto as peças de Aristófanes se concentram no último quarto do século V, ainda

---

<sup>276</sup> Aristóf. *Paç.* 447-8

<sup>277</sup> Aristóf. *Assemb.* 424

durante a Guerra do Peloponeso, os discursos são primordialmente dos últimos anos deste século e dos três primeiros terços do século seguinte.

Enquanto em Aristófanes uma temática depreciativa recorrente era a ganância dos comerciantes e mercadores, nos oradores outras nuances se destacam nos discursos, já que era necessário elaborar os argumentos de maneira mais realista tendo em vista que o objetivo era convencer os juízes de que se estava prestando um relato fiel e verdadeiro do que ocorrera, finalidade, esta, ausente nos textos cômicos.

O orador Isócrates, ao fazer dura crítica aos sofistas compara o seu “negócio” de oferecer aulas a troco de pagamento com a venda de qualquer outra mercadoria por comerciantes e mercadores comuns:

*“Mais do que isso, embora eles se apresentem como mestres e dispensadores de bens tão preciosos, eles não têm vergonha de cobrar por eles um preço de três ou quatro minas! Ora, se eles fossem vender qualquer outra mercadoria por uma fração tão frívola de seu valor eles não estariam negando a sua loucura; no entanto, embora eles coloquem um preço tão insignificante em todo o suprimento de virtude e felicidade, eles fingem conhecer e assumem o direito de instruir o resto do mundo.”<sup>278</sup>*

O argumento do orador aqui é dirigido estritamente contra os sofistas, porém a comparação com o *modus operandi* de um comerciante em geral aponta que nenhuma pessoa que dependesse da venda de um produto para sua reprodução ousaria colocar nele um preço menor do que aquele socialmente aceitável, no entanto, como pode-se perceber em outras fontes, o contrário – colocar um preço maior do que o usual – não era fato que causasse espanto a qualquer um que estivesse acostumado a lidar com o comércio.

Outras comparações com comerciantes e mercadores com o objetivo de diminuir o valor moral de alguém aparecem em diversos discursos, como por exemplo a comparação feita pelo orador de *Contra Aristógiton* entre um chantagista e os comerciantes em geral, que só pensam em vender qualquer coisa que possa lhes render benefícios.<sup>279</sup>

No discurso *Contra Timarco*, o orador Ésquines tem como objetivo expor a vida de seu rival político que dá título ao texto para provar que sua vida repleta de vícios fora não apenas moralmente condenável, como também passível de punição pela lei. Ésquines queria afastar Timarco do púlpito da democracia para abrir espaço para seus próprios aliados. Lidando com eventos que teriam ocorrido durante a infância e juventude de

---

<sup>278</sup> Isóc. 13.4

<sup>279</sup> Dem. 25. 46



Timarco, Ésquines afirma sobre a vida sexual de seu adversário: “*Os nomes dos mercadores ou outros estrangeiros, ou de nossos próprios cidadãos, que gozaram da pessoa de Timarco naqueles dias eu devo de bom grado evitar para que ninguém possa dizer que eu estou particularmente interessado em cada detalhe sórdido.*”<sup>280</sup>. Neste caso os mercadores não parecem, à primeira vista, ter tido atitude mais reprovável do que aquela dos outros indivíduos que se relacionaram sexualmente com Timarco. No entanto, o fato de que eles são especificamente referidos enquanto os outros são colocados sob o seu *status* (estrangeiros e cidadãos) é eloquente a respeito da maneira como os mercadores eram encarados pelo orador. Eles não eram apenas estrangeiros por seu estatuto social, até porque, como vimos, muitos deles nem mesmo poderiam ser identificados como estrangeiros. O que Ésquines tentou implicar é que eles eram vistos como corpos estranhos à comunidade, ou seja, alheios ao bom funcionamento das instituições que caracterizavam a vida comum na *pólis* dos atenienses e que, ao se relacionar sexualmente com este tipo de pessoa, Timarco deixava ainda mais clara para todos a vileza de seu caráter.

É necessário ressaltar que estes exemplos captam diversas visões distintas sobre os mercadores e comerciantes em Atenas, mas todas elas compartilham um certo juízo de valor negativo a respeito dessa atividade. Elas não devem passar a impressão equivocada de que havia apenas várias maneiras negativas de se compreender a atividade comercial na cidade de Atenas. Outros textos do mesmo conjunto oferecem exemplos totalmente contrários a esses, exemplos em que os serviços prestados por mercadores são reconhecidos pela comunidade como tendo sido essenciais em determinado momento, sendo, inclusive, honrados nos fóruns da democracia e premiados até mesmo com a cidadania. Imagens positivas dos mercadores e comerciantes são mais raras do que aquelas que poderíamos considerar neutras ou negativas, mas comprovam que a realidade cotidiana do comércio permitia a superação de determinados preconceitos socialmente arraigados com relação à atividade.

Um exemplo já aludido aqui com outro viés está presente em um discurso de Andócides no qual o orador alega ter tido ajuda divina para completar a sua empreitada<sup>281</sup>. Os deuses, à semelhança dos homens, sabiam que a cidade não era feita apenas para aqueles que se encaixavam nos padrões hegemônicos de comportamento socialmente

---

<sup>280</sup> Ésq. 1. 40

<sup>281</sup> And. 1.137

esperados. Ela era para todos os habitantes da comunidade, portanto, há relatos de comerciantes e mercadores realizando cultos e outros atos cerimoniais em honra aos deuses, como faziam diversos grupos da sociedade com determinados deuses que eram entendidos como seus facilitadores na travessia dessa jornada que era a vida. Na comédia *Pluto*, de Aristófanes, há uma passagem em que mercadores realizam sacrifícios após uma empreitada comercial bem sucedida<sup>282</sup>. Embora essa pudesse ser apenas uma alegoria emulada pelos personagens para subverter uma determinada ordem social, há relatos epigráficos de grupos de comerciantes e mercadores que se identificavam como tais pedindo erguendo monumentos em homenagem à deusa Afrodite em diversas partes do Mediterrâneo nos períodos arcaico e clássico<sup>283</sup>, inclusive pedindo permissão a uma assembleia demótica da Ática para fazer um pequeno santuário para a deusa como oferta dos comerciantes da região<sup>284</sup>

Na peça *A Paz* em que lidera os gregos em uma missão de salvamento da deusa Paz, mercadores são conclamados sem nenhuma distinção pejorativa a, junto com outros grupos sociais que compunham claramente a comunidade dos habitantes, não apenas dos cidadãos, desenterrar a Paz para salvar todos os gregos de um futuro infeliz nas mãos dos conflitos que os acometiam: “*Vocês camponeses e mercadores e carpinteiros e artesãos e imigrantes e estrangeiros e insulares, venham aqui, todos vocês, o mais rápido que puderem: tragam pás, pés-de-cabra e cordas (...)*”<sup>285</sup>.

De fato, os discursos dos oradores são bastante eloquentes no que diz respeito às características benéficas da atividade dos mercadores para o bom andamento das coisas da cidade. Em *Contra Léptines* o orador defende soberano Leucon por ter favorecido os mercadores de sua região encorajando-os a exportar grãos para Atenas. Do ponto de vista de um ateniense – e este é o ponto de vista expresso pelo texto – as isenções de impostos oferecidas por Leucon aos mercadores são responsáveis por um grande alívio nos problemas de abastecimento ateniense, tornando a rota de grãos do Mar Negro para Atenas em uma garantia de abastecimento satisfatório diante das necessidades da cidade:

“(...) *Pois vocês estão bastante cientes de que nós consumimos mais cereais importados do que qualquer outro Estado. Ora, o cereal que vem para nossos portos desde o Mar Negro é igual ao montante que vem de todos os outros locais de exportação somados. E isso não é surpresa alguma; pois não apenas aquele distrito*

---

<sup>282</sup> Aristóf. *Riq.* 1179

<sup>283</sup> Demetriou (2010: 67-89)

<sup>284</sup> IG II. 337.

<sup>285</sup> Aristóf. *Paz.* 296-8

*é o mais produtivo, como também Leucon, que controla o comércio, concedeu isenção de taxas aos mercadores que carregassem cereais para Atenas, e ele proclama que aqueles que tiverem como destino seus [dos atenienses] portos devem ter prioridade de embarque.”<sup>286</sup>*

O elogio é dirigido aqui, claramente, à figura de Leucon, rei do Bósforo Cimério que, por conta das relações comerciais que garantiram o abastecimento de grãos de Atenas em períodos de penúria acabou sendo homenageado e premiado pelos atenienses com uma coroa dourada e a cidadania ateniense, além da isenção de quaisquer obrigações públicas ou privadas que fossem típicas desse estatuto (como patrocinar peças teatrais, equipar navios de guerra, etc). No entanto, o orador não pode ignorar o fato de que, a despeito de um soberano de Estado ter oferecido os benefícios necessários e dignos aqui de nota, quem realizava o comércio e o transporte dos cereais eram os mercadores em seus próprios navios e com suas próprias tripulações. O tom da referência, portanto, não pode ressaltar eventuais aspectos considerados negativos dessa atividade, pois o que está sendo frisado aqui é o lado benéfico: o suprimento de uma necessidade vital que colocaria em risco a própria reprodução da democracia caso não fosse atendida.

Em alguns discursos é possível, inclusive, vislumbrar a fala dos próprios mercadores que, naturalmente, expõem de si uma imagem altamente positiva quanto aos benefícios que sua atividade normalmente traz à *pólis* dos atenienses. Em *Contra Fórmio*, Crísipo e seu irmão são os oradores, alternando as falas em determinados momentos, e tentam expor ao júri as benesses que ambos dispuseram sobre a cidade enquanto Fórmio, um famoso prestamista da época, tentava enganá-los para ficar com seu dinheiro:

*“Fórmio, então, com a ajuda deste indivíduo como cúmplice e testemunha, acha apropriado roubar o nosso dinheiro – nós que, continuamente, trouxemos cereais a seu mercado e que em três crises que caíram sobre o Estado, durante as quais vocês colocaram à prova aqueles que estavam a serviço do povo, não deixamos nem uma vez se instalar a necessidade. Não! Quando Alexandre entrou em Tebas nós oferecemos a vocês um presente de um talento em dinheiro; e quando os cereais subiram de preço mais cedo do que o esperado e chegaram a dezesseis dracmas nós importamos mais do que dez mil medminoi de trigo e medimos a vocês pelo preço normal de 5 dracmas por medminos (...) E no ano passado eu e meu irmão oferecemos como presente um talento para comprar cereais para o povo.”<sup>287</sup>*

Passagens deste tipo não são raras, especialmente no que tange ao abastecimento de cereais de Atenas, questão delicada e importante relativa ao comércio que será explorada com maior destaque no último capítulo deste trabalho. Para além de uma visão que tenta engrandecer a atividade mercantil desempenhada por mercadores, o que este

---

<sup>286</sup> Dem. 20. 31

<sup>287</sup> Dem. 34. 38-9

tipo de passagem demonstra também é que é possível ter acesso à visão de mundo de muitos grupos sociais, inclusive dos próprios mercadores e comerciantes, a respeito de sua vivência na cidade. Não apenas as suas atitudes impactavam indiretamente nas políticas da cidade (e diretamente nas vidas de muitas pessoas que lidavam com eles diariamente), mas também a sua visão e os seus discursos acabavam influenciando a maneira como outros grupos sociais lidavam com a sua atividade. Enquanto nesta última passagem temos a fala de dois mercadores falando sobre os benefícios que trouxeram à *pólis* por conta da importação de cereais, na passagem anterior é possível distinguir a fala de Demóstenes, considerado por muitos de seus contemporâneos um grande orador e homem público, expressar mais ou menos a mesma visão, a despeito de método e finalidade distintos. O fato de que o texto dos mercadores provavelmente tenha sido escrito também pelo mesmo Demóstenes para ser proferido pelo júri, é fundamental considerar que os oradores do discurso foram os dois irmãos mercadores. Eles é que, baseados no texto escrito por Demóstenes, deveriam convencer o júri de que estavam de fato referindo-se à verdade. Nesses casos, em que o logógrafo escrevia para membros de um grupo social muito distinto do seu, era necessário que ele considerasse que as palavras saíam da boca de seu cliente, não da sua, e que elas tinham de estar sintonizadas com a visão de mundo das pessoas que de fato profeririam o discurso diante do júri. É possível, portanto, comparando as duas passagens, perceber que o discurso proferido pelos mercadores encontrava certa penetração social sendo reproduzidos, a despeito de adaptados e transformados, por indivíduos que não compartilhavam a sua condição social.

Até o momento tenho tratado apenas das visões negativas e positivas que era possível encontrar no seio de diversos grupos sociais a respeito de mercadores e comerciantes de maneira indistinguível. São, por vezes, um juízo sobre a atividade desempenhada por eles, mais do que sobre as pessoas que desempenham esta atividade. A despeito de ser possível realizar algumas inferências a partir daí, creio ser possível refinar ainda mais essa análise para perceber o quão complexa era a teia de discursos sobre os mercadores e comerciantes que se formava no imaginário de Atenas.

O levantamento dos mercadores e comerciantes realizado nos textos dos oradores e na comédia aristofânica permite deduzir alguns constantes diante de tantas variáveis. Embora haja discursos que variam do mais deselegante ataque moral à defesa incondicional da atividade mercantil, é possível perceber que na maior parte dos casos os comerciantes são associados com a pobreza e a necessidade, enquanto os mercadores são

associados com a riqueza e a providência. Até certo ponto esta é uma tendência confirmada pela comparação entre os diferentes documentos. Na maior parte das vezes em que é possível distinguir se um indivíduo é rico ou pobre é possível também inferir se ele é um mercador ou um comerciante, respectivamente. Há exceções, é claro, como o caso de um certo Atenógenes, referido em um discurso do orador Hipérides como sendo dono de 3 estabelecimentos nos quais comercializava perfumes com os habitantes de Atenas<sup>288</sup>. Neste caso, no entanto, Atenógenes estava envolvido tanto no comércio local a varejo quanto no comércio exterior a partir do qual conseguia perfumes ou ingredientes exóticos que o permitia ser reconhecido localmente no seio da comunidade de Atenas.

Um famoso discurso do orador Lísias, *Contra os Comerciantes de Cereais*, sintetiza esta visão de que os mercadores deveriam ser tolerados ou mesmo enaltecidos por prestarem um importante serviço à comunidade – possibilitar o acesso a produtos escassos e necessários em Atenas – enquanto os comerciantes deveriam ser rechaçados diante do seu individualismo, ganância provocada pela pobreza iminente e egoísmo por tentarem tirar proveito de situações de penúria que acometiam a cidade enquanto os mercadores faziam o seu trabalho para fornecer os meios de escapar das crises. Voltarei a este discurso com mais detalhes em outros momentos deste trabalho, mas, por enquanto, cabe citar duas passagens que me parecem poderosas para exemplificar o que acabei de expor. Na primeira delas é possível apreender um sentimento de suspeita quanto à atividade dos comerciantes varejistas locais de cereais:

*“(...) Pois os seus interesses são opostos aos dos outros homens: eles lucram quando, diante de más notícias que chegam à cidade, vendem seu cereal a preços altos. E eles se deleitam tanto com esses desastres que buscam essas notícias antes de qualquer outra pessoa, ou inventam os rumores eles mesmos; uma hora é a perda de seus navios no Mar Negro, outra hora a captura pelos lacedemônios de embarcações em viagens ao estrangeiro, ou então o bloqueio de seus portos de comércio, ou a iminente ruptura da trégua. E eles já levaram sua inimizade a tal ponto que escolhem os mesmos momentos críticos para derrotá-los que os seus inimigos. Pois, logo quando vocês se encontram em maior necessidade de cereais, essas pessoas escondem-no e se recusam a vendê-lo para prevenir que se barganhe o preço: devemos ficar satisfeitos se conseguirmos comprar deles qualquer coisa vendida a qualquer preço, mesmo que alto. E assim nesses momentos, embora haja paz, estamos sitiados por esses homens.”<sup>289</sup>*

O sentimento avesso à atitude dos comerciantes de cereais fica ainda mais evidente quando se o compara com o discurso a respeito dos mercadores importadores de cereais feito neste mesmo texto por Lísias:

---

<sup>288</sup> Hip. 3. 5-7

<sup>289</sup> Lís. 22. 14-5

*“(...) nem mesmo que eles implorassem e suplicassem seria justificável apiedar-se deles: vocês deveriam preferir apiedar-se daqueles dentre nossos cidadãos que pereceram diante de sua vilania, e dos mercadores contra os quais eles se organizaram (...). Do contrário, quais vocês acham que serão seus [dos comerciantes] sentimentos quando eles aprenderem que vocês inocentam varejistas que confessadamente sobrepujam os importadores?”<sup>290</sup>*

O argumento de Lísias neste discurso baseia-se em uma lei que proíbe a organização dos comerciantes varejistas de cereais que tentem controlar os preços na praça do mercado pela recusa a vender a quantidade máxima permitida para cada comerciante ou que influenciem os mecanismos de oferta e demanda de cereais recusando-se a vender em momentos de baixa demanda para que tenham o suficiente para altos lucros nos momentos de crise e grande busca pelo produto.

Gostaria apenas de apresentar mais uma passagem, desta vez um texto atribuído ao orador Demóstenes que oferece um exemplo claro de proteção da condição dos mercadores. No presente discurso o orador faz referência à proposta de um certo Mérocles que, a partir de certos privilégios dispensados aos mercadores, impedia que caluniadores abrissem processos a esmo contra eles. Ao contrário, as propostas de Teócrines facilitariam a abertura de brechas para mais casos de corrupção envolvendo magistrados atenienses. De acordo com o orador a proposta de Teócrines adicionaria empecilhos à atividade dos mercadores, novos problemas para este grupo de pessoas que, devido às dificuldades e agruras de sua atividade, deveria ser poupado deles sempre que possível:

*“(...) ele terá a audácia de aconselhar vocês não a punir, mas a inocentar, aquele que manifestamente fora condenado por fazer falsas denúncias contra os mercadores; como se suas [dos atenienses] medidas para purgar o mar não tivessem outro propósito a não ser que os viajantes tivessem vindo seguramente através do mar aberto para pagar dinheiro a essas pessoas no porto; ou como se houvesse alguma vantagem para os mercadores que, após completar uma longa viagem sem nenhum contratempo, caíssem nas mãos de Teócrines.”<sup>291</sup>*

A partir dessas passagens é possível mais uma vez perceber que existe uma tendência, nem sempre confirmada – e muitas vezes balanceada por contra-tendências – de uma desconfiança maior quanto à atividade dos comerciantes locais se comparados aos mercadores que atuam abastecendo a cidade com produtos que vêm de terras estrangeiras. Mesmo essa tendência é variável de acordo com o grupo social ao qual pertencem as pessoas, o que gera uma miríade de formas de se encarar as figuras tanto do mercador quanto do comerciante na Atenas democrática.

---

<sup>290</sup> Lís. 22. 21

<sup>291</sup> Dem. 58. 54

Por fim, para ilustrar o nível de incerteza a respeito deste tópico, incerteza esta herdada principalmente pelo caráter das fontes textuais da época, gostaria de mencionar alguns dados relativos à documentação analisada nesta pesquisa. Das 111 referências exclusivas a comerciantes e mercadores só é possível perceber algum juízo de valor sobre sua atividade em 55 delas, ou seja, um pouco menos da metade. Nessas situações há um equilíbrio constante entre referências negativas e positivas que variam de acordo com a natureza do texto, o autor, a finalidade, etc. Há uma tendência mais ou menos clara de que os traços positivos estão presentes ao se referir aos mercadores enquanto os traços negativos se acumulam ao lado dos comerciantes, embora haja várias exceções que contradigam essa tendência. No entanto, somando-se a essa divisão de opiniões as outras 56 referências em que não é possível interpretar nenhum juízo de valor claramente exposto, o quadro torna-se ainda mais confuso e obscuro.

É possível concluir, portanto, que as atividades comerciais na Atenas democrática, fossem elas ligadas ao varejo ou ao comércio de longa-distância, dissessem elas respeito aos comerciantes ou aos mercadores, não eram julgadas através de uma mesma moralidade compartilhada por todos os grupos sociais. Como era uma sociedade complexa com diversas divisões internas, cada grupo lia essas relações através dos seus próprios códigos morais, embora sempre traduzindo essas leituras, a seu modo, para a linguagem social da *pólis*. Como vimos no capítulo 1, no entanto, não havia um modelo unívoco de cidade ou de regime político ao qual todos habitantes almejavam. A democracia ateniense era baseada em um conflito interno perene entre diversas opiniões a respeito dos mais diversos temas e, deste modo, a atuação de comerciantes e mercadores não teria motivo para se conformar em uma exceção à regra.

Este quadro complexo das diferentes formas que comerciantes e mercadores podiam atingir no imaginário da cidade apenas reflete a complexidade social envolvida na democracia ateniense e apenas é possível perceber e explicar algumas de suas nuances quando as amarras de uma leitura estritamente institucional são cortadas e substituídas por outras leituras que incorporem também a prática cotidiana dos habitantes da cidade que a construía no seu dia-a-dia.

Definir mercadores e comerciantes no seio de sociedade tão variada mostrou-se uma tarefa difícil que me forçou a realizar alguns enquadramentos um pouco mais rígidos do que a fluidez da realidade ateniense permitiria. Este é o ônus de qualquer pesquisa histórica que se pretenda explicativa, pois é impossível reproduzir na linearidade dos

padrões científicos estabelecidos a complexidade do real em suas infinitas determinações. Deste modo, na próxima seção tratarei de alguns casos em que indivíduos comportam-se como comerciantes ou mercadores em determinados momentos de suas vidas, mas nunca fazem dessa atividade o seu meio exclusivo ou fundamental de reprodução social. Reservei uma parte do trabalho para tratar do assunto pois, como tentarei evidenciar, essa não era uma situação excepcional, mas, ao contrário, fazia parte da rotina de muitas pessoas que viveram na democracia ateniense. Recorrer ao comércio como atividade complementar ou esporádica acabava sendo uma via importante de ocupação econômica em uma sociedade tão dependente dos ciclos da natureza para a sua produção material.

### **2.3) Comerciantes e Mercadores em Período Parcial: nas Fronteiras da Definição**

De acordo com as definições adotadas neste capítulo, tanto os comerciantes quanto os mercadores analisados neste trabalho deviam a sua reprodução social integral ou primordialmente à atividade comercial, ou seja, a divisão do trabalho na sociedade ateniense era tal que permitia a existência de pessoas que não estivessem trabalhando diretamente no âmbito produtivo.

Por outro lado, o comércio não era uma novidade do período clássico. Desde a fundação da cidade de Atenas houve formas distintas de comércio que permitiram a diversificação dos contatos com comunidades estrangeiras, além da circulação de ideias e pessoas, contribuindo decisivamente para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos pessoais entre famílias distantes, especialmente aquelas pertencentes às classes dominantes de Atenas e de outras comunidades do Egeu, Mediterrâneo e Mar Negro.

O comércio, além disso, foi se enraizando cada vez mais na sociedade ateniense e esse processo se intensificou ainda mais após a introdução das moedas, quando então o comércio de longa-distância passou a conviver progressivamente com o comércio varejista local que, diante da paulatina complexificação e crescimento da cidade, se impunha como uma forma de intercâmbio tão importante (e em alguns casos ainda mais) quanto as trocas de presentes e os empréstimos entre amigos baseados na reciprocidade. A transformação de Atenas em um centro cultural, político e econômico, processo que culminou com o desenvolvimento do regime democrático, acabou fazendo com que o comércio, antes um meio prescindível de intercâmbio para a maior parte da população,



passasse a fazer parte do cotidiano dos habitantes da cidade e de algumas partes do campo no território da Ática.

Nem todos os envolvidos nessa atividade, no entanto, se dedicavam exclusiva ou primordialmente a ela. Os laços pessoais entre famílias distantes podiam se tornar pretextos para empreitadas comerciais, assim como as missões bélicas e diplomáticas de magistrados da cidade em localidades distantes. Desta forma, homens destacados do corpo cívico ateniense acabaram se envolvendo indireta e esporadicamente com investidas comerciais, assim como habitantes comuns se viam forçados a aliar suas atividades laborais com uma atuação no comércio local. Barbeiros, taverneiros, perfumistas e todos os tipos de artesãos acabavam lidando em seu dia-a-dia com atividades bastante semelhantes àquelas dos comerciantes, fossem eles locais ou itinerantes. Da mesma forma, alguns camponeses aliavam suas práticas de trocas recíprocas entre vizinhos com idas constantes à *ásty* para vender parte de seu excedente e adquirir determinados produtos de que necessitavam e não eram capazes de ou preferiam não produzir.

Nesta seção pretendo abordar esses personagens que se encontram nas fronteiras das definições estabelecidas para comerciantes e mercadores neste trabalho. De um determinado ponto de vista eles não se encaixam completamente nas definições abordadas ao longo deste capítulo, pois não derivavam sua reprodução da atividade mercantil propriamente dita. Ainda assim é impossível dissociar a sua atuação produtiva de um âmbito comercial mais amplo, de um circuito de trocas comerciais no qual acabavam participando e que, quando o faziam, acabava aproximando-os bastante do modo como comerciantes e mercadores atuavam.

### **2.3.1) Empreitadas comerciais esporádicas:**

Na tradição ateniense, após realizar as suas reformas, o legislador Sólon saiu da cidade para se dedicar a práticas comerciais viajando pelo mundo conhecido enquanto visitava locais distantes e escrevia poesias. Não foi o legislador, ateniense, no entanto, quem inaugurou a tradição de grandes personagens que aproveitavam certas oportunidades de suas vidas para se dedicar aos intercâmbios comerciais como forma de se manter em suas viagens ou aumentar as riquezas materiais. Tanto em Homero quanto em Hesíodo, por exemplo, a figura do viajante cuja administração de negócios comerciais

se intercalava com a atividade da guerra ou do cultivo da terra está presente de maneira recorrente.

No período clássico essa figura continuou existindo em Atenas, mas adaptada aos novos tempos e ao funcionamento das instituições da democracia que ditavam um ritmo diferente à vida dos cidadãos pautando-as diversas vezes pelo ritmo dos acontecimentos políticos da cidade e suas relações com outras *póleis*. Já citei aqui o caso de Andócides, general que por conta de seus laços pessoais com a família real macedônica tirava proveito do importante comércio de madeira que abastecia os arsenais atenienses sempre movimentados pela necessidade de manter uma frota capaz de garantir a soberania regional desta cidade. Ele não era o único que alternava suas atividades principais com oportunidades surgidas de envolvimento em alguma empreitada comercial que pudesse render não apenas lucros materiais, mas também prestígio e destaque perante a comunidade da qual fazia.

Neste tipo de empreitada é muito mais comum encontrar pessoas ligadas ao comércio de longa-distância, capaz de gerar mais lucros (embora exigissem um investimento maior de tempo, dinheiro e conexões pessoais) do que ligados ao comércio varejista local, atividade menos lucrativa e potencialmente mais estigmatizada como foi possível perceber até aqui. Por isso, os relatos dos textos forenses apresentam geralmente indivíduos com recursos razoáveis e algum destaque em suas comunidades como sendo aqueles que principalmente tomavam parte nos negócios exteriores como forma de complementar as suas atividades principais.

Falando *Sobre o Quersoneso*, uma delicada questão política para a democracia ateniense durante o século IV, o orador Demóstenes diz o seguinte sobre generais em campanha no Mar Egeu:

*“Devo falar livremente, pois de fato não poderia falar de outra forma. Todos os generais que já içaram velas a partir de sua terra – se eu estiver errado me submeto a qualquer penalidade – ganham dinheiro dos quiotas, dos eritreus, de qualquer pessoa que eles possam, falo dos gregos da Ásia Menor. Generais com apenas um ou dois navios ganham menos; aqueles com uma frota maior ganham mais (...). Eles compram para os mercadores navegando de seus próprios portos imunidade contra acusações ou roubo, ou um salvo conduto para seus próprios navios, ou qualquer coisa do tipo. Eles dizem que estão garantindo ‘benevolências’”<sup>292</sup>*

Esta passagem é reveladora da conduta normal de determinados generais atenienses em serviço. A guerra era uma atividade não apenas “diplomática” e política,

---

<sup>292</sup> Dem. 8. 24-5

mas também econômica. A patrulha dos mares garantiu durante boa parte do século V que os impostos da Liga de Delos chegassem aos cofres atenienses, por exemplo. Além da atividade de patrulha das regiões controladas, a guerra garante aos vencedores o seu butim, a partir dos quais muitas famílias conseguiam prosperar mediante a atividade guerreira bem sucedida. No entanto, além disso, as campanhas militares abriam caminho para que os soldados e generais mantivessem contato com pessoas que eram peritas em cruzar os mares em busca de oportunidades de ganho: piratas, mercenários (que integraram porções cada vez mais significativas do exército ateniense durante o século IV) e mercadores, por exemplo. Esses contatos eram oportunidades para que aqueles que dispusessem dos meios necessários pudessem realizar atividades paralelas às suas obrigações militares, como garantir privilégios a determinados mercadores e até mesmo comprar e vender produtos mediante contatos pessoais sedimentados ao longo do tempo em diversos lugares de suas regiões de influência – onde houvesse familiares, amigos da família, parceiros de outras empreitadas, etc.

O que proponho aqui não é que diante de uma oportunidade de lucro todos os envolvidos acabariam concretizando-a por um impulso natural de tentar ganhar o máximo possível mediante o menor esforço. Pelo contrário, a entrada de indivíduos nessas empreitadas comerciais esporádicas durante o período clássico ateniense apenas comprova que o comércio de longa-distância tinha tal profundidade social na *pólis* em questão que essas oportunidades eram encaradas com a naturalidade de um evento que já se tornou rotineiro.

No discurso *Areopagítico*, Isócrates, ao falar de um tempo de harmonia entre as diferentes classes sociais, menciona como não havia inveja entre os ricos e os menos ricos, assim como havia ajuda mútua e oferta de oportunidades de melhoria de vida na relação entre ricos e pobres:

*“Aqueles que possuíam riqueza, por outro lado, não olhavam de cima para aqueles de condições mais humildes, mas, sim, entendendo a pobreza entre os seus concidadãos como sendo a sua própria desgraça, vinham em resgate à angústia dos pobres emprestando terras mediante aluguéis moderados, enviando alguns para que se engajassem no comércio de longa-distância e fornecendo a outros os meios para que entrassem em diversas ocupações.”*<sup>293</sup>

A despeito dos objetivos retóricos de Isócrates e diante da veracidade relativa das outras afirmações – de fato desde a abolição formal da escravidão por dívidas em Atenas

---

<sup>293</sup> Isóc. 7. 32

a quantidade de empréstimos e arrendamentos de terra a particulares passou a subir de novo paulatinamente, até que no século IV havia pessoas novamente com dívidas impagáveis por conta de arrendamentos de propriedade, bem como o aumento da população urbana e recorrentes reformas pelas quais passou o centro urbano de Atenas e que fez aumentar relativamente o número de artesãos e trabalhadores jornaleiros – não há motivos para duvidar que indivíduos ricos mandassem alguns de seus subordinados em empreitadas comerciais mediante uma certa divisão dos lucros. A sociedade ateniense estava localizada em um território que dificilmente poderia alojar toda a sua população em lotes autossuficientes, especialmente se considerarmos a realidade da desigualdade social da democracia ateniense. O mito da autarquia camponesa jamais foi uma prática verificável na realidade histórica, ou seja, a maioria dos habitantes da *pólis* dos atenienses não era capaz de se reproduzir socialmente como camponeses que retiravam do seu lote de propriedade aquilo de que necessitavam. A perspectiva de encarar a cidade-Estado ateniense como uma cidade dos habitantes em vez de uma cidade dos cidadãos nos permite atentar para o fato de que havia subordinação e exploração do trabalho em larga escala nas relações pessoais que regiam essa sociedade, configurando-se em alguns casos sobrevivências das relações de patronato que marcaram o período arcaico ateniense<sup>294</sup>. Creio, portanto, que a fala destacada de Isócrates têm fundamentos reais e que uma maneira de algumas pessoas lucrarem com atividades comerciais era não apenas emprestando dinheiro, mas equipando mercadores para que eles pudessem realizar determinadas empreitadas em troca de uma parcela dos lucros. Isso, além de tudo, mantinha a possibilidade de um navio para eventuais viagens, já que a prática de levar passageiros, com ou sem carga, era um código de conduta razoavelmente generalizado entre os viajantes, navegadores e mercadores do Mediterrâneo no período.

Em um discurso atribuído ao orador Licurgo, Leócrates é acusado de ter fugido de Atenas enquanto fingia ser um mercador. O orador tenta expor que embora Leócrates pudesse de fato atuar como mercador, não seria esse o motivo que o levaria a abandonar sua cidade natal para estabelecer-se como meteco em Rodes, pois suas atividades comerciais mais constantes estavam concentradas em Mégara (cidade próxima de Atenas). Na parte do texto que abaixo reproduzo, as acusações de Licurgo deixam claro que a vida como mercador poderia ser um complemento interessante na renda daqueles

---

<sup>294</sup> Gallego (2008: 201)

que precisavam viajar ou se deslocar, ou mesmo enquanto tentavam se estabelecer novamente em um novo local:

*“Ele irá, eu garanto, tentar enganar vocês dizendo que ele partiu em sua viagem meramente como um mercador e que a dedicação a esta vocação foi o que o levou de sua casa para Rodes. Então, se assim ele o fizer, por favor tomem nota de como vocês podem facilmente expor suas mentiras. O primeiro ponto é que homens viajando como mercadores não saem pela poterna da praia; eles embarcam dentro do porto com todos os seus amigos os observando partir. Em segundo lugar, eles vão sozinhos com seus ajudantes escravos, não com suas amantes e as escravas delas. Além disso, que necessidade tinha esse ateniense de ficar cinco anos em Mégara como um mercador? Que necessidade ele tinha de enviar as imagens sagradas de sua família ou de vender sua casa em Atenas? A resposta é que ele havia condenado a si mesmo como um traidor de sua cidade, como um criminoso que grande mal nos causou.”<sup>295</sup>*

A vida como mercadores implicava uma dose constante de viagens, deslocamentos e, portanto, o enraizamento em uma comunidade específica era mais demorado do que para aquelas pessoas que estavam todos os dias de sua vida nas ruas de uma mesma cidade. Por esse motivo, pelo isolamento proporcionado por esse estilo de vida itinerante os mercadores muitas vezes eram conhecidos mais por sua atuação, pela reputação que adquiriam em suas transações comerciais pelos portos por onde passavam, do que necessariamente pelo peso ancestral das atitudes de seus familiares no passado. Sendo uma pessoa que está mais ausente do que presente, aprende também a viver com o que cada novo dia tem a oferecer, estabelecendo alianças novas e mantendo em espera aquelas antigas para um momento oportuno de retorno. Essa menor fiscalização não apenas das instituições, mas da moralidade cotidiana que cerca a vida das pessoas em seus “pequenos mundos” no pré-capitalismo fazia com que muitos indivíduos se aventurassem neste tipo de atividade esporadicamente. Quando o comércio já estava em um processo de aceitação social tal que era percebido como algo normal, corriqueiro e as pessoas já teriam de incorrer nos ônus que a atividade trazia (o afastamento da família, o isolamento de uma comunidade conhecida por longos períodos de tempo, etc), como quando de uma fuga ou de um guerreiro em campanha militar, engajar em atividades típicas de mercadores parecia realmente uma saída atrativa para aumentar os ganhos derivados de uma já penosa situação.

Em último lugar, um discurso de Lísas demonstra que o engajamento nas atividades comerciais não dependia necessariamente do desprendimento provocado por uma situação penosa inicial como a guerra, a tentativa de fuga, uma viagem cujo regresso demoraria muito para acontecer ou a falta de outras oportunidades de ganhar a vida. Em

---

<sup>295</sup> Lic. 1. 55-6

*Sobre a Propriedade de Ératon*, três cidadãos atenienses bastante ricos são referidos pelo orador como sendo donos de propriedades imobiliárias na Ática ao mesmo tempo em que também se dedicavam às atividades do comércio de longa distância:

*“(...) Eu reivindiquei a totalidade [das propriedades] como sendo minhas porque Erasistrato perdeu o caso quando ele pleiteou, no julgamento contra meu pai, a dívida inteira; e pelos últimos três anos eu abri mão da propriedade em Sfeto, mas pela propriedade em Cícina e a casa lá em que eu estava legalmente ocupando. Ano passado, no entanto, eles derrubaram meu processo através da alegação de que eles eram mercadores (...)”<sup>296</sup>*

O presente discurso trata de uma disputa a respeito de uma dívida contraída entre os pais e parentes dos envolvidos no caso. De acordo com a sequência do texto os mercadores conseguiram comprovar a sua atividade, pois foi aceito que eles só precisariam comparecer ao tribunal no mês correspondente aos casos náuticos (esse costume era adotado porque em um determinado período do ano os mercadores estavam viajando, o que não os permitia comparecer diante dos tribunais caso fosse requisitados). O fato de os mercadores possuírem propriedades em diferentes demos da Ática comprova que a atividade comercial não era a sua única fonte de renda. Não é possível saber se eles eram mercadores bem-sucedidos que agora tentavam angariar prestígios como proprietários de terra, ainda um bem essencial no reconhecimento social de poder durante a democracia ateniense, ou se, pelo contrário, eram proprietários de terra que precisavam ou queriam aumentar seus rendimentos através do comércio de longa distância. O que é mais significativo, no entanto, é que através de mais esse caso é possível comprovar que muitas pessoas aliavam duas ou mais frentes econômicas de atuação, o que demonstra uma certa aceitação e naturalidade na forma como os atenienses do período encaravam a existência do comércio.

Com o passar do tempo o comércio se entranhou cada vez mais no tecido social ateniense, passando por importantes transformações no período helenístico e finalmente no romano, quando sua amplitude atingiu patamares até mesmo pouco familiares para as sociedades pré-capitalistas em geral. O objetivo desta seção foi demonstrar que esse já era um processo em curso durante o período democrático quando algumas pessoas ligadas a atividades mais tradicionais como o exercício de cargos públicos, a liderança guerreira e a administração de propriedades rurais passaram a ver no comércio de longa distância uma forma de ampliar a sua influência material na comunidade da qual faziam parte.

---

<sup>296</sup> Lís. 17. 5

### 2.3.2) Artesãos, camponeses e comerciantes:

As empreitadas comerciais esporádicas podiam ser negócios lucrativos para quem tivesse a capacidade financeira e a disponibilidade de tempo e relações sociais que possibilitassem ausentar-se da cidade por um período relativamente longo de tempo. Essa não era, no entanto, a realidade da maioria das pessoas que viviam na Ática durante os séculos V e IV. A profundidade com que o comércio estava enraizado naquela sociedade, por outro lado, não apenas permitia como exigia de algumas pessoas que entrassem em relações comerciais mesmo que elas não fossem comerciantes de tempo integral seguindo a tipologia definida ao longo deste capítulo.

O primeiro caso que gostaria de abordar é o dos artesãos que frequentemente lidavam com situações de compra e venda dos seus produtos. Ao longo do período aqui analisado a Ática foi um importante local de produção de manufaturados como a cerâmica, as armas para o abastecimento do exército e outros utensílios requisitados para a vida rural e urbana de uma cidade com a pujança populacional ateniense e o nível de divisão do trabalho presente naquela realidade social. A figura do sapateiro, exemplo presente nas obras dos filósofos Aristóteles e Xenofonte são um exemplo de como o mito da autossuficiência generalizada podia corresponder mal à realidade vivida pelos habitantes da cidade-Estado. É verdade que algumas ferramentas rudimentares e roupas de grosso trato para uso cotidiano e dos escravos podiam ser produzidas pelos próprios membros da célula produtiva em questão. Barris, ferramentas de madeira, pequenos copos, mesas, cadeiras, dentre inúmeros outros, são exemplos de como o camponês ou o cidadão tinham certa versatilidade e autonomia para produzir por si mesmos a pletera de utensílios necessários em sua vida cotidiana.

Além da produção própria de cada *óikos* era sempre possível naquela sociedade contar com a ajuda dos vizinhos e da comunidade de cada *demos*, no caso rural, bem como do bairro e das regiões nas quais estava dividida a *ásty*. No entanto, determinados ramos da produção exigiam uma especialização maior, como nos casos da produção de instrumentos musicais<sup>297</sup>, das armas e de diversos outros produtos cuja produção requeria um maior conhecimento específico por parte dos artesãos responsáveis.

Os artesãos muitas vezes montavam suas oficinas na entrada de suas próprias casas, porém havia ocasiões em que elas eram grandes o suficiente para que se tornassem

---

<sup>297</sup> Theml (2002)

um ambiente exclusivamente dedicado ao trabalho empregando diversas pessoas dos mais diferentes estatutos sociais. As próprias pessoas que fabricavam determinado produto eram as responsáveis por vender no próprio local da produção. Dois casos envolvendo personagens ilustres podem ser elucidativos a respeito do funcionamento dessas oficinas nas quais os artesãos faziam as vezes de comerciantes quando o produto final estava pronto para ser entregue aos respectivos clientes.

Demo, o pai do orador Demóstenes, tinha duas oficinas. Em uma delas eram fabricadas facas e espadas, enquanto a outra estava dedicada à produção de mobília – especificamente os sofás são referidos. Em um discurso em que Demóstenes tenta processar os seus tutores devido ao mau gerenciamento dos seus bens ao longo de sua juventude é possível ter uma ideia da magnitude da propriedade deixada de herança por seu pai. Entre empréstimos depositados com banqueiros locais, propriedades rurais e escravos destaca-se uma oficina cujo rendimento e quantidade de escravos ligados a ela dão pista a respeito de sua produtividade:

*“Meu pai, homens do júri, deixou duas oficinas, ambas somando um grande negócio. Uma delas era uma oficina de espadas, empregando trinta e dois ou trinta e três escravos, a maioria deles valendo cinco ou seis minas cada e nenhum deles valendo menos do que três minas. A outra era uma oficina de sofás que empregava vinte escravos, dada ao meu pai como compensação por uma dívida de quarenta minas.”<sup>298</sup>*

Não gostaria de sugerir aqui que o pai de Demóstenes se comportava como um comerciante esporadicamente. O que pretendo propor é que algum ou alguns dos trabalhadores da oficina tinham de fazer as vezes de comerciantes, barganhar um preço com algum cliente insistente, manter os compradores satisfeitos com a qualidade de seus produtos para que retornassem ou sugerissem a outras pessoas que lá continuassem comprando, dentre outras atribuições típicas do trabalho dos comerciantes espalhados pela cidade ou concentrados na própria praça do mercado. Independentemente do estatuto social do trabalhador envolvido, era necessário que alguém desempenhasse esse papel, coubesse ele ao próprio dono da oficina, em casos de oficinas menores, a algum encarregado, como um escravo capataz ou gerente, ou até mesmo àquele que fizesse o seu próprio produto se ocupando de todas as fases do processo produtivo. Em um artigo de 2007 Jones analisou diversos assentamentos da região mineradora do Lúrio para comprovar que escravos e livres viviam e trabalhavam lado a lado em oficinas que abrigavam espaços dedicados à vida doméstica, espaços dedicados ao trabalho

---

<sup>298</sup> Dem. 27. 9



“industrial” e também espaços ambíguos em que a convivência doméstica e o trabalho se misturavam no dia-a-dia dos frequentadores daquele espaço<sup>299</sup>. Na minha opinião, a despeito das especificidades que as oficinas e casas da região do Láurio guardavam com relação às outras regiões da Ática devido à natureza de sua produção mineradora, o aspecto multifacetado em que se misturavam produção, circulação, trabalho, vida doméstica e pessoas de todos os *status* sociais pode ser extrapolado para outras oficinas de diversos tamanhos que estavam localizadas até mesmo no coração da *ásty* ateniense.

Um outro caso semelhante ao do pai de Demóstenes é o do pai de outro famoso orador da democracia ateniense: Lísias. A oficina de escudos de seu pai, um meteco, era famosa em toda a cidade, tendo sido eternizada até mesmo pelos escritos de Platão. A oficina de Lísias foi durante muito tempo considerada a maior de todo o mundo grego clássico, pois considerando-se apenas a tradição escrita não há notícia de outra que pudesse ser maior do que ela, já que empregava mais de 120 escravos. No discurso intitulado *Contra Eratóstenes*, considerado pelos especialistas o único discurso público proferido pelo próprio Lísias (ele gozou da cidadania ateniense por um breve período de tempo entre atribulados anos 404 e 403), Lísias conta como sua família fora perseguida pelos opositores do regime democrático que tentavam implantar uma oligarquia em Atenas após a derrota na Guerra do Peloponeso. A cena a seguir narra o momento em que os enviados do regime oligárquico chegam à oficina da família de Lísias:

*“Eles tomaram setecentos escudos nossos, tomaram toda prata e todo o ouro, juntamente com cobre, joalheria, mobília e indumentária feminina; muito além do que eles jamais esperavam conseguir. Também [levaram] cento e vinte escravos, dos quais tomaram para si os mais hábeis e entregaram o resto ao Tesouro. (...) Essa foi a recompensa que eles nos dispensaram por nos comportarmos tão melhor como metecos do que eles como cidadãos atenienses!”<sup>300</sup>*

Esses casos extremos não deve nublar a visão dos pesquisadores. Certamente os pais dos oradores Demóstenes e Lísias eram personalidades extraordinárias no que diz respeito à pujança econômica de suas oficinas. O ponto aqui, no entanto, é que a existência de tais empreendimentos espalhados pela cidade exigia que neles alguém desempenhasse o trabalho de vender toda essa produção às pessoas interessadas em comprar. Nem toda essa produção era vendida para um consumidor final diante de uma demanda gerada pelo interesse individual dos habitantes da cidade. Muitas vezes esses eram produtos requisitados pelo próprio estilo de vida da comunidade em questão. Armas

---

<sup>299</sup> Jones (2007: 279)

<sup>300</sup> Lís. 12. 20

para abastecer o exército eram uma demanda constante, por exemplo. Mesmo durante o século V e início do século IV, quando a obrigação de se armar era dos próprios hoplitas, não se esperava que cada camponês tivesse a habilidade de um ferreiro treinado para fabricar as suas próprias armas. Eles tinham de ter meios suficientes para adquirir um armamento fabricado por artesãos especializados neste tipo de produção e, portanto, não é coincidência que as oficinas dos pais de Demóstenes e de Lísias, exemplares pujantes de uma espécie que deve ter sido comum em Atenas, fossem dedicadas a utensílios relacionados com a atividade guerreira, como espadas e escudos.

Tanto as peças de Aristófanes quanto os textos dos oradores áticos estão repletos de exemplos de utensílios fabricados em oficinas e que passavam a outras pessoas por meio da pequena venda a varejo realizada cotidianamente ao longo de toda a cidade. São elmos, armaduras, escudos e lanças<sup>301</sup>, foices<sup>302</sup>, travas para remos<sup>303</sup>, remos, mastros, bronze (esporão do navio)<sup>304</sup>, instrumentos musicais<sup>305</sup>, sapatos<sup>306</sup>, cerâmica<sup>307</sup>, etc.

Essa grande variedade de produtos que acabavam se tornando mercadorias nas mãos dos artesãos que habitam a cidade de Atenas está em plena concordância com a análise realizada por Edward Harris na qual distingue entre dois tipos de especialização do trabalho que contribuíam para essa imagem complexa que temos das relações de trabalho atenienses quando analisadas em seu sentido técnico: especialização horizontal, ou seja a quantidade e diversidade de produtos capazes de serem produzidos dado um determinado nível técnico e de divisão do trabalho naquela sociedade; e especialização vertical, ou seja, quantas habilidades, trabalhadores ou etapas diferentes são necessárias para a produção de um único exemplar de determinado produto<sup>308</sup>. Neste mesmo texto Harris elenca 170 tipos de ocupações distintas presentes na sociedade ateniense<sup>309</sup>, dentre as quais várias estão ligadas ao termo geral *kápelos* e ao sufixo *-poles*, o que, como discutido na primeira parte deste capítulo, implica que em diversos momentos vários trabalhadores eram obrigados a atuar também como comerciantes para realizar tanto a potencialidade quanto a finalidade de suas produções.

---

<sup>301</sup> Aristóf. *Paz.* 1210

<sup>302</sup> Aristóf. *Paz.* 1199

<sup>303</sup> Aristóf. *Rãs.* 364

<sup>304</sup> And. 2. 11

<sup>305</sup> Aristóf. *Nuvens.* 1240

<sup>306</sup> Aristóf. *Lis.* 416

<sup>307</sup> Aristóf. *Lis.* 557

<sup>308</sup> Harris (2002: 70)

<sup>309</sup> Harris (2002: 88-99)

Não eram apenas os artesãos e trabalhadores especializados dos centros urbanizados da Ática, especialmente da *ásty* de Atenas, que tinham que atuar como comerciantes em diversos momentos de sua cadeia produtiva. Muitos camponeses, pescadores e outros trabalhadores tipicamente rurais acabavam se envolvendo com o comércio em determinados momentos dos meses de acordo com os ciclos agrícolas e naturais dos quais retiravam o seu sustento<sup>310</sup>.

É verdade que quanto mais distantes estavam dos centros urbanos, onde o comércio era realizado com maior intensidade e recorrência, menos arraigado em seu modo de vida estava esta forma de intercâmbio. A importância do comércio era diretamente proporcional à concentração populacional de determinados assentamentos, pois também a divisão do trabalho seguia essa proporção direta. Ainda assim, diversos produtos agrícolas circulavam internamente na Ática para satisfazer às necessidades dos que precisavam e aos paladares dos que podiam pagar. Convém recordar aqui que toda uma rede de consumo suntuoso nos banquetes e festas privados e públicos precisava ser abastecida com certa regularidade e também os diferentes demos tinham determinadas vocações produtivas que favoreciam a comercialização interna de certos tipos de produtos.

O vendedor de peixes baratos que se localizava próximo a um dos portões da cidade de Atenas e que é aludido por Aristófanes em *Os Cavaleiros*<sup>311</sup> pode corresponder tanto a um intermediário que percorria os demos costeiros próximos à cidade comprando peixes para revende-los quanto a um pequeno pescador que após algumas jornadas de trabalho percorria a cidade vendendo seu produto em localidades específicas ou de forma itinerante.

Havia algumas localidades típicas da cidade de Atenas, recorrentemente referidas tanto na ficção aristofânica quanto nos textos forenses dos oradores áticos e que permite inferir uma rede considerável de comércio interno que relacionava dialeticamente campo e cidade na Atenas democrática.

As tavernas, ambiente aos quais muitos habitantes da cidade iam para conversar e passar, tomar vinho e passar o tempo, precisavam ser abastecidas com o vinho e outros produtos cuja oferta certamente era saciada no diálogo com os produtores rurais. O vinho

---

<sup>310</sup> Gallego (2009: 202-219)

<sup>311</sup> Aristóf. *Cav.* 1246

era um elemento fundamental na cultura grega em geral e, nas fontes atenienses especificamente, aparece em diversas ocasiões. Seja nas piadas de Aristófanes quanto ao caráter dos que frequentavam as tavernas<sup>312</sup>, nos banquetes, nos festivais religiosos oferecidos pela cidade ou apenas nas refeições diárias de diversas famílias atenienses, o vinho era a bebida socialmente mais requisitada da *pólis*.

Além do vinho outros produtos pressupõem uma produção rural que abastecia os mercados urbanos de tempos em tempos. Em *As Nuvens* há referência a uma banca famosa pela venda de substâncias medicamentosas utilizadas tanto por médicos quanto pelos habitantes comuns da cidade para atingir os mais diversos fins<sup>313</sup>. Certamente os produtos que mais remetem aos momentos em que os camponeses se dirigiam à cidade para vender seus excedentes são aqueles relativos mais diretamente às refeições dos atenienses. Uma infinidade de produtos alimentícios aparece sendo vendida pela cidade de Atenas e, embora houvesse pequenas roças e pomares espalhados pelas propriedades urbanas, é certo que muitos deles só poderiam ser produzidos em um ambiente rural. De acordo com Alfonso Moreno, o estudo arqueológico intensivo de alguns demos da Ática mais próximos à cidade de Atenas têm sugerido uma interação maior entre a produção agrícola e o mercado interno voltado para o consumo dos próprios habitantes do território, ao contrário das tendências que vinham se estabelecendo nos estudos nos últimos anos: “(...) a economia orientada para o mercado que nós temos visto sustentando isso revalida antigas interpretações concernentes à centralidade de um mercado ateniense com relação ao campo em seu entorno desde pelo menos a era dos Pisistrátidas”<sup>314</sup>.

Concordo com Moreno quando ele alega que a passagem de *Acarnenses* em que Diceópolis reclama que na cidade todos gritam “*comprem carvão, comprem vinagre, comprem azeite*”<sup>315</sup> reflete não a negação de um mercado local dinâmico, como queriam alguns, mas, sim, o fato de que o habitante de Atenas que comparecia ao teatro estava acostumado a lidar com essas situações em seu dia a dia: “*Acarnenses demanda uma audiência que, longe de estar desfamiliarizada com os atos de comprar e vender em um mercado, percebem-nos como partes de sua vida cotidiana.*”<sup>316</sup>

---

<sup>312</sup> Aristóf. *Tesm.* 737

<sup>313</sup> Aristóf. *Nuvens.* 766.

<sup>314</sup> Moreno (2007: 73)

<sup>315</sup> Aristóf. *Acarn.* 35

<sup>316</sup> Moreno (2007: 74)

No conjunto documental analisado neste trabalho é possível listar alguns produtos agrícolas que certamente circulavam como mercadorias nos mercados da Ática, especialmente no centro ateniense. E ao menos uma parte deles era levada ao mercado por seus próprios produtores, que em determinados momentos de suas vidas atuavam não como camponeses, mas como comerciantes. Ou melhor, para muitos camponeses, comprar e vender como comerciantes fazia parte da natureza de seu trabalho. Em Aristófanos e nos oradores é possível ver referências explícitas aos seguintes produtos (dentre outros) sendo vendidos como mercadorias: figos<sup>317</sup>, mingau de cevada<sup>318</sup>, sardinhas, perca, arenque, arraias e enguias<sup>319</sup>, cebolas e outros vegetais<sup>320</sup>, mel<sup>321</sup>, pães, farinhas e farelo<sup>322</sup>, alho, milho, verduras em geral e seus derivados, como sopas<sup>323</sup>, maçãs, romãs, uvas, frutas em geral, pequenos animais como gansos, cambaxirras, patos e pombos<sup>324</sup>, queijo<sup>325</sup> e inúmeras referências a cereais considerados de menor qualidade produzidos na própria Ática como a cevada.

Estes não eram, certamente, apenas personagens literários oriundos da mente imaginativa de Aristófanos. Há referências a essas figuras que transitavam entre campo e cidade vendendo seus produtos quando não os estavam produzindo. Essas mesmas figuras são inúmeras vezes referidas também em passagens laterais dos discursos dos oradores. E a lateralidade com que apareciam nesses textos é aqui importante porque denota o quão corriqueiro era tal fato para que merecesse especial ou demasiada atenção. O comerciante de azeite Ágaton é um dos brevemente aludidos durante um discurso de Demóstenes<sup>326</sup>. Em outro discurso do mesmo autor é oferecido um breve relato de uma situação ocorrida junto aos locais onde se concentravam os vendedores de perfumes, os quais certamente precisavam cultivar ou adquirir parte de seus ingredientes localmente através da prática comercial<sup>327</sup>.

De acordo com Moreno alguns demos não apenas vendiam seus excedentes para o mercado da *ásty*, como de fato havia propriedades dedicadas exclusiva ou

---

<sup>317</sup> Aristóf. *Nuvens*. 639 e *Vesp*. 297.

<sup>318</sup> Aristóf. *Vesp*. 300

<sup>319</sup> Aristóf. *Vesp*. 492-4, 510

<sup>320</sup> Aristóf. *Vesp*. 495

<sup>321</sup> Aristóf. *Paz*. 254

<sup>322</sup> Aristóf. *Paz*. 368

<sup>323</sup> Aristóf. *Lís*. 457-8

<sup>324</sup> Aristóf. *Paz*. 997-1004

<sup>325</sup> Aristóf. *Rãs*. 1369

<sup>326</sup> Dem. 25. 47

<sup>327</sup> Dem. 34. 13

prioritariamente à produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado interno da Ática, através do qual circulavam esses produtos para os centros urbanos e também dos centros de volta para os demos para que seus habitantes pudessem reproduzir o seu modo de vida. E de acordo com o próprio autor este modelo interpretativo encontra bases comparativas em outros estudos econômicos da relação entre cidade e campo em sociedades pré-capitalistas, como nos estudos de Braudel sobre a Florença quinhentista.

*“O exemplo de Euonymon demonstra que precisamos levar muito a sério a produção e venda de uma variedade de produtos e iguarias – não apenas azeitonas e mel, mas também vinho e vinagre, carvão e lenha, muitos vegetais, flores, frutas, plantas medicinais, aves e tira-gostos listados por Aristófanes. As barracas que vendiam esses produtos (e outros) são bem documentadas por fontes literárias dentro e próximo da agorá. Graças aos canais e estradas que conectavam o Pireu e a Atenas com a Ática e além eles estavam disponíveis, a princípio, o ano inteiro e isto parecia desafiar a natureza. Tal mercado (...) pertence a um contexto em que a vida econômica do campo e da cidade estavam profundamente conectadas.”<sup>328</sup>*

Se a vida econômica dos demos áticos era mais pujante do que por muito tempo se acreditou, ainda mais pessoas lidavam com os ditames do mercado e as atividades mercantis que caracterizavam o dia-a-dia de um comerciante. Das oficinas às fazendas havia muitas pessoas que não podem ser definidas como comerciantes por não derivarem prioritária ou exclusivamente o seu modo de vida da ação de comprar e vender no mercado, mas que tinham nessa ação uma parte importante do seu próprio processo produtivo. Dentro das definições deste trabalho, no entanto, essas pessoas acabam não se encaixando nos papéis de mercadores ou comerciantes. No entanto, oferecer uma análise da vida dos comerciantes e mercadores sem evidenciar a existência desses indivíduos que vivem nas franjas dos conceitos e testam os seus limites explicativos poderia resultar em uma visão deturpada de como funcionava de fato a vida comercial ateniense nos séculos V e IV.

#### **2.3.4) Quando comerciantes e mercadores não estão vendendo ou comprando:**

Como pôde ser visto até o momento, definir as pessoas que fazem parte dos grupos sociais que aqui chamo comerciantes e mercadores é uma tarefa difícil na maior parte dos casos. Uma outra dificuldade se apresenta, desta vez do outro lado dos limites da definição: mercadores e comerciantes não estavam sempre desempenhando atividades comerciais; eles tinham outras áreas de atuação e outras esferas de suas vidas. Nesta seção pretendo responder a perguntas que elucidam aspectos da vida de comerciantes e

---

<sup>328</sup> Moreno (2007: 75)

mercadores que não estão diretamente relacionados aos momentos em que ocorriam as transações comerciais.

O estado da documentação disponível não permite uma análise aprofundada sobre o que faziam os comerciantes e mercadores quando não estavam praticando a sua atividade principal. De acordo com Reed, “*Os autores antigos mostram tanto interesse nos émporoi depois que eles deixam seu cereal e saem de Atenas quanto mostram os diretores de Hollywood nos atores menos conhecidos assim que eles deixam o set*”<sup>329</sup>. Dado que a documentação escolhida para este trabalho foi prioritariamente produzida em Atenas, por habitantes de Atenas e para habitantes de Atenas, é difícil encontrar informações a respeito dos comerciantes e mercadores que não estejam diretamente ligadas aos interesses ou a uma visão atenocêntrica de sua existência. Ainda assim é possível fazer algumas inferências fundamentais para que não se tenha a impressão de que havia uma vida profissional dissociada de uma vida pessoal, um mundo do trabalho apartado de um mundo do tempo livre, como é a situação de boa parte dos trabalhadores nas sociedades atuais.

A atividade comercial não se resumia exclusivamente ao momento em que as transações comerciais se efetivavam. Diversos elementos cercavam o comércio na Atenas Clássica. Do ponto de vista dos comerciantes e mercadores era necessário estabelecer o nexos entre as esferas produtiva e da circulação. No caso das pessoas que vendiam seu próprio produto, boa parte do seu tempo era gasto na produção do mesmo, certamente mais tempo do que aquele dedicado à comercialização. Já no caso dos intermediários, comerciantes locais muito especializados, como os vendedores de ervas medicinais e os taverneiros já citados, bem como no caso dos mercadores de longa-distância que precisavam conectar produção e circulação de produtos em pontos geograficamente longínquos entre si, uma parte considerável de seu tempo era investido no estabelecimento de relações pessoais que permitissem um melhor desempenho de sua atividade.

Os portos e praças de comércio de Atenas não eram território livre, como analisarei no capítulo seguinte, e era necessário manter relações favoráveis com as pessoas certas – magistrados, prestamistas, oradores, habitantes proeminentes na região dentre outras figuras que pudessem ter uma influência local – para que se pudesse

---

<sup>329</sup> Reed (2003: 12)

enfrentar a intrincada legislação ateniense, especialmente no caso de alguns comerciantes, como os de produtos derivados dos cereais, ou no caso dos mercadores que precisavam pagar taxas sobre as mercadorias transportadas, enfrentar os trâmites de embarque e desembarque dos movimentados portos da cidade e manter contato constantemente com pessoas que viviam e trabalhavam a milhares de quilômetros de distância umas das outras.

Os mercadores, especificamente, dedicavam seu tempo a duas atividades essenciais para que pudessem comercializar seus produtos eficazmente quando o momento chegasse. Em primeiro lugar era preciso sempre gerenciar os próprios recursos e pensar na logística de suas viagens. De uma temporada para outra podia ser mais vantajoso tomar tal ou qual rota dependendo da demanda por certos produtos em lugares específicos do Mediterrâneo e seu entorno. Para tal os mercadores mantinham uma complexa rede de contatos com seus parceiros comerciais trocando mensagens por cartas ou através de viajantes durante todo o ano, inclusive durante as suas próprias viagens comerciais, como ficará mais claro na próxima seção. Um outro fator fundamental para muitos mercadores era conseguir financiar as suas empreitadas comerciais. Tomar empréstimos, oferecer garantias, buscar contatos locais que pudessem lhes fazer uma boa imagem diante dos prestamistas; todas essas atividades, não diretamente envolvidas na transação propriamente dita, mas que estavam ao redor dela, faziam parte do cotidiano dos mercadores sempre que chegavam a Atenas durante a temporada comercial. Considerando-se que uma viagem podia levar de vários dias até mesmo a meses sem encontrar cidades da magnitude de Atenas, parar no porto seguro do Pireu com sua infraestrutura de arsenais para a manutenção de navios, hospedagem para a tripulação e uma oferta de produtos e pessoas de diversos locais do Egeu que caracterizavam a cidade de Atenas como uma *cité marchande*<sup>330</sup>, nas palavras de Alain Bresson, tornava-se obrigatório para os mercadores e donos de navio.

Em segundo lugar, o comércio de longa-distância paulatinamente atingiu uma importância elevada para a manutenção da democracia ateniense, o que levou à proliferação de júris especificamente montados para a resolução de problemas relacionados aos mercadores atuantes na cidade. Muitos estudiosos divergem a respeito da duração da temporada navegável na Grécia do período clássico e esta discussão será abordada de forma pormenorizada no próximo capítulo deste trabalho. No entanto,

---

<sup>330</sup> Bresson (2000: 265-7, 276-9)



durante os meses de inverno e imediatamente anteriores e posteriores a ele a navegação era desencorajada e as condições climáticas faziam com que o fluxo do comércio de longa-distância diminuísse bastante ao longo desse período. Independentemente da hipótese que se adote para a realização dos *dikái emporikái*, esses casos especificamente dedicados às querelas comerciais, há diversos registros de mercadores que tinham de comparecer diante do júri antes que pudessem prosseguir com sua atividade. O comparecimento diante do júri requeria uma certa dedicação ao caso, pois era necessário se preparar para enfrentar o adversário em uma disputa retórica, era recomendável que se buscasse um logógrafo capaz de escrever um discurso convincente e também era necessário coletar dados (testemunhas e documentos) que auxiliassem no caso. Todo o processo, portanto, não se resumia apenas ao dia em que o tribunal tinha lugar, mas também ao estabelecimento de relações pessoais que favorecessem o sucesso do litigante em sua causa.

A vivência dos mercadores na cidade diferia bastante daquela protagonizada pelos habitantes permanentes da mesma. Uma das principais características da vida dos mercadores de longa-distância no período em que estavam em Atenas é que sua vida gravitava em torno do Pireu e ainda que estivessem em outras regiões da cidade, a vivência portuária ainda pautava seu cotidiano: mesmo quando não estavam comercializando seus produtos eles interagem com a cidade e os outros habitantes por meio do fato de serem mercadores. Essa especificidade da zona portuária de Atenas levou alguns pesquisadores até mesmo a estabelecer o Pireu como “um mundo à parte” do restante da cidade<sup>331</sup>. Muitos prestamistas se concentravam na zona portuária, muitas das estalagens nas quais se hospedavam também. As pessoas com quem estabeleciam relações eram primordialmente comerciantes locais, taverneiros, prostitutas que atuavam na região do Pireu ou não muito distante dela. Quando compareciam aos tribunais era geralmente por conta de sua atividade comercial. A sazonalidade da presença dos mercadores na cidade, portanto, mesmo nos casos em que eles eram cidadãos atenienses, acabava por tornar o seu pequeno mundo, para utilizar o conceito de Heller, um pequeno mundo diferente daquele dos comerciantes.

No caso dos comerciantes, por conta da ausência da sazonalidade que caracterizava a presença dos mercadores, sua vivência não se caracterizava

---

<sup>331</sup> Von Reden (1995: 24-37)

particularmente por sua condição de comerciantes, sendo mais próxima de outros grupos de habitantes. Talvez uma característica que possa ser apontada como distintiva dos comerciantes é o fato de estarem regularmente no espaço de uso coletivo, nas ruas, nas praças de mercado, nas tavernas e nas zonas da cidade onde havia uma maior concentração de oficinas e artesãos, como no Cerâmico. Esse constante processo de ver e ser visto em público fazia com que certos comerciantes se tornassem personagens conhecidos em determinadas ruas e localidades, uma visibilidade social – para o bem ou para o mal – que não era compartilhada pela maioria dos habitantes da cidade. Ao contrário do que ocorria com os mercadores, não há registros de comerciantes que tenham sido chamados aos tribunais por conta de sua atividade comercial. É verdade que há algumas referências a esses personagens nos discursos dos oradores, como nos casos do perfumista Aristógenes em discurso de Hipérides<sup>332</sup> ou de Euquiteu que tenta provar sua cidadania no discurso *Contra Eubúlides*<sup>333</sup>, de Demóstenes, para continuar recebendo dinheiro do Estado devido a sua condição financeira, no entanto em nenhum dos casos a sua condição de comerciante é o pretexto fundamental da querela, sendo referida apenas lateralmente.

Por fim, comerciantes e mercadores também se envolviam nas outras atividades usuais da cidade, como alguns festivais religiosos, a presença nas peças de teatro<sup>334</sup>, as festas que ocorriam nas propriedades de tal ou qual cidadão, etc. Nesse sentido, a vida cotidiana dos comerciantes e mercadores, com suas especificidades, estava plenamente integrada à rotina da *pólis*. Nesse aspecto, em especial, os elementos de estranhamento que possam estar presentes em algumas das fontes textuais que sobreviveram até hoje dizem muito mais sobre os autores dos textos, as condições de produção e circulação dos mesmos do que sobre a realidade efetiva da cidade no que concerne à presença do comércio e na maneira como ele estava imiscuído no cotidiano dos habitantes. Se na Atenas democrática comprar e vender não eram ações tão raras ou especiais quanto os pesquisadores já imaginaram ser, é possível concluir a partir do que foi apresentado que o silêncio das fontes é um discurso mais eloquente sobre a banalidade das atitudes de

---

<sup>332</sup> Hip. 3. 5-7

<sup>333</sup> Dem. 57. 31-5

<sup>334</sup> A existência, no século IV, de um fundo público destinado a financiar a entrada de diversos cidadãos no teatro, bem como o convite a personalidades estrangeiras para que assistissem às peças, em minha opinião, permitem afirmar que comerciantes e mercadores eram figuras recorrentes nas plateias teatrais atenienses.

comerciantes e mercadores quando não estavam necessariamente comprando ou vendendo do que seria qualquer descrição minuciosa de seu dia-a-dia “fora do trabalho”.

#### **2.4) Racionalidade Comercial: a venda como finalidade**

O problema de estipular uma definição para o comércio, mesmo que uma tão genérica quanto a proposta no capítulo 1, é que automaticamente tende-se a dotar este fenômeno com uma racionalidade particular. É como se todas as pessoas em todas as sociedades em que há comércio fossem motivadas a agir e a pensar da mesma maneira – uma racionalidade de mercado<sup>335</sup>. Aqui é preciso traçar uma diferença fundamental entre a sociedade capitalista e todas as outras formas de sociabilidade, não-capitalistas. É a diferença entre uma sociedade *de* mercado e uma sociedade *com* mercado<sup>336</sup>. Diversas culturas conheceram a formação daquilo que aqui estou chamando de mercado. No entanto, apenas com a consolidação do capitalismo na Europa ocidental e seus apêndices, após a segunda metade do século XVIII, é que se pode falar de uma sociedade *de* mercado, onde progressivamente os ramos da produção vão sendo ligados uns aos outros sob a mesma lógica, a de reprodução do movimento do capital, tendencialmente crescente.

Se para Marx não faz sentido falar de produção sem distribuição e consumo<sup>337</sup>, é necessário falar, no capitalismo, de uma conformação histórica tal que cada uma dessas fases do processo produtivo passa a impelir a outra de maneira crescente. Na Grécia Antiga diversos momentos da produção passavam ao do consumo prescindindo do momento da circulação ou entrando em algum dos circuitos específicos de troca dos produtos dentre os vários que havia e dos quais o comércio configurava apenas um tipo. No capitalismo o mercado tende a ser cada vez mais uma grande esfera da circulação, única, inexorável e indefectível por onde precisam passar todos os produtos do trabalho antes que possam chegar à esfera do consumo<sup>338</sup>.

É possível, portanto, afirmar, que a racionalidade hegemônica sob o regime do capital é a racionalidade econômica, de mercado, a racionalidade da classe burguesa<sup>339</sup> historicamente construída nos últimos séculos e agora introjetada por todas as classes

---

<sup>335</sup> É dessa forma que Max Weber pode igualar racionalidade e racionalidade econômica, à calculabilidade máxima dos aspectos envolvidos nas trocas sociais. Weber (1968: 24-5)

<sup>336</sup> Polanyi (2012b: 211)

<sup>337</sup> Marx (2011: 59)

<sup>338</sup> Sobre a diversidade do circuito das trocas no pré-capitalismo ver Sahlins (2004: 277)

<sup>339</sup> Weber (2004: 141-168)

sociais. Mas a questão precisa ser reformulada para o inquérito de sociedades pré-capitalistas. É necessário perguntar *qual* era a racionalidade econômica da Grécia Antiga e não *se ela tinha* alguma.

Os comerciantes da *agora* ou os mercadores viajantes que andavam pelo porto do Pireu viviam, cada qual à sua maneira, do lucro obtido nessas transações. Esses mercadores e comerciantes “especializados” dependiam da atividade de comprar barato de alguém e vender caro para outrem para que pudessem reproduzir o seu modo de vida. Desempenhavam uma atividade restrita, portanto, à esfera da circulação. São esses os *middlemen* ou os intermediários aos quais se refere Sir John Myres<sup>340</sup> falando do comércio antigo para uma plateia de comerciantes de sua época. Para eles, como veremos, alcançar o sucesso nas transações comerciais era algo literalmente vital. A despeito do preconceito presente em algumas fontes, como foi possível observar até aqui, os relatos que representam os intermediários como mentirosos, enganadores do povo, traiçoeiros, dispostos a qualquer coisa para garantir um lucro pessoal, etc, tem um fundamental real.

A racionalidade comercial, a busca pelo lucro que motivava a ação desses indivíduos, era também, portanto, uma racionalidade ideológica<sup>341</sup> não hegemônica. Em todas as sociedades em que a divisão do trabalho levou ao surgimento de um grupo de profissionais dedicados exclusivamente à atividade de intermediário, um comportamento muito similar pode ser notado, a despeito das nuances culturais que cada sociedade empresta a cada um deles.

Há, por outro lado, aqueles que se envolvem esporadicamente com o comércio. Seja na condição de camponeses vendedores de seu próprio excedente, ou de escravos que recebem a permissão de seus senhores para mercadejar em troca de um pagamento fixo ao final do dia ou do mês, ou ainda o artesão que trabalha em uma oficina, própria ou de outrem e vende a sua produção no mesmo lugar em que trabalha ou batendo de porta em porta; ou ainda os compradores, as pessoas que circulavam pela *agorá* e pelo Pireu, ou pelas vilas que pontilhavam o campo ateniense, em busca dos produtos que precisavam para as suas atividades cotidianas ou a realização de alguma ocasião especial (festas, banquetes, sacrifícios religiosos, etc); enfim, há uma miríade de personagens que também fazem parte deste mundo da troca comercial e dos quais não se pode falar como

---

<sup>340</sup> Myres (1953: 2)

<sup>341</sup> Knust (2011: 67-81)

se partilhassem a mesma racionalidade comercial atribuída aqui aos negociantes. É claro que eles barganhavam, tentavam garantir um preço melhor do seu próprio ponto de vista, mas isso era feito até mesmo de forma preventiva, devido à fama dos intermediários profissionais de tentar sempre levar vantagem sobre o comprador. O que interessava às pessoas que compravam, ao fim e ao cabo, era garantir a satisfação de uma necessidade, adquirir um valor-de-uso por um preço que não fosse evidentemente mais caro do que o normalmente praticado nas transações daquele produto.

Enquanto o objetivo dos comerciantes e mercadores era a venda, mesmo que para isso passassem pela fase da compra para que em seguida pudessem revender certos produtos, o objetivo fundamental de todas as outras pessoas era, tendencialmente, a compra, ou seja a aquisição de determinado produto visando o seu consumo.

Uma análise mais detida de alguns textos antigos apresentados a seguir apontará para um maior esclarecimento sobre as diferenças entre esses dois grupos: os negociantes especializados no comércio e aqueles indivíduos que apenas eventualmente entravam neste tipo de relação, especialmente na condição de compradores.

O primeiro deles que gostaria de abordar a respeito deste assunto é a comédia *Acarnenses* de Aristófanes. Escrita e apresentada em 425, o seu objetivo era expor as mazelas da Guerra do Peloponeso (431-404), iniciada seis anos antes e que até então trazia apenas infelicidades para a população ateniense, com seguidas derrotas de suas tropas diante dos lacedemônios e o alastramento de uma peste que assolou a cidade e dizimou parte considerável de sua população. O enredo da peça remete ao personagem Diceópolis, um pacato cidadão de um demo rural da Ática que, com a devastação dos campos promovida pelas tropas inimigas, teve que se mudar para dentro dos muros da cidade. O coro encarna os acarnenses, moradores de um outro demo ático cuja principal atividade econômica era o trabalho com a madeira (principalmente transformada em carvão) e que teve um papel importante na resistência durante as Guerras Greco-Pérsicas, portanto é retratado como um grupo de velhos homens tradicionais e conservadores.

No início da peça Diceópolis espera – não tão pacientemente – o início de uma assembleia na qual ele pretende convencer o povo de que a guerra está sendo penosa e que deveria se considerar a possibilidade de uma trégua, além de exprimir claramente para o espectador a sua insatisfação pessoal com o fato de ter de viver em um ambiente tão diferente daquele ao qual está acostumado:

*“Ah, cidade, cidade! Eu sempre sou o primeiro a chegar na Assembleia e tomar o meu assento. Então, em minha solidão, eu suspiro, eu bocejo, eu me alongo, eu peido, eu toco, eu rabisco, eu arranco minha barba, eu faço contas... enquanto eu miro nostalgicamente o campo e anseio pela paz, maldizendo a cidade e querendo o meu próprio demo, que nunca gritou ‘compre carvão’, ‘compre vinagre’, ‘compre óleo’; ele não conhecia a palavra ‘comprar; não, ele mesmo produzia tudo e o Homem Compra ficava fora da vista.”<sup>342</sup>*

Ao ter suas propostas rejeitadas diante de um fórum deslumbrado com as possibilidades de reviravolta armada apresentadas pelos arautos, Diceópolis decide comprar de Anfiteu, uma criatura imortal com ascendência divina, uma trégua particular: *“Olhe, pegue essas oito dracmas e faça um acordo com os espartanos só para mim, minhas crianças e minha mulher.”<sup>343</sup>* E em seguida muda-se de volta para o campo.

É interessante notar a contradição entre a primeira postura de Diceópolis e aquela assumida nesta passagem. Diante de uma situação em que ele via como insuportável, na qual as pessoas só pensavam em comprar e usufruir de atividades fúteis, não tendo real compromisso nem mesmo com a Assembleia do Povo, ele acaba tendo que se submeter a essa lógica para conseguir se livrar dela. Essas mudanças súbitas de valores ocorrem a todo momento nas comédias do teatro antigo e são um dos veículos do elemento cômico das peças. Outro detalhe que chama a atenção é que a trégua para toda a sua família custou apenas oito dracmas, ou seja, o equivalente a duas tetradracmas ou a 48 óbulos, sendo que o pagamento de um dia de trabalho para alguém que compusesse um júri era de 3 óbulos e o júri contava normalmente com dezenas de pessoas. Em outras palavras, a trégua de Diceópolis fora uma barganha, artifício encontrado por Aristófanes para desvalorizar a crescente monetarização da sociedade ateniense a partir da segunda metade do século V<sup>344</sup>.

Uma vez no campo a peça mostra como sua vida passa a transcorrer de maneira mais próspera e confortável do que para o resto dos cidadãos, ainda em guerra.

Uma das primeiras atitudes de Diceópolis é criar a sua própria *agora* tendo em vista poder comercializar com megarenses, peloponésios e beócios, embargados comercialmente por indicação de Péricles no início da guerra. Note-se que a *agora* de Atenas cumpre diversas funções culturais<sup>345</sup>, políticas e de sociabilidade, além de ser a praça do mercado<sup>346</sup>, mas na *agora* de Diceópolis apenas este último aspecto está

---

<sup>342</sup> Aristóf. *Acarn* 25-37.

<sup>343</sup> Aristóf. *Acarn* 130.

<sup>344</sup> Schaps (2007: 131-7)

<sup>345</sup> Aristóf. *Cav.* 1375

<sup>346</sup> Camp II (2010)

presente. É interessante reparar que o objetivo de Diceópolis ao criar o seu próprio mercado não é ganhar dinheiro vendendo seus pertences, cobrando taxas aduaneiras proibitivas para eventuais comerciantes e mercadores, nem mesmo controlar os preços de forma a aumentar o seu influxo monetário, mas, sim, ter acesso a bens produzidos alhures e que, por conta do conflito bélico, tinham sua circulação dificultada. O seu objetivo com a trégua não é meramente permitir a livre circulação mercantil, como que em uma crítica liberal à centralidade do Estado na regulação do mercado. O que ele quer é apenas restaurar a ordem normal de funcionamento da vida políade antes da guerra, pois é a esta que se dirige a crítica fundamental da peça: “*E eu anuncio para todos os peloponesos, megarenses e beócios que eles podem negociar no meu mercado! Mas não Lamaco!*”<sup>347</sup>, exclama Diceópolis para a plateia, em uma clara reprovação à figura do general Lamaco (um alter-ego do real Cléon, desafeto pessoal de Aristófanes), embora não à cidade de Atenas como um todo.

Após demarcar os limites do seu mercado com uma corda (como era feito na *agora* de Atenas) e repetir que os inimigos eram livres para vender ali<sup>348</sup> – ao contrário de Lamaco! – Diceópolis começa a preparar as regras que pretende pendurar em um dos pilares de entrada de seu mercado. Vale à pena notar que ele diz claramente que essas pessoas podem se sentir à vontade para *vender* seus produtos a ele, não demonstrando ter a intenção de atuar ele mesmo como um comerciante.

Neste meio tempo, dois estrangeiros passam por ali e Diceópolis trava relações mercantis com ambos. Antes de prosseguir com cada um dos casos, é interessante ressaltar que outro artifício usado pelo texto de natureza cômica é se basear nos pressupostos compartilhados pelo público<sup>349</sup>. Pode ser que o fato de um megarense e um tebano passarem pelo mercado de Diceópolis sejam apenas uma alegoria à disposição da trama, mas baseado em outros textos, especialmente nos textos dos oradores áticos, acredito que fosse uma prática comum comerciantes e mercadores de cidades relativamente próximas a Atenas se dirigirem até lá para poderem comercializar os seus produtos, especialmente em ocasiões festivas, procissões religiosas ou algum encontro político de cunho regional. Destarte, apesar do exagero típico da comédia aristofânica, acredito que a circulação de estrangeiros pelo mercado de Diceópolis seja mais um

---

<sup>347</sup> Aristóf, *Acarn* 622-5.

<sup>348</sup> Aristóf, *Acarn* 719-29.

<sup>349</sup> Cf. Dover (1972)

elemento que remeta à normalidade atingida pelo curso de sua vida em detrimento do caos enfrentado pelo restante da *pólis* ainda em guerra.

A racionalidade econômica do protagonista está intimamente atrelada a elementos que considerariamos estranhos se compreendêssemos o conceito nos mesmos termos propostos por Weber, portanto. Dado o contexto da Grécia Clássica em geral e da Guerra do Peloponeso em particular, não há vestígios da mentalidade contabilizadora onipresente do *homo oeconomicus* neo-clássico, embora isso não seja sinal de primitivismo econômico, pois o protagonista toma diversas atitudes levando em consideração variados aspectos da produção, circulação e consumo de produtos do trabalho social.

Outro detalhe importante das passagens a seguir é que nenhuma das duas envolve dinheiro. Retirar um significado desta ausência proposital pode ser mais um ato de vontade do que uma comprovação objetiva, mas vários pesquisadores defendem que a sociabilidade da *agorá* se assemelha muito a de outros locais de mercado pré-capitalista<sup>350</sup>, em que as relações sociais cotidianas e o contato recorrente face-a-face com as mesmas pessoas possibilita o alargamento do tempo em que se desenrola a troca, sendo prática comum as compras “no fiado” e os empréstimos de tipo “pegue e pague-me quando puder”. Isso é consequência do fato de serem as relações muito mais pessoalizadas do que no capitalismo, onde as pessoas se confrontam apenas como possuidoras de mercadorias e através das mercadorias que possuem, sendo, no momento da troca, irrelevante o seu *background* social.

Enquanto Diceópolis está dentro de casa o espectador presencia o diálogo de um megarense com suas duas crianças indo bater à porta do protagonista para com ele negociar. Nesta passagem fica clara a crítica aos retalhistas profissionais: o megarense é retratado como uma pessoa passando por privações, muitas delas em decorrência da guerra e da devastação promovidas em sua cidade pelos atenienses. Além disso, ele é uma pessoa dada a truques e enganações. Coloca as duas crianças dentro de um saco e tenta vendê-las a Diceópolis como se fossem porquinhos, sem esquecer a saudação calorosa dispensada ao protagonista e ao seu “mercado ateniense”, mesmo que para o megarense “Atenas” fosse sinônimo de infortúnio naquela ocasião. O comerciante tenta fazer pensar que “o cliente tem sempre razão”, embora tenha projetado um stratagema para que os negócios ocorram de acordo com as suas próprias pretensões. A seguinte passagem ilustra

---

<sup>350</sup> Bang (2008: 240-1)



o final da transação em que Diceópolis fica satisfeito, pois atinge seu objetivo de adquirir um valor-de-uso interessante, enquanto o megarense também se compraz de ter sido capaz de lucrar mais uma vez (embora tenha vendido as crianças por praticamente nada, mais uma crítica ao espírito empreendedor individualista que se regozija com tão pouco lucro contanto que tenha conseguido enganar alguém):

“Diceópolis: *Por Zeus, eles são um encantador par de criaturas! Quanto esses porquinhos irão me custar? Diga o seu preço!*

Megarense: *Esse aqui por uma penca de alho; o outro, se você desejar, por uma boa quantidade de sal.*

Diceópolis: *Vou pegar. Espere aqui.*

Megarense: *Tudo bem [Diceópolis entra em casa] Hermes dos Negociantes, permita-me vender aquela minha esposa nesses termos, e minha mãe também!!”<sup>351</sup>*

Em seguida, outro estrangeiro, desta vez um tebano, chega ao mercado de Diceópolis fazendo barulho. Ele sai de sua casa e o tebano apresenta a ele uma série de guloseimas: gansos, galinhas, ervas as mais diversas, texugos, gatos, ouriços, raposas, toupeiras, enguias, etc. Diceópolis se interessa por esta última e pede para prová-la. Após dizer que a enguia ficaria como pagamento pela taxa aduaneira, ele se oferece para pagar pelas outras mercadorias. Seu interlocutor avisa que quer algo específico de Atenas, que ele não possa encontrar em casa. E Diceópolis oferece um *sicofanta*, um indivíduo que ficava vagando pelos mercados procurando algo fora das normas para que pudesse denunciar aos tribunais<sup>352</sup>. Novamente a transação, encarada do ponto de vista de Diceópolis, prioriza bons produtos que irão regalar a sua existência em detrimento de algo que pudesse ser revendido por um preço mais alto, pois o circuito da troca mercantil presidido pela lógica do valor de uso é aquele do M-D-M e não o do D-M-D<sup>353</sup>. Um exemplo disso é a negativa que Diceópolis oferece ao pedido do escravo de Lamaco, aquele seu desafeto, que tenta comprar, com dinheiro, as enguias que acabara de adquirir para utilizar em um festival ateniense:

“*Nada feito, por Zeus! Nem se ele me desse o seu escudo! Deixe que ele sacuda suas vestes por peixe salgado. E se ele reclamar disso eu vou convocar os comissários!*”<sup>354</sup>

Os “comissários” do mercado de Diceópolis eram 3 tiras de couro que ele usava para fustigar quem lhe incomodasse, uma alusão aos sicofantas da *agora*, sempre prontos para, em nome do bem coletivo e melhor funcionamento da democracia, interferir no

---

<sup>351</sup> Aristóf. *Acarn* 810-5.

<sup>352</sup> Aristóf. *Acarn* 815-910.

<sup>353</sup> Marx (2008)

<sup>354</sup> Aristóf. *Acarn*. 960.

desenvolvimento normal das relações travadas na praça. E “sacudir as vestes por peixe salgado” significava um ato digno de pena, já que os mendigos balançavam as suas vestes para pedir ajuda e o peixe salgado, normalmente vindo em grandes quantidades do Mar Negro, era visto como a carne *par excellence* das classes baixas dos subúrbios de Atenas e do Pireu.

A peça se encaminha para o fim, onde concomitantemente são mostrados os “sofrimentos” de Lamaco, ferido em batalha e prestes a morrer e de Diceópolis, totalmente embriagado e com o estômago excessivamente cheio de comida após vencer uma competição de bebedeira de vinho entre um banquete e outro. O golpe final em uma narrativa sobre a comparação entre uma vida cidadã regular, idealizada, pacífica e as mazelas da Guerra do Peloponeso.

No ano seguinte, Aristófanes compôs outra peça vencedora do primeiro lugar no festival das Leneias, intitulada *Cavaleiros*. Mais uma vez o seu alvo era Cléon, um demagogo ateniense. Embora no ano anterior a cidade estivesse assolada pela peste e pela guerra, no intervalo de um ano a campanha ateniense conseguiu angariar uma fragorosa vitória sobre os espartanos em Pilos, derrubando o mito da invencibilidade espartana na batalha hoplítica. Apesar da euforia gerada no *demos* por essa vitória, Aristófanes desferiu outro golpe contra o general Cléon, e o fato de ter vencido o festival das Leneias, se não mudou a opinião dos atenienses, embevecidos pelo sabor da vitória, ao menos demonstrou que o comediógrafo ainda era uma voz a ser levada em consideração na miríade de opiniões que caracterizava a democracia.

O enredo desta comédia conta a história de um escravo, comprado pelo personagem Demos, uma óbvia alusão ao povo de Atenas. Este escravo, muito bajulador, estava sempre com o dedo em riste para indicar os maus feitos dos outros cativos de Demos e sempre disposto a realizar todas as suas vontades, embora quisesse, com essa relação de confiança com seu senhor, aproveitar as vantagens que daí poderiam vir. Muito supersticioso, guardava consigo uma série de oráculos sobre o futuro, até que em determinada ocasião os outros escravos, cansados de suas bravatas e comiserações, conseguem ler as suas previsões e descobrem que a providência divina iria enviar outro escravo, ainda pior do que aquele, para ficar em seu lugar. E que este seria um salsicheiro, último de uma linhagem de comerciantes enganadores, bajuladores, mentirosos e egoístas, todas estas qualidades que nele estariam ainda mais realçadas do que em seu antecessor. Ele viria a assumir a direção dos negócios de toda a cidade. A peça é

claramente uma crítica à maneira como determinadas figuras políticas, pensando apenas em seus ganhos particulares, assumiam a liderança das coisas públicas da *pólis* e tentavam, a todo custo, convencer o povo de que eles deveriam ser mantidos nessas posições de destaque por suas benfeitorias com relação ao conjunto dos cidadãos.

É interessante reparar no fato de que tenha sido justamente a figura dos pequenos comerciantes a escolhida para encarnar todas as características negativas dos demagogos. O primeiro da linhagem teria sido um vendedor de ervas. Em seguida surgiu um vendedor de ovelhas. Depois um vendedor de couro, seguido por Paflagon, o maldito escravo do qual os outros cativos queriam se livrar. E, por fim, o salsicheiro<sup>355</sup>. Como se pode notar, esta é uma peça que, se analisada atentamente, é capaz de revelar diversos detalhes da vida do comércio a varejo na democracia ateniense.

Ao longo de toda a peça Paflagon disputa com o salsicheiro o posto de favorito do Demos, de condutor da cidade de Atenas. Os dois escravos que aparecem no início e torcem pelo salsicheiro assistem à refrega que é arbitrada pelo coro dos Cavaleiros, um grupo social nobilíssimo na *pólis* dos atenienses. Se em *Acarnenses* pode-se perceber o mundo do mercado visto pelos olhos de um cidadão comum, um pacato morador do campo cujas relações com a *agorá* se resumem a ter acesso a bens que de outra maneira estariam inacessíveis a ele, em *Cavaleiros* é possível perceber a desenvoltura da racionalidade comercial em toda a sua plenitude. Dependendo do capital comercial para viver, os comerciantes utilizam de toda a sua astúcia, da *métis* tão valorizada pelos gregos em outros aspectos de sua cultura, da “malandragem”, em bom “carioquês”, para que ao fim e ao cabo consigam obter o maior ganho diante das possibilidades que lhes foram apresentadas. Um exemplo dos artifícios empregados por alguns retalhistas para diminuir os custos e aumentar a margem de lucro de sua produção era vender aos compradores produtos de qualidade inferior àquela esperada:

*“Salsicheiro: Você é quem costumava cortar o couro inclinado de um boi de menor qualidade pra que ele parecesse grosso e vender isso aos camponeses a um preço desonesto! Antes que eles tivessem usado por um dia ele já estava dois palmos mais largo!”*

*Primeiro Escravo: Por Zeus, ele me empurrou um desses também! Meus amigos e companheiros do demo deram grandes risadas às minhas custas quando eu comecei a nadar nos meus sapatos antes de chegarmos em Pérgase”<sup>356</sup>*

---

<sup>355</sup> Aristóf. Cav. 128-48

<sup>356</sup> Aristóf, Cav. 315-24

A partir daí Paflagon e o Salsicheiro travam uma batalha de impropérios e exibem toda a sua falta de respeito pelos iguais, sua voluntária desobediência aos costumes esperados em determinadas situações, sua capacidade de mentir, enganar e roubar descaradamente à menor oportunidade. Ao fim da peça o Salsicheiro desbanca Paflagon que, resignado, agora assume o papel de vender salsichas na *agorá* enquanto o Demos segue adiante com seu novo adulator, ainda mais cheio de truques do que o anterior. Desta forma, a piada consiste em explicitar que se as habilidades de Paflagon com as chicanas, os atalhos, as enganações e as falsidades não puderam garantir a ele uma posição de destaque como um dos líderes da cidade, elas eram perfeitamente correspondentes com a função de *kápelos* que ele agora iria viver desempenhar.

À guisa de conclusão cabe aqui uma rápida referência ao discurso *Contra os Comerciantes de Cereais*, escrito por Lísias. Em Atenas a importação de grãos era um comércio bastante regulado pelo Estado, provavelmente o único de maneira tão profunda, com magistrados específicos encarregados de sua inspeção e leis rígidas no controle de preços e qualidade dos produtos. Durante uma crise de abastecimento agravada pelo corte das rotas vindas do Chipre em decorrência dos eventos finais da Guerra Coríntia, por volta de meados da década de 380, alguns comerciantes de grãos foram indiciados por quebrar essas rígidas regras do comércio varejista de trigo, cevada e seus subprodutos.

Para evitar o monopólio e a ascensão desenfreada dos preços, bem como para garantir o acesso de toda a população a esses produtos primários da dieta mediterrânea, os varejistas eram proibidos de comprar dos atacadistas uma quantidade maior do que o equivalente a um saco e meio dos grãos, além de não poderem vendê-lo com uma margem de lucro superior a um óbulo acima do seu preço de custo. Partilho a visão dos historiadores do direito que acreditam que a prática social é sempre antecedente à elaboração de regras e leis que tentem regular tais práticas, ou seja, se existe a proibição para determinada atitude ela foi fruto da recorrência e das consequências sociais que esta atitude acarretava ao conjunto de determinada comunidade. Lísias, então, perpetra um duro ataque aos comerciantes varejistas de grãos, embora não poupe loas aos mercadores atacadistas, como pode ser visto na seção anterior, embora estes sejam os mesmos que em diversas outras ocasiões não hesitaram em armar golpes para fraudar o seguro dos navios<sup>357</sup>, mudaram as rotas de suas viagens para conseguir um maior ganho com as

---

<sup>357</sup> Dem. 32

vendas de grãos<sup>358</sup>, estabeleceram parcerias com inimigos da democracia ateniense<sup>359</sup>, e cabularam trigo para influenciar a flutuação dos preços nos mercados portuários da Ática<sup>360</sup>. As passagens já mencionadas de dito discurso lisiático apontam para uma ação conjunta, mesmo que apenas fragilmente – se é que – organizada de comerciantes que pretendiam lucrar mais com um momento difícil pelo qual passava a cidade.

Por esses motivos eu opto por enquadrar os especialistas do comércio, os mercadores e comerciantes como um grupo social que, apesar de bastante heterogêneo, compartilham uma atitude semelhante diante das relações comerciais. E que, além disso, tem nas relações comerciais a principal forma de comportamento e inserção nesta sociedade. Se comparados com outros grupos que têm contato com o comércio, como os compradores, os artesãos, os arrendatários de minas de prata, dentre outros, eles têm uma forma de pensar o comércio que é muito mais individualista, menos escrupulosa em sua busca pelo lucro, justamente porque a sua existência material depende daquela atividade. Eles não produzem e não comandam ninguém que produz ou provê a sua forma de vida. Baseiam-se apenas na capacidade que têm, pelo lugar que ocupam, de fazer circular os produtos tentando fazer com que a demanda encontre a oferta e vice-versa, retirando para si parte do valor, da riqueza cristalizada naqueles produtos. A venda, desta maneira, comanda a racionalidade comercial que está presente tanto nos comerciantes quanto nos mercadores e é a partir daí que é possível enquadrá-los como um grupo social distinto dos demais em sua atuação econômica.

Esta, no entanto, é uma interpretação histórica, científica. Como foi observado, os textos de época apontam que havia atitudes bastante díspares com relação aos comerciantes varejistas e atacadistas. Talvez porque os primeiros fossem os agentes diretos de contato com os compradores e consumidores finais, enquanto os últimos seriam atravessadores em um ponto anterior da cadeia, lidando com outros negociantes na maior parte das vezes, não com os consumidores. O fato é que a atitude quanto ao comércio varejista é de maior desprezo, preconceito e ojeriza, enquanto o comércio atacadista aparece nas fontes de maneira neutra e até mesmo positiva em alguns casos, como aquele que provê a cidade com os produtos que ela não pode prover por si mesma. Isso esclarece

---

<sup>358</sup> Dem. 56. 7-9

<sup>359</sup> Lís. 32. 25

<sup>360</sup> Dem. 56. 49 menciona a obrigatoriedade de retorno dos navios mercantes que partissem de Atenas, especialmente aqueles que supriam o abastecimento de cereais, de acordo com a bibliografia especializada, o que denota que nem todos o faziam.

muito mais a respeito das posições de classe dos autores das fontes a que temos acesso do que do comércio *de facto*. O interessante é que sem o último elo da cadeia, o varejista, o camponês não poderia vender seu excedente com tanta facilidade, nem o artesão; os moradores dos subúrbios atenienses teriam de se fiar apenas em suas limitadas hortas para se abastecer com produtos alimentícios, teriam dificuldades de obter produtos de artesanato básicos para sua sobrevivência como móveis, alguns tipos de roupas e também outras variedades de coisas como óleo para acender as luzes, tochas, cordas, panelas, etc.

O compartilhamento de uma racionalidade comercial leva a um questionamento fundamental a respeito da capacidade que os indivíduos desses grupos tinham de se perceber como parte de uma coletividade e atuar em busca da concretização desses objetivos específicos. Nem sempre, no entanto, características comuns a pessoas de determinado grupo social levam ao surgimento de uma consciência de classe ou de uma ideologia própria que pudesse fazer com que as ações em seus pequenos mundos fossem potencializadas para impactar significativamente o grande mundo no qual todos eles estavam inseridos, isto é, a democracia ateniense.

#### **2.4.1) Associações e parcerias:**

O tema de uma suposta solidariedade de classe entre comerciantes e mercadores foi diversas vezes abordado pelos estudiosos da economia antiga. Baseando-se principalmente nos exemplos da Baixa Idade Média, Renascimento e até mesmo na organização de algumas associações típicas do mundo romano, alguns helenistas chegaram a sugerir que os negociantes que atuavam no período grego clássico tinham desenvolvido uma consciência de que partilhavam de uma mesma realidade social e, portanto, deveriam tomar atitudes coletivas para melhorar as suas condições de existência como grupo. Em um dos apêndices de seu livro, Reed menciona que os pesquisadores Starr e Hopper se referem aos mercadores de longa distância como “*guildas de naukleroi*” e “*corporações estrangeiras de mercadores*”, respectivamente<sup>361</sup>. Na sequência de sua análise, o autor defende que os mercadores de longa distância não tinham qualquer tipo de coesão política ou econômica e, portanto, reforça o argumento clássico difundido por Hasebroek de que as únicas solidariedades que podiam ser desenvolvidas entre os mercadores estavam relacionadas a fatos religiosos e “nacionais”, ou seja, partilhavam alguns valores comuns e se entendiam como parte de grupos variados de acordo com a

---

<sup>361</sup> Reed (2003: 86), nota 5

adoração a determinado deus ou seu local de nascimento<sup>362</sup>. Nenhuma das solidariedades desenvolvidas entre mercadores de longa distância, partindo deste ponto de vista, teria relação com o fato de serem aquelas pessoas mercadores, mas, sim, com outros fatores que também influenciavam a solidariedade de quaisquer outros grupos que pudessem se formar.

Ao longo do século XX se tornou um consenso afirmar que a atividade comercial na Grécia Antiga, pelo menos até o final do período clássico, era basicamente uma atividade eminentemente privada. Mesmo no contexto da democracia ateniense, quando a cidade dependia da ação dos mercadores e comerciantes para o abastecimento de sua população com os cereais e produtos derivados, esses grupos sociais não teriam desenvolvido nenhuma espécie de ação coletiva para tentar influenciar os fóruns ou políticas da cidade valendo-se desse seu poder circunstancial. Nesta pesquisa eu concordo com a colocação geral destes argumentos, porém creio que seja necessário fazer alguns apontamentos que relativizem a ação coletiva de mercadores e comerciantes para que não sobreviva a falsa impressão de que eles eram indivíduos que atuavam sempre sozinhos em um ambiente de voraz competição individual.

Afirmar que o comércio era uma atividade eminentemente privada deve servir para que não se procure nessa sociedade por relações sociais historicamente desenvolvidas em outros lugares e tempos. É verdade que nada parecido com as guildas baixo medievais e as corporações renascentistas pode ser encontrado na Atenas democrática no que diz respeito aos comerciantes e mercadores. O comércio, mesmo em progressivo movimento de institucionalização entre os períodos arcaico e helenístico ainda não tinha desenvolvido nada parecido com as instituições supracitadas. E nem precisavam ter, pois cada sociedade impõe os limites e possibilidades históricas para que determinados eventos aconteçam.

Por outro lado, a análise da documentação escolhida para esta pesquisa permite perceber que mercadores e comerciantes estavam constantemente estabelecendo relações pessoais com seus iguais para uma melhor performance da sua atividade comercial. Na minha opinião, a racionalidade comercial permitia ao menos o entendimento de que eles eram parte de uma mesma categoria de pessoas, desempenhando uma atividade mais ou

---

<sup>362</sup> Hasebroek (1933: 30)

menos semelhante e, portanto, a colaboração em diferentes momentos do fazer comercial seria não apenas vantajosa como necessária.

As “associações” entre grupos de pessoas não eram um elemento estranho à vivência *políade*. Pelo contrário, a própria *pólis* determinava um certo nível de associação entre os membros daquela comunidade quando colocados frente aos membros de outras comunidades. Seguindo essa mesma lógica, especialmente no caso ateniense, melhor documentado, é possível dizer que outros níveis de associação entre os habitantes da cidade eram impostos pelas mais diversas razões: eram membros de uma mesma fratria, membros de um mesmo *demos*, moradores de uma mesma vizinhança que se ajudavam mutuamente nas atividades produtivas do campo, membros de determinado culto a tal ou qual deus, dentre outros casos. De acordo com Jones, diversos termos em grego remetem ao fato de as pessoas estarem juntas, unidas por determinadas contingências: *koinonía*, *homilía*, *synousía*. De acordo com o autor, no entanto, há uma diferenciação que precisa ser feita: essa união precisa possuir uma estrutura e estar unificada em torno de um determinado propósito<sup>363</sup>. Como o objetivo dele não era fazer um estudo lexical a respeito de todos os significados possíveis para esses vocábulos, o autor propõe seguir a definição aristotélica de *koinonía* estabelecendo que esses grupos sempre são formados em um *continuum* de infinitas possibilidades variáveis entre pares de extremos opostos: público e privado, voluntários e não-voluntários, temporários e permanentes, expressivos e instrumentais, etc. Desta maneira, algumas das associações estudadas por Jones são: as *hetairíai* entre cidadãos gregos, as escolas filosóficas, a solidariedade nos *phylái*, os “clubes” ao redor dos quais se reuniam alguns cidadãos, dentre outros. Percebe-se que a definição de todos esses exemplos passa necessariamente pelo pertencimento coletivo em torno de interesses comuns. Não são relações diádicas que formam essas associações, mas sim condições sociais determinadas que fazem com que os indivíduos participem de um grupo maior de pessoas que compartilham as mesmas condições e finalidades.

Como dito anteriormente, os mercadores e comerciantes podiam fazer parte de diversas associações, porém nunca conformaram uma associação própria cuja condição e objetivo estivessem ligados ao comércio propriamente dito.

Muitos dos indivíduos que aparecem na documentação praticando transações comerciais estão envolvidos naquilo que eu prefiro chamar de “parceria”: uma relação

---

<sup>363</sup> Jones (1997: 25)



efêmera (que pode ser constantemente renovada) cujo objetivo é realizar uma determinada tarefa ligada a uma empreitada e que depende exclusivamente do acordo mútuo entre as partes para que se conforme. Essa característica diádica das relações – principalmente entre os mercadores de longa distância, mas também entre os comerciantes em situações específicas – é o que as diferencia das associações e o que afasta os historiadores da definição de “guilda” que *a priori* poderia parecer tão tentadora. É ela, também, a responsável pela formação das teias de relações entre mercadores que ligavam muitas vezes indivíduos de regiões tão distantes quanto a Massália e Atenas, ou Atenas e Rodes, ou Naucrátis e o Mar Negro, formando as *reseaux* braudelianas pelo Mediterrâneo e às quais me referi no capítulo 1.

Já houve oportunidade para ressaltar aqui a ação conjunta dos comerciantes de cereais tão reprechada por Lísias em seu discurso. Outros textos dos oradores áticos oferecem a oportunidade de vislumbrar alguns dos fios dessas intrincadas teias que permitem afirmar haver um certo tipo de colaboração entre os praticantes do comércio que, se não conformaram guildas institucionalizadas, foram fundamentais para o paulatino crescimento do comércio ao longo dos séculos. E a partir deles é possível confirmar que as parcerias, essas relações pessoais e individuais estabelecidas entre os mercadores, eram responsáveis por mais do que apenas concretizar as empreitadas comerciais previstas: elas eram um ponto de interseção de seus pequenos mundos com o grande mundo da democracia ateniense e das suas relações com outras comunidades.

No discurso *Contra Leócrates*, atribuído ao orador Licurgo, é possível ler a seguinte passagem sobre Leócrates:

*“Ele ganhou notoriedade por sua viagem a Rodes e o relato desprestigiado que fez de vocês oficialmente aos ródios e àqueles mercadores que lá vivem; mercadores que navegavam por todo o mundo grego realizando seus negócios e passavam adiante as notícias de Atenas que eles haviam escutado de Leócrates.”<sup>364</sup>*

O trecho deixa claro algo que a intuição já permitia pensar: pessoas que viajam entre muitas localidades diferentes são sempre responsáveis pelo transporte não apenas de produtos e coisas, mas também de ideias, comportamentos, informações, enfim, cultura. A constante ida e vinda de muitos navegantes e mercadores permitiam o contato frequente entre lugares distantes, a difusão de informações, de “modas”, de preferência no consumo e na produção de tais ou quais produtos e explicam parcialmente muitos dos

---

<sup>364</sup> Lic. 1. 14

casos de adoção de novos estilos pictóricos, novas maneiras de se vestir, de se comportar em determinadas situações, etc. As informações trocadas à distância entre mercadores que nem mesmo estavam fisicamente no mesmo lugar, como é o caso de Dionisodoro e seus parceiros que resolveram vender um carregamento de cereais em Rodas devido a uma queda de seu preço em Atenas durante a viagem de volta<sup>365</sup>, demonstram que a despeito das condições precárias de comunicação e transporte presentes naquela sociedade (se comparadas às de hoje em dia) elas existiam e eram relativamente eficazes.

As viagens não se resumiam, no entanto, apenas às rotas mais comuns ligadas ao transporte de cereais que abasteciam a cidade de Atenas. Em *Contra Calipo* há referência a uma viagem arriscada à cidade de Ace, na Fenícia, realizada pelos irmãos e parceiros comerciais Megáclides e Trasulo<sup>366</sup>. Um dos discursos mais controversos e discutidos do *corpus* demostênico é o famoso *Contra Zenótemis* que conta a história de Zenótemis e Hegéstrato, dois mercadores massaliotas que pretendiam enganar um prestamista ateniense forjando o naufrágio de seu próprio navio (com a tripulação e algumas mercadorias dentro) para que pudessem ficar com o dinheiro do empréstimo, já que no caso a perda da embarcação liberava os mutuários de sua dívida. Neste discurso é possível perceber o embate entre a dupla Hegéstrato e Zenótemis, acusados duplamente de fraude – o naufrágio forjado fracassou e, ao retornarem para Atenas, diziam que eles eram os donos das mercadorias, embora Protus, um mercador ateniense que viajara junto com eles, fosse o verdadeiro dono – contra a dupla Protus e Fértato, também mercadores<sup>367</sup>. O que a existência deste discurso permite ver é que a formação de parcerias entre mercadores era rotineira no *metié* comercial, mas isso não significa que eles tivessem uma consciência e solidariedade coletiva. Os seus comprometimentos eram sempre com os outros membros daquela parceria, uma relação necessariamente pessoal que não os atrelava a nenhuma associação maior – daí os vários exemplos de casos em que mercadores e seus poucos parceiros enfrentam outros mercadores e seus parceiros em *dikái emporikái* que poderiam levar à ruína aquele que saísse derrotado.

As parcerias podiam se dar entre mercadores, entre mercadores e certos prestamistas ou entre mercadores e donos de navio. Como já discutido neste capítulo, muitas vezes a distinção entre essas figuras é um exercício infrutífero e modernizante. No

---

<sup>365</sup> Dem. 56. 7-9

<sup>366</sup> Dem. 52. 20.

<sup>367</sup> Dem. 32.

discurso *Contra Fórmio*, por exemplo, um certo Lampis<sup>368</sup> que transportaria o mercador Fórmio em seu navio até o Bósforo para que este pudesse levar suas mercadorias, vendê-las lá e retornar para Atenas com outro carregamento<sup>369</sup>. O estabelecimento dessas parcerias, por outro lado, nem sempre visava a concretização de um negócio específico no qual todos os envolvidos fossem lucrar imediatamente. A prática de levar passageiros que não pertenciam à tripulação era comum entre muitos navegantes e viajantes na Grécia Antiga e os donos de navio aproveitavam a oportunidade para fortalecer laços com possíveis futuros parceiros mercadores que precisavam se locomover, voltar para casa após uma longa viagem em outro navio que não iria mais navegar naquela estação ou qualquer outra situação parecida.

As parcerias se repetem ao longo dos discursos e não há um padrão que se possa traçar. Elas ocorrem entre os mercadores pelos mais variados motivos, sendo realmente situações muito específicas e ligadas a fatores estritamente pessoais. Nem mesmo o estatuto social dos envolvidos parecia contar tanto na prática quanto alguns autores antigos pareciam acreditar. Há parcerias diversas entre cidadãos, estrangeiros e metecos, havendo até mesmo um caso em que um escravo atua como mercador durante muito tempo antes de conseguir a sua liberdade, se tornar meteco em Atenas e depois, ao fim da vida, ainda ser condecorado com a cidadania<sup>370</sup>. Os casos de Parmenon, que chega a Atenas no navio de Apatúrio<sup>371</sup>, de Hiblésio, parceiro de Apolonides de Halicarnasso em seus negócios que envolviam o comércio em Atenas<sup>372</sup> ou de Filipe, que viaja como tesoureiro de Antífanos de Lamprae para auxiliar em suas transações de longa distância são apenas uma amostra da recorrência e variedade com que as parcerias comerciais aparecem na documentação textual produzida durante a democracia.

Conclui-se destarte que esse tipo de relação entre mercadores e entre comerciantes<sup>373</sup> era um pilar fundamental no funcionamento de toda a estrutura comercial da democracia ateniense. Sem essas parcerias o comércio antigo como é conhecido hoje

---

<sup>368</sup> Este não é o mesmo Lampis considerado o maior dono de navios da Grécia em Dem. 23. 211.

<sup>369</sup> Dem. 34. 7

<sup>370</sup> Dem. 45. 64 e Dem. 46. 13

<sup>371</sup> Dem. 33. 20

<sup>372</sup> Dem. 35. 11

<sup>373</sup> As relações entre comerciantes são muito menos documentadas, porém o silêncio das fontes não parece indicar uma ausência da realidade. Não há motivos para pensar que a situação descrita em Lís. 32 seja tão especial para que tenha sido única tendo em vista que aquela conjuntura se repetiu diversas vezes durante a história da democracia e que o estudo de outros mercados locais em sociedades pré-capitalistas aponta sempre para uma tendência de estabelecimento de relações pessoais de confiança ou rivalidade entre as pessoas que atuam cotidianamente no local e dele dependem para viver.

seria inconcebível. O caráter diádico das relações que fundamentavam essas parcerias, no entanto, as diferencia de outras associações com as quais os gregos estavam acostumados e não permitem que os pesquisadores procurem na Atenas clássica as guildas de outros períodos históricos. A racionalidade comercial contribuía para que esses indivíduos se encontrassem e estabelecessem as suas parcerias, mas fosse por impossibilidade ou por falta de necessidade, essas relações nunca passaram ao nível de institucionalização que permitisse uma atuação direta e coletiva dos comerciantes e mercadores nos fóruns da própria democracia através do exercício de pressões organizadas que possibilitassem uma negociação de melhores condições de vida. Nos casos em que houve uma incipiente organização para a ação ela foi motivada pela repressão a atitudes que antes eram tomadas isoladamente, como a venda dos cereais a varejo com margem de lucro e em quantidades em desacordo com os anseios da *pólis*. Eram, então mais reações de classe do que ações de classe. E a democracia ateniense terminou antes que pudessem ter se transformado em algo além disso.

#### **2.4.2) Propostas do materialismo histórico:**

Estou convicto de que para uma melhor compreensão da estrutura social ateniense durante os séculos V e IV é necessário conjugar elementos tanto institucionais como materiais, aqueles elementos que estão além e aquém do controle das instituições da *pólis*, como espero ter conseguido esclarecer no capítulo anterior. Desta forma, mais importante do que tentar encaixar os comerciantes ou mercadores em algum desses esquemas estruturantes é compreender a sua complexa configuração social e política. Havia mercadores e comerciantes cidadãos, metecos e escravos. O nível de riqueza também era razoavelmente heterogêneo entre eles. Não é possível, portanto, encaixá-los como um bloco homogêneo, um monólito, em nenhum dos esquemas tradicionalmente propostos de estrutura social para a democracia ateniense.

Diante da documentação disponível, a despeito da heterogeneidade que caracteriza a atividade comercial, ainda assim, como será possível depreender ao longo deste trabalho, mercadores e comerciantes podem, em minha opinião, ser sociologicamente entendidos como um grupo social delimitado e relativamente distinto de outros. A sua característica *sui generis*, é a sua racionalidade comercial, elemento comum desenvolvido por essas pessoas diante do seu envolvimento recorrente e incessante com as trocas comerciais em busca de sua subsistência e reprodução, ou seja, elemento desenvolvido a partir de sua especialização de ofício. Como abordarei no

capítulo 3, esta racionalidade, potencial concretizado, permite que, a despeito de tantas diferenças entre mercadores e comerciantes, eles possam ser compreendidos como um grupo social definível, embora não totalmente homogêneo em suas formas de apreender a realidade e atuar sobre ela.

No entanto, essa racionalidade é fruto de uma configuração social específica, um lugar determinado que os comerciantes e mercadores ocupam na divisão social do trabalho na democracia ateniense e, portanto, é preciso considerar tanto esse aspecto material quanto o aspecto ideo-político-jurídico na hora de propor uma definição histórica e sociológica.

Como já foi discutido, existem algumas maneiras de tentar enquadrar grupos de pessoas que compartilham determinado aspecto de sua sociabilidade. Algumas dessas maneiras foram discutidas ao longo de todo este capítulo: por estatuto jurídico (*status*), por riqueza (classe para a maioria dos weberianos) ou por sua posição no modo-de-produção com relação aos meios de produção (classe para a maioria dos marxistas). Enquanto as primeiras foram amplamente debatidas e parcialmente rechaçadas como ferramentas teóricas úteis na tarefa de definir este grupo de pessoas, defenderei aqui que é necessário encontrar um conceito que abarque alguns aspectos das duas primeiras, embora subordine-as a esta última.

Antes de avançar qualquer resposta mais sólida, é preciso fazer algumas observações teóricas e metodológicas a respeito do conceito de classe social. Diferentemente de um marxismo estruturalista de matriz althusseriana que tentava partir das relações sociais reais e dinâmicas para chegar a abstrações engessadas sobre o funcionamento das sociedades<sup>374</sup>, eu proponho aqui, juntamente com aqueles que dialogaram frontalmente com Althusser, que só se entende o funcionamento de determinado modo-de-produção, teoricamente falando, ou de cada momento histórico específico, partindo-se do complexo do real rumo a abstrações que nos ajudem a voltar ao real dotados da capacidade de compreendê-lo<sup>375</sup>. O conceito de classe, portanto, é não só um aspecto do real como uma ferramenta epistemológica.

Uma discussão importante dentro do marxismo, inaugurada pelo próprio Marx, mas profundamente influente no trabalho do historiador inglês E. P. Thompson é aquela

---

<sup>374</sup> Para críticas a este tipo de marxismo ver: Thompson (1981)

<sup>375</sup> Marx (2011: 54)

a respeito das possibilidades de definição de uma classe social<sup>376</sup>. Em Marx, por estar ausente, ao menos de maneira explícita, uma teoria das classes, este termo, bastante polissêmico, acaba sendo difícil de ser definido. Existem duas apreensões fundamentais que moldam, ainda hoje, os estudos históricos: “classe em si” e “classe para si”. Classe em si seria referente ao lugar que determinado grupo social ocupa dentro do conjunto de relações sociais de produção e também sua relação com os meios de produção em um determinado modo-de-produção<sup>377</sup>. Encarada sob este prisma, a classe social estaria presente em todas as sociedades não igualitárias da história da humanidade até os nossos dias e os conflitos entre elas seriam responsáveis pelas transformações históricas<sup>378</sup>. Classe para si, por outro lado, faz referência a um aspecto mais ideológico, ou seja, para uma classe social existir enquanto tal é necessário que as pessoas que a constituem tenham consciência de classe – saibam que são um grupo específico na sociedade, entendam sua condição de classe e sejam capazes de formular e disputar um projeto político-social que altere as condições de existência da sociedade em que vivem, colocando em xeque a sua própria existência como membros daquela classe. É um processo desse tipo que Thompson analisa em seu clássico *A Formação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, quando, segundo ele, a classe trabalhadora moderna, o proletariado, desenvolve sua consciência de classe<sup>379</sup>.

Seria ingênuo considerar que a classe trabalhadora inglesa tenha sido a primeira classe com consciência de classe na história da humanidade. O próprio Marx, por exemplo, citava classes dominantes de sociedades pré-capitalistas como tendo consciência de classe<sup>380</sup>. Por outro lado, mesmo se considerarmos classes subalternas – como contrário de classes dominantes – a história da Revolução Francesa, ápice do desenvolvimento da consciência de classe burguesa contra a aristocracia terratenente, não deixa dúvidas de que há exemplos históricos concretos de classes subalternas – ou ao menos não dominantes – que se compreendem como classes sociais. Ainda assim, há bons argumentos para que historiadores renomados continuem tratando esta, a questão da consciência de classe, como um dos grandes impasses do marxismo. Segundo eles, o processo de formação do capitalismo, que tem início nas transformações sofridas pela sociedade feudal em seu processo de desarticulação, desencadeia forças tais que

---

<sup>376</sup> Williams (2007: 85-96)

<sup>377</sup> Ste Croix (1981: 59-62)

<sup>378</sup> Esta concepção aparece, por exemplo, no Manifesto Comunista. Ver: Marx e Engels (2010: 40)

<sup>379</sup> Thompson (1987)

<sup>380</sup> Marx (2013: 291) e Marx apud Cardoso (2011: 21)

posteriormente serão percebidas como sendo pressupostos do movimento do capital tal como se conhece. É nesse processo que se formam a burguesia e, posteriormente, a classe trabalhadora, ou seja, apenas o desenvolvimento do modo-de-produção capitalista, mesmo eu sua gênese, foi capaz de oferecer às classes subalternas os mecanismos para sua tomada de consciência – dois dos mais importantes: igualdade jurídica e tendência a concentração dos meios de produção nas mãos da classe dominante, a chamada dupla-liberdade de que Marx fala no livro 1 d' O Capital.

Neste trabalho eu concordo parcialmente com G.E.M. de Ste Croix quando define a classe social como expressão social do fato da exploração<sup>381</sup>. E, dentro desta perspectiva, é inegável que o conceito de classe social seja aplicável à democracia ateniense, tendo em vista, para dizer o mínimo, que era uma sociedade escravista<sup>382</sup>. Por outro lado, essa abordagem excessivamente fenomenológica – no sentido de ser a manifestação real de uma essência etérea – não é suficiente. Não basta dizer que havia classes sociais, mas sim explicitar as implicações sociais disso. Para mim, portanto, a classe social é uma relação social e, como tal, perde o seu sentido se utilizada para analisar indivíduos isolados. O objetivo do materialismo histórico, concepção histórica que defendo, não é atrelar a cada indivíduo de determinada sociedade a etiqueta de pertencimento a uma classe social, contar quantas classes existem e depois dizer que classe explora a outra. Isso seria a realização da utopia funcionalista, algo que discordo ser possível ou desejável se alcançar. O que se intenta é perceber que existem configurações sociais que escapam à vontade dos indivíduos e que os moldam, os condicionam a pertencer a determinado grupo e agir de determinada forma.

De fato, apenas quando as amarras do trabalho abstrato se desprendem, ou seja, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência de classe se abre para as classes subalternas como um pressuposto histórico. Por outro lado, em momentos determinados do pré-capitalismo é possível encontrar lampejos de consciência de classe, uma consciência normalmente em potencial e que só

---

<sup>381</sup> Ste Croix (1981: 67)

<sup>382</sup> Há um longo debate sobre o papel da escravidão na sociedade ateniense do período clássico. Embora durante as décadas de 70 a 90 tenha havido um bom número de pesquisas que tentavam provar a lateralidade da escravidão como relação social fundamental na Grécia Clássica, nos últimos 20 anos uma série de autores têm recuperado as interpretações que advogam um peso expressivo da escravidão na economia e sociedade gregas do período. Alguns autores que defendem a perspectiva de que a Grécia Clássica, inclusive (e talvez sobretudo) Atenas, foi uma sociedade escravista são: Ste Croix (1981), Finley (1991), Osborne (1995: 27-43), Kyrtatas (2011: 91-111), Vlassopoulos (2011), Rihll (2011: 48-73).

aparece quando estimulada pelos eventos históricos específicos. A prerrogativa da luta de classes está sempre nas mãos das classes dominantes no pré-capitalismo, mas, uma vez estimuladas, as classes subalternas podem rapidamente ameaçar uma situação de estabilidade social. Em outras palavras: nessas sociedades, quando um grupo é tratado como classe, ele pode, e tendencialmente irá, agir como classe. Por esse motivo acredito que o marxismo pode contribuir fundamentalmente para a compreensão dos conflitos e impasses nas sociedades pré-capitalistas, em geral, e na democracia ateniense, em particular, já que uma abordagem que faça uso de uma ferramenta como o conceito de classe social estará mais atenta às estruturas sociais subjacentes de determinado evento histórico que acabam por influenciá-lo em tal ou qual direção. Esse é o embasamento holístico que eu creio ser ausente nas abordagens anteriormente debatidas.

Afinal, comerciantes e mercadores podem ser vistos como classes sociais no período estudado? Sim e não. Estou mais interessado no aspecto dinâmico e relacional que um conceito como este pode oferecer para avaliar determinadas situações em que há divergências e conflitos entre grupos de pessoas do que na possibilidade de criar pirâmides sociais. Reitero que não reconheço a classe como algo reificado, mas, sim como um complexo de relações, ou seja, em uma sociedade marcada pela exploração de alguns grupos sobre outros sempre haverá classes sociais, embora nem sempre as pessoas tenham consciência de classe. Sendo assim, acho que é possível identificar momentos que comerciantes e mercadores têm comportamentos de classe ou de fração de classe, mas são momentos pontuais e cuja iniciativa nunca parte desses grupos como se estivessem organizados material e intelectualmente. Nem por isso são menos importantes. No caso desta pesquisa, meramente substituir as outras concepções já apresentadas pela noção de classe social seria temerário. Proponho, então, que se tente conjugar o aspecto jurídico, o lugar dos comerciantes e mercadores naquela formação econômico-social específica, seus níveis de acesso à riqueza socialmente produzida e também a sua solidariedade de grupo como forma de melhor compreender sua ideologia e atuação no contexto democrático ateniense, bem como as diferentes visões antigas formadas neste contexto a respeito deles.



## Capítulo 3

### A Prática Cotidiana do Comércio em Atenas: das Mercadorias às Instituições Sociais

#### Introdução:

Até o presente momento este trabalho se ocupou dos aspectos teóricos do comércio grego no período clássico e de como os diferentes grupos da sociedade ateniense percebiam a atuação dos comerciantes e mercadores, o que gerava um caleidoscópio de possibilidades interpretativas a partir das quais foi possível estabelecer frágeis – porém fundamentais – generalizações a respeito do lugar social dos agentes do comércio durante a democracia ateniense.

Neste capítulo pretendo analisar a prática efetiva da atividade comercial engendrada por essas pessoas para tentar perceber como ela era fundamental para a sua inserção social em outros âmbitos da comunidade. Desta forma, creio que será possível estabelecer o nexos entre a prática social dos comerciantes e mercadores em seus pequenos mundos e o impacto indireto que ela causava no grande mundo da democracia ateniense, nos termos de Agnes Heller<sup>383</sup>.

Sustentarei a hipótese de que desempenhando as atividades comerciais em seu dia-a-dia os comerciantes e mercadores marcavam profundamente a sociedade ateniense colaborando para que a democracia de Atenas conformasse um regime político *sui generis* no período mesmo quando comparado ao que havia em outras cidades-Estado. Desta maneira, diferentemente do que a historiografia de viés institucionalista defende, não apresentarei apenas as tentativas de controle e regulação da atividade comercial incorporadas por algumas instituições políticas, mas, pelo contrário, darei ênfase a como a prática de comerciantes e mercadores, em suas semelhanças e diferenças, acabava conformando um ambiente sócio-político de negociação através do qual é possível perceber que a *pólis* dos atenienses era na realidade uma cidade dos habitantes da Ática. O conceito de “excluídos” geralmente aplicado àqueles que não tinham o estatuto de cidadão ou que de alguma forma fugiam aos padrões hegemônicos de comportamento esperado devem ser deixados em segundo plano em prol de uma interpretação que valorize as várias formas de inserção social existentes no período, mesmo aquelas que

---

<sup>383</sup> Heller (1977: 25-6)

estão muito além ou muito aquém da capacidade de controle das instituições vigentes. Este tipo de análise que privilegia a ação social dos grupos estudados auxilia inclusive na compreensão do funcionamento das próprias instituições, já que elas também conformavam ambientes dinâmicos submetidos a diferentes tipos de disputa em uma sociedade com tantos níveis de diferenciação social como é o caso da Atenas Clássica.

O comércio, assim como os grupos sociais mais diretamente envolvidos na sua realização, não era uma atividade organizada de maneira homogênea. Devido ao seu caráter eminentemente privado onde o Estado precisava sempre se adaptar às lógicas e demandas de funcionamento em vez de tomar parte como um ator protagonista da ação, o funcionamento das atividades comerciais variava bastante de acordo com o local onde ocorria, com os produtos trocados e com as pessoas envolvidas. Esses três fatores fundamentais, analisados de maneira articulada, permitirão perceber as diferentes formas em que o comércio podia se apresentar na cidade de Atenas para além da dicotomia geralmente oferecida entre “comércio interno e comércio de longa distância”. Através da análise de alguns exemplos geográficos específicos – o Pireu, a *agorá* da cidade, o bairro do Cerâmico, as minas do Láurio e as *agorái* interiores de alguns demos rurais – pretendo analisar diferentes facetas do comércio que contribuía para moldar os estilos de vida dos comerciantes, mercadores e os outros indivíduos com os quais eles interagiam em cada uma dessas localidades.

Paralelamente à atividade diária realizada no comércio, mercadores e comerciantes também tinham outros meios de inserção social, inclusive dentro da institucionalidade da democracia ateniense. A sua participação em alguns fóruns do regime político, como no caso dos *dikái emporikái*, assim como as tentativas de regulação e controle estatais de alguns setores que eram pilares da sociedade ateniense, como o caso das importações de cereais, denotam que comerciantes e mercadores não viviam “à parte” da sociedade ou apenas em seus “interstícios”, mas que foram peças importantes para que a democracia se desenvolvesse da maneira como se desenvolveu. Atenas, que chega a ser considerada por alguns autores uma cidade comercial, tinha na relação com outras *póleis* e outras sociedades não-gregas um caminho imprescindível para a reprodução de sua própria posição hegemônica no Mar Egeu durante o período clássico e, como já apontado nos outros capítulos, mercadores e comerciantes eram alguns dos indivíduos que contribuía para efetivar a ligação entre os elos dessa teia de relações.

Fosse nas viagens, nas campanhas militares, nos próprios fóruns da democracia ateniense, os mercadores e comerciantes acabavam indiretamente influenciando os rumos da história daquela comunidade. Toda essa influência e a inserção em cada uma dessas instituições era mediada sempre por sua atividade fundamental de reprodução social: comprar e vender. O desempenho de sua atividade cotidiana acabava perpassando de maneira definidora a sua inserção em todos os círculos da sociedade ateniense, fosse através do preconceito, das homenagens oferecidas, dos fóruns exclusivamente dedicados às querelas comerciais ou de sua capacidade de mobilizar contatos e meios materiais que contribuíssem para o abastecimento da comunidade em tempos de paz e durante campanhas militares.

Sendo assim, neste último capítulo, partindo primordialmente dos mesmos documentos utilizados para tentar traçar um perfil sociológico dos mercadores e comerciantes, tentarei demonstrar a relação crucial entre esse perfil e as práticas cotidianamente desenvolvidas por essas pessoas para compreender como, mesmo que de maneira involuntária na maior parte dos casos, a atuação desses negociantes podia pautar os rumos da grande política e os fluxos econômicos da *pólis* ateniense ao longo do período clássico.

### **3.1) Os ritmos e os locais de atuação dos mercadores e comerciantes**

Durante muito tempo foi hegemônico na historiografia relacionada à economia antiga, o pensamento de que o comércio de cidades como Atenas ocorria apenas confinado em locais específicos do território: a praça do mercado (*agorá*) – que também tinha outras funções na comunidade, inclusive consideradas mais importantes do que a atividade comercial que abrigava – e o porto (especialmente o Pireu, no caso de Atenas, apesar de haver outros portos na cidade), onde ocorriam as transações relacionadas com o comércio de longa distância.

Essa interpretação foi diversas vezes contrariada por hipóteses que pretendiam explicar os aspectos considerados mais modernos da economia antiga, especialmente a partir dos anos 1980 quando as interpretações primitivistas começaram a sofrer sérios ataques das correntes modernistas neo-institucionalistas amparadas pelo crescimento da quantidade de dados arqueológicos que permitiam embasar novas hipóteses e também pelo clima político-ideológico do período que impulsionou novamente as correntes ortodoxas da economia a uma posição de destaque no plano acadêmico em diversas áreas das humanidades.

A despeito de não concordar com muitas das hipóteses neo-institucionalistas, reconheço que algumas delas foram fundamentais para que se pudesse ter uma visão revigorada a respeito do funcionamento das relações entre economia e instituições sociais na Atenas Clássica. Um dos avanços importantes promovidos por historiadores desta corrente se verifica na sua insistência com relação aos locais onde o comércio era praticado na cidade. Desde os anos 1970, autores como Hopper<sup>384</sup> já haviam analisado a ocorrência de atividades comerciais fora dos locais tradicionalmente associados a elas. Sua análise sobre as formas de ocupação e exploração das minas do Láurio inclui diversas referências ao fato de o local ter desenvolvido toda uma estrutura econômica particular que funcionava de maneira dinâmica e que não estava diretamente atrelada às formas como o comércio se dava na *agorá* ou no Pireu. Ao longo do tempo passou-se a considerar também a importância do comércio local que ocorria nas diferentes regiões da *ásty* ateniense, assim como aquele que eventualmente se dava nas regiões mais interiores do território. As articulações entre cidade e campo passaram a ser vistas como relações dialéticas, superando finalmente a dicotomia proposta pelo tema da cidade consumidora weberiana ou da cidade produtora alardeada por alguns autores modernistas do início do século XX que aplicavam o modelo das cidades renascentistas para as cidades-Estado da antiguidade.

Do ponto de vista proposto por este trabalho creio que seja possível afirmar que o comércio ateniense era uma atividade geograficamente multicentrada, ou seja, a despeito de ele não ocorrer de maneira indiscriminada em todas as partes do território como é comum nas cidades capitalistas, havia um número considerável de locais que eram palco da atividade de mercadores e comerciantes. Ampliar o campo de visão para além da *agorá* e do Pireu permite também compreender a importância que esses dois ambientes tinham do ponto de vista econômico para o funcionamento da cidade, já que era inegável a sua pujança no que concerne ao volume de transações comerciais neles realizadas, mas é importante que não fiquem em segundo plano as tavernas espalhadas pela cidade, as oficinas que caracterizavam o bairro do Cerâmico, toda a dinâmica de comércio local e abastecimento da população que vivia e trabalhava na exploração da prata da região do Láurio e mesmo aqueles habitantes que apenas esporadicamente frequentavam o centro

---

<sup>384</sup> Hopper (1979)

urbano ateniense, mas que, nem por isso, estavam alheios às práticas comerciais e ao contato com comerciantes e mercadores como já aludido no capítulo anterior.

Algumas passagens dos textos aqui analisados ilustram a existência dessas figuras que parecem ter feito parte do cotidiano dos habitantes da cidade de Atenas: na peça *Os Cavaleiros* é possível encarar tanto os vendedores de peixe que costumavam ficar próximos aos portões da cidade<sup>385</sup> quanto o salsicheiro que protagoniza a peça como exemplos das figuras que faziam o comércio descentralizado dentro dos muros e nas imediações da *ásty* atenienses oferecendo diversos produtos para consumo diário das pessoas que ali viviam. Em *Lísias* há um trecho em particular do qual é possível depreender o nível de entranhamento social atingido por essa atividade na cidade de Atenas durante o século IV – e não há motivos para pensar que seja uma novidade deste século. As pessoas não iam aos comerciantes apenas para adquirir determinados bens de consumo, mas, em muitos casos, para estar em contato com outros membros da comunidade, conversar ou passar o tempo enquanto compravam (ou não) os produtos. Assim afirmava o orador que se sentia injustiçado ao ter a reputação de seu estabelecimento posta em xeque diante da acusação de se tratar de um antro de ladrões:

*“Pois cada um de vocês tem o hábito de parar em um barbeiro, em um perfumista, em um sapateiro ou onde quer que seja – na maior parte das vezes é nos comerciantes que estão localizados próximo à praça do mercado, e na menor parte naqueles que estão mais distantes. Então, se algum de vocês quiser pôr a marca da ladroagem nos homens que visitam o meu estabelecimento, claramente vocês devem fazer o mesmo com aqueles que passam seu tempo nos estabelecimentos dos outros; e se fizerem, também [devem fazer] com todos os atenienses: pois todos vocês têm o hábito de passar e gastar seu tempo em uma loja ou outra.”*<sup>386</sup>

A respeito dos produtos comercializados nessa larga rede comercial ateniense é possível encontrar relatos diversos com as mais variadas qualidades de mercadorias. Como já ficou claro, desde roupas até o cereal necessário para a alimentação diária podiam ser comprados e vendidos no território ateniense, passando ainda por produtos cuja finalidade não estava necessariamente atrelada à mera reprodução biológica: perfumes, tochas e vinho, por exemplo. Um exemplo dos muito numerosos constantes na comédia aristofânica dá pistas sobre a imagem dinâmica e um tanto quanto caótica de uma praça de mercado em Atenas, subtexto que para o espectador da época era tão trivial que passava despercebido, mas que para o pesquisador moderno é um testemunho da vivacidade do cotidiano políade:

---

<sup>385</sup> Aristóf. *Cav.* 1246

<sup>386</sup> *Lís.* 24. 20

*“Bdelicleon – Você enxerga tirania e conspiradores em todo lugar, basta alguém fazer alguma crítica grande ou pequena! Eu não tinha nem mesmo escutado a palavra nos últimos cinquenta anos, mas hoje em dia é mais barata do que sardinhas. Veja como ela é brandida no mercado. Se alguém compra perca<sup>387</sup>, mas não quer anchovas o vendedor de anchovas ao lado abruptamente diz ‘Esse homem compra peixes como um aspirante a tirano!’. E se ele pede uma cebola de graça para temperar um pouco as suas sardinhas a moça dos vegetais olha-o de lado e diz ‘Diga, você está pedindo uma cebola porque quer se tornar um tirano?’”<sup>388</sup>*

Enquanto os aspectos qualitativos da vida comercial ateniense podem ser captados em passagens como essas, principalmente se o pesquisador explorar as entrelinhas, o não-dito e o interdito, é difícil fazer qualquer afirmação, mesmo que trivial, no que se refere aos aspectos quantitativos da venda e consumo desses produtos. Conhece-se razoavelmente a dieta mediterrânea, baseada no que ficou conhecida pela historiografia como a “tríade mediterrânea” (azeite, vinho e cereais) e que, pelas condições naturais e diante do costume sedimentado ao longo de milênios, faz parte ainda hoje do cardápio de muitos países da região. No entanto, devido ao caráter fragmentário e lacunar das fontes, qualquer detalhamento mais profundo desta dieta exige um enorme esforço científico de busca e catalogação, e oferece como resultado não mais do que meros vislumbres das preferências de consumo dos habitantes da Atenas clássica. Os tipos de peixe e vegetais podem ser inferidos mediante a quantidade de vezes com que aparecem na documentação, há textos com receitas que eram replicadas regionalmente, conhece-se os produtos mais típicos de um ou outro demos ático, mas ainda assim o conhecimento que se tem a respeito do assunto é muito limitado em termos do que seria desejável.

Um dos produtos de grande consumo e preferência indubitável, parte do cotidiano da cidade ateniense e cujos vestígios arqueológicos e literários não permitiram com que passasse despercebido aos olhos dos estudiosos, é o vinho. Por ser um produto mais constante na documentação e suscitar uma discussão a respeito da relação entre os locais do comércio e as mercadorias neles comercializadas eu creio que o vinho sirva para ilustrar o aspecto descentralizado, extensivo e cotidiano do comércio interno ateniense ao qual ora me refiro.

Em seu estudo a respeito das tavernas nas cidades gregas, Kelly-Blazeby avança a hipótese de que a dificuldade em se diferenciar as tavernas de casas normais através do vestígio arqueológico se deve ao fato de que boa parte desses estabelecimentos se

---

<sup>387</sup> Um tipo de peixe

<sup>388</sup> Aristóf. *Vesp.* 492-8.

confundiam com o próprio local em que seus donos moravam<sup>389</sup>, um aspecto que perpassava diversos ramos do comércio ateniense desde as oficinas domésticas até os locais em que era possível comprar refeições e tomar o vinho. Além dos diferentes estatutos sociais aos quais podiam pertencer, desde escravos até cidadãos, era comum encontrar como taverneiros tanto homens quanto mulheres, o que prova que a dinâmica social ateniense era mais complexa do que os modelos binários sugeriam. O estudo do cotidiano do comércio permite fazer recortes verticais em determinadas fatias da sociedade para compreender a sua complexidade de modo sincrônico.

As tavernas e os comerciantes que nelas trabalhavam são figuras recorrentes na obra aristofânica e nos discursos dos oradores, sendo repetidamente referidos nos textos oriundos do recorte cronológico desta pesquisa. Geralmente são passagens que a olhos menos atentos passariam despercebidas devido à naturalidade com que são inseridas ao longo do texto. Não há grandes discussões ou elucubrações a respeito do papel das tavernas na sociedade ateniense nestes autores, apenas referências laterais que pressupõem uma naturalidade de sua existência e uso por parte da audiência cômica ou dos júris nos tribunais. Algo que fazia parte do cotidiano dos habitantes da cidade não precisaria ser minuciosamente explicado toda vez que fosse referido. Em Iseu, no discurso *Sobre a Propriedade de Filoctemon* há uma passagem que menciona “A mulher Alce foi instalada por Euctemon para tomar conta de seu prédio de apartamentos no Cerâmico próximo ao portão posterior, onde o vinho era vendido.”<sup>390</sup> Esse é o caso da maior parte das referências também em Aristófanes<sup>391</sup>.

O intenso comércio local que pautava a vida de muitos comerciantes no território ateniense tinha um ritmo próprio, adequado ao estilo de vida ático e muitas vezes imposto pelo próprio ritmo das atividades relacionadas à exploração da natureza, fosse a pesca, a agricultura ou a pecuária. Como não havia meios de armazenamento avançados, alguns produtos altamente perecíveis que eram comercializados precisavam encontrar o seu consumidor o mais rapidamente possível e, desta forma, vende-los frescos era a única opção. A venda do peixe fresco, de alguns tipos de queijo (principalmente de cabra, variedade mais comum na Atenas Clássica), derivados do gado ou vegetais variados precisavam ser produzidos em determinado ritmo que variava de acordo com cada

---

<sup>389</sup> Kelly-Blazeby (2006: 89-93)

<sup>390</sup> Iseu. 6. 20.

<sup>391</sup> Aristóf. *Lís.* 466 é um bom exemplo.

produto, não podendo ser oferecidos sempre no mercado como se houvesse uma oferta indefinida. É possível inferir que em determinados períodos do ano alguns vegetais estavam mais presentes nos mercados, alguns tipos de peixe em outros e assim por diante. De qualquer modo, essas eram variações locais que desde tempos imemoriais faziam parte dos modos de consumo da população na Ática, sendo encaradas, portanto, como naturais, esperadas e previsíveis. Não tinham impacto direto nem no comércio local, que provavelmente se adaptava aos diferentes momentos da produção e nem na vida dos habitantes que recorriam aos comerciantes para conseguir esses produtos. Havia momentos de maior variabilidade e que eram percebidos como problemáticos, como quando da quebra de alguma colheita ou devido à invasão do território por inimigos. Durante a Guerra do Peloponeso a população rural de Atenas foi obrigada a se mudar para dentro das muralhas da cidade enquanto os espartanos destruíam as suas propriedades no campo para cortar definitivamente o abastecimento dos habitantes mantidos sob cerco na cidade.

O ritmo do comércio exterior, do qual dependia parte importantíssima da subsistência dos habitantes atenienses (a quantidade de cereais necessária para alimentar a população só era atingida devido ao comércio de longa distância), por outro lado, era mais claramente discernível. E, além disso, esses ritmos eram marcados ao longo do ano. É possível, portanto, falar em um ciclo do comércio de longa-distância que alterava o funcionamento da cidade de Atenas, especialmente da cidade portuária do Pireu. Todos os anos a temporada de navegações durava entre o início da primavera até o final do outono, período em que as correntes marítimas e o clima ofereciam as melhores condições de navegabilidade no Mediterrâneo e seus mares anexos. Não somente os navegantes e mercadores estavam atentos à mudança que a chegada do inverno trazia para a cidade. Em uma peça de Aristófanes há referências às aves que indicavam o início da estação imprópria para a navegação<sup>392</sup> e é possível afirmar que toda a população da cidade vivenciava as consequências das entradas e saídas dos ciclos de comércio na cidade. Durante o período considerado apropriado para as navegações o porto era marcado por grande atividade e circulação de pessoas, dentre elas muitos mercadores, que faziam parte de uma população flutuante na cidade de Atenas, ou seja, que não viviam permanentemente na cidade, mas que a tinham como um centro fundamental para o

---

<sup>392</sup> Aristóf. *Aves*. 711



desenvolvimento de suas atividades. A demografia da região, portanto, variava de acordo com as práticas de navegação vigentes na Grécia<sup>393</sup>.

Essa variação dos ritmos de vida nos portos estava intimamente atrelada a uma variação dos ritmos da própria atividade comercial. Em primeiro lugar os navios chegavam trazendo produtos de diversas partes do mundo conhecido e era necessária uma infraestrutura capaz de embarcar e desembarcar mercadorias, a fiscalização do Estado ateniense atuava de maneira mais ostensiva devido ao volume de produtos que precisava taxar no período, muitas negociações entre mercadores e prestamistas eram realizadas e também novas parcerias entre os próprios mercadores para as viagens vindouras. Em segundo lugar é preciso estar atento às variações do próprio comércio local que eram ativadas por esse crescimento periódico do volume de comércio de longa distância. As tripulações dos navios precisavam de estalagens para se alojar caso não conhecessem nenhum habitante ou não tivessem nenhum imóvel alugado na região. Era necessário realizar uma pausa de vários dias entre uma viagem e outra para que fossem realizados os trâmites burocráticos da embarcação, os eventuais reparos necessários, o comparecimento aos tribunais em que eventualmente estivessem arrolados como réus ou acusadores e, durante este tempo, o comércio local também se beneficiava, pois havia uma população grande que precisava consumir diversos produtos com vistas a se manter na cidade ao longo do período. Essa população variável era especialmente ligada ao comércio não apenas por estar diretamente envolvida com o comércio de longa distância, mas também por ter tendencialmente menos vínculos sociais que os permitissem alcançar suas necessidades de consumo por outros meios (como produção própria, empréstimo de produtos entre amigos, etc). É possível afirmar, portanto, que o “ano comercial”, que poderia durar por volta de 8 meses em Atenas, emprestava ao dia-a-dia da cidade características razoavelmente distintas daquelas que mobilizavam os habitantes durante os meses do inverno, quando as navegações eram desaconselhadas e boa parte dessa população flutuante deixava a cidade para tocar os seus negócios em outras partes, voltar para suas cidades natais, etc.

Sendo assim, creio que seja preciso tentar compreender as diferentes formas de sociabilidade ligadas ao comércio na cidade de Atenas para alcançar um maior nível de inteligibilidade quanto a esta atividade que demonstra ser tão heterogênea e pouco

---

<sup>393</sup> Garland (1987: 58)

receptiva a generalizações descuidadas. Como foi posto, o comércio não estava apenas concentrado nos locais tradicionalmente relegados a ele, como a praça do mercado ou o porto, embora essas regiões fossem as que mais sofressem as consequências das alterações nos ritmos comerciais. Estabelecimentos ofereciam produtos ao longo de toda a cidade, muitas vezes aparentemente indistinguíveis dos imóveis nos quais os próprios habitantes residiam. Nos tópicos seguintes detalharei os meandros do comércio em regiões que acredito ser fundamentais para esta rede que configurava o comércio ateniense tentando apontar as especificidades de cada uma dessas localidades e a forma de atuação de comerciantes e mercadores em cada uma delas.

### **3.1.1) O Pireu, o *empóron* e a *agorá***

O assentamento do Pireu não tem a mesma história do assentamento da *ásty* da cidade de Atenas. Durante os períodos homérico e geométrico o desenvolvimento da *ásty* ateniense e seus arredores se deu praticamente sem nenhuma relação com a região que posteriormente viria a ser conhecida como a cidade portuária do Pireu. A conquista da ilha de Salamina no início do século VI expõe um papel importante de outros portos atenienses, especialmente aqueles localizados em sua parte oeste, como os de Elêusis, Keratsini, Aixione, Sounion e até mesmo o Fáléron, mas não há indícios de que o Pireu tenha tido um papel importante como porto na história ateniense até o fim do século VI, mais ou menos por volta do ano de 510. É verdade que mesmo no período arcaico ele já era um demo mais ou menos populoso, mas apenas é apenas por indicação de Temístocles durante as Guerras Greco-Pérsicas em princípios do século V, que o Pireu se desenvolve como porto e se torna um dos pulmões econômicos da cidade<sup>394</sup>. No período aqui analisado a cidade portuária do Pireu já estava acostumada a protagonizar importantes momentos da história ateniense, com grande destaque para a coalização de cidadãos democratas que, partindo de lá, avança sobre a cidade para forçar o restabelecimento da democracia em 403.

Do ponto de vista econômico e comercial alguns dados são fundamentais para compreender a importância desta região para o desenvolvimento da democracia ateniense. Entre os anos 450 e 320, mais ou menos coincidentes com o recorte cronológico aqui adotado, a população do Pireu é estimada em mais de 30 mil habitantes, ou seja, mais de 10% de toda a população do território ático. Em determinados momentos do chamado ano comercial essa demografia era alterada devido ao já mencionado influxo

---

<sup>394</sup> Garland (1987: 12-4)

de uma população flutuante que se estabelecia temporariamente na região para realizar os seus negócios.

Ao longo do tempo, devido a sua importância econômica, política e estratégica, o Pireu foi gradativamente se convertendo no que Von Reden chamou de “um mundo a parte”<sup>395</sup>. De acordo com a autora “o Pireu emergiu como um segundo centro urbano na pólis, mas sob controle restrito da Assembleia”<sup>396</sup>. Não apenas por ter sido construído durante a ascensão da democracia ateniense, mas por representar simbolicamente o controle popular dos navegantes, ou seja, dos mais pobres, sobre as instituições políticas da cidade, o Pireu era como o segundo coração de Atenas. Muitos dos prédios públicos da *ásty* eram duplicados no Pireu e por vezes a própria assembleia chegou a se reunir no teatro de Dionísio em Muníquia, também na região portuária<sup>397</sup>. O Pireu contava também com a sua própria *agorá* e os respectivos magistrados responsáveis pelo seu funcionamento, assim como aqueles que se encarregavam da execução e fiscalização da lei na *ásty*, estes últimos conhecidos como *astynómoi*.

É possível afirmar que o Pireu era um dos bastiões da economia ateniense. Mesmo que a economia da cidade de Atenas pudesse ser, em termos quantitativos, considerada uma economia eminentemente rural, é simplesmente impossível imaginar sem a presença do Pireu a existência do regime democrático e a hegemonia ateniense que fora sustentada ao longo de tantas décadas.

No papel de um segundo centro urbano, como defendem alguns pesquisadores dentre os quais se encontra Von Reden, a cidade portuária do Pireu concentrava diversas atividades econômicas que também eram típicas de um centro urbano. As oficinas herdadas por Demóstenes provavelmente se encontravam na região, assim como a grande oficina do pai de Lísias, um proeminente e rico meteco que por lá atuava. Essa era uma característica que pode ser observada através dos vestígios arqueológicos relativos aos enterramentos e também na epigrafia da zona portuária: era uma região que abrigava um enorme número de metecos e estrangeiros, muitos dos quais ligados às atividades comerciais locais ou parte da população que passava lá a parte do ano considerada própria para os negócios. As divindades estrangeiras cultuadas no local eram oriundas de locais

---

<sup>395</sup> Von Reden (1995)

<sup>396</sup> Von Reden (1995: 27)

<sup>397</sup> Von Reden (1995: 27)

como a Cária, o Egito, a Fenícia, a Trácia, a Síria, a Frígia e a Lídia<sup>398</sup>. Mesmo que Von Reden faça objeções à hipótese de Garland, a presença do culto a essas divindades indica um caráter cosmopolita dessa região da cidade de Atenas, porta de entrada e saída que ligava o mais importante porto do Egeu durante o período da democracia ateniense com as comunidades de outras localidades do Mediterrâneo e adjacências, sendo uma rota fundamental para a circulação de ideias e costumes, além é claro dos produtos que as embarcações carregavam consigo.

Sem dúvidas uma das zonas mais importantes para o funcionamento do Pireu era o seu porto comercial, ou seja o *empóron* do Pireu. Esta região era separada do restante por marcações limítrofes e no *empóron* concentravam-se grande número de pessoas que lá trabalhavam, magistrados responsáveis por fiscalizar as atividades, armazéns na forma de *stoai* que permitiam o alojamento e a troca de grandes volumes de produtos vindos de alhures e que precisavam passar por este porto comercial para que fossem redistribuídos por diferentes lugares da Ática por comerciantes locais (e vice-versa). De acordo com Isager e Hansen até seis navios carregados com grãos precisariam desembarcar no *empóron* do Pireu diariamente durante a estação própria para o comércio para que as necessidades frumentárias atenienses fossem atendidas<sup>399</sup>. E este número poderia dobrar se fossem considerados os navios carregados com outros produtos que também precisavam descarregar no local<sup>400</sup>. Mesmo que essas estimativas não estejam corretas, elas permitem estabelecer parâmetros que permitem ao menos ter uma noção da quantidade de pessoas e mercadorias que circulava diariamente pela região, denotando a importância econômica e o dinamismo do dia-a-dia dos trabalhadores, comerciantes e mercadores envolvidos nessas transações. Além das necessidades de Atenas, o *empóron* do Pireu atendia também às necessidades de comunidades outras, pois há evidências de que funcionava como um entreposto comercial que, por sua infraestrutura, facilitava a relação comercial de comunidades vizinhas, como cidades próximas à Macedônia, com grandes centros regionais do Egito, Oriente Próximo, Bizâncio e Mediterrâneo Ocidental<sup>401</sup>. Certamente essa enorme rotatividade nas atividades comerciais do *empóron* de Atenas era benéfico para os cofres públicos da democracia que podia cobrar taxas alfandegárias sobre os produtos ali comercializados. De acordo com Garland essa taxa de

---

<sup>398</sup> Garland (1987: 109)

<sup>399</sup> Isager and Hansen (1975: 62)

<sup>400</sup> Garland (1987: 85)

<sup>401</sup> Garland (1987: 87)

2% sobre todos os produtos que circulavam no *empóron* era a principal fonte de ganho da democracia ateniense no que se referia às taxações alfandegárias realizadas no Pireu<sup>402</sup>. Cabe ressaltar ainda que as atividades realizadas no *empóron* estavam sujeitas a uma vigilância e controle muito maior do Estado do que quaisquer outras atividades comerciais realizadas em outros locais da Ática, inclusive na *agorá* e nas ruas da *ásty* de Atenas. Soma-se a isso o fato de o *empóron* aberto a todas as pessoas de quaisquer estatutos sociais e origem geográfica e têm-se aí um local *sui generis* do comércio ateniense: por um lado a liberalidade de estar disponível para qualquer um como espaço a ser usufruído, por outro o controle mais restrito do que em qualquer outro espaço comercial da Ática, sendo um dos palcos de maior regulamentação estatal da atividade econômica e comercial que se pode encontrar ao longo da democracia ateniense.

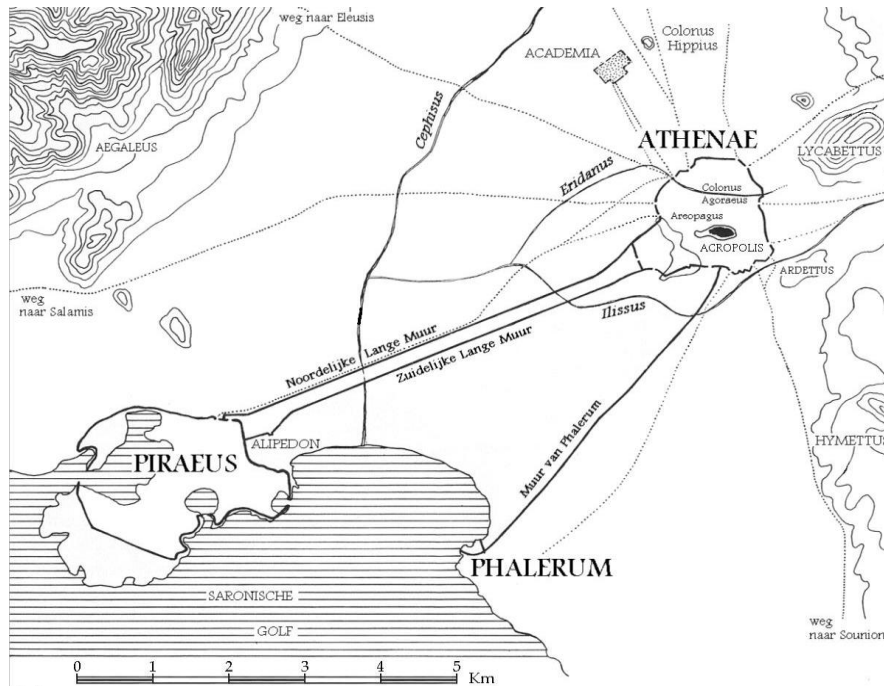
Além de ser centro das atividades relacionadas ao comércio de longa distância em Atenas, o Pireu também era o local onde se encontravam os arsenais da cidade. Lá eram construídas as naus de batalha responsáveis por erigir e manter a talassocracia ateniense e, portanto, além de ser um local de intensa atividade econômica era também discutido de perto pelos cidadãos quando precisavam decidir algo relativo à política naval ateniense. Por volta do ano 347 uma assembleia (que às vezes era realizada no Pireu devido a vários fatores distintos) lá realizada tinha como um dos pontos de pauta um debate a respeito das políticas relativas às docas atenienses, como pode ser inferido a partir de um discurso de Demóstenes<sup>403</sup>.

Neste mapa é possível ter uma visão geral da localização da cidade portuária com relação à *ásty* de Atenas:

---

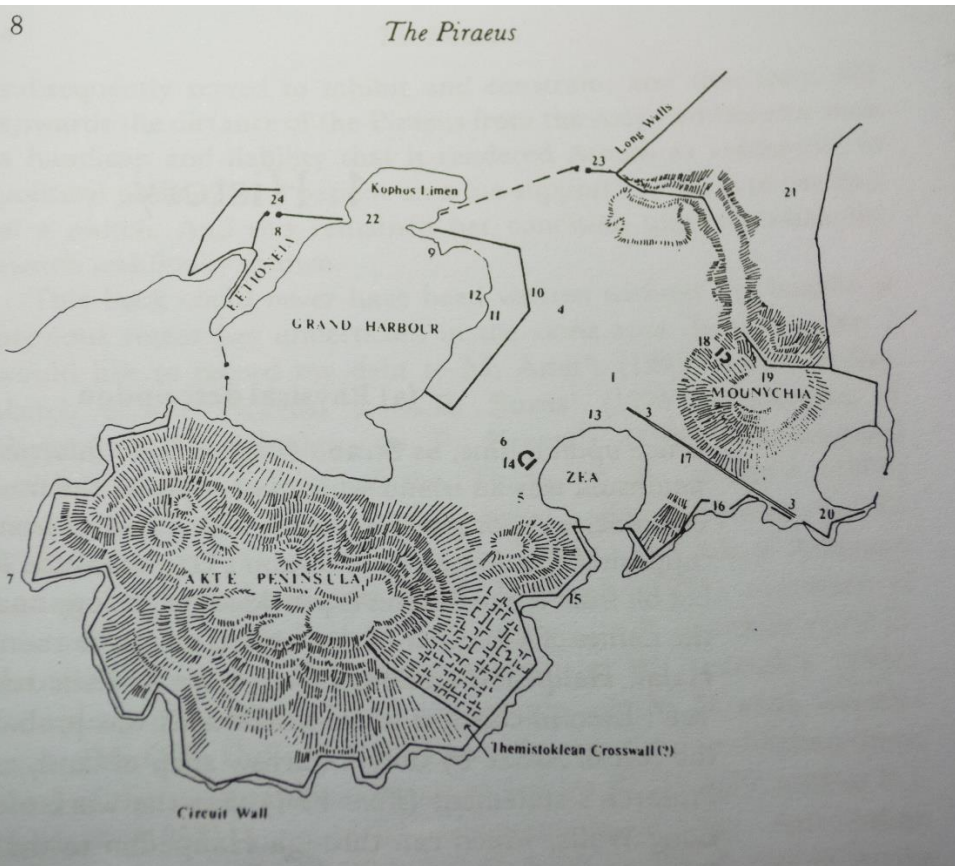
<sup>402</sup> Garland (1987: 88)

<sup>403</sup> Dem. 19. 60



Fonte: en.wikipedia.org. Verbete: *Piraeus*. Acessado em: 25/01/2015

O mapa a seguir demonstra as localidades mais importantes da cidade portuária do Pireu e permite compreender as articulações de proximidade e distância entre cada uma delas. É importante ressaltar que este não é um mapa do Pireu durante o período clássico, mas que comporta as transformações ocorridas na área entre os séculos V e I. As principais construções, aquelas que referidas neste trabalho, estão presentes desde pelo menos os séculos V e IV e, portanto, já formavam parte da realidade cotidiana dos habitantes do Pireu durante o período ao qual essa pesquisa se dedica.



- |  |   |
|--|---|
| 1. Hippodamian Agora                           | 12. Display area or <i>Deigma</i>         |
| 2. Remains of houses                           | 13. Arsenal of Philon                     |
| 3. Conjectured road to the sanctuary of Bendis | 14. Zea Theatre                           |
| 4. Sanctuary of the Dionysiastai               | 15. Phreattys                             |
| 5. Metroon                                     | 16. Serangeion                            |
| 6. Roman Forum                                 | 17. Asklepieion                           |
| 7. Tomb of Themistokles (?)                    | 18. Theatre of Dionysos                   |
| 8. Aphrodision                                 | 19, 20. Sanctuaries of Artemis and Bendis |
| 9. Jetty or <i>Chôma</i>                       | 21. Theseion (?)                          |
| 10. Diisoterion                                | 22. <i>Dia mesou chôma</i>                |
| 11. Emporion                                   | 23. Asty Gate                             |
|  | 24. Aphrodision Gate                      |

Fonte: Garland (1987: 8)

Através do mapa é possível notar que bem no centro da cidade portuária se encontrava a *agorá* do Pireu. Chamada de *agorá* hipodâmica, recebe este nome por ter estado presente no projeto inicial de construção da zona portuária elaborado por Hipodamos ainda antes de meados do século V. No discurso *Sobre os Mistérios* Andócides cita uma ocasião em que os cidadãos assim capacitados se reunissem na *agorá*

com suas armas e que os residentes no Pireu fizessem o mesmo na *agorá* hipodâmica<sup>404</sup>. Este é um indício forte de que por vezes o Pireu acabava funcionando como um segundo centro urbano do território ateniense e que tinha características locais próprias que o diferenciava da *ásty* da cidade. Esta *agorá* do Pireu aparece referenciada também no discurso *Contra Timoteu*, atribuído a Demóstenes, quando duas pessoas se encontram na casa de Timoteu, localizada no Pireu em uma região vizinha à *agorá*<sup>405</sup>.

Em termos de funcionamento, a *agorá* do Pireu provavelmente não diferia muito da *agorá* da *ásty*, sendo um local de encontro dos habitantes e também onde se encontravam diversos comerciantes que queriam vender os seus produtos. A existência de uma *agorá* própria em uma região comercialmente bastante ativa também permite inferir que muitos dos produtos mais raros que eram desembarcados no *empóron* acabavam sendo comercializados em uma localidade bastante próxima, o que agilizava a circulação das mercadorias e o seu escoamento para o consumidor final ou mesmo para intermediários que fossem transportá-las até a *agorá* da *ásty*. O que de fato é necessário ressaltar é a necessidade de inserir uma nova *agorá* neste assentamento urbano adjacente à *ásty* principal, denotando que o Pireu de fato incorporava muitas das funções sociais da própria *ásty* em vez de ser apenas uma região portuária anexa. Era possível não apenas trabalhar no Pireu e manter negócios em outros locais, mas também residir, trabalhar, comprar, vender, participar dos fóruns da democracia e estar plenamente integrado à vida da comunidade sem ter de recorrer sempre a uma visita à *ásty* para atender uma necessidade imediata que algum indivíduo pudesse ter em seu dia-a-dia.

Desta maneira, o Pireu era uma região comercialmente privilegiada que concentrava um grande número de mercadores, comerciantes, uma infra-estrutura especialmente complexa dos pontos de vista material e administrativo e, assim, se conformava como uma zona especialmente atrativa para a realização de negócios tanto ligados ao comércio local quanto ao comércio de longa distância. A dinâmica comercial do Pireu não deve ser extrapolada sem mediações para outras localidades do território, pois tem características muito particulares devido ao fato de ser uma cidade portuária, se conformar como um centro urbano próprio secundário à *ásty* ateniense e ser o centro de comando e funcionamento da frota marítima, grande força capaz de impor a hegemonia ateniense nas comunidades do Egeu durante a talassocracia e ainda uma fundamental peça

---

<sup>404</sup> And. 1. 45

<sup>405</sup> Dem. 49. 22



estratégica da democracia durante o século IV. Concordo com a hipótese de Von Reden<sup>406</sup>, portanto, de que o Pireu é na realidade uma excepcionalidade com relação a outras regiões da Ática – uma cidade comercial em meio a uma sociedade agrária – porém isso não permite negligenciar o seu papel como sustentáculo da cidade de Atenas justamente por conta de suas atividades navais e comerciais.

### **3.1.2) A *agorá* de Atenas e o bairro do Cerâmico**

Um dos locais mais famosos da cidade de Atenas era a sua *agorá*. Espaço por onde circularam grandes filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, a *agorá* era também um dos ambientes mais visitados pelos anônimos habitantes da cidade. Sabe-se que uma outra *agorá*, à época chamada de “*agorá* velha” estava localizada um pouco mais ao norte e distante da *agorá* ateniense, mas os pesquisadores não a conhecem muito e apenas raríssimas referências a ela podem ser encontradas na documentação textual ou epigráfica. Sobre a *agorá* do período clássico, sabe-se que desde o século VI alguns habitantes de Atenas começam a utilizar o local como espaço de venda e troca de produtos, além também de configurá-lo pouco a pouco como um espaço cívico por excelência.

É importante ressaltar que a *agorá* não deve ser reduzida nem ao seu aspecto cívico, cultural e político, nem ao seu aspecto econômico no sentido de ser a praça do comércio ateniense. Ela era um espaço ambíguo, segmentado em diferentes áreas e cujo acesso a determinadas áreas era reservado aos cidadãos homens e adultos. Por outro lado, é importante desmistificá-la como sendo o local que concentrava toda a atividade comercial local ateniense, tendo em vista que o avanço das pesquisas em História e Arqueologia já demonstraram que seria um exagero encará-la desta forma<sup>407</sup>. Aqui, no entanto, estarei interessado apenas neste aspecto da *agorá* como praça do mercado, somente eventualmente recordando que outras atividades cívicas e políticas do cotidiano da cidade também tinham lugar ali.

Do ponto de vista comercial, Alain Bresson defende que a existência de uma *agorá* como lugar central para o comércio local faz sentido pois diminui os custos de transação<sup>408</sup>. Na terminologia neo-institucionalista os custos de transação são compostos, dentre outros fatores secundários, pelos custos de transporte somados aos custos de

---

<sup>406</sup> Von Reden (1995: 27, 35-6)

<sup>407</sup> Bresson (2008: 18)

<sup>408</sup> Bresson (2008: 21)

informação<sup>409</sup>. Dado que os custos de informação seriam reduzidos a zero porque os clientes (portadores da demanda) e os comerciantes (portadores da oferta) saberiam exatamente onde, como e por que encontrar uns aos outros, a *agorá* resumiria os custos de transação exclusivamente nos custos de transporte, ou seja, a dificuldade que os comerciantes teriam para levar seus produtos ao mercado. Como a *agorá* não funcionava prioritariamente como um mercado, mas também como ambiente de convivência e atuação política dos habitantes da cidade, tendo sua origem estado atrelada a este último aspecto, não ao primeiro, creio caracterizar um exagero afirmar que o sucesso da *agorá* foi devido prioritariamente à diminuição dos custos de transação. Por outro lado, há de se admitir que o modelo de comércio tende a uma centralização em qualquer sociedade na qual o comércio tenha um papel fundamental e em que a tecnologia vigente não permita uma diminuição significativa dos custos de transporte e informação. A recorrência do mercado, a sua segmentação em diferentes áreas, a repetição das mesmas atividades ao longo do tempo aumenta os vínculos entre os comerciantes, os consumidores e o espaço no qual o mercado ocorre. Não é mais necessário procurar por determinado produto de forma desnorteada, pois na semana anterior e em todas as outras os mesmos produtos estavam mais ou menos expostos nos mesmos lugares. Sendo assim, com mudanças apenas pontuais e que podem vir a tornar-se novas regras institucionalizadas, a *agorá* oferece um espaço que é sobretudo previsível, característica fundamental para a consolidação de ações sociais recorrentes.

O acesso à *agorá* era um pouco mais restrito do que aquele que pôde ser observado no caso do *empóron* localizado no Pireu. Justamente pelo seu caráter misto, ou seja, por não ser um espaço exclusivamente comercial, era necessário preencher alguns requisitos antes entrar em negociações comerciais na *agorá*. Durante o século V era uma prerrogativa apenas dos cidadãos estabelecer uma barraca na *agorá* para vender os seus produtos. A partir da restauração da democracia em 403, e progressivamente durante o século IV, cada vez mais metecos passaram a realizar as suas atividades na praça do mercado mediante o pagamento de uma taxa.

Durante os séculos V e IV a infraestrutura comercial da *agorá* era ainda rudimentar se comparada ao que viria a ser a partir do período helenístico (com a *stoa* de Átalos) e durante o período romano (com os mercados de César e Augusto). Enquanto

---

<sup>409</sup> Para uma explicação teórica completa ver North (1981: 3-68)

durou a democracia não havia edificações exclusivamente dedicadas ao estabelecimento de pequenas lojas, ou seja, as tendas, bancas e barracas eram primordialmente temporárias e podiam ser montadas e desmontadas conforme a ocasião permitisse ou exigisse. Isso não quer dizer que não houvesse nenhuma organização do espaço destinado à venda dos produtos pelos comerciantes da *agorá*, pelo contrário. É de se supor que havia alterações neste espaço, especialmente quando em determinadas épocas do ano camponeses vinham de seus demos mais interiores para vender determinado produto específico na *agorá*. Porém, os comerciantes especializados parecem ter dominado a praça do mercado durante o período clássico ateniense. Autores como Xenofonte comentam a facilidade que tinha qualquer pessoa familiarizada com o cotidiano da cidade para encontrar os produtos que procuravam<sup>410</sup>. Escavações no sítio da *agorá* confirmaram o que as fontes textuais indicavam e hoje é possível afirmar que havia “zonas” (*circles*, em inglês, ou *kýkloi* em grego) dentro da *agorá* nas quais determinados vendedores de certos produtos se encontravam com frequência. Destarte, compradores poderiam se dirigir com mais facilidade para a zona na qual estavam localizados os produtos que eles procuravam naquele dia e, do ponto de vista dos comerciantes, essa distribuição orgânica do espaço permitia garantia aos vendedores que eles seriam encontrados pelos seus potenciais clientes sem maiores dificuldades. A dinâmica do espaço na *agorá* de Atenas, bem como na do Pireu, assemelhava-se bastante com as feiras periódicas que ainda podem ser encontradas em algumas cidades do Brasil e do mundo contemporâneo, guardadas as suas especificidades históricas. Uma piada da comédia *Os Cavaleiros* de Aristófanes sugere que os comerciantes de couro, de mel e de queijo estão agrupados de acordo com o produto que oferecem<sup>411</sup>, remetendo ao fato de conhecimento geral de que a *agorá* tinha uma lógica de organização de acordo com os locais em que eram vendidos cada produto. “*Diversos grupos nos quais produtos especiais eram vendidos eram chamados ‘círculos’, tais como aqueles que provinham peixes, carne, vestuário, perfumes, farinha, vinho e azeite.*”<sup>412</sup>

A *agorá* de Atenas era rodeada por diversos edifícios públicos, uma lista sempre crescente com o passar do tempo. Foi apenas com a doação e construção da *stoa* de Átalos no século II que uma divisão entre “espaço cívico” e “espaço comercial” passou a ser de fato institucionalizada. Sendo, no período clássico, considerada, além de praça do

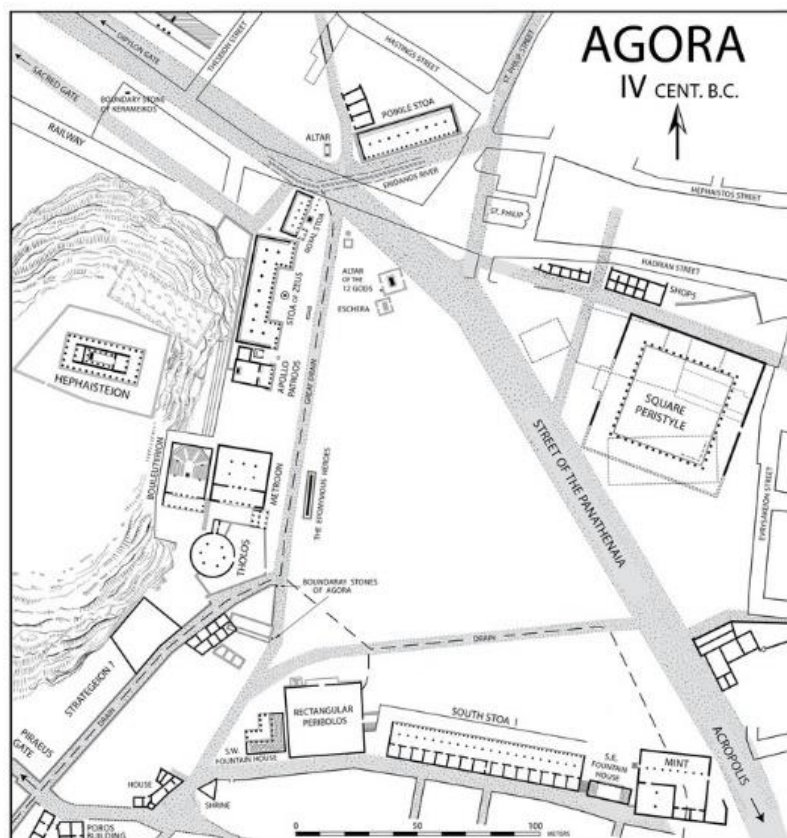
---

<sup>410</sup> Xenofonte. *Oec.* VIII, 22.

<sup>411</sup> Aristóf. *Cav.* 852-5

<sup>412</sup> Thompson (1993: 5)

mercado, também o centro cívico da cidade, havia estátuas, homenagens, afixação de leis e decretos por escrito, bem como a exposição para desonra dos escudos daqueles que eram considerados traidores da cidade por terem abandonado o campo de batalha. Era um espaço no qual milhares de pessoas podiam circular ou mesmo se concentrar para assistir à passagem de algum cortejo, como acontecia durante o festival das Panatenéias. Algumas reuniões da assembleia chegaram a ocorrer na própria *agorá* ao longo da democracia, bem como outros encontros, especialmente com arautos de outras comunidades. De tempos em tempos esses “adornos” da *agorá* eram modificados e atualizados, inclusive em virtude de festivais religiosos que passassem ao lado ou pela própria *agorá*. No esquema a seguir é possível ter uma visão geral de como estava disposta a *agorá* e também os seus arredores:



Fonte: sessão “agorá e Pnyx” da página [www.agathe.gr](http://www.agathe.gr) (acessada em 25/01/2015)

A praça do mercado era também o coração da comunidade ateniense, não apenas dos cidadãos, mas de todos os habitantes da cidade. Embora em alguns eventos políticos ocorridos na *agorá* apenas fosse permitida a presença de cidadãos, no dia-a-dia era possível encontrar pessoas de todos os *status* sociais circulando pela área e por seus arredores. Algumas fontes localizadas na região também eram locais frequentados por muitas mulheres. Durante alguns festivais religiosos importantes, como as Panateneias,

inclusive estrangeiros compareciam à cidade para assistir ao cortejo que tinha em seu trajeto os arredores da *agorá*. Era um ambiente sempre movimento durante os dias corriqueiros, festivos ou dedicados às reuniões políticas mais decisivas. Desta maneira, a *agorá* expressava sempre o ritmo de vida da *pólis* em determinado momento, as suas comemorações e os seus lutos. Era para lá e de lá que afluíam boa parte das conversas e dos encontros que poderiam afetar as vidas dos envolvidos. Era um local, portanto, que centralizava e do qual irradiavam notícias, pessoas e produtos ao longo de todos os dias.

A *agorá*, a despeito de não ter ainda no período clássico uma infraestrutura complexa dedicada à prática comercial, não era um espaço sem regras do qual se apropriaram os habitantes e com relação ao qual o Estado não tinha nenhum interesse em ordenar. A *agorá* de Atenas tinha um espaço e um tempo delimitados fisicamente e que indicavam que estava aberta para o desenrolar de suas atividades corriqueiras e cotidianas. Espacialmente ela era delimitada por uma corda<sup>413</sup> – e esta corda era pintada com a mesma tinta vermelha que os guardas citas, escravos da cidade que faziam um serviço de vigilância policial, usavam para marcar os cidadãos que não comparecessem à Assembleia para realizar quaisquer atividades privadas pelas ruas da cidade. Do ponto de vista temporal, esta corda era retirada assim que o sol nascia e recolocada ao pôr-do-sol, indicando que apenas sob a luz do dia o mercado estava aberto para o público. Durante as assembleias e uma série de outros dias considerados impróprios para o desempenho das atividades econômicas normais da cidade, a *agorá* também não ficava aberta para o uso comum de vendedores e compradores, nem mesmo para a circulação e encontro de pessoas. Em um discurso de Demóstenes é relatado um dia em que o pritaneu irrompe no meio da *agorá* e encerra todas as atividades dos comerciantes (que provavelmente arrumavam suas coisas após um dia de trabalho, tendo em vista que a noite já se iniciava) para que se prepare a cidade para uma assembleia emergencial tendo em vista o avanço das tropas de Felipe da Macedônia em 338:

*“A noite já havia caído quando um mensageiro chegou trazendo aos pritaneus a notícia de que Elatéia havia sido tomada. Eles se sentavam diante de sua refeição, mas instantaneamente levantaram-se da mesa, retiraram da praça do mercado os comerciantes que estavam em suas barracas e desenrolaram a corda, enquanto outros convocavam os comandantes e ordenavam a presença do trompetista. Grande comoção se espalhou por toda a cidade.”*<sup>414</sup>

---

<sup>413</sup> O personagem Diceópolis toma como primeira de suas atitudes no estabelecimento de sua *agorá* particular a delimitação com uma corda do espaço em que ocorreria o mercado: Aristóf. *Acarn.* 719-29.

<sup>414</sup> Dem. 18. 169

Uma grande controvérsia a respeito da qual não se alcançou nenhum consenso entre os especialistas é a periodicidade com que a feira se armava e durante a qual se podia realmente utilizar as expressões *agorá* e praça de mercado como sinônimos perfeitos. A escassez de documentação escrita e arqueológica impede que esse consenso seja alcançado, porém não há indício algum que desaprove a leitura de que as *agorás* de Atenas e do Pireu estavam diariamente abertas e com comerciantes vendendo seus produtos salvo em dias interditados por questões políticas ou religiosas. Creio que a periodicidade das feiras romanas, por exemplo, só faz sentido em uma sociedade que conte com alternativas institucionalizadas para o suprimento da demanda diária de produtos. Em uma cidade como Roma e outras grandes cidades do território republicano ou imperial, populações de dezenas, às vezes centenas de milhares de pessoas, contanto com uma infraestrutura comercial legada ao longo de séculos podiam recorrer a estabelecimentos variados espalhados por toda a extensão territorial da cidade. Os mercados e os centros cívicos já vinham em vias de desvinculação há séculos nos modelos de cidade do Mediterrâneo central e, desta maneira, a organização de feiras e mercados periódicos pode ser atestada em um sem número de fontes, como é possível ver através das pesquisas de Frayn<sup>415</sup> e De Ligt<sup>416</sup>.

Na Atenas do período clássico, a despeito da relativa descentralização do comércio se comparada com os modelos correntes em fins do século XIX e no início do século XX, a *agorá* ainda detinha uma importância fundamental e aparecia como único centro comercial da *asty*. Os outros estabelecimentos que existiam pela cidade, especialmente nos bairros com maior concentração de oficinas, não conformavam mercados alternativos à *agorá* em termos de concentração de pessoas e oferta de produtos – quantitativa e qualitativamente falando. Eram apenas locais complementares para a satisfação de uma ou outra necessidade mais imediata da vizinhança, realidade completamente distinta daquela que passou a conformar a cidade a partir de meados do período helenístico e que caracterizou as cidades romanas com seu pujante comércio local.

A despeito da relativa liberalidade da *agorá* ateniense em comparação com os mercados romanos, havia uma série de tentativas de regulação do comércio ocorrido no local. Alguns magistrados especialmente dedicados à organização e fiscalização da

---

<sup>415</sup> Frayn (1993)

<sup>416</sup> De Ligt (1993)

*agorá*, os *metronomoi* e os *agoranomoi* (segundo a Constituição dos Atenienses, de Aristóteles), eram responsáveis, respectivamente, por percorrer todo o mercado para verificar que os pesos e medidas atenienses estavam sendo utilizados, bem como para atestar a qualidade e quantidade dos produtos ofertados pelos comerciantes. Durante o período clássico os instrumentos originais como balanças, pesos, medidas, etc, eram armazenados no prédio do Bouleterion, que futuramente haveria de se tornar uma edificação especificamente dedicada à burocracia e fiscalização do comércio local da *ásty* ateniense. Eram esses originais que os magistrados portavam quando faziam a sua ronda para ver se os comerciantes estavam seguindo os padrões estabelecidos pela comunidade. A *agorá* do Pireu contava com os mesmos mecanismos de controle e com magistrados específicos, diferentes daqueles que atuavam na *agorá* da *ásty*. Essa fiscalização pode ser interpretada como mais um mecanismo popular de controle típico da democracia, pois visava garantir uma igualdade de condições entre comerciantes e compradores na hora de efetuarem suas transações comerciais tentando por um lado proteger o comprador de eventuais fraudes e oferta de produtos de baixa qualidade e, por outro, garantir um espaço organizado no qual os compradores não precisassem a cada dia se digladiar pelos melhores lugares em busca de realizar a demanda por seus produtos<sup>417</sup>.

A *agorá* ateniense se localizava parcialmente no bairro do Cerâmico, conhecido por ser um bairro no qual habitavam diversos artesãos e pontilhado por oficinas de cerâmica, escultores, ferreiros, bronzeiros, cortadores de mármore, dentre outros. O Cerâmico era um bairro que, durante o período clássico, ficava parcialmente dentro e parcialmente fora das muralhas da cidade, estando o lado externo dedicado a um grande cemitério no qual Péricles proferiu o discurso fúnebre pretensamente reproduzido por Tucídides. O bairro do Cerâmico, bem como as franjas da *agorá*, era densamente povoado e como toda área densamente povoada era também conhecido como o antro da prostituição ateniense<sup>418</sup>. Enquanto proliferavam na praça do mercado estandes, bancadas e barracas mais ou menos improvisadas feitas primordialmente de madeira e que podiam ser facilmente removidas e deslocadas, no Cerâmico e arredores as oficinas nas quais era possível comprar diversos produtos eram geralmente partes de um conjunto residencial maior ou mesmo pequenas construções fixas de tijolo ou pedra dedicadas à produção e ao comércio dos mais diversos tipos de artesanato. O caso já referido presente em discurso

---

<sup>417</sup> Bresson (2008: 23)

<sup>418</sup> Kelly-Blazeby (2006: 181)

de Iseu demonstra um pouco do dinamismo social e econômico da região. Além da referida passagem este mesmo discurso faz referência a um prédio de apartamentos nos quais muitos artesãos, cidadãos empobrecidos ou metecos (que geralmente estavam proibidos de adquirir propriedade imobiliária) viviam pagando aluguel. Não parece ser inverossímil admitir que durante a democracia muitos dos comerciantes que viviam no centro urbano de Atenas vivessem em imóveis deste tipo, alguns dos quais de propriedade de algum rico cidadão que colocava um seu criado ou enviado de confiança para gerenciar os negócios, como é o caso neste discurso. A referência de Iseu e os achados arqueológicos da área sugerem que era um bairro no qual havia não apenas bordeis e tavernas, mas também oficinas e outros pequenos estabelecimentos comerciais.

A *agorá* e seu entorno aparecem, portanto, como espaço privilegiado, porém não exclusivo, do comércio local na *ásty* ateniense. Com uma pequena, porém razoavelmente eficiente institucionalização que visava garantir o melhor funcionamento do espaço para os habitantes da comunidade que dele usufruíam, tanto comerciantes quanto compradores poderiam ter a certeza de que na *agorá* oferta e demanda se realizavam com menor dificuldade do que nas ruas, oficinas, estradas e interior do território ático. Um espaço que concentrava tantas funções acabava de fato se comportando como um pequeno centro da vida urbana ateniense, mas é preciso cuidado para não relegar ao esquecimento toda a atividade comercial que também ocorria em outros locais da cidade.

### **3.1.3) As minas do Láurio**

As minas de prata da região do Láurio são tidas como uma das principais razões para a ascensão da democracia ateniense como uma potência naval politicamente hegemônica durante o século V. A exploração de minérios na região já era prática comum dos atenienses desde pelo menos o período arcaico, quando algumas ligas de prata e ouro eram retiradas da região. Foi apenas durante as Guerras Greco-Pérsicas, no entanto, que novos veios de prata passaram a estar disponíveis para a exploração massiva que ocorreu a seguir com a tecnologia dominada pelos atenienses à época. A tradição credits a Temístocles o famoso discurso no qual, em uma assembleia, dissuadiu os seus concidadãos da ideia de dividir por igual o dinheiro proveniente desse minério para que ele fosse investido na construção de uma frota capaz de assegurar a defesa do território de Atenas de futuras novas invasões inimigas. E assim foi feito.

A região do Láurio dista entre 15 e 20 quilômetros da *ásty* ateniense, não sendo, portanto, uma parte do território muito afastada do principal centro urbano da Ática.



Dadas as características muito particulares do assentamento que se desenvolveu por conta da exploração das minas, no entanto, ela adquiriu características bastante distintas de outros assentamentos encontrados ao longo da paisagem ática, constituída principalmente de bosques, montanhas e fazendas e pequenas aldeias nucleares nas quais os habitantes tinham suas residências. No mapa a seguir é possível ver um detalhe próximo ao Cabo Sounion, região na qual também se encontravam as minas:



Fonte: Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines, tome 3, volume 2, 1877-1914. p. 1850

O trabalho intensivo nas minas do Láurio demandava uma quantidade grande de recursos e força de trabalho, tendo sido uma região densamente povoada pela população requerida para que as atividades de extração na localidade ocorressem de maneira ininterrupta e propiciasse aos cofres públicos a entrada de riquezas necessárias para a construção da frota, a reconstrução da *ásty* após o incêndio provocado pelos persas e também a manutenção das principais instituições democráticas – que foram aumentando em tamanho e quantidade ao longo dos séculos V e IV – dentre elas o pagamento aos magistrados, aos juízes, àqueles que compareciam ao teatro, às assembleias, o

fornecimento de equipamento militar para armar metecos e escravos que lutaram em defesa da cidade durante a Guerra do Peloponeso e outras batalhas que se seguiram, etc.

A administração da atividade mineira era feita por cidadãos que arrendavam do Estado o direito de explorar determinadas minas durante um certo período de tempo, pagando uma quantia considerável de dinheiro aos cofres públicos por esse privilégio. De acordo com diversas passagens dos textos forenses do século IV é possível notar que a “revenda” desses direitos arrendados era prática comum na cidade de Atenas e existe toda uma área da história do direito especialmente interessada nessas transações, já que elas não seguiam os padrões regulares conhecidos de outras transações imobiliárias que marcaram o período.

A missão arqueológica belga, responsável pela famosa escavação da aldeia de Tóricos, uma das que se localizava na região mineradora do Láurio, esclareceu que o assentamento já era povoado desde antes do processo de sinoicismo de Atenas e que durante o período clássico concentrou grande atividade econômica e circulação de pessoas, tendo sido encontradas construções importantes como casas, oficinas, templos, minas e até mesmo um teatro<sup>419</sup>. Como a área se localiza no que hoje é uma parte pouco povoada do território da Ática, as missões arqueológicas na região se sucederam sem grandes problemas e revelaram uma riqueza material contextualizada que permitiu avanços significativos no conhecimento a respeito do Láurio. Esta característica da região a diferencia de outros sítios europeus, em geral, e gregos, em particular, que devido a uma ocupação contínua e crescente nos últimos milênios muitas vezes permite apenas a prática da arqueologia de salvamento ou baseada exclusivamente em fotografias aéreas. Algumas escavações das últimas décadas permitiram conhecer melhor o chamado “distrito industrial”, assim chamado pela alta concentração de oficinas nas quais eram trabalhados os minérios extraídos do Láurio. Mesmo partes específicas do processo de mineração, como os locais e ferramentas utilizados para lavar e separar os metais de suas ligas e as fornalhas puderam ser escavados e estudados, sendo a região uma fonte crucial de informações a respeito da mineração antiga como um todo.

Toda essa pujança econômica e alta densidade populacional, atrelada às características de um distrito exclusivamente dedicado ao trabalho, mas que precisava abrigar esses mesmos trabalhos para evitar que tivessem de realizar uma cansativa e

---

<sup>419</sup> Jones (1982: 170)

proibitiva viagem de ida e volta entre o Lúrio e outras aldeias mais afastadas, denota também a presença de uma infraestrutura adequada para suportar a vida cotidiana na região. Sabe-se que esta região sofreu um forte processo de desmatamento durante o período de sua maior atividade mineradora. As árvores foram utilizadas principalmente em construções na região do Lúrio e também como combustível para manter funcionando os equipamentos necessários para a mineração – o desmatamento em larga escala da região que se pode verificar atualmente é fruto principalmente da reabertura das minas durante o século XIX d.C., mas concordo com Meiggs que a produção intensa de prata a partir do período clássico não deve ter custado pouco em termos do uso da madeira encontrada anteriormente na região<sup>420</sup>.

Dentre os aspectos dessa infraestrutura material que interessam a este trabalho estão principalmente a circulação de comerciantes, as tavernas e as prostitutas que certamente trafegavam pela região oferecendo os seus serviços. Não sendo uma zona particularmente profícua em termos de produção agrícola e, além de tudo, concentrando uma população relativamente maior do que os demos rurais eram capazes de sustentar usualmente, a manutenção de toda essa força de trabalho no Lúrio passou pela oferta de produtos necessários à condução da vida cotidiana dos indivíduos que lá viviam. Acredito ser possível afirmar diante das evidências que esta era uma região particularmente marcada pelas relações de troca, dentre as quais é possível destacar o comércio, tendo em vista a quantidade de riqueza circulante que passava pelas mãos dos habitantes da região. Diferentemente do que se imaginava, a força de trabalho no trabalho das minas não era composta apenas por escravos, como fica claro no discurso *Contra Fênipo* no qual um cidadão desconhecido menciona ter ido tentar a sorte trabalhando com seu próprio corpo na extração de minérios no Lúrio obtendo êxito em sua empreitada<sup>421</sup>. Para alguns cidadãos empobrecidos e/ou desprovidos de terras ou outras formas de ganhar a vida dentro dos muros da *ásty*, o destruidor trabalho na região mineradora se apresentava como uma alternativa tão promissora quanto perigosa.

Toda essa riqueza produzida na região precisava ser transportada para fora dali onde realmente teria uso material e simbólico. O estudo de outras regiões mineradoras, no entanto, demonstram que parte dessa riqueza era usada para pagar aos trabalhadores (inclusive escravos que eram alugados por cidadãos para os arrendatários das minas que

---

<sup>420</sup> Meiggs (1982: 203)

<sup>421</sup> Dem. 42. 3, 20, 31-2

os pagavam em dinheiro e aos quais era permitido, por vezes, ficar com parte do pagamento) e, ao circular na própria zona mineradora, alimentava toda uma economia local que ajudava a manter o funcionamento mesmo das atividades realizadas ali como um todo. Não é arqueologicamente possível falar de uma *agorá* da região do Láurio nos mesmos moldes em que se pode falar de uma *agorá* do Pireu ou da *agorá* da *ásty*, mas é inegável que comerciantes, itinerantes ou localizados em determinados pontos das ruas, além das oficinas e tavernas, ofereciam um sem número de produtos para os trabalhadores mineiros. Essa economia local era alimentada certamente pela produção das hortas, pomares e hortas da região, as quais forneciam gêneros alimentícios complementares da dieta dos trabalhadores e que muitas vezes poderiam ser oferecidos pelos próprios moradores da região em sistema de reciprocidade, ou ainda cultivados por alguns trabalhadores em suas propriedades durante o tempo em que não estivessem atuando no trabalho da mineração. Outros produtos, no entanto, precisavam circular como mercadorias trazidas por comerciantes que atuavam no Láurio indo buscar artigos em propriedades rurais um pouco mais afastadas e até mesmo na própria *ásty*. Era imprescindível que uma rede conectando propriedades localizadas na área, em seu entorno e mais distantes funcionasse a partir da integração do comércio local para que o Láurio recebesse o influxo de produtos necessário à manutenção das atividades de extração da prata. Evidências dessa intensa atividade comercial podem ser encontradas nos resultados das escavações arqueológicas analisadas por Jones<sup>422</sup> no qual o autor analisa a simbiose entre os aspectos doméstico, produtivo e comercial das construções estudadas na região.

As minas do Láurio, portanto, diferem da *ásty* e do Pireu no sentido de ser uma região mais afastada tanto do influxo de gêneros produzidos no campo, quanto do influxo de mercadorias vindas do exterior. Além disso, sendo uma região cujo desenvolvimento demográfico foi pautado pelo crescimento da atividade mineradora, constituindo-se assim basicamente como um distrito de trabalhadores manuais com alta densidade populacional e circulação de pessoas, o comércio local ali desempenhava o papel fundamental de suprir uma demanda por produtos do dia-a-dia que certamente não podia ser atendida satisfatoriamente apenas pela capacidade produtiva local. O fato de ser um distrito de trabalhadores, com presença feminina relativamente menor do que em outros assentamentos da Ática e ser o centro produtor do minério que ajudou Atenas a construir

---

<sup>422</sup> Jones (2007)

o seu Império permite inferir que a atividade dos comerciantes foi crucial para o desenvolvimento e a manutenção da atividade econômica na região. Tendo em vista as tentativas de regulação da exploração das minas por parte do Estado<sup>423</sup>, o protagonismo do comércio local na região salta aos olhos pela excepcionalidade de ter se tornado uma forma de troca crucial em uma sociedade majoritariamente agrária. O Láurio é, portanto, um exemplo de como a atuação cotidiana de pequenos comerciantes pode ser necessária para o funcionamento de uma parte insubstituível da economia ateniense, demonstrando como a vida cotidiana, os pequenos mundos imediatos das pessoas que ali viviam e trabalhavam, podia impactar indiretamente no grande mundo da política e sociedade da democracia ateniense.

#### **3.1.4) As chamadas “*agorás interiores*”**

Neste capítulo venho apresentando progressivamente níveis de descentralização da atividade comercial na cidade de Atenas durante o período clássico. Apesar de haver também níveis de centralização relativos, indicado pelo fato de que a atividade comercial era mais presente na *ásty*, no Pireu e no Láurio do que em outras regiões do território, e, nas *agorái* da *ásty* e do Pireu em comparação com as ruas, bairros e outras zonas de cada uma dessas regiões, agora é o momento de abordar um tema que contribuirá para desmistificar a visão de que os demos rurais da Ática viviam uma economia exclusivamente pautada pela autossuficiência enquanto que as partes supracitadas, mais urbanizadas, tinham forte influência da atividade comercial.

Em toda a literatura analisada, apenas uma vez, em um discurso de Demóstenes, uma *agorá* local no interior da Ática é mencionada. Esta ideia tem sido endossada por boa parte das pesquisas recentes sobre a economia antiga que tentam englobar outras áreas territoriais da Ática para além dos centros urbanos de Atenas. Alain Bresson menciona que “*em Atenas havia também as agorái locais, em alguns demos, das quais um pequeno número é atestado pelas fontes*”<sup>424</sup>. Alfonso Moreno, em seu *Feeding the Democracy*, também analisa a economia rural ateniense com o objetivo de provar que havia produção de mercadorias voltadas ao abastecimento do mercado interno da própria cidade-Estado ateniense<sup>425</sup>, implicando em uma circulação interna de produtos na forma de mercadorias transportadas por seus próprios produtores diretos ou por comerciantes intermediários

---

<sup>423</sup> Hopper (1979: 183-9)

<sup>424</sup> Bresson (2008: 20)

<sup>425</sup> Moreno (2007: 23, 64-76)

que encarregavam-se de recolher essa produção e redistribuir em determinadas áreas do território que dela carecessem e nas quais havia meios de pagar por ela.

O caso já mencionado na comédia aristofânica em que Diceópolis efetua o ritual de abertura de sua própria *agorá* particular e conversa com um megarense que se diz acostumado à praça do mercado ateniense também pode indicar que havia o que Bresson chama de “*agorái* fronteiriças”, utilizadas principalmente no comércio de média e longa-distância realizados por terra pelo interior da Ática, Beócia e regiões próximas. Ainda que minoritário em comparação ao comércio marítimo, havia caravanas de mercadores e mesmo produtores individuais que por vezes atuavam no comércio por vias terrestres. A malha de estradas e caminhos abertos na Grécia continental ligando diversas cidades e aldeias umas às outras comprovam que este tipo de comércio, apesar de muito mais custoso e difícil, não era proibitivo a despeito de seus altos custos de transporte. As principais estradas ligavam grandes assentamentos entre si, com destaque para os locais em que um grande fluxo de pessoas era esperado periodicamente, como é o caso da estrada entre Elêusis e a *ásty* de Atenas.

Os estudos de Osborne<sup>426</sup> e Whitehead<sup>427</sup> sobre a paisagem política e social do território ático e seus demos interiores ressaltam que a democracia ateniense era fundamentada principalmente nos habitantes que tinham a oportunidade de morar perto da *ásty*. Em uma análise prosopográfica de longa duração durante a democracia ateniense Osborne comprova que a democracia ateniense era social e geograficamente marcada<sup>428</sup>. Por outro lado, a hipótese de seu estudo é a de que a política realizada localmente, nos fóruns dos demos, tinha um peso extraordinário na vida política ateniense, contrariando fortemente as leituras que privilegiam excessivamente o peso das decisões tomadas nas reuniões da Assembleia, na *ásty*.

Ao comprovar que os demos tinham uma vida política dinâmica, Osborne oferece subsídios para que se pense em outros aspectos da vida rural ateniense geralmente ignorados pelos estudiosos do comércio antigo. Aldeias ou conjunto de aldeias contavam com espaços nos quais podiam reunir-se os seus habitantes. Esses espaços eram usados não apenas para realizar a política local, mas também para outros níveis de contatos sociais que caracterizam as sociedades baseadas nas relações pessoais face a face. Nesses

---

<sup>426</sup> Osborne (1985)

<sup>427</sup> Whitehead (1986)

<sup>428</sup> Osborne (1985: 70-1)

espaços os produtores diretos poderiam trazer os seus excedentes para oferta-los a outros membros da comunidade que precisassem adquirir produtos no mercado, mas que não podiam ir até a *ásty* ou o Pireu. Nesses locais que funcionavam, em algum sentido, como *agorái* locais (sem a fiscalização e regulação que regiam as *agorái* do Pireu e da *ásty*), todos os tipos de troca descritos por Polanyi tinham lugar: a reciprocidade, a redistribuição e também a troca comercial – como defende Moreno.

A despeito de não ser possível ter conhecimento mais exato e apurado a respeito do funcionamento desses espaços, todos os indícios – estradas, a presença de aldeias nucleares, a realização de fóruns políticos locais que permitiam aos habitantes dos demos mais distantes certo nível de participação política e usufruto de sua cidadania (no caso de serem cidadãos), a existência de produções específicas voltadas para o mercado, como o mel produzido no monte Hímeto, parte do carvão produzido em Acarna, as piadas presentes na comédia aristofânica e que indicam familiaridade do público rural com o mundo do comércio (mesmo que para rechaça-lo), etc; todos esses são fatores que levam a crer que havia um certo nível de atividade comercial que permitia que alguns habitantes dessas comunidades mais distantes se dedicassem ao comércio. As estalagens que pontilhavam as estradas atenienses em locais de mais difícil acesso a médias e grandes aglomerações aldeãs também forneciam parte da infraestrutura necessária para que viajantes com seus animais de carga, companheiros e escravos pudessem chegar ao seu destino com menos dificuldades devido ao perigo oferecido por salteadores e outros tipos de bandidos que aproveitavam a pouca capacidade de vigilância oferecida pela frouxa burocracia da democracia.

Alguns desses assentamentos eram palco de festivais religiosos que poderiam atrair pessoas de toda a Ática e até mesmo de cidades estrangeiras. Nesses momentos de grande afluência e circulação de pessoas os produtores locais e muitos comerciantes aproveitavam para armar as suas barracas nos arredores dos templos oferecendo uma pletera de produtos que transformava parte do festival em uma verdadeira feira, fenômeno mais bem documentado durante os períodos romano e helenístico, mas cuja análise de assentamentos como Delos e Elêusis, acredito, permitem inferir também para os santuários e festivais mais famosos da Ática como um todo. A esses mercados

temporários que se organizavam diante de ocasiões muito específicas Alain Bresson chama “*agorái* temporárias”<sup>429</sup>.

Em linhas gerais, defendo que a existência das *agorái* locais, fossem elas fronteiriças, temporárias ou regionais (concentrando os produtores, comerciantes e compradores de um ou mais demos de uma mesma região) permitem alargar o horizonte dos estudos sobre o comércio antigo, pois demandam uma compreensão um pouco menos centralizadora na análise. Cada uma das diferentes regiões da Ática tinha o seu funcionamento particular mediante as condições específicas de seu cotidiano. A democracia ateniense não era um conjunto de instituições sociais concentradas sob os muros da cidade, mas um emaranhado em diversos níveis da vivência dos habitantes em toda a Ática. A presença de mercados e comerciantes em cada um desses diferentes níveis e o impacto que a sua atuação poderia ter sobre o funcionamento normal de determinada região são evidências de que cotidianamente eles construía e tencionavam as relações sociais que conformavam em seu conjunto o regime democrático ateniense.

### **3.2) A institucionalidade do comércio**

Um dos objetivos principais deste trabalho é demonstrar que existem alternativas interpretativas da economia antiga que não se atenham exclusivamente aos aspectos institucionais da mesma, marca do campo desde as querelas primordiais no final do século XIX até a nova onda neo-institucionalista que hoje conforma corrente hegemônica nesses estudos. Para isso tentei buscar na documentação exemplos e situações que viabilizassem a mobilização de um arcabouço teórico materialista privilegiando as diferentes práticas sociais como mananciais nos quais se originam as instituições – que não são meros resultados de determinado acordo social idealmente realizado.

É chegado o momento de dar um passo final que atrela novamente a ação social com as instituições sociais daí emergidas restabelecendo o nexos inicial da análise que partiu de uma desconstrução, passou por uma reelaboração e agora volta a reconstruir uma imagem diferenciada da sociedade ateniense que permita avançar nos debates hoje em voga a seu respeito.

O comércio ateniense é um conjunto de atividades com grau relativamente alto de institucionalização. O desenvolvimento de suas práticas, paulatinamente crescente desde o homem passou a habitar a Ática, foi responsável pela criação e repetição de uma série

---

<sup>429</sup> Bresson (2008: 20)



de ações sociais que se adaptaram cada vez que um novo conjunto de instituições surgia ou era alterado pelo movimento da história. Durante o período clássico é possível afirmar que o comércio desempenhava um papel fundamental na integração do Mediterrâneo, contando com diversas cidades comerciais, portos complexamente estruturados, rotas de navegação que ligavam comunidades a milhares de quilômetros de distância umas das outras e diversos níveis de organização que formulavam e aplicavam as regras do jogo comercial em níveis locais e internacionais.

No que concerne à cidade de Atenas como um dos diversos Estados que tomava parte nessas relações, o comércio tinha um papel contraditório em diversos níveis. Por um lado era uma atividade na qual geralmente indivíduos entravam, não coletivos. Isso significa que por um lado os comerciantes e mercadores realizavam as suas transações à revelia do Estado ateniense, que não entrava como parte ativa nessas relações de mercado. Por outro lado, isso não significa que o Estado fosse alheio às relações comerciais. Boa parte do comércio de longa distância entre habitantes de Atenas e mercadores estrangeiros acontecia dentro das dependências do *empóron*, uma instalação construída com o dinheiro do tesouro ateniense para melhorar os procedimentos comerciais realizados no Porto do Pireu e até mesmo atrair maior quantidade de mercadores que buscassem melhores condições para realizar seus negócios. Em um outro nível, o comércio de longa distância era extremamente necessário para a sobrevivência do regime democrático devido à necessidade crônica que Atenas tinha de importar cereais durante o período clássico<sup>430</sup>, porém o comércio local a varejo era visto por parcelas da população como uma atividade disruptiva que promovia a busca pela satisfação pessoal em detrimento do coletivo comunitário, como demonstrei no capítulo anterior.

De uma maneira ou de outra, independentemente das opiniões a seu respeito, o comércio em suas diferentes facetas era uma realidade já dada durante o período clássico e os diferentes grupos sociais, bem como o Estado ateniense, precisavam lidar com essa realidade de alguma forma. A democracia ateniense tinha uma série de mecanismos especialmente voltados para a tentativa de regular a atividade comercial, incluindo uma série de magistrados dedicados a isso, fóruns especificamente preparados para até mesmo subverter as regras da democracia e permitir a fala de metecos, estrangeiros e até mesmo escravos em determinadas circunstâncias, além de protocolos já testados pela prática ao

---

<sup>430</sup> Garnsey (1988), Moreno (2007)

longo da história a respeito do que se fazer quanto às importações, aos produtos atenienses que eram vendidos a mercadores para que fossem vendidos alhures rendendo pequenas fortunas aos seus produtores, etc.

A partir de agora irei explorar os meandros da institucionalidade que estava ao redor das atividades comerciais e como elas deviam se adaptar a uma realidade que se impunha diariamente sobre ela. Penso que se uma instituição existe é porque determinada prática social foi tão recorrente e teve consequências tais que passou a ser preciso regulamentar as suas ocorrências futuras, criar regras que permitissem a previsibilidade em situações parecidas que viessem a ocorrer. Encaro as leis e as instituições como uma evidência contraditória da realidade a partir da qual é possível entender algumas dinâmicas da sociedade, mas apenas se não se as encara como mero reflexo do real.

### **3.2.1) Tentativas de Regulação da Atividade Comercial**

É possível encontrar na legislação ateniense uma série de mecanismos através dos quais o Estado tentava regular a atividade comercial. De um ponto de vista funcionalista, que tem a sua parcela de realidade, a ativação desses mecanismos buscava extrair de uma atividade privada o máximo de ganhos possíveis, materiais e simbólicos, em direção a um aproveitamento da comunidade como um todo. Entendendo a realidade da democracia como uma realidade contraditória, por outro lado, é possível interpretar esses diferentes avanços do Estado sobre o comércio como maneiras de determinados indivíduos proeminentes garantirem cada vez mais para si os privilégios que os mantinham em posições de liderança<sup>431</sup>. É na dialética dessa relação que é preciso analisar as diversas estratégias da democracia no que concernia à variada prática comercial em voga durante o período clássico ateniense.

Uma primeira questão que se coloca é relativa ao tipo de ingerência que o Estado pretendia ou podia tentar mobilizar com relação às atividades comerciais. Em diferentes formas de Estado ao longo da História é possível identificar estratégias distintas quanto à organização comercial. Algumas sociedades contam com Estados que atuam como compradores e vendedores, que precisam gerenciar uma balança comercial muitas vezes desequilibrada e que conta com artifícios diversos para influenciar e determinar os fluxos de riquezas que entram e saem de sua alçada. No caso da democracia ateniense, em vez de falar de “controle” estatal da atividade comercial, creio que tentativas de “regulação”

---

<sup>431</sup> Moreno (2007: 211-308)

soam de maneira mais apropriada. Para usar os termos propostos por Bissa é possível falar também em uma oposição entre “envolvimento” e “intervenção”<sup>432</sup>. De acordo com a autora o envolvimento se dá quando o Estado é ele mesmo uma das duas partes envolvidas em uma transação comercial, enquanto a intervenção seria caracterizada através das tentativas de regular e influenciar o comportamento das pessoas sob aquela jurisdição no que diz respeito a suas atitudes econômicas.

Tendo em vista o desenvolvimento das atividades comerciais ao longo dos séculos durante a história ateniense, passou a haver cada vez mais uma tentativa, por parte do Estado como emanção da coletividade dos cidadãos, se colocando como representantes da coletividade dos habitantes como um todo, de criar regras para influenciar uma atividade que costumeiramente era entendido como estritamente privada, ou seja, que se dava entre indivíduos que acordavam suas próprias regras em cada transação. Por maior que tenha se tornado o aparato institucional concernente ao comércio durante a democracia, defendo que não é possível afirmar que havia um controle estatal sobre as atividades comerciais e, nesse aspecto, sustento a tese de Hasebroek de que o interesse do Estado no comércio era tentar extrair dessa atividade inevitável o maior proveito possível para a sua comunidade sem, no entanto, tomar parte ativamente no seu jogo. Um desses indícios é o fato de, a despeito de todo o seu poderio naval, nunca ter se desenvolvido em Atenas uma instituição análoga a uma marinha mercante que realizasse negociações comerciais pelos portos do mundo conhecido em nome da cidade de Atenas<sup>433</sup>. A única área em que o Estado se envolvia diretamente era na compra de cereais dos mercadores que para Atenas carregavam esses produtos, porém analisarei o caso em uma sessão específica mais adiante neste mesmo capítulo.

O que a democracia ateniense desenvolveu ao longo do tempo foram regras que regulamentassem a forma como o comércio deveria ocorrer dentro de seu território. Nesse sentido, do ponto de vista que aqui me interessa, a atividade em si dos mercadores e comerciantes, o impacto era de que determinados protocolos precisavam ser seguidos para que eles pudessem realizar os seus negócios na cidade de Atenas.

O primeiro tipo de intervenção praticada pela democracia era regulação sobre a circulação de pessoas e produtos vindos provenientes do estrangeiro. De acordo com

---

<sup>432</sup> Bissa (2009: 19)

<sup>433</sup> Hasebroek (1933)

Bresson, três razões concorriam para que esse controle fosse feito de maneira mais ou menos restrita dependendo da cidade-Estado: 1) a necessidade de manter a comunidade coesa; 2) a tentativa de prevenir problemas de insegurança provenientes da presença de estrangeiros na comunidade, como o vazamento de informações para os inimigos; 3) o interesse financeiro proveniente das taxas aduaneiras impostas sobre essa circulação<sup>434</sup>.

Nos limites deste trabalho a terceira razão é a mais importante pois está diretamente atrelada à regulação do comércio, e conseqüentemente da atividade dos comerciantes e mercadores, por parte do Estado. Em Atenas, a aplicação de taxas sobre os produtos desembarcados dos navios era feita igualmente sobre estrangeiros, metecos e cidadãos, importando, então, o fator estritamente econômico e não as ligações que aquela pessoa tinha com a comunidade na qual estava chegando. Uma das taxas que rendia mais ganhos ao tesouro público era a chamada *pentekosté*, uma tarifa que deveria ser paga em dinheiro e que equivalia a 1/50 (ou seja, 2%) de toda a mercadoria desembarcada no *empóron* do Pireu. Em algumas ocasiões ao longo da história da democracia travaram-se debates ferozes a respeito da concessão de isenção do pagamento de taxas por parte de determinados mercadores. No discurso *Contra Léptines* Demóstenes se mostra terminantemente contrário a suspender a isenção das tarifas aduaneiras aos mercadores enviados pelo rei do Bósforo navegando com cargas de cereais. Por um lado Atenas precisava do carregamento de cereais, especialmente em tempos de maior escassez nos quais a isenção da taxa de 1/30 (ou seja, 3,3%) oferecida aos mercadores pelo rei do Bósforo os incentivaria a navegar rumo a Atenas; por outro lado Léptines argumentava que reciprocamente este presente era um precedente que poderia colocar em xeque uma das principais fontes de arrecadação de riquezas do tesouro público ateniense caso outras isenções passassem a ser concedidas – e isso em um momento que a cidade se mantinha a duras penas em constante esforço militar:

*“Vocês estão cientes de que nós consumimos mais cereais importados do que qualquer outra cidade. No momento a quantidade de cereais que vêm do Mar Negro para os nossos portos é igual ao montante de todas as outras fontes de importação. E isto não é nenhuma surpresa, pois não apenas aquela região é a mais produtiva em cereais como também, Leucon, que controla o comércio, garantiu isenção de taxas para os mercadores navegando com cereais para Atenas e ele proclama que aqueles zarpendo para o seu porto devem ter prioridade de embarque. (...) No momento vêm do Bósforo para Atenas por volta de 400 mil cestos<sup>435</sup>; os números podem ser chegados nos livros dos comissários dos cereais. Então, para cada 300 mil cestos ele nos dá de presente 10 mil cestos, e pelos 100 mil restantes, um presente de*

---

<sup>434</sup> Bresson (2008: 73)

<sup>435</sup> Esta medida equivalia a aproximadamente 32 litros.

*aproximadamente três mil. (...) Então, ninguém sonha que ele vá receber o cancelamento de seu presente para ele manter os presentes dele para vocês.*<sup>436</sup>

Além das taxas sobre os produtos desembarcados, eram cobradas também, no *empóron* ateniense, taxas de passagem, permanência dos navios nos atracadouros, transferência de mercadorias de um navio para outro, dentre outras. Esta forma de tentar regular o comércio acabava incidindo sobre os mercadores como um custo adicional para o qual ele devia estar preparado no momento em que aportasse em Atenas, devendo incluir nos seus cálculos de lucratividade todos os gastos que teria com os impostos a pagar para o Estado. Isso fazia com que muitos mercadores tentassem burlar a fiscalização ateniense aportando em localidades externas ao porto do Pireu, atracadouros naturais, alguns dos quais eram plenamente conhecidos por todos os frequentadores da cidade portuária como “porto dos piratas”, onde negociavam com comerciantes atuantes de Atenas que estivessem dispostos a transportar os produtos para dentro da cidade clandestinamente. Um negócio que envolvia riscos, subversão das leis vigentes na democracia e oferecia, em contrapartida, uma taxa de lucros maior do que aquela conseguida após o cumprimento dos trâmites legais.

Como já mencionei, a estrutura administrativa ateniense não pode ser comparada com nenhum aparato burocrático mais complexo presente em outras sociedades (como o Império Romano), mesmo considerando-se apenas sociedades pré-capitalistas, portanto era necessário que esse controle fosse feito de maneira localizada e da forma mais concentrada possível. De acordo com Aristóteles na *Constituição dos Atenienses*:

*“São também designados por sorteio dez agoranomes [“inspetores dos mercados”, ou “responsáveis pelas leis da agora”], cinco para o Pireu e cinco para cidade. A estes, é definido pelas leis zelarem para que todos os artigos postos à venda sejam de qualidade autêntica e não adulterados.*

*São também designados por sorteio dez metronomes [“inspetores dos pesos e medidas”]. Eles têm a responsabilidade sobre os pesos e medidas e devem zelar para que os vendedores que os empreguem sejam justos.*

*Havia também dez sitophylaque [comissários dos grãos] designados por sorteio, cinco para o Pireu e cinco para a cidade; eles são nos dias de hoje vinte para a cidade e quinze para o Pireu. Primeiro, eles zelam para que, na agora, o grão bruto seja vendido a um preço justo, em seguida para que os moleiros vendam a farinha em proporção ao preço da cevada e para que os padeiros vendam os pães em proporção ao preço do trigo e para que estes últimos tenham o peso que eles [os sitophylaque] fixaram; na verdade, a lei determina que eles o fixem.*<sup>437</sup>

Percebe-se que os responsáveis pela fiscalização das *agorái* da *ásty* e do Pireu atuavam apenas nessas duas regiões. No caso das *agorái*, a despeito de ser prerrogativa

---

<sup>436</sup> Dem. 20. 31-5

<sup>437</sup> Aristóteles. *A Constituição dos Atenienses*. 51. 3-4

de qualquer cidadão vender os seus produtos na praça do mercado da democracia, metecos, escravos e estrangeiros que quisessem usufruir do espaço deveriam pagar uma taxa<sup>438</sup>, como já mencionado, sendo mais uma fonte de entrada de recursos no tesouro. Idealmente, esses recursos eram utilizados para o pagamento dos magistrados responsáveis pela manutenção da ordem no espaço, resultando portanto em benefício para toda a comunidade, mas como a gerência do tesouro dependia do magistrado que estivesse no cargo naquele período e não havia uma contabilidade tão apurada a ponto de fazer tais planejamentos microeconômicos, não se pode dizer que na prática ocorria dessa forma. As instituições democráticas eram palco das disputas oriundas da diferenciação social na democracia ateniense.

As *agorái* interiores, as estradas, a região do Láurio ou os estabelecimentos espalhados por todas as partes urbanizadas do território ático; em nenhum desses locais o Estado conseguia garantir que as suas tentativas de regulação fossem implementadas na prática, o que já denota uma certa limitação na capacidade imposição do Estado quanto às atividades dos comerciantes e mercadores. Nos locais de maior concentração da atividade comercial, portanto, o Estado concentrava todos os seus esforços para tentar regular o melhor possível essa atividade, conscientemente negligenciando outras áreas devido ao desinteresse ou incapacidade de lá atuar.

Uma outra forma de o Estado tentar influenciar a atividade comercial ateniense para reverter alguns problemas crônicos da economia da cidade era a proibição parcial da exportação de alguns artigos. Atribuída aos tempos das reformas solonianas, os habitantes da Ática apenas podiam vender os seus produtos agrícolas dentro do território ateniense, com exceção do azeite. Descat discute a realidade desta proibição durante o período clássico e conclui que, de fato, a medida atribuída a Sólon encontra fundamentos empíricos que a sustentam<sup>439</sup>. Concordo com o autor quando conclui que esta medida tinha menos impactos econômicos do que políticos, já que visava garantir o consumo interno deficiente e, principalmente, diminuir os conflitos que à época assolavam a Ática entre os grandes proprietários de terra e uma massa de camponeses despossuídos cuja existência colocava em xeque, a médio prazo, a própria existência da comunidade. Do ponto de vista dos comerciantes que queriam vender os seus excedentes a proibição não era impeditiva, pois Atenas ainda tinha uma série de produtos passíveis de ser negociados

---

<sup>438</sup> Dem. 57. 30

<sup>439</sup> Descat (1993: 145-61)

com mercadores estrangeiros, como a sua cerâmica apreciada em diferentes partes do Mediterrâneo ao longo de séculos. A produção agrícola ática também não era grande o suficiente para que essa proibição causasse grande impacto econômico ou despertasse nos comerciantes uma insatisfação que a fizesse ser posta em xeque. Assim como a própria estrutura fundiária ática, baseada na pequena e média propriedade, não era capaz de gerar excedentes suficientes que não fossem absorvidos pelo próprio mercado interno da Ática e os induzisse à exportação. Além disso, algumas passagens põem em xeque a capacidade que o Estado tinha de fazer valer esta regra ou mesmo a sua validade durante o fim do período clássico, quando até mesmo cereais, em ocasiões especiais (como o ano anterior ao do discurso citado há pouco) eram renegociados pelo próprio comissário dos cereais para dar liquidez às riquezas da cidade e investi-las em alguma outra área prioritária no momento. Se Atenas não era capaz de produzir a quantidade necessária de cereais para manter a sua própria população, não era também capaz de armazenar uma quantidade muito maior do que a demanda de determinado período, fazendo com que medidas excepcionais como essa fossem tomadas.

As tentativas de regulação ou de intervenção estatais no comércio de uma maneira geral não afetavam tanto a vida dos comerciantes e mercadores que realizavam seus negócios na Atenas democrática. Em primeiro lugar porque elas eram regras vigentes há gerações naquela sociedade, tendo sofrido poucas alterações ao longo do tempo com o desenvolvimento da democracia. Haviam feito parte da vida comercial ateniense desde pelo menos o século VI e, portanto, já estavam em voga quando Atenas se tornou um centro comercial importante no Medieterrâneo Centro-Oriental. Em segundo lugar, a capacidade de consumo dos habitantes da Ática era equilibrada: alta o suficiente para oferecer uma demanda sustentável aos comerciantes e mercadores da região e baixa o bastante para que os produtores diretos e aristocratas terratenentes não despertassem interesse excessivo pela exportação – proibida – de seus próprios produtos agrícolas, o que teria gerado conflitos que certamente não passariam despercebidos pelos textos forenses que sobreviveram até os dias de hoje. Além disso as progressivamente crescentes produções artesanal e de azeite eram atrativos suficientes para que os mercadores que descarregavam seus produtos no Pireu pudessem recarrega-los com outras mercadorias capazes de financiar a continuidade de suas viagens quando zarpasssem das docas de Atenas.

Havia, no entanto, uma exceção, uma área específica do comércio – tanto local quanto de longa distância, tanto no varejo quanto no atacado – que era alvo de preocupação constante da comunidade ateniense, dos magistrados, dos eventuais compradores, dos comerciantes e dos grandes mercadores responsáveis pelos vários navios que diariamente atracavam no Pireu: o comércio de cereais.

### 3.2.3) O exemplo da importação de cereais

O comércio de cereais em Atenas é um dos temas mais bem investigados pela historiografia que se dedica à economia antiga. Um dos fatores determinantes para esse fenômeno são as chamadas “reformas de Sólon”, referidas anteriormente, momento no qual passou a ser proibida a venda de quaisquer produtos agrícolas – à exceção de alguns artigos, como o azeite – para fora das fronteiras do território Ático. É possível, portanto, mesmo que baseado apenas na tradição, buscar uma origem para a proibição das exportações em Atenas, o que de certa forma ajuda a precisar um recorte cronológico dentro do qual as investigações devem ser realizadas. No entanto, não é uma característica relacionada à venda de cereais que faz de Atenas um ambiente *sui generis* para os estudos do comércio de longa distância na antiguidade. Ao contrário, a incapacidade da sociedade ateniense de produzir cereais em quantidade suficiente para alimentar a sua própria população fez com que desde cedo a *pólis* dos atenienses se voltasse aos mercadores de alhures como fontes de abastecimento deste produto tão fundamental na dieta mediterrânea.

Os pormenores da necessidade da importação de cereais em Atenas foram discutidos exaustivamente por diversos historiadores. Os pesquisadores usaram, ao longo do tempo, diversos métodos para tentar elucidar a relação entre a quantidade produzida de cereais no território ático e a necessidade de consumo baseada na demografia ateniense durante o período para o qual há documentação que permita esboçar o cálculo. Alfonso Moreno, após analisar os principais autores e os números propostos por cada um<sup>440</sup> conclui que, independentemente das cifras adotadas, sejam elas as mais otimistas ou as mais conservadoras propostas pelos autores em questão, é possível afirmar que a importação de cereais tinha um papel fundamental para a reprodução social de Atenas durante todo o período clássico<sup>441</sup>. Além disso, boa parte da documentação textual disponível na forma dos discursos dos oradores aponta para esta dependência, como é o

---

<sup>440</sup> Para um esquema comparativo entre as análises mais clássicas ver Moreno (2007: 10)

<sup>441</sup> Moreno (2007: 33)



caso, dentre outros, deste trecho retirado do texto *Sobre a Coroa* e que relata uma realidade comum durante o século IV, a saber, a preocupação ateniense com a integridade das rotas comerciais pelas quais passavam os mercadores de cereais:

*“Quando Filipe foi expulso da Eubeia pelos seus exércitos e também por minhas políticas e decretos – embora esses homens engasguem com a sua negação – ele arquitetou um segundo plano de ataque contra Atenas; e, observando que nós consumimos mais cereais importados do que qualquer outra cidade, ele se propôs a tomar o controle do comércio de cereais em curso. Avançou sobre a Trácia e a primeira coisa que fez foi pedir ajuda aos bizantinos como aliados na guerra contra vocês. Diante da recusa, declarada sob a verdade de que os termos da aliança entre eles não incluíam tal obrigação, ele montou acampamento contra aquela cidade, armou a artilharia e iniciou um cerco.”*<sup>442</sup>

O cerco de Filipe contra Bizâncio tinha o claro objetivo de atrapalhar o andamento das atividades nas rotas comerciais que ligavam Atenas ao norte do Egeu e ao Mar Negro, principais locais de onde os atenienses importavam os seus cereais.

Como o objetivo deste trabalho é analisar a atuação dos mercadores, não cabe aqui tomar partido nas intrincadas discussões demográficas que permeiam o tema. A simples constatação de que nenhum autor foi capaz de comprovar a autossuficiência alimentícia de Atenas durante o período clássico já me permite advogar em favor da importância da atuação de comerciantes e mercadores para o abastecimento da cidade durante o regime democrático.

O comércio de cereais é uma grande exceção quanto ao envolvimento do Estado nas relações comerciais levadas a cabo em seu território. Como já abordado, a principal forma de envolvimento do Estado no comércio era como agente regulador, tentando a partir de determinadas regras influenciar os fluxos das trocas realizadas entre particulares. No caso da compra de cereais, no entanto, o Estado atuava como uma parte diretamente envolvida na transação. Essa transação podia se dar com mercadores avulsos que transportassem cereais ao porto do Pireu ou mesmo com outros Estados, algumas vezes monarquias que tinham maior poder de influência sobre os mercadores que atuavam em seus territórios, como é o caso da situação relatada no discurso já citado *Contra Léptines*<sup>443</sup>.

A atuação direta do Estado ateniense sobre o comércio de cereais era realizada através de duas magistraturas diferentes. Os *epiméletai*, responsáveis por supervisionar todo o comércio no *empóron* do Pireu levavam a cabo todo o processo de fiscalização e

---

<sup>442</sup> Dem. 18. 87

<sup>443</sup> Dem. 20

taxação do desembarque dos produtos cerealíferos, como faziam com todas as outras mercadorias. Após esse primeiro passo, os *sitofilakes*, magistrados dedicados, como o nome indica, exclusivamente ao controle de tal atividade, entravam em cena. Dentre as suas atribuições estava organizar o comércio de cereais aplicando aos mercadores as regras estabelecidas pela cidade, como, por exemplo, a obrigação de os mercadores terem de providenciar o transporte de dois terços dos cereais desembarcados no Pireu até o *sitikon empóron*, um local, na *ásty* de Atenas<sup>444</sup>, onde o produto era posteriormente renegociado com os comerciantes que faziam a sua venda no varejo também sob estritas regras – regras essas quebradas de tempos em tempos, como o discurso de Lísias *Contra os Comerciantes de Cereais*<sup>445</sup> indica. Ainda neste discurso e de acordo com a interpretação de Figueira, o orador afirma que a necessidade de um magistrado específico, para além dos *agoranómoi*, para lidar com o comércio de cereais se dava devido à maior hostilidade e propensão dos comerciantes deste produto para a enganação e o roubo<sup>446</sup>. De fato a dependência ateniense parecia um fato socialmente patente a ponto de tanto os comerciantes quanto os mercadores saberem a importância do negócio no qual estavam envolvidos.

De acordo com Figueira, é possível traçar uma analogia entre a divisão do trabalho de fiscalização do comércio cerealífero ateniense entre *epiméletai* e *sitofilakes* e o trabalho no comércio, propriamente dito, entre mercadores e comerciantes<sup>447</sup>. Todas as conclusões até agora atingidas no curso desta pesquisa me levam a ser contrário a essa proposição, pois enquanto *epiméletai* e *sitofilakes* eram magistrados que atuavam sob a égide do Estado ateniense representando a comunidade em uma tarefa cujo objetivo era comum – fiscalizar as diversas fases em que o comércio de cereais se dividia – as atividades de comerciantes e mercadores não eram necessariamente coordenadas. Pelo contrário, no discurso supracitado de Lísias é possível notar que o orador coloca comerciantes e mercadores de cereais em opostos distintos, sendo os primeiros responsáveis pela ruína da cidade e os últimos por sua salvação em tempos de necessidade. O trabalho de comerciantes e de mercadores era guiado pelo seu desejo individual de prosperar a cada nova transação e não há registro de associações ou parcerias entre essas duas categorias de vendedores no que concerne ao comércio de

---

<sup>444</sup> Figueira (1986: 151)

<sup>445</sup> Lís. 22

<sup>446</sup> Lís. 22. 16

<sup>447</sup> Figueira (1986: 152)

cereais. Além disso, como eles entravam em relações comerciais uns com os outros, é possível que a fiscalização dos *sitofilakes* servisse também para evitar qualquer tipo de trapaça ou enganação que pudesse haver entre as duas partes envolvidas.

Uma outra característica exclusiva do comércio de cereais era a obrigação que havia sobre os habitantes da Ática que atuassem como mercadores de que, em suas viagens de retorno a Atenas, trouxessem cereais entre os produtos a bordo de seus navios<sup>448</sup>. Essa interferência do Estado incidia diretamente sobre a vida dos mercadores de Atenas, pois do ponto de vista dos ganhos individuais isso era um cerceamento da sua liberdade de buscar os melhores produtos e as melhores condições de venda onde quer que fosse. Por outro lado, o fato de haver uma obrigatoriedade de que as viagens de retorno implicassem o transporte de cereais também indicam que havia uma demanda constante por este produto, o que poderia não acontecer com outras mercadorias que eventualmente os mercadores optassem por transportar de volta para Atenas. Sendo assim, em um comércio altamente regulado, os ganhos nessa transação da viagem de volta poderiam ser relativamente menores do que em uma situação de livre escolha, porém os riscos eram praticamente nulos, sendo assim uma contrapartida que tornava a relação interessante tanto para os mercadores quanto para o Estado ateniense.

No âmbito do varejo os comerciantes estavam sujeitos a determinadas regulações a respeito da margem de lucro e da quantidade que poderia ser comprada a cada vez para evitar que determinados grupos de comerciantes pudessem se unir para influenciar vantajosamente para si – e contra o interesse dos compradores – a relação entre oferta e demanda. O discurso *Lísias 22*, o mais notável a respeito do comércio local de cereais encontrado em todo o *corpus* documental aqui analisado, versa justamente sobre uma tentativa perpetrada pelos comerciantes de burlar algumas leis impostas ao comércio de cereais. De acordo com Figueira, havia uma lei que proibia a compra, na Ática, por qualquer indivíduo, de mais do que 50 *fórmoi*<sup>449</sup>. Há toda uma discussão a respeito desta proibição, pois ela podia ocorrer de três maneiras, não se sabendo ao certo qual delas era aplicada em Atenas: 1) não se poderia comprar essa quantidade em uma só transação; 2) em um dado período de tempo (como em um dia); 3) não poderia ocorrer uma nova compra de tal porte até que todo o estoque anterior houvesse sido consumido ou

---

<sup>448</sup> Figueira (1986: 157)

<sup>449</sup> Uma medida especificamente relacionada com o carregamento bens agrícolas e que, segundo cálculos dos especialistas, não deveria ser maior do que 1 *medminos* (1,5 cesto).

vendido<sup>450</sup>. Para o objetivo deste trabalho é suficiente notar que havia uma preocupação por parte do Estado de evitar que se formassem grupos de pessoas aptas a influenciar o preço de mercadoria tão necessária à reprodução do regime democrático. Em diversas ocasiões o abastecimento de cereais foi discutido pela assembleia e havia, anualmente, uma assembleia na qual este era um ponto obrigatório: era preciso deliberar sobre as estratégias para garantir o abastecimento naquele ano. Nessas assembleias se discutia a alocação de recursos, a capacidade financeira que o Estado tinha de isentar tais ou quais mercadores das tarifas aduaneiras de modo a atraí-los para seus portos evitando que navegassem prioritariamente para outra cidade, assim como eram oferecidas homenagens a personalidades, seja qual fosse o seu estatuto social, que tivessem se destacado de alguma forma na contribuição ao abastecimento da cidade com cereais.

Por fim, o que o exemplo específico da importação de cereais por Atenas – assim como os desdobramentos desse comércio no âmbito local da própria cidade – permite entrever é aquilo que venho defendendo ao longo de todo o trabalho e observando em diferentes vieses: comerciantes e mercadores tinham grande capacidade de negociação e resolução de conflitos dentro de seus próprios círculos de relações pessoais. Dada a natureza de sua atividade, no entanto, as consequências de suas ações não eram sentidas apenas nesse pequeno mundo imediatamente circundante a cada indivíduo, mas pelo conjunto da sociedade como um todo, de maneira indireta. O fato de haver tantas leis que regulamentassem o comércio de cereais, tanto no varejo quanto no atacado, são apenas a expressão, em um ponto crucialmente importante, de uma realidade que perpassava toda a relação entre política, economia e comércio na Atenas Clássica: as instituições sociais precisavam lidar com as contradições emergidas da vida cotidiana de forma a tentar regulamentar a prática. Elas não ditavam regras que eram seguidas à risca por aqueles a quem tais legislações se aplicavam. Pelo contrário, a prática transgressora era antes uma prática que passou a ter de ser controlada para só então, ao continuar existindo, tornar-se transgressora. O que comerciantes e mercadores faziam era comprar e vender, tentando obter o máximo proveito possível das relações comerciais nas quais se envolviam. Ao fazer isso acabaram, pouco a pouco, reclamando o seu espaço dentro do corpo institucional da democracia ateniense, passando a ser uma engrenagem a mais no

---

<sup>450</sup> Figueira (1986: 152)

funcionamento daquela máquina, não mais um elemento alheio à lógica do regime vigente.

### 3.2.4) *Dikái emporikái*: comerciantes e mercadores nos fóruns da democracia

Uma das maiores expressões do nível de institucionalidade atingido pela prática comercial na Atenas Clássica são os *dikái emporikái*. Uma das traduções possíveis para o termo é “casos privados envolvendo negociantes marítimos”<sup>451</sup>. Esses casos eram voltados para a resolução de querelas específicas que envolvessem diretamente a participação de mercadores, prestamistas, compradores e quaisquer outras pessoas diretamente ligadas ao comércio de longa distância ocorrido em território ateniense. Os *dikái emporikái* estão registrados na documentação ateniense durante o século IV, especialmente a partir do intervalo de tempo entre os anos 355 e 347. Certos autores defendem que eles são uma adaptação dos antigos tribunais especificamente dedicados às causas envolvendo navegantes de todas as estirpes, não apenas mercadores, atestados desde a segunda metade do século V. Em grego, o termo que define esses tipos de tribunais é o dativo *toîs mèn époros (...)* *kai toîs naukléhrois*, que determina que esses eram tribunais realizados *para* os mercadores e donos de navio<sup>452</sup>.

Sendo um tipo de tribunal, ele respeitava algumas das regras típicas dos tribunais atenienses, considerados por Hansen – em uma proposição com a qual tenho pleno acordo – um dos três pilares da democracia ateniense<sup>453</sup>, possivelmente o mais importante deles. Os tribunais atenienses se reuniam com uma frequência muito maior do que os outros fóruns democráticos, como a *boulé* e a Assembleia propriamente dita. Segundo cálculos feitos pelo historiador Hansen, as reuniões dos jurados para aplicar sentenças que estivessem de acordo com a legislação e as normas da sociedade ateniense ocorriam entre 150 e 240 dias do ano<sup>454</sup>, sendo que muitos tribunais se reuniam paralelamente, fazendo com que seu número fosse ainda maior do que a estimativa cronológica permite aferir.

A participação nos tribunais era mais restrita do que na Assembleia. Enquanto nesta última qualquer cidadão que tivesse completado o processo da *ephebía* podia tomar da palavra e votar, no caso dos tribunais comuns era preciso preencher quatro requisitos fundamentais: 1) o participante precisava ter idade acima dos 30 anos; 2) precisava ter sido escolhido no sorteio anual que decidia qual seria o *pool* de cidadãos a partir do qual

---

<sup>451</sup> Reed (2003: 89)

<sup>452</sup> Ver discussão terminológica em Gernet (1955)

<sup>453</sup> Hansen (1999: 178)

<sup>454</sup> Hansen (1999: 186)

se formariam os tribunais quando necessário; 3) precisava ter realizado o juramento heliástico<sup>455</sup>; 4) precisava ser sorteado no dia do tribunal para dele participar. Os tribunais atenienses funcionavam sob sistema de precedentes e visava sempre a conciliação entre as partes litigantes. Qualquer cidadão podia acusar outra pessoa e pedir para que se iniciasse uma ação judicial contra ela, sendo portanto também um sistema acusatório que partia de delações individuais, não de um sistema de justiça que fiscalizasse o cumprimento de uma constituição vigente. O que garantia a organicidade do sistema era o fato de que os cidadãos atenienses estavam sempre envolvidos com os tribunais, fosse como réus em determinados casos, como oradores ou como júri em outros. O fato de não haver a figura de um juiz e os casos serem sempre decididos pelo voto da maioria também implicava que os participantes, em qualquer posição, conhecem bem os meandros do intrincado sistema legislativo ateniense.

As querelas discutidas nos *dikái emporikái*, portanto, não foram uma invenção da década de 350. Os problemas envolvendo o comércio de longa distância e seus agentes foi, presumivelmente, uma realidade comum durante todo o período democrático. As transformações pelas quais a democracia ateniense passou após a sua reestruturação em 403, no entanto, favoreceram o desenvolvimento das atividades comerciais na cidade e, conseqüentemente, a influência dos mercadores aumentou, bem como a dependência que a cidade tinha com relação a eles devido a alguns ramos de sua atuação, como o abastecimento de cereais. Esses fatores contribuíram para que as querelas comerciais passassem, institucionalmente, a ser resolvidas em uma outra esfera com regras especiais. Ainda era um tribunal ateniense, portanto seu modo de funcionamento era idêntico aos outros tribunais nos quais os cidadãos tomavam parte, porém algumas diferenças tornavam esses casos especiais. Essas diferenças são eloquentes a respeito do quão enraizadas as relações comerciais chegaram a estar ao longo do tempo em que durou a democracia em Atenas e, da maneira como vejo, só chegaram a ter lugar devido à importância que o comércio tinha para o funcionamento do sistema.

Existe uma discussão pormenorizada a respeito do caráter dos júris que assistiam aos *dikái emporikái*. Creio não há motivos sustentáveis pela documentação disponível para acreditar que o júri fosse diferente daquele de quaisquer outros tribunais ou mesmo formado por especialistas em questões comerciais. Diversos casos complexos, inclusive

---

<sup>455</sup> Hansen (1999: 182)

ainda mais complexos do que os *dikái emporikái* eram analisados e julgados por cidadãos comuns que aprendiam a lidar com a intrincada legislação da democracia. Não há motivos para acreditar que os *dikái emporikái* fossem exceções a essa regra. Portanto, os requisitos para a composição dos júris atuantes nos *dikái emporikái* eram os mesmos de qualquer outro tribunal, porém, quanto aos litigantes, havia algumas especificidades que tornavam esses casos incomuns. Em primeiro lugar, para se iniciar uma ação desse tipo era necessário que a acusação estivesse pautada na quebra de um contrato selado por escrito, sendo este o único tipo de caso em toda a legislação de Atenas em que um acordo por escrito era priorizado em relação aos acordos orais e consuetudinários<sup>456</sup>. Em segundo lugar, os *dikái emporikái* não estavam disponíveis ao longo de todo o ano. Apenas durante uma parte do ano era possível julgar ações desse tipo. De acordo com Reed esse período transcorria ainda durante o ano comercial, pois não haveria motivos para que os mercadores estrangeiros ficassem na cidade após a temporada navegável<sup>457</sup>. Para Cohen era mais plausível que ocorressem durante o inverno, pois ao longo do ano comercial os potenciais litigantes estariam ocupados levando a cabo as suas atividades comerciais<sup>458</sup>. As minúcias deste debate não interessam tanto às hipóteses levantadas por minha pesquisa, importando apenas que havia um momento específico da temporada na qual era possível iniciar ações deste tipo, independentemente de quando ocorria este momento. As ações que fossem iniciadas em desacordo com o prazo só poderiam ser julgadas no ano seguinte. Por fim, este tribunal aceitava acusações de metecos e estrangeiros, não estando restrito à participação de cidadãos.

As fontes textuais disponíveis para a análise dos *dikái emporikái* são cinco discursos do *corpus* demostênico, autênticos textos proferidos em casos deste tipo. Desses cinco, quatro são tentativas de impugnar um processo aberto anteriormente, ou seja, são processos abertos em resposta a acusações consideradas infundadas por parte dos inicialmente réus. Em três dos cinco casos a discussão menciona a ausência de um contrato por escrito, o que denota que, se há uma tentativa do Estado de institucionalizar

---

<sup>456</sup> Outras formas de acordos escritos podem ser facilmente detectadas na democracia ateniense, como as dívidas com os prestamistas, os preços de certos produtos fixados na *agorá*, as diversas listas de cidadãos e magistrados e suas atribuições para determinado período, etc. No entanto, essas eram formas de tornar público aquilo que já estava decidido e que fora socialmente aceito e consolidado. Não era o fato de estar escrito que oficializava os termos, pelo contrário, só se escrevia o que já era oficial. No caso dos acordos de comércio de longa distância era o contrato por escrito que definia os termos de uma negociação, como prova a sua exigência para que fosse iniciado um *diké emporiké*.

<sup>457</sup> Reed (1999: 90)

<sup>458</sup> Cohen (1973: 100-14)

a prática comercial a partir dessa exigência feita aos litigantes, boa parte dos acordos ainda era fechada da mesma forma que outras parcerias alheias ao âmbito dos negócios: oralmente e com a confiança de que uma palavra empenhada não apenas é suficiente, mas é a maneira tradicional se consolidar uma relação.

O primeiro desses casos, *Contra Zenótemis*<sup>459</sup>, é um intrincado e famoso caso que gira em torno da tentativa de burlar o seguro realizado com um prestamista para garantir os fundos necessários para uma empreitada comercial no Mediterrâneo ocidental. Nele o tio de Demóstenes tenta provar o estratagema desenvolvido por dois mercadores estrangeiros, para burlar o empréstimo realizado sob o empenho da embarcação e ficar com o dinheiro proveniente da artimanha<sup>460</sup>.

O segundo caso, o discurso *Contra Apatúrio*, também envolve pessoas que não eram cidadãos atenienses. Apatúrio de Bizâncio, um estrangeiro de passagem pela cidade, não consegue saldar uma dívida que havia contraído. Para fazê-lo recorre a um famoso banqueiro de Atenas e entrega como garantia de pagamento a sua própria embarcação. Nesse meio tempo o banco quebra e recolhe as suas garantias, fazendo com que Apatúrio tenha de entregar seu navio para pagar a nova dívida, o que prontamente ele tenta evitar se evadindo ilegalmente da cidade. Neste discurso há algumas referências que ajudam a compreender melhor as formas através das quais os mercadores e donos de navio eram encarados pelo Estado ateniense:

*“A lei, homens atenienses, ordena que ações para mercadores e donos de navio devem ser levadas diante dos Tesmothetae caso eles tenham sido, de alguma forma, injustiçados no mercado seja por conta de uma viagem de Atenas para qualquer ponto ou de qualquer porto para Atenas; e ela fixa o aprisionamento como pena para aqueles que cometem tais injustiças pelo período de tempo necessário até que eles tenham pagado a quantia imposta a eles; desta forma ninguém deve ser injusto com qualquer mercador.”*<sup>461</sup>

Nesta passagem é possível perceber que mercadores estrangeiros, pessoas para as quais, em uma visão institucionalista e tradicional, os muros para a democracia ateniense seriam intransponíveis, contavam não só com a proteção da lei até mesmo contra cidadãos atenienses, como também tinham um espaço institucionalmente estabelecido no regime democrático no qual era possível resolver as suas querelas comerciais. O fato de o orador deste discurso ser desconhecido, não necessariamente um outro estrangeiro ou meteco, e de se tratar de uma menção meramente retórica de forma a introduzir o argumento

---

<sup>459</sup> Dem. 32

<sup>460</sup> Para uma discussão aprofundada do caso ver Zane (1925: 340-9)

<sup>461</sup> Dem. 33. 1



principal contra o bizantino Apatúrio, em nada depõe contra o fato de que havia a percepção por parte de todos os habitantes da cidade de que mesmo aqueles que não gozavam dos plenos direitos políticos reservados aos cidadãos também tinham certos níveis de participação no regime democrático. Essa participação geralmente ocorria para além das instituições, ou aquém, abaixo da sua capacidade de englobamento, mas também através delas em determinados casos específicos. Era uma participação econômica e política que era não apenas percebida por aqueles diretamente envolvidos, mas também pressuposta pelo conjunto da sociedade, posto que todos os grupos sociais conviviam em sua vida cotidiana, direta ou indiretamente, com as atividades comerciais levadas a cabo na cidade e, conseqüentemente, com os seus agentes.

No terceiro caso disponível, *Contra Fórmio*, novamente aparece a questão da comparação entre estrangeiros e cidadãos, fissura e contradição que a própria instituição dos *dikái emporikái* contribuía para evidenciar. Neste discurso, Fórmio, um mercador estrangeiro, entra em uma série de negociações com seus parceiros e outros prestamistas. Fórmio pega um empréstimo para financiar uma viagem até a Crimeia, de onde voltaria com uma carga de cereais de volta para Atenas. Na sequência das negociações Fórmio acaba conseguindo tomar emprestado uma quantidade maior em dinheiro do que seria possível comprar de produtos dado o tamanho de seu navio e é disso que é acusado, de tentar perpetrar uma fraude que atentaria não apenas contra o indivíduo lesado na ação, mas também contra toda a cidade de Atenas pelo nível de sua audácia. Em uma passagem o orador retoricamente apresenta o exemplo de um cidadão ateniense condenado à morte diante da Assembleia por agravo equivalente ao que agora Fórmio era acusado de ter realizado:

“Não, homens do júri, eu suplico, não façam isso [absolver Fórmio]. Vocês são as mesmas pessoas que puniram com a morte, embora fosse ele um cidadão e filho de um general, quando acusado diante da Assembleia, um homem que obteve empréstimos adicionais maiores para suas trocas e não liquidou com os credores as suas garantias.”<sup>462</sup>

O estado incompleto da documentação, que legou apenas este discurso da acusação, mas não aqueles proferidos pela defesa, não permite saber o desfecho do caso. No entanto, creio que ser possível a partir apenas do discurso de acusação captar nuances que indicam a existência de uma tensão, por parte de alguns cidadãos, quando à maneira com que alguns mercadores eram tratados: como semelhantes, como pessoas que também

---

<sup>462</sup> Dem. 34. 50-1

tinham determinadas prerrogativas mesmo sem fazer parte da comunidade da democracia. E estas prerrogativas foram sendo conquistadas através da sedimentação, ao longo de muito tempo, das práticas cotidianas de seu tipo de atividade, o comércio, que passou a se tornar, paulatinamente, parte orgânica do funcionamento da *pólis* durante o transcorrer do período clássico.

Os dois discursos restantes na lista dos *dikái emporikái*, *Contra Lácrito*<sup>463</sup> e *Contra Dionisodoro*<sup>464</sup> versam novamente sobre o tema das fraudes, das tentativas de burlar os seguros, dos empréstimos não pagos e dos acordos não cumpridos, geralmente também não atestados por escrito, o que dificulta a resolução dos casos.

Os *dikái emporikái* têm sido estudados intensamente pelos pesquisadores como fontes para compreender melhor especialmente os sistemas de crédito que possibilitavam tamanhas empreitadas comerciais a indivíduos que nem sempre podiam arcar sozinhos com os custos envolvidos. Do ponto de vista desta pesquisa eles são importantes para demonstrar que as práticas repetidas cotidianamente acabavam se cristalizando em instituições sociais da democracia ateniense. Os mercadores eram os únicos não cidadãos, salvo exceções muito localizadas, que tinham respaldo legal para tomar partido nos fóruns da própria democracia ateniense. Ao passar a níveis mais elevados de institucionalização, o comércio não mais influencia a política ateniense, o grande mundo da sociedade como um todo, de forma indireta. Ele se mostra como algo organicamente pertencente àquela sociedade, a despeito do que a aparência institucional e os discursos de poder dos que tinham mais voz podem levar os pesquisadores a acreditar. A relação dialética entre a prática cotidiana real e o progressivo reconhecimento social na forma da institucionalização de alguns níveis daquela prática demonstra que os mercadores e comerciantes, dos bancos das naus e das praças de mercado, passam a ocupar também os bancos dos fóruns da democracia, a despeito de toda a ideologia que prega uma cidade exclusivamente para os cidadãos. Neste caso, a prática demonstra ser de fato o melhor critério de avaliação da realidade, pois através da própria documentação enviesadamente produzida é possível apreender uma cidade que existia a despeito da vontade de alguns.

---

<sup>463</sup> Dem. 35

<sup>464</sup> Dem. 56

## Conclusão

O fluxo da história vivida que incide sobre a História escrita pelos historiadores é inexorável e a mantém como uma ciência sempre em revisão. Por vezes, determinadas análises se estabelecem sobre outras, alternativas, tornando-se hegemônicas durante certo período, porém sem nunca lograr ou mesmo desejar silenciar por completo as suas concorrentes. Os avanços das pesquisas incitam revisões de posições anteriores, estabelecimento de novas hipóteses, teste de hipóteses já comprovadas utilizando outros materiais e teorias nunca antes combinados e assim por diante. A natureza do trabalho do historiador é problematizadora. Este ser, questionador inveterado do que já parece ter se tornado óbvio, não permite que pareça natural algo que é fruto das elaborações humanas passadas e presentes e que, portanto, pode ser sempre investigado sob novos olhares. Ou ao menos assim deveria ser.

Esta pesquisa, que na realidade é o ponto de culminância de uma pesquisa iniciada há seis anos, ainda como um projeto de iniciação científica que foi crescendo e passando por diversas idas e vindas até alcançar o nível de amadurecimento nestas páginas expresso, partiu de uma inquietação historiográfica: nas últimas décadas, especialmente a partir do momento em que se desenhava a crise que levou à derrocada da antiga União Soviética, o pensamento econômico ortodoxo passou a vigorar no senso comum com estatuto de verdade. A sua introdução no campo acadêmico passou pela mediação de pesquisadores importantes, reconhecidos, alguns deles vencedores do Prêmio Nobel de Economia, que fizeram as adaptações necessárias para não vulgarizar o pensamento científico com as conclusões mais rasteiras oriundas do arremedo de jornalismo econômico do ascendente “pensamento único”. Neste cenário, que testemunhou o estabelecimento do neo-institucionalismo como corrente explicativa hegemônica em todas as áreas do campo da História Econômica, a Antiguidade foi colonizada pelos entusiastas do sistema que se autodeclarou vencedor da Guerra Fria. O processo, de fato sedimentado por mais tempo do que poderia ter sido caso fosse um mero golpe do destino, culminou com a consolidação de uma História Econômica da Antiguidade que pode ser ainda hoje resumida como a aplicação de métodos e teorias neo-institucionalistas para os diferentes períodos e sociedades do mundo antigo – a maior prova disso é o compêndio *Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*, que conta com contribuições dos mais destacados pesquisadores da área em todo o mundo, todos compartilhando minimamente a agenda epistemológica, e por vezes política, do neo-institucionalismo.

Inquietava-me perceber que no afã de problematizar a antiga “nova ortodoxia” finleyniana e de superar a secular querela entre primitivistas e modernistas, os pesquisadores neo-institucionalistas se colocassem acima, e portanto fora, de debates teóricos e metodológicos cruciais para a escrita de uma História realmente social. Pode-se dizer por muitas vezes que, a despeito da clara influência ideológica desta historiografia, seus adeptos pretendem escrever uma História asséptica, uma história na qual os verdadeiros protagonistas sejam os modelos explicativos, não os seres humanos cujas vidas vividas imperiosamente se impuseram ao presente para que se tornassem personagens – muitas vezes anônimos e/ou coletivos – de livros de História. Este desconforto motivou todas as fases de desenvolvimento desta pesquisa que ora concluo, da sua concepção como um tema científico às conclusões parciais que dela podem ser tiradas.

O tema dos comerciantes e mercadores apareceu na historiografia até hoje, seja ela de que corrente for, meramente como um apêndice da economia ateniense. Poucas obras ou ínfimas páginas de alguns livros cujos temas eram outros, foram dedicadas a esses personagens que a lógica quase aristotélica e a leitura dos textos antigos me impeliam a acreditar terem sido mais do que meras – e não tão importantes – engrenagens de uma máquina maior que funcionava sem notar a sua existência.

Ao longo desta pesquisa busquei demonstrar a hipótese de que os comerciantes e mercadores influenciavam significativamente, ainda que de forma indireta, os rumos da democracia ateniense. Para isso iniciei o caminho percorrendo a historiografia que lidou com a questão da integração social aplicada à História Antiga. Esta fase do trabalho foi importante para assinalar que uma História da Grécia Antiga, ou mesmo de Atenas, que seja excessivamente centrada no Estado, em Atenas e nas instituições sociais, se tornou insuficiente para avançar nos conhecimentos históricos a respeito daquelas sociedades. Em diálogo constante com as correntes de viés institucional, busquei introduzir alguns conceitos clássicos dos Annales, da História do Cotidiano e do marxismo que pudessem elucidar questões não desbravadas de maneira satisfatória pelos institucionalistas de outrora e de agora. Os conceitos fundamentais que guiaram a investigação da validade da hipótese proposta foram os “pequeno” e “grande mundo” de Agnes Heller, necessários para entender o nexos entre a vida cotidiana, imediatamente circundante e onipresente com relação aos indivíduos, e a sociedade como um todo, as cristalizações históricas que estabelecem os limites para o desenvolvimento da vida de cada grupo social ao mesmo

tempo em que são formadas indiretamente pela prática desses grupos em seu dia-a-dia. Esta relação dialética entre esses opostos permitiu, em todos os níveis da pesquisa, compreender o conjunto resultante que continha elementos de ambos os níveis apesar de ser algo diferente, distinto, maior do que apenas a soma de suas características.

No segundo capítulo, já lidando diretamente com a análise da documentação, o objetivo era mostrar que muitas das interpretações consideradas clássicas ou tradicionais a respeito do papel dos comerciantes e mercadores na democracia ateniense não podiam ser sustentadas por uma análise das fontes. Embora os argumentos utilizados estivessem contidos e latentes em algumas passagens deste conjunto de textos, um olhar que considerasse o texto como produto social, com todas as suas contradições e particularidades históricas, viria a contribuir com leituras alternativas que embasassem outras interpretações do tema. Neste capítulo defendi que a atividade comercial não estava atrelada especificamente a algum *status* social, como o de meteco ou estrangeiro, mas sim espalhada de maneira heterogênea por todo o corpo social. O que unia essas pessoas em grupos distintos do resto da comunidade e, por isso mesmo, perceptíveis para si próprios e para o restante dos habitantes da cidade, era a sua atividade em si, uma experiência histórica mais ou menos comum e compartilhada que levou ao desenvolvimento do que chamei de uma “racionalidade comercial”, às vezes inconsciente, que permite heurísticamente ao pesquisador delimitar esses grupos sociais de modo a compreender de forma correlacionada os diferentes olhares que os outros lhes lançavam e as diferentes formas de enraizamento de sua atividade no tecido social do qual faziam parte.

Por fim, após ter exposto minhas ferramentas teórico-metodológicas e definido exaustivamente os grupos sociais dos mercadores e comerciantes, bem como as principais relações que travavam com outros setores da sociedade, avaliei, no capítulo 3, como a sua atuação ocorria em diferentes pontos do território ático. O objetivo deste capítulo era fazer um salto epistemológico da prática social para a institucionalização progressiva de sua atividade durante a democracia ateniense partindo da hipótese de que as instituições sociais referentes ao comércio foram sendo sedimentadas ao longo do tempo por uma prática social que muitas vezes ocorria além ou aquém do poder de intervenção das instituições vigentes, havendo portanto o surgimento de brechas no quadro institucional e a criação de novas instituições para lidar com a atividade cotidiana dos comerciantes e mercadores que já era socialmente reconhecida e legitimada como parte normal da vida na democracia ateniense. Essa realidade expressava algumas contradições do regime

democrático, sendo a principal delas a participação de metecos e estrangeiros nos fóruns da democracia, um sistema pautado na participação política exclusiva dos cidadãos. O ponto de chegada da pesquisa é, portanto, um retorno, agora enriquecido pela análise da documentação de época, às defesas que fiz no capítulo 1 em prol de uma história econômica que fosse materialista e, principalmente, que fosse uma história social antes de tudo. A cidade dos habitantes da cidade é a melhor maneira de compreender a democracia ateniense em todos os seus níveis e temas, pois permite ir além do mero discurso institucional para realizar o caminho contrário: entender quais são as práticas sociais que geram um determinado aparato de instituições que, por sua vez, serve de matriz para a produção de um discurso que é ideológico e classista, não representando uma “visão média” do conjunto da sociedade ateniense.

Acredito que esta pesquisa possa ter contribuído principalmente para abrir um leque de questões que futuramente podem voltar a ser abordadas pela historiografia brasileira dedicada aos temas das economias e sociedades antigas, especialmente no tocante ao comércio no Mediterrâneo durante o período clássico e também naquilo que se refere ao funcionamento da democracia ateniense. Espero ter agregado maior complexidade à análise da democracia ateniense como uma sociedade complexa que não pode ser reduzida às divisões de *status* social que muitas vezes permeia os estudos que a ela se dedicam, ampliando a vereda aberta por Fábio Morales e Marta Mega para o estudo do cotidiano na *pólis* dos atenienses. A partir dos apontamentos feitos neste trabalho acredito ser possível desenvolver uma série de questionamentos que elucidem melhor o funcionamento da economia ateniense e o desenvolvimento, em longa duração, das redes comerciais que se multiplicaram em quantidade e complexidade no Mediterrâneo entre os séculos VIII a.C. e V d.C.

No momento estão em curso pesquisas importantes ainda não concluídas a respeito dos comerciantes e mercadores em diferentes sociedades antigas. Mark Woolmer, professor e pesquisador da Universidade de Duhram, na Inglaterra, publicou recentemente, neste início de 2015, artigos a respeito desses personagens e do impacto de suas atividades nas sociedades gregas e em outras com as quais estas últimas mantinham contatos. Depois de muitas décadas durante as quais as interpretações tradicionais criticadas neste trabalho se mantiveram incólumes à crítica historiográfica creio que o campo da Economia Antiga está passando a essas indagações com maior vigor. Este

trabalho é também fruto deste momento de releitura das interpretações cristalizadas que a área está vivendo.

Se esta pesquisa tiver fomentado uma revisão crítica de alguns temas relacionados à Economia Antiga e tiver contribuído para a reinserção do marxismo e da história social como alternativas explicativas válidas para o estudo do mundo antigo creio que terá sido suficiente ao menos para enriquecer o campo e mostrar que a pluralidade tem mais a acrescentar à ciência do que o engessamento teórico promovido pelo marasmo da hegemonia de grandes correntes que se alternam no mundo da moda acadêmica.

A história mais uma vez não se reduz às expectativas dos historiadores; se mostra como um devir imprevisível e surpreendente que demanda a constante reformulação do pensamento crítico. Anos depois de ter sido decretado o seu fim ela volta a se aquecer como há muito não era visto. No momento, mais uma vez, os olhares se voltam para o pequeno conjunto de arquipélagos no Mar Egeu que, em conjunto com uma península balcânica, formam o atual Estado da Grécia. Nos mesmos territórios onde há 2500 anos a democracia se desenvolveu a níveis nunca antes conhecidos, uma nova esperança surge e inspira uma classe em toda a Europa e ao redor do planeta. Que esses ventos quentes que sopram do Egeu possam ser infimamente mais inflados pela brisa que esta pesquisa pretende jogar soprar sobre a poeira da Economia Antiga. A “nova-ortodoxia” de Finley, substituída pelo “neo-institucionalismo” inspirado pelo avanço do “neo-liberalismo”; enfim, todas essas correntes institucionalistas poderiam aprender muito com o aforismo de Marc Bloch de que seria ótimo se as coisas mudassem de fato só porque mudaram os nomes das coisas. Reservo-me o direito à tímida pretensão de que esteja trabalho, se não for inspirador de uma real mudança já em curso, que possa ser ao menos classificado como mais um exemplar de sua expressão.

## Anexo:

### Tabela de Referências a Mercadores e Comerciantes na Documentação

#### Analísada:

Fonte	Nome	Ocupação	Origem	Status em Atenas	Riqueza	Prestígio	Parcerias	Mercadorias	Contexto
Ésq. 1.40	Em geral	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Estrangeiro	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Mantiveram relações sexuais com Timarco
And. 1.137	Andócides	<i>Emporos e Naukleros</i>	Atenas	Cidadão	Rico	Positivo	Desconhecido	Desconhecido	Alega ter a proteção dos deuses em suas viagens comerciais.
Aristóf. Cav. 1246	Desconhecidos	Comerciantes	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Peixe	Vendedores de peixe barato próximo aos portões da cidade
Aristóf. Acarn. 730	Megarenses	Comerciante (de porcos)	Mégara	Estrangeiro	Pobre	Negativo	Desconhecido	Diversos Artigos	Megarenses que vai ao mercado de Diceópolis já que não pode ir ao de Atenas por conta da lei de Péricles
Aristóf. Acarn. 897	Tebano	Comerciante	Tebas	Estrangeiro	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Diversos Artigos	Tebano que vai ao recém fundado mercado de Diceópolis
Aristóf. Aves. 1039	Desconhecidos	Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Decretos	Vendedor de decretos que aborda Pisétiros
Aristóf. Aves. 1292	Péridix	Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Taverneiro	Taverneiro com nome de ave
Aristóf. Aves. 14	Filócrates	<i>Emporos</i> ou Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Aves	Grande vendedor de aves a julgar pelo contexto (1076-83)
Aristóf. Aves. 491	Desconhecidos	Comerciante (de cereais)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Cereais	Comerciantes e outros gregos estavam sob a égide das aves
Aristóf. Aves. 595	Em geral	<i>Naukleros</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	A interpretação dos augúrios era importante para garantir uma boa viagem
Aristóf. Aves. 711	Em geral	<i>Naukleros</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	As aves anunciam a chegada do inverno (estação imprópria para a navegação)
Aristóf. Nuvens. 640	Desconhecidos	Comerciante (de cereais)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Cereais	Comerciante enganou comprador
Aristóf. Nuvens. 766	Desconhecidos	Comerciantes (remédios)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Remédios	Referência às bancas de vendas de fármacos
Aristóf. Assemb. 49	Desconhecidos	Comerciante	Atenas	Cidadão	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Taverneiro	Marido de uma das mulheres que se encontra com Praxagorá
Aristóf. Assemb., 1027	Em geral	<i>Emporos</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Mercadores eram isentos de obedecer às leis
Aristóf. Assemb., 424	Desconhecidos	Comerciante (de cereais)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Cereais	Comerciantes de cereais deveriam doar 3/4 para os necessitados
Aristóf. Rãs. 1369	Desconhecidos	Comerciante (de queijo)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Queijo	Dioniso diz que pesará as qualidades poéticas como um vendedor de queijo pesa os seus queijos
Aristóf. Cav.	Salsicheiro	Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Pobre	Negativo	Desconhecido	Salsichas	Aparece para desbancar Paflagonte como bajulador de Demos. Vendia salsichas de porta em porta e perto dos portões da cidade
Aristóf. Cav. 129-44	Desconhecidos	Comerciantes	Desconhecida	Desconhecido	Pobre	Neutro	Desconhecido	Diversos Artigos	A genealogia dos vendedores até Paflagonte: vendedor de ervas e vendedor de ovelhas
Aristóf. Cav. 316	Paflagonte	Comerciante	Desconhecida	Escravo	Pobre	Negativo	Desconhecido	Couro	Paflagonte enganava as pessoas vendendo couro de má qualidade
Aristóf. Cav. 740	Desconhecidos	Comerciantes (lâmpadas)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Lâmpadas	Referência a vários tipos de ofícios considerados de baixa estirpe
Aristóf. Cav. 852	Desconhecidos	Comerciantes (couro, queijo e mel)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Couro, queijo e mel	Fala sobre os diversos comerciantes que ocupam normalmente a <i>agorá</i>
Aristóf. Lis. 466	Desconhecidos	Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Taverneiro	Referência a uma taberna onde se vende o vinho
Aristóf. Paz. 296	Em geral	<i>Emporos</i>	Grécia	Em geral	Desconhecido	Positivo	Desconhecido	Desconhecido	Conclamados a lutar pela paz (com outros gregos)
Aristóf. Paz. 1250	Desconhecidos	Comerciante	Atenas	Cidadão	Pobre	Negativo	Desconhecido	Escudos e armaduras	Vendedor de artigos bélicos prejudicado pela Paz em Atenas



Aristóf. <i>Paz.</i> 270, 648	Cléon	Comerciante (de couro)	Atenas	Cidadão	Rico	Negativo	Desconhecido	Couro	Aristófanes sempre faz uma referência cômica à figura de Cléon como sendo um vendedor de couro
Aristóf. <i>Paz.</i> 447	Desconhecidos	Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Lanças e escudos	Devem sofrer os comerciantes que anseiam pela guerra apenas para vender mais de seus artigos
Aristóf. <i>Tesm.</i> 347	Em geral	Comerciante	Em geral	Em geral	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Taverneiro	Donos de taverna que vendem bebidas menores que a média
Aristóf. <i>Tesm.</i> 737	Desconhecidos	Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Taverneiro	A vontade feminina de tomar vinho faz a alegria dos donos de taverna
Aristóf. <i>Vesp.</i> 494-500	Desconhecidos	Comerciantes	Desconhecida	Desconhecido	Pobre	Neutro	Desconhecido	Diversos Artigos	Diversos vendedores e seus produtos na <i>agorá</i>
Aristóf. <i>Riq.</i> 1179	Em geral	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Mercadores faziam sacrifícios ao voltar de uma boa viagem
Aristóf. <i>Riq.</i> 521	Desconhecidos	<i>Emporos</i>	Tessália	Estrangeiro	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Escravos	Mercadores de escravos da Tessália querendo lucrar
Aristóf. <i>Riq.</i> 904	Kários (homem justo)	<i>Emporos</i>	Atenas	Cidadão	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	"Processos"	Um sicofanta
Aristóf. <i>Riq.</i> 1156	Hermes	Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Epíteto dado ao deus Hermes de maneira pejorativa
Aristóf. <i>Riq.</i> 167	Desconhecidos	Comerciante (de cebolas)	Desconhecida	Desconhecido	Pobre	Neutro	Desconhecido	Cebola	Figura na lista de todas as artes favorecidas pelo deus Plutão
Aristóf. <i>Riq.</i> 175	Desconhecidos	Comerciante	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Agulhas	Referência a um vendedor de agulhas
Dem. 12.5	Desconhecidos	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Mercadores que tinham ligações com o reino da Macedônia foram escravizados pelos atenienses
Dem. 18.194	Em geral	<i>Naukleros</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Sobre os infelizes que acometiam uma viagem
Dem. 19.114	Filócrates	<i>Emporos e Naukleros</i>	Atenas	Cidadão	Rico	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Tinha negócios no ramo da importação de cereais e madeira (atuava quando viajava em nome de Atenas)
Dem. 20.31	Desconhecidos	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Positivo	Leucon (Rei do Bósforo)	Cereais	Leucon patrocinava mercadores que exportavam para Atenas
Dem. 21.175	Evandro ou Mênipo	<i>Emporos ou Naukleros</i>	Téspia ou Cária	Estrangeiro	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Envolvido em um <i>diké emporiké</i>
Dem. 23.146	Desconhecidos	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Ámbiguo	Desconhecido	Desconhecido	Comparação entre ocupações de diversas naturezas
Dem. 23.201	Em geral	Comerciantes	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Compara a concessão de honorarias com a venda indiscriminada de mercadorias pelos comerciantes (ávidos)
Dem. 23.211	Lampis	<i>Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Rico	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	O maior dono de navios da Grécia
Dem. 24.138	Filipos	<i>Naukleros</i>	Atenas	Cidadão	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Trocaram a pena de morte do <i>naukleros</i> por uma multa alta
Dem. 25.46	Em geral	Comerciante	Em geral	Em geral	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Comparação entre maus comerciantes e chantageadores
Dem. 25.47	Agathon	Comerciante (de azeite)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Azeite	Comerciante de azeite envolvido em um processo jurídico e escarneado por Aristógiton
Dem. 32.1	Em geral	<i>Emporos</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Lei sobre julgamentos envolvendo <i>naukleri</i> e <i>empoi</i>
Dem. 32.17	Fértato	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Protus	Desconhecido	Parceiro de Protus, um mercador
Dem. 32.2-4	Hegéstrato	<i>Naukleros</i>	Massalia	Estrangeiro	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Cereais	Parceiro de Zenótemis em sua tentativa de fraudar o seguro
Dem. 32.8	Protus	<i>Emporos</i>	Atenas	Cidadão	Rico	Neutro	Desconhecido	Cereais	Protus viajou no navio de Hegéstrato para comerciar cereais
Dem. 33	Apatúrio	<i>Emporos e Naukleros</i>	Bizâncio	Estrangeiro	Desconhecido	Negativo	Parmeno	Desconhecido	Mercador acusado de não pagar dívida em Atenas
Dem. 33.1	Em geral	<i>Emporos</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Lei sobre julgamentos envolvendo <i>naukleri</i> e <i>empoi</i>
Dem. 33.2	Em geral	<i>Emporos e Naukleros</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Lei sobre julgamentos envolvendo <i>naukleri</i> e <i>empoi</i>
Dem. 33.20	Parmenon	<i>Emporos</i>	Bizâncio	Estrangeiro ou Meteco	Desconhecido	Negativo	Apatúrio	Desconhecido	Chegou em Atenas no navio de Apatúrio

Dem. 33.4	Desconhecidos	<i>Emporos e Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Réu acusado por Apatúrio de não pagar uma dívida
Dem. 33.5	Em geral	<i>Emporos</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Lei sobre julgamentos envolvendo naukleroi e emporoi
Dem. 34.13	Desconhecidos	Comerciantes (de perfume)	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Perfume	Breve relato sobre um encontro próximo às lojas de perfume
Dem. 34.38	Irmão de Crísipo	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Meteco	Rico	Positivo	Crísipo	Cereais	Importava grandes quantidades de cereais para Atenas com seu irmão
Dem. 34.39	Crísipo	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Meteco	Rico	Positivo	Seu Irmão	Cereais	Importava grandes quantidades de cereais para Atenas com seu irmão
Dem. 34.51	Em geral	<i>Emporos e Naukleros</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	A importância dos empréstimos marítimos para o comércio
Dem. 34.6-9	Lampis II	<i>Naukleros</i>	Desconhecida	Meteco	Desconhecido	Neutro	Fórmio	Desconhecido	<i>Naukleros</i> que levaria Fórmio até o Bósforo em viagem comercial
Dem. 34.7	Fórmio	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Lampis	Desconhecido	Devia ir ao Bósforo, vender suas mercadorias e voltar com outras para Atenas
Dem. 35	Ártemon	<i>Emporos</i>	Fáselis (Bitínia)	Estrangeiro	Desconhecido	Negativo	Apolodoro	Vinho e outras	Empréstimo realizado entre mercadores
Dem. 35	Apolodoro	<i>Emporos</i>	Fáselis (Bitínia)	Estrangeiro	Desconhecido	Negativo	Artemo	Vinho e outras	Empréstimo realizado entre mercadores
Dem. 35	Androcles	<i>Emporos</i>	Atenas	Cidadão	Desconhecido	Neutro	Nausícrates de Caristo	Desconhecido	Empréstimo realizado entre mercadores
Dem. 35.11	Hiblésio	<i>Naukleros</i>	Samos	Estrangeiro	Desconhecido	Neutro	Apolonides de Halicarnasso	Desconhecido	Parceiro de Apolonides em negócios de comércio para Atenas
Dem. 35.33	Apolonides	<i>Naukleros</i>	Halicarnasso	Estrangeiro ou Meteco	Desconhecido	Neutro	Hiblésio de Samos	Desconhecido	Estava ausente da cidade quando o julgamento ocorreu, mas um relato seu sobre empréstimo de dinheiro é aludido
Dem. 35.36, 52-5	Desconhecidos	<i>Naukleros</i>	Fáselis (Bitínia)	Estrangeiro	Desconhecido	Negativo	Androcles	Desconhecido	Toma dinheiro emprestado de Androcles
Dem. 35.46	Em geral	Comerciantes	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Metáfora baseada em uma comparação com comerciantes em sentido pejorativo
Dem. 45.64	Fórmio II	<i>Naukleros</i>	Desconhecida	Meteco	Rico	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Além de emprestar dinheiro para comércio era dono de vários navios
Dem. 49.14-5, 48	Filipe	<i>Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Antífanes de Lamprae	Desconhecido	Viaja como tesoureiro do prestamista Antífanes
Dem. 49.29, 40	Filondas	<i>Emporos</i>	Mégara	Meteco	Desconhecido	Neutro	Timoteu	Madeira	Mercador encarregado de trazer madeira da Macedônia para Timoteu
Dem. 49.31	Timóstenes	<i>Emporos</i>	Atenas	Cidadão	Rico	Neutro	Fórmio	Desconhecido	Cidadão que havia viajado enquanto Timoteu também estava fora
Dem. 50.17	Nicipo	<i>Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Apolodoro toma dinheiro emprestado de um <i>naukleros</i> para garantir a escolta dos navios mercantes a Atenas
Dem. 50.3	Desconhecidos	<i>Emporos e Naukleros</i>	Bizâncio, Ponto e Calcedônia	Estrangeiro	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Cereais	Escassês de cereais nas cidades dos mercadores
Dem. 52.20	Megáclides	<i>Emporos</i>	Atenas	Cidadão	Desconhecido	Neutro	Trasilo	Desconhecido	Tomou um empréstimo para fazer uma viagem para Áque, na Fenícia
Dem. 52.20	Trasulo	<i>Emporos</i>	Atenas	Cidadão	Desconhecido	Neutro	Megáclides	Desconhecido	Tomou um empréstimo para fazer uma viagem para Áque, na Fenícia
Dem. 52.3	Lícon	<i>Emporos</i>	Heracleia	Estrangeiro	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Morreu e deixou dívidas em Atenas
Dem. 52.3	Desconhecidos	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Tomavam empréstimos em Atenas
Dem. 52.3	Cefisiádes	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Meteco	Desconhecido	Neutro	Lícon	Desconhecido	Parceiro comercial de Lícon que estava no exterior em "outro negócio mercantil"
Dem. 56.10	Parmênisco	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Dionisodoro	Cereais	Em vez de retornar para Atenas estabeleceu comércio entre o Egito e Rodas durante dois anos
Dem. 56.49	Em geral	<i>Naukleros</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Sobre a obrigatoriedade de os navios mercantes retornarem a Atenas após terem partido de lá

Dem. 56.7-9	Dionisodoro	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Parmênisco	Cereais	Avisou Parmênisco que o preço dos grãos caíra em Atenas e o aconselhou a vender tudo em Rodes
Dem. 57.31-5	Euxiteu	Comerciante (de fita)	Atenas	Cidadão (ou meteco)	Pobre	Negativo	Desconhecido	Fita	Cidadão tenta provar sua cidadania a despeito de ser vendedor de fitas
Dem. 58.10	Mícon	<i>Emporos e Naukleros</i>	Atenas	Cidadão	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Processado por Teócrines e inocentado
Dem. 58.10-1	Em geral	<i>Emporos e Naukleros</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Positivo	Desconhecido	Desconhecido	Lei que protegia <i>emporoi</i> e <i>naukleroi</i> de acusação injusta
Dem. 58.53-4	Em geral	<i>Emporos</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Positivo	Desconhecido	Desconhecido	Comparação entre viagens mercantis e de guerra
Dem. 8.25	Desconhecidos	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Negativo	Generais Atenienses	Desconhecido	Generais subsidiavam mercadores visando enriquecimento
Hip. 3.5-7	Atenógenes	Mercador e Comerciante (de perfume)	Egito	Meteco	Rico	Negativo	Desconhecido	Perfume (e matérias prima)	Tinha 3 estabelecimentos de venda de perfume em Atenas
Isoc. 1.19	Em geral	<i>Emporos</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Comparação entre riqueza (ruim) e conhecimento (bom)
Isoc. 13.4	Em geral	Mercadores e Comerciantes	Em geral	Em geral	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Comparação entre a venda de "aulas" pelos sofistas e outras mercadorias quaisquer
Isoc. 17.20	Pyrion	<i>Emporos ou Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Costumava viajar para o Ponto
Isoc. 17.35	Estratócles	<i>Emporos ou Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Estava pronto para viajar para o Ponto
Isoc. 17.42	Desconhecidos	<i>Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	
Isoc. 17.52	Desconhecidos	<i>Naukleros</i>	Bósforo	Desconhecido	Desconhecido	Positivo	Desconhecido	Desconhecido	Escrevem uma carta defendendo Páision das acusações
Isoc. 17.57	Desconhecidos	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Cereais	Exportação de cereais para Atenas em época de escassez
Isoc. 2.1	Em geral	Mercadores e Comerciantes	Em geral	Em geral	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Dar presentes aos reis e soberanos é o mesmo que compra-los
Isoc. 7.32	Desconhecidos	<i>Emporos</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Positivo	Desconhecido	Desconhecido	Aristocracia enviava seus dependentes para realizar comércio
Isoc. 8.21	Em geral	<i>Emporos</i>	Em geral	Em geral	Desconhecido	Positivo	Desconhecido	Desconhecido	Mercadores voltam a Atenas durante períodos de Paz
Lyc. 1.14-8	Em geral	<i>Emporos e Naukleros</i>	Rodes	Estrangeiro	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Cereais	Mercadores navegam por toda a Grécia e espalhavam notícias
Lyc. 1.55-8	Leócrates	<i>Emporos</i>	Atenas	Cidadão	Desconhecido	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Leócrates atuava como mercador em Mégara e era meteco em Rodes
Lis. 12.16	Arquêneos	<i>Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Lísias vai até a casa de Arquêneos
Lis. 17.5	Erasifon, Eraton, Erasistrato	<i>Emporos e Naukleros</i>	Atenas	Cidadão	Rico	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Tinham propriedades imobiliárias e atuavam como mercadores
Lis. 19.50	Desconhecidos	<i>Emporos e Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Pagaram para receber a proteção de um ateniense (Diótímus)
Lis. 22.14	Em geral	Comerciante (de cereais)	Atenas	Em geral	Pobre	Negativo	Desconhecido	Cereais	Eles lucram quando a cidade está em situação desfavorável
Lis. 22.21	Desconhecidos	<i>Emporos e Naukleros</i>	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	Positivo	Desconhecido	Cereais	Crítica aos varejistas e defesa dos importadores de cereais
Lis. 24.5-9, 20	Desconhecidos	Comerciante	Atenas	Cidadão	Pobre	Positivo	Desconhecido	Desconhecido	Vende produtos de porta em porta. Há referência, para comparação, a perfumistas, sapateiros e barbeiros em 20
Lis. 32.25	Diogitonte	<i>Emporos</i>	Atenas	Cidadão	Rico	Negativo	Desconhecido	Desconhecido	Mantinha negócios comerciais na Itália
Lis. 32.4	Diódoto	<i>Emporos e Naukleros</i>	Atenas	Cidadão	Rico	Neutro	Desconhecido	Desconhecido	Herdou uma propriedade com o irmão e se dedicou ao comércio para enriquecer

## **Bibliografia:**

### **Fontes Primárias:**

**Aristófanes. 1998.** *Acarn. Cav.* With an English Translation of Jeffrey Henderson. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1998** *Nuvenis, Vesp, Paz.* With an English Translation of Jeffrey Henderson. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **2000.** *Aves. Lísistrata. Women at the Tesmophoria.* With an English Translation of Jeffrey Henderson. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **2002.** *Rãs. Assemblywomen. Riq.* With an English Translation of Jeffrey Henderson. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **2008.** *Fragments.* With an English Translation of Jeffrey Henderson. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**Demóstenes. 1930.** *Orations, Volume I: Orations 1-17 and 20: Olynthiacs 1-3. Philippic 1. On the Paz. Philippic 2. On Halonnesus. On the Chersonese. Philippics 3 and 4. Answer to Philip's Letter. Philip's Letter. On Organization. On the Navy-boards. For the Liberty of the Rhodians. For the People of Megalopolis. On the Treaty with Alexander. Against Leptines.* With an English Translation of: J. H. Vince. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1926.** *Orations, Volume II: Orations 18-19. De Corona, De Falsa Legatione.* With an English Translation of C. A. Vince and J. H. Vince. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1935.** *Orations, Volume III: Orations 21-26: Against Meidias. Against Androtion. Against Aristocrates. Against Timocrates. Against Aristogeiton 1 and 2.* With an English Translation of J. H. Vince. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1936.** *Orations, Volume IV: Orations 27-40: Private Cases.* With an English Translation of A. T. Murray. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1939.** *Orations, Volume V: Orations 41-49: Private Cases.* With an English Translation of A. T. Murray. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1939.** *Orations, Volume VI: Orations 50-59: Private Cases. In Neaeram.* With an English Translation of A. T. Murray. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1949.** *Orations, Volume VII: Orations 60-61: Funeral Speech. Erotic Essay. Exordia. Letters.* With an English Translation of N. W. De Witt and N. J. De Witt. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**Ésquines. 1919.** *Speeches.* With an English Translation of C. D. Adams. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**Iseu. 1927.** *Isaeus.* With an English Translation of E. S. Foster. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**Isócrates. 1928.** *Volume I: To Demonicus. To Nicocles. Nicocles or the Cyprians. Panegyricus. To Philip. Archidamus.* With an English Translation of George Norlin. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1929.** *Volume II: On the Paz. Areopagiticus. Against the Sophists. Atidosis. Panathenaicus.* With an English Translation of George Norlin. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1945.** *Volume III: Evagoras. Helen. Busiris. Plataicus. Concerning the Team of Horses. Trapeziticus. Against Callimachus. Aegineticus. Against Lochites. Against Euthynus. Letters.* With an English Translation of La Rue Van Hook. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**Lísias. 1930.** *Lisias.* With an English Translation of W. R. M. Lamb. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**Minor Attic Orators. 1941.** *Volume I: Antiphon. Andocides.* With an English Translation of K. J. Maidment. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. **1954.** *Volume II: Lycurgus. Dinarchus. Demades. Hiperides.* With an English Translation of J. O. Burt. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**Platão. 2012.** *A República.* Trad.: Edson Bini. São Paulo: Edipro.

**Tucídides. 1982.** *História da Guerra do Peloponeso.* Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.

**Xenofonte. 1946.** Ways and Means. In: *Scripta Minora.* Trad.: E. C. Marchant. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press. pp. 191-232.

### **Bibliografia Especializada:**

**Abulafia, D. 2005.** Mediterraneans. In: **Harris, W. V. (ed.).** *Rethinking the Mediterranean.* Oxford: Oxford University Press. pp. 64-93.

**Andreau, J. 2002.** Twenty Years after Moses I. Finley's *The Ancient Economy.* In: **Scheidel, W.; von Reden, S.** *The Ancient Economy.* New York: Routledge. pp.33-52.

**Ault, B. A. 2007.** *Óikos and Oikonomia: Greek Houses, Households and Domestic Economy.* In: *British School of Athens.* v. 15. pp. 259-265.

**Austin, M. M.; Vidal-Naquet, P. 1977.** *Economic & Social History of Ancient Greece – An Introduction.* Berkeley: University of California Press.

**Banaji, J. 2010.** *Theory as History.* Leiden: Brill.

**Bairoch, P. 1986.** In: **Godelier, M.** *Enciclopédia Einaudi* v. 7. Lisboa: INCM. pp. 277-303.

**Bang, P. 2008.** *The Roman Bazaar – A Comparative Study of Trade and Markets in a Tributary Empire.* Cambridge: Cambridge University Press.

**Barabási, A. 2003.** *Linked – The New Science of Networks.* Cambridge: Perseus Publishing.

\_\_\_\_\_. **2012.** *Bursts – The Hidden Patterns Behind Everything We Do, from your Mail to Bloody Crusades.* New York: Dutton.

- Bardin, L. 2011.** *Análise de Conteúdo (Edição Revista e Ampliada)*. São Paulo: Edições 70.
- Bintliff, J. (ed.) 2004.** *A Companion to Archaeology*. Oxford: Blackwell.
- Bintliff, J. 2012.** *The Complete Archaeology of Greece – from Hunter-Gatherers to the 20th Century A.D.* Oxford: Wiley-Blackwell.
- Bissa, E. M. A. 2009.** *Governmental Intervention in Foreign Trade in Archaic and Classical Greece*. Leiden: Brill.
- Bourdieu, P. 2008.** *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Ação*. São Paulo: Papirus.
- Bradley, K.; Cartledge, P. 2011.** *The Cambridge World History of Slavery v.1 – The Ancient Mediterranean World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Braudel, F. 2005, 2009a, 2009b.** *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bresson, A. 1991.** *Recueil des Inscriptions de la Pérée Rhodienne*. Paris: Les Belles Lettres.
- \_\_\_\_\_. **2000.** *La Cité Marchande*. Bourdeaux: Ausonius.
- \_\_\_\_\_. **2005.** Ecology and Beyond: The Mediterranean Paradigm. In: **Harris, W. V. (ed.)**. *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press. pp. 94-116.
- \_\_\_\_\_. **2007.** *L'Économie de la Grèce des Cités. Les Structures et la Production*. v.1. Paris: Armand Colin.
- \_\_\_\_\_. **2008.** *L'Économie de la Grèce des Cités. Les Espaces de l'Échange*. v.2. Paris: Armand Colin.
- \_\_\_\_\_. **2014.** Capitalism and the Ancient Greek Economy. In: **Neal, L.; Williamson, J. G.** *The Cambridge History of Capitalism. The Rise of Capitalism: from Ancient Origins to 1848*. v.1. New York: Cambridge University Press.
- Bresson, A.; Roulliard, P. (eds.) 1993.** *L'Emporion*. Paris: De Boccard.
- Brenner, R. 1976.** Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Era. In: *Past and Present*. pp. 30-74.

- \_\_\_\_\_. **1993.** *Merchants and Revolution – Commercial Change, Political Conflict, and London's Overseas Traders, 1550-1653.* London: Verso.
- Brock, R; Hodkinson, S. 2000.** *Alternatives to Athens – Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece.* Oxford: Oxford University Press.
- Burguière, A. 1993.** *Dicionário das Ciências Históricas.* Rio de Janeiro: Imago.
- Burke, E. 1992.** The Economy of Athens in the Classical Era: Some Adjustments to the Primitivist Model. In: *Transactions of American Philological Association.* v. 122. pp. 199-226.
- Camp II, J. 2010.** *The Athenian Agora – Site Guide (Fifth Edition).* Princeton: ASCSA.
- Carandini, A. 1979.** *L'Anatomia della Scimmia – La Formazione Economica della Società Prima del Capitale.* Torino: Giulio Einaudi editore.
- Cardoso, C. F. S. 1982.** *Agricultura, Escravidão e Capitalismo.* Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. **1988.** Economia e Sociedade Antigas: Conceitos e Debates. *Clássica.* V. 1. Belo Horizonte. pp. 5-19.
- \_\_\_\_\_. **2007.** *Economia Egípcia.* Relatório de Pesquisa Cedido pelo Autor.
- \_\_\_\_\_. **2011.** Marx e Engels: História e Economia Política. Aspectos Gerais e Considerações sobre um Tema Específico, Relativo à Antiguidade Clássica: Circulação de Mercadorias. In: **Carvalho, A. G. (ed.).** *A Economia Antiga: História e Historiografia.* pp. 13-38.
- Cartledge, P. 1990.** *Aristóphanes and his Theater of Absurd.* Bristol: Bristol Classical Press.
- \_\_\_\_\_. **2002.** *The Greeks: A Portrait of Self and Others.* Oxford: Oxford Paperbacks.
- \_\_\_\_\_. **2009.** *Ancient Greece – a History in Eleven Cities.* Oxford: Oxford University Press.
- Cartledge, P; Cohen, E.; Foxhall, L. (eds.) 2002.** *Money, Labour and Land – Approaches to the Economies of Ancient Greece.* New York: Routledge.



- Carvalho, A. G. 2007.** *Historiografia e Paradigmas – A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga*. Tese de Doutorado. Niterói.
- Casson, L. 1991.** *The Ancient Mariners – Seafarers and Sea Fighters of the Mediterranean in Ancient Times*. Princeton: Princeton University Press.
- Certeau, M. 2008.** *A Invenção do Cotidiano I – Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Champion, T. C. (ed.). 1995.** *Centre and Periphery – Comparative Studies in Archaeology*. New York: Routledge.
- Cohen, E. 1973.** *Ancient Athenian Maritime Courts*. Princeton: Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. **2000.** *The Athenian Nation*. Princeton: Princeton University Press.
- Cook, B. F. 1987.** *Greek Inscriptions*. Berkeley: University of California Press.
- De Ligt, L. 1993.** *Fairs and Markets in the Roman Empire*. Amsterdam: J. C. Gieben.
- Demetriou, D. 2010.** Τῆς πάσης ναυτιλίας φύλαξ: Aphrodite and the Sea. In: *Kernos*. V. 23. Atenas – Liège. pp. 67-89.
- Descat, R. 1983.** La Loi de Solon sur l'Interdiction d'Exporter les Produits Attiques. In: **Bresson, A.; Rouillard, P.** *L'Emporion*. Paris: Diffusion de Boccard. pp. 145-161.
- \_\_\_\_\_. **1995.** L'Économie Antique et la Cité Grécque. In: *Annales*. pp. 961-89.
- Dosse, F. 2003.** *A História em Migalhas – dos Annales à Nova História*. Florianópolis: Edusc.
- Dover, K. J. 1972.** *Aristófanic Comedy*. Los Angeles: University of California Press.
- Eagleton, T. 1997.** *Ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- Eco, U. 1979.** Los marcos de la “libertad” cómica. In: **Eco, U.; Ivanov, V. V.; Rector, M.** (eds.). *¡Carnaval!*. Mexico: Fondo de Cultura Económica. Pp. 10-20.
- Ehrenberg, V. 1962.** *The People of Aristóphanes. A Sociology of Old Attic Comedy*. New York: Schocken Books.
- \_\_\_\_\_. **1960.** *The Greek State*. New York: Basil Blackwell and Mott.

- Engels, F. 1964.** *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.
- \_\_\_\_\_. **1970.** *El anti-Dühring*. Buenos Aires: Editorial Claridad.
- Figueira, T. 1986.** “Sitopolai” and “Sitophylakes” in Lísias’ “Against the Graindealers”: Governmental Intervention in the Athenian Economy. In: *Phoenix*. V. 40. N. 2. pp. 149-171.
- Finley, M. I. 1935.** *Emporos, Naukleros and Kapelos*. Prolegomena to the Study of Athenian Trade. In: *Classical Philology*. n. 30. pp. 320-36.
- \_\_\_\_\_. **1964.** Between Slavery and Freedom. In: *Comparative Studies in Society and History*. V. 6. N. 3. pp. 233-49
- \_\_\_\_\_. **1965.** Technical Innovation and Economic Progress in the Ancient World. In: *The Economic History Review*. v. 18. n.1. pp. 29-45.
- \_\_\_\_\_. **1968.** Slavery. In: *International Encyclopedia of Social Sciences*. v. 14. pp. 307-313.
- \_\_\_\_\_. **1973.** *Democracy Ancient and Modern*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- \_\_\_\_\_. **1980.** *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. **1983.** *Política no Mundo Antigo*. Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_\_. **1991.** *Escravidão Antiga, Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. **1994.** *História Antiga – Testemunhos e Modelos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Flacelière, R. s.d.** *A Vida Cotidiana dos Gregos no Século de Péricles*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Foxhall, L.; Forbes, H. A. 1982.** *Sitometreia: the Role of Grain as a Staple Food in Classical Antiquity*. *Chiron*. 12. pp. 41-90.
- Frank, A. G.; Gills, B. K. (eds.). 1993.** *The World System: Five Hundred or Five Thousand?*. New York: Routledge.
- Frayn, J. 1993.** *Markets and Fairs in Roman Italy*. Oxford: Oxford University Press.

- Gallego, J. 2008.** Control Social, Participación Popular y Patronazgo en la Atenas Clásica. In: *Participación Política y Subordinación Social en el Mundo Greco-Romano*. Buenos Aires: UBA. pp.187-206.
- Gallego, J. 2009.** *El Campesinado em la Grécia Antigua*. Buenos Aires: Eudeba.
- Garlan, Y. 1991.** *Guerra e Economia na Grécia Antiga*. Campinas: Papirus Editora.
- Garland, R. 1987.** *The Piraeus – from the fifth to the first century B.C.*. London: Duckworth.
- \_\_\_\_\_. **2009.** *Daily Life of the Ancient Greeks*. London: Greenwood Press.
- Garnsey, P. 1988.** *Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World: Responses to Risk and Crisis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garnsey, P.; Hopkins, K.; Whittaker, C. R. (eds.). 1983.** *Trade in the Ancient Economy*. London: The Hogarth Press.
- Gernet, L. 1955.** Sur les Actions Commerciales en Droit Athénien. In: *Droit et Société dans la Grèce Ancienne*. Paris: Sirey.
- Gleick, J. 1987.** *Chaos: Making a New Science*. New York: Vintage.
- Golden, M. 2011.** Slavery and the Greek Family. In: **Bradley, K.; Cartledge, P.** *The Cambridge World History of Slavery v.1 – The Ancient Mediterranean World*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 134-52.
- Goldmann, L. 1976.** *A Sociologia do Romance*. São Paulo: Paz e Terra.
- Guarinello, N. L. 2004.** História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana. In: *Revista Brasileira de História*. N. 24 (48). pp. 13-38.
- \_\_\_\_\_. **2013.** *História Antiga*. São Paulo: Contexto.
- Hansen, M. H. 1999.** *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes – Structure, Principles and Ideology*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Hansen, M. H.; Nielsen, T. H. 2004.** *An Inventory of Archaic and Classical Poleis – An Investigation Conducted by the Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. Oxford: Oxford University Press.

- Harris, E. 2002.** Workshop, Marketplace and Household. The Nature of Technical Specialization in Classical Athens and its Influence on Economy and Society. In: **Cartledge, P; Cohen, E.; Foxhall, L. (eds.) 2002.** *Money, Labour and Land – Approaches to the Economies of Ancient Greece*. New York: Routledge. pp. 67-99.
- Harris, W. V. (ed.) 2005.** *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, D. 1994.** *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hasebroek, J. 1933.** *Trade and Politics in Ancient Greece*. London: G. Bell and Sons Ltd.
- Heller, A. 1977.** *Sociología de la Vida Cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península.
- Heller, A. 2008.** *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. J. 1990.** *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. **2011.** *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hodder, B. W. 1965.** Some Comments on the Origins of Traditional Markets in Africa South of the Saara. *Transactions of the Institute of British Geographers*. 36. pp. 97-105.
- Hopper, R. J. 1979.** *Trade and Industry in Classical Greece*. London: Themens and Hudson.
- Horden, P.; Purcell, N. 2000.** *The Corrupting Sea – A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell.
- Hornblower, S. 1991.** *The Greek World: 479-323 B.C.* New York: Routledge.
- Howgego, C. 1995.** *Ancient History from Coins*. New York: Routledge.
- Hunt, N. B. 2009.** *Living in Ancient Greece*. New York: Thalamus.
- Ianni, O. 2001.** *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Isager, S.; Hansen, M. H. 1975.** *Aspects of Athenian Society in the Fourth Century B.C.* Odense: Odense University Press.

- Jones, J. E. 1982.** The Laurion Silver Mines: A Review of Recent Researches and Results. *Greece & Rome*. V. 29, n. 2. pp. 169-183.
- \_\_\_\_\_. **2007.** Domestic Aspects of the Ancient Industrial Workshops of the Laureion Area of South-East Attica. *British School at Athens Studies*. V. 15. pp. 267-280.
- Kallet, L. 2000.** The Fifth Century: Political and Military Narrative. In: **Osborne, R.** *Classical Greece*. Oxford: Oxford University Press.
- Kelly-Blazeby, C. F. 2006.** Kapeleion: *Casual and Commercial Wine Consumption in Classical Greece*. PhD Thesis. Leicester.
- Knust, J. E. M. 2011.** *Senhores de Escravos, Senhores da Razão – Racionalidade Ideológica e a Villa Escravista na República Romana (séculos II e I a.C)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Kroll, J. H. 1993.** *The Athenian Agora v. XXVI – Greek Coins*. Princeton: ASCS.
- Kyrtatas, D. 2011.** Slavery and Economy in the Greek World. In: **Bradley, K.; Cartledge, P. 2011.** *The Cambridge World History of Slavery v.1 – The Ancient Mediterranean World*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 91-111.
- Latour, B. 2005.** *Reassembling the Social – An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Le Goff, J. 1982.** *Mercaderes y Banqueros em la Edad Media*. Buenos Aires: Eudeba.
- Liddell, H. G.; Scott, R. 1945.** *An Intermediate Greek-English Lexicon – Founded Upon the Seventh Edition of Liddell and Scott's Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press.
- Maffre, J. J. 1989.** *A Vida na Grécia Clássica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Malkin, I. 2011.** *A Small Greek World – Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press.
- Manning, J. G.; Morris, I. 2005.** The Economic Sociology of the Ancient Mediterranean World. In: **Smelser, N.; Swedberg, R. (eds.)**. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. pp. 131-159.

- Mansouri, S. 2011.** *Athènes Vue par ses Métèques (Ve-IVe Siècle av. J.-C.)*. Paris: Tallandier.
- Marx, K. 2008.** *O Capital – Crítica da Economia Política*. L.1. V.1. 26ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. **2008a.** *O Capital – Crítica da Economia Política*. L.1. V.2. 26ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. **2011.** *Grundrisse – Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboço da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. **2011b.** *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. **2013.** *O Capital – Crítica da Economia Política*. v.1. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K.; Engels, F. 2007.** *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. **2007b.** *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Meiggs, R. 1982.** *Trees and Timber in the Ancient Mediterranean World*. Oxford: Oxford University Press.
- Meikle, S. 1979.** Aristotle and the Political Economy of the Polis. *The Journal of Hellenic Studies*. V. 99. pp. 57-73
- Meikle, S. 2002.** Modernism, Economics and the Ancient Economy. In: **Scheidel, W.; von Reden, S.** 2002. *The Ancient Economy*. New York: Routledge. pp. 233-250.
- Mendes, N. M. 2002.** *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um Modelo de Colapso*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Meyer, E. 1955.** *El Historiador y la Historia Antigua*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- Migeotte, L. 2009.** *The Economy of the Greek Cities – From Archaic Period to the Early Roman Empire*. Los Angeles: University of California Press.
- Moerbeck, G. 2013.** *O Pensamento de Eurípides e a Política durante a Guerra do Peloponeso*. Tese de Doutorado. Niterói.
- Möller, A. 2000.** *Naukratis – Trade in Archaic Greece*. Oxford: Oxford University Press.

- Moreno, A. 2007.** *Feeding the Democracy – the Athenian Grain Supply in the Fifth and Fourth Centuries BC.*. Oxford: Oxford University Press.
- Morris, I. 2005.** Mediterraneanization. In: **Malkin, I.** *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. New York: Routledge. pp. 30-55.
- Mossé, C. 1983.** The “World of *Emporium*” in the Private Speeches of Demosthenes. In: **Garnsey, P.; Hopkins, K.; Whittaker, C. R. (eds.).** *Trade in the Ancient Economy*. London: The Hogarth Press. pp. 53-63.
- \_\_\_\_\_. **2008.** *Péricles, o Inventor da Democracia*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Murray, O.; Prince, S. 1990.** *The Greek City – From Homer to Alexander*. Oxford: Clarendon Press.
- Myres, J. 1953.** Ancient Groceries. In: *Greece & Rome*. v. 22. n. 64. pp. 1-10.
- North, D. C. 1981.** *Structure and Change in Economic History*. New York: W. W. Norton & Company.
- Osborne, R. 1985.** *Demos – The Discovery of Classical Attika*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. **1995.** The Economics and Politics of Slavery at Athens. In: **Powell, A. (ed.).** *The Greek World*. New York: Routledge. pp. 27-43.
- Osborne, R.; Rhodes, P. J. 2007.** *Greek Historical Inscriptions 404-323 BC*. Oxford: Oxford University Press.
- Ottenberg, S.; Ottenberg, P. 1962.** Afikpo Markets: 1900-1960. In: **Bohannon, P.; Dalton, G.** *Markets in Africa*. Evanston: Northwestern University Press. pp. 118-69.
- Paiaro, D. 2011.** Las Ambigüedades del Estado en la Democracia Ateniense. In: **Campagno, M.; Gallego, J.; Mac Gaw, C. G.** *El Estado en el Mediterráneo Antiguo*. Buenos Aires: Miño Dávila. pp. 223-242.
- Pébarthe, C. 2007.** Commerce et Commerçants à Athènes à L’Époque de Démosthène. In: *Pallas – Revue Universitaire d’Études Antiques*. n. 74. pp. 161-78.
- Picard, C. 1946.** *La Vie dans la Grèce Classique*. Paris: PUF.

- Polanyi, K. 2012.** Formas de Integração e Estruturas de Apoio. In: **Levitt, K. P. 2012.** *Karl Polanyi: a Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. pp. 83-93.
- \_\_\_\_\_. **2012b.** Nossa Obsoleta Mentalidade de Mercado. In: **Levitt, K. P. A** *Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto. pp. 209-229.
- Pomeroy, S. 1975.** *Goddesses, Whores, Wives and Slaves: Women in Classical Antiquity*. New York: Schocken Books.
- Powell, A. (ed.). 1995.** *The Greek World*. New York: Routledge.
- Purcell, N. 1990.** Mobility and the *Polis*. In: **Murray, O.; Prince, S.** *The Greek City – From Homer to Alexander*. Oxford: Clarendon Press. pp. 29-58.
- Raaflaub, K. 2007.** Introduction. In: **Raaflaub, K.; Ober, J.; Wallace, R. (eds.).** *Origins of the Ancient Democracy*. Los Angeles: University of California Press. pp. 1-21.
- Rackham, O. 1996.** Ecology and Pseudo-Ecology: the Exemple of Ancient Greece. In: **Shipley, G.; Salmon, J. (eds.).** *Humand Landscapes in Classical Antiquity*. New York: Routledge. pp. 16-43.
- Reed, C. M. 2003.** *Maritimes Traders in the Ancient Greek World*. New York: Cambridge University Press.
- Rihll, T. E. 2011.** Classical Athens. In: **Bradley, K.; Cartledge, P. 2011.** *The Cambridge World History of Slavery v.1 – The Ancient Mediterranean World*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 48-73.
- Roisman, J. 2010.** Classical Macedonia to Perdicas III. In: **Roisman, J.; Worthington, I. (eds.).** *A Companion to Ancient Macedonia*. Oxford: Blackwell Publishing. pp. 145-165.
- Rostovtzeff, M. 1977.** *História da Grécia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Sahlins, M. 2004.** *Stone Age Economics*. New York: Routledge.
- Saller, R. 2002.** Framing the Debate over Growth in Ancient Economy. In: **Scheidel, W.; von Reden, S.** *The Ancient Economy*. New York: Routledge. pp. 251-269.
- Sandroni, P. 2005.** *Dicionário de Economia do Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Record.



- Schaps, D. M. 2004.** *The Invention of Coinage and the Monetization of Ancient Greece.* Michigan: University of Michigan Press.
- Scheidel, W.; von Reden, S. 2002.** *The Ancient Economy.* New York: Routledge.
- Shingley, G. 1996.** Ancient History and Landscape Histories. In: **Shingley, G.; Salmon, J. (eds.).** 1996. *Humand Landscapes in Classical Antiquity.* New York: Routledge. pp.1-15.
- Shingley, G.; Salmon, J. (eds.). 1996.** *Humand Landscapes in Classical Antiquity.* New York: Routledge.
- Sloan, H. S.; Zurcher, A. J. 1970.** *Dictionary of Economics.* New York: Barnes and Nobles
- Smelser, N.; Swedberg, R. (eds.). 2005.** *The Handbook of Economic Sociology.* Princeton: Princeton University Press.
- Smith, A. 1996.** *A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua Natureza e suas Causas.* v. 1. São Paulo: Nova Cultural.
- Soares, F. M. 2009.** *A Democracia Ateniense pelo Averso – os Metecos e a Política nos Discursos de Lísias.* Dissertação de Mestrado. São Paulo.
- Ste Croix, G. E. M. de. 1981.** *The Class Struggle in the Ancient Greek World.* New York: Ithaca.
- \_\_\_\_\_. **2004.** *Athenian Democratic Origins.* Oxford: Oxford University Press.
- Tainter, J. 1988.** *The Collapse of Complex Systems.* Cambridge: Cambridge University Press.
- Tandy, D. 1997.** *Warriors into Traders – The Power of Market in Early Greece.* Berkeley: University of California Press.
- Theml, N. 2002.** O fabricante de flauta na *pólis* dos atenienses. *Phoînix.* N. 8. Rio de Janeiro: Mauad. pp. 279-306.
- Thompson, D. B. 1993.** *The Athenian Agora – An Ancient Shopping Center.* Princeton: American School of Classical Studies at Athens.

- Thompson, E. P. 1981.** *Miséria da Teoria – ou um Planetário de Erros. Uma Crítica ao Pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. **1991.** Tempo, Disciplina de Trabalho e o Capitalismo Industrial. In: *Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras. pp. 267-304.
- Thompson, H. A. 1954.** The Agora at Athens and the Greek Market Place. In: *Journal of the Society of Architectural Historians.* V. 13. N. 4. pp. 9-14.
- Thompson, W. E. 1982.** The Athenian Entrepreneur. In: *L'Antiquité Classique.* v. 51. pp. 53-85.
- Todd, S. 1990.** The Use and Abuse of the Attic Orators. In: *Greece & Rome.* v. 37. n. 2. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 159-178.
- Vélissaropoulos-Karakostas, J. 2002.** Merchants, Prostitutes and the “New Poor”: Forms of Contract and Social Status. In: **Cartledge, P.; Cohen, E.; Foxhall, L.** *Money, Labor and Land: Approaches to the Economics of Ancient Greece.* New York: Routledge. pp. 130-9.
- Vernant, J.-P. 2009.** *As Origens do Pensamento Grego.* Rio de Janeiro: Difel.
- Vlassopoulos, K. 2007.** Beyond and Below the *Polis*: Networks, Associations, and the Writing of the Greek History. *Mediterranean Historical Review.* V. 22. N. 1. pp. 11-22.
- \_\_\_\_\_. **2007a.** Free Spaces – Identity, Experience and Democracy in Classical Athens. *Classical Quarterly.* 57.1. pp. 33-52.
- \_\_\_\_\_. **2007b.** *Unthinking the Greek Polis – Ancient Greek History Beyond Eurocentrism.* Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. **2011.** Greek Slavery: From Domination to Property and Back Again. In: *Journal of Hellenic Studies.* N. 131. pp. 115-130.
- \_\_\_\_\_. **2013.** *Greeks and Barbarians.* New York: Cambridge University Press.
- von Reden, S. 1995.** Piraeus – a World Apart. In: *Greece & Rome.* v.42. n.1. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 24-37.
- \_\_\_\_\_. **2003.** *Exchange in Ancient Greece.* London: Duckworth.

- \_\_\_\_\_. **2010.** *Money and Classical Antiquity*. New York: Cambridge University Press.
- Wallerstein, I. 1974; 1980; 1989.** *The Modern World-System*. New York: Academic Press.
- \_\_\_\_\_. **1993.** World System *versus* World-Systems – Uma Crítica. In: **Frank, A. G.; Gills, B. K. (eds.)**. 1993. pp. 292-7.
- \_\_\_\_\_. **2004.** *World-System AnaLÍsis – An Introduction*. Durham: Duke University Press.
- Weber, M. 1968.** *História Geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou.
- \_\_\_\_\_. **2004.** *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- Whitehead, D. 1977.** *The Ideology of the Athenian Metic*. Cambridge: Cambridge Philological Society.
- Whitehead, D. 1986.** *The Demes of Attica, 508/7-ca. 250 B. C. A Political and Social Study*. Princeton: Princeton University Press.
- Williams, R. 1977.** *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. **2007.** *Palavras-Chave*. São Paulo: Boitempo.
- Wood, E. M. 1988.** *Peasant-Citizen & Slave – The Foundations of Athenian Democracy*. New York: Verso.
- \_\_\_\_\_. **2001.** *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Wycherley, R. E. 1956.** The Market of Athens – Topography and Monuments. In: *Greece & Rome*. V.3. N. 1. pp. 2-23.
- Zane, J. M. 1925.** A Modern Instance of Zenothemis v. Demon. In: *Michigan Law Review*. V. 23. N. 4. pp. 339-361.